



Encontros Reflexivos

Textos Compilados
Fevereiro de 2017 a julho de 2021

Autoria de
José Mendes de Oliveira

Manifestações contra a Corrupção

Fevereiro de 2017.

Neste momento de mais uma grande manifestação que grassa o País, somos levados à percepção de que a questão não se resume ao antagonismo daqueles que apoiam ou rejeitam Lula, até mesmo porque Michel Temer só chegou ao poder graças aos estranhos acordos com o PT. Caso contrário, não conseguiria voto sequer para síndico de prédio residencial. A questão agora trata-se do massacre aos direitos sociais e isso atinge a todos os brasileiros. Estão resgatando o que houve de pior em termos de ideias – a maioria engavetada – nos governos Collor e FHC., porque não sabem fazer algo diferente: são pouco criativos e inovadores. Só a Rede Globo consegue ver uma super equipe neste governo, porque continua acreditando em um modelo neoliberal da década de 90. Não cabe mais divisões para embates entre defensores e opositores de antigas esperanças sindicais ou de estranhos saudosismos militaristas. A questão entre reacionários e progressistas deixa de ter razão quando todos iremos para o ralo. Larguem o maniqueísmo e abram as cabeças para um raciocínio mais complexo sobre as novas artimanhas das elites brasileiras, que mais uma vez bailam com o diabo para permanecer brilhando na festa. Nós, os ingênuos serviçais, corremos o risco de continuar a limpar o salão após o banquete e o despautério, além de pagar a conta dos comensais. Precisamos urgentemente de novas lideranças, genuinamente brasileiras, que tenham realmente um cérebro dentro da caixa craniana e um grande amor por este triste país latino-americano, ainda que insistam que ele não se pareça com nada abaixo do equador.

Voltando das Catacumbas

31 de março de 2017

Dizem que quem não tem nada para fazer, busca bicho-de-pé para se coçar ou algo parecido. Porém, para quem cultiva a maldade como passatempo, a maior alegria é ver o desespero dos outros. Pois é, desenterram o projeto da terceirização, aquele que um dia os *yuppies* do neoliberalismo tupiniquim quiseram transformar em moda administrativa na década de 90, juntamente com a graciosa e desastrosa privatização. Cá entre nós, esse bicho papão já não assusta mais ninguém, porque em boa parte ele já está por aí assombrando os mais descuidados. No entanto, parece que agora ele se revela a nesta das nestas, quando os filhotes de ogros ressuscitam a coisa nos seus aspectos mais funestos para agradar os seus senhores, os pequenos e risíveis imperadores do capitalismo tupiniquim – que geralmente odeiam o Estado até precisarem do BNDES -, e que fazem o possível e o impossível para ter uma boa relação de vizinhança com a burocracia gelatinosa, lesmática ou escorregadia, que se esgueira

pelos porões da República e da própria consciência (se é que algum dia tiveram algo parecido). Ah, essa burocracia existe e é muito fiel aos princípios da corrupção. Nem todo servidor público é santo e, com certeza, o diabo os conhece bem. Pois bem, os ogrinhos engravatados agora querem flexibilizar tudo, fragilizar relações de trabalho e destruir ainda mais com a tal estrutura de caráter, que tanto preocupou um gringo humanista como Richard Sennet. O negócio é transformar ainda mais o trabalhador em uma peça de engenharia, um parafuso, uma coisa transitória e descartável. O ser humano? Ora, esse vá para o raio que o parta. Não para o inferno, porque esse já é habitado pelos ogrinhos de terno e gravata dessa terra sem eira nem beira.

Por um Novo Júbilo

03 de abril de 2017

Um dos males mais sintomáticos de quem acredita em deus, o que não difere muito da crença na existência das carochinhas, do chupa-cabra ou do tinioso Saci-Pererê, é alimentar uma esperança que enerva qualquer pessoa que mantém os próprios pés no chão. O sujeito está prestes a cair no buraco e grita em explosões pulmonares: Jesus proverá! Proverá o quê? A coisa é tão forte e a imagem tão reluzente e alegórica, que a gente fica esperando uma espécie de querubim se projetando entre as nuvens como o super-homem. Cada louco com sua mania. Mas as loucuras generalizadas prejudicam um bocado, porque contaminam a gente com falsas esperanças. Não é preciso ser gênio ou sociólogo de botequim para saber que a promessa divina aliena, esconde ou faz de conta que o peso da existência não passa de um deslize passageiro, culpa de um famigerado Adão, que deixou uma promissória para a humanidade quitar junto ao todo poderoso como pré-condição para o paraíso. Mas, vejam só, as coisas poderiam ser muito simples se a esperança não se revestisse de ares divinos, mas de uma bela e pura ética terrena. Para compreender isso, precisamos fugir das bizarrices do Giorgio Tsoukalos, que vê homenzinhos verdes por todos os lados e deuses astronautas, e nos assumirmos de forma muito mais singela como sujeitos de uma história construída aqui e agora com todos os acertos e erros que nossa inteligência e liberdade existencial permitem. Talvez fosse mais produtivo que o sujeito prestes a cair no buraco pudesse se juntar a outros mediante um simples e singelo gesto de solidariedade e compreensão, e com o poder de uma inteligência formatada durante eras de evolução construir uma ponte, uma mera e resolutiva ponte para o seu problema. Aí talvez pudéssemos ter um outro tipo de explosão de júbilo: nós proveremos e juntos!

Dimensão Moral da Questão Previdenciária

06 de abril de 2017

Podem acusar-me de ser um péssimo interprete das engrenagens econômicas e demográficas do País (crescimentos vegetativos, taxas de natalidade, tudo isso para mim resume-se não em números frios e distantes, mas em gente: carne, osso e, sobretudo, coração), mas tenho uma profunda dificuldade de perceber, ou melhor, de sentir a questão da reforma previdenciária como algo fora da esfera moral. É difícil conceber, em certa instância, quando se olha para a realidade de um país historicamente desigual e injusto, nascido de um sistema escravocrata, que a questão da reforma previdenciária possa ser reduzida a uma mera equação matemática (o multisciente senhor das economias com seu emudecido escudeiro do mundo mágico do planejamento parecem bonecos de ventríloquo quando aparecem nos telejornais, principalmente os transmitidos pela Rede Globo (aquela que um dia considerou o Brasil fardado mais importante que o Brasil letrado e esclarecido), como se falassem pela força oculta de um voz do além (Será que são seres vivos?). Penso que o sistema previdenciário cumpre um papel mais amplo e exige a compreensão de grandes injustiças sociais não deslindadas no Brasil. Pode-se dizer, no caso dos recursos da aposentadoria, que, em muitas regiões do país, eles constituem a única renda de muitas famílias. Mas o que mais apavora é o deboche das elites tupiniquins representadas por seus políticos demagogos e populistas. Esses seres insólitos, sentados sobre múltiplos privilégios, sentem-se no direito de retirar direitos de sujeitos em condições precárias e sem voz na escala dos poderes e das influências. Instalados no trono da soberba, arrodeados de burocratas pelegos, e com a caneta em punho (provavelmente uma Mont Blanc comprada em algum *free shop* ou presenteada por algum amigo estrangeiro), rabiscam o que consideram medidas de gênios, que afetam a vida pessoal e familiar de milhares de pessoas, com as quais não têm nenhum tipo de empatia (como dizia Justo Veríssimo – impecável caricatura do genial Chico Anísio: Que pobre exploda!). Todos sabemos que há inúmeros desmandos na terra brasilis e não é novidade que o sistema previdenciário se encontra sujeito às pequenas e grandes falcatuas, mas, cá entre nós, que se possa ter pelo menos um pouquinho de coerência por parte dos mandatários públicos, que acumulam aposentadorias e desfrutam dos vícios da ociosidade de forma muito precoce. Dizem por aí, inclusive, que o chefe da terra brasilis aposentou-se com 55 anos, a exemplo de tantos outros que, certamente, se encontram na mesma situação, para não deixar de mencionar filhas e esposas de alguns ungidos defuntos que vagaram pelos corredores das repartições públicas, como diriam os espíritas, durante a sua existência carnal. Mas vamos corrigir: muitos já eram almas penadas e se transmutavam em ser vivo apenas para receber suas polpudas e imerecidas remunerações. Privilégios e

espertezas não faltam na terra das falcatruas, não obstante a honestidade e abnegação de alguns juristas comprometidos com causas sociais, educadores e homens de boa índole no combate aos pequenos e grandes vícios de um país que nasceu com o propósito de ser uma mina ou eldorado: ser explorado até o último veio e depois abandonado. Mas voltando à questão moral, diz o ditado popular de origem cristã, que não cabe fazer aos outros o que não se deseja que se faça a si mesmo (princípio apropriado por uma certa filosofia kantiana). Eu gostaria de ir além e lembrar a perspicaz Hannah Arendt, mais especificamente em relação aos seus profícuos debates sobre a filosofia política, quando dizia, que em matéria de política, a ação e o discurso permitem não só a inter-explicação dos termos (a palavra explicando a ação p.e.), como também a revelação do agente. Essa propriedade completa a perspectiva ontológica (de uma ontologia existencialista), que acredito presente no pensamento de Arendt. Para reforçar o argumento podemos apreciar as seguintes palavras dessa pensadora: "se existe relação tão estreita entre ação e discurso é que o ato primordial e especificamente humano deve, ao mesmo tempo, conter resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: Quem és? Esta revelação de quem alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus atos; contudo, a afinidade entre discurso e revelação, tal como a afinidade entre ação e início é maior que a afinidade entre o discurso e o início, embora grande parte, senão a maioria, dos atos assumam a forma de discurso. (...). Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer" (ARENDT. A Condição Humana, 1981: p. 191) (Grifos Meus). Como vejo tamanha sabedoria nos limites de minha singela compreensão? Um homem público de caráter deve observar com muita atenção a relação entre o que diz e o que pratica. Talvez essa seja a grande diferença entre os demagogos, os psicopatas da política e os homens de bem. Isso para mim é mais que filosofia ressentida de alguém que viu e sentiu na pele os horrores do nazismo, dos narcisistas no poder: é a lição de uma mulher sábia (talvez uma das mais sábias da filosofia política contemporânea), que pode muito bem nos ajudar a avaliar o que devemos considerar pessoas comprometidas sinceramente, e amorosamente, com a causa pública. Parece-me que hoje não temos muito exemplares desse tipo de pessoas no exercício do poder no mundo, mas principalmente na terra de Macunaíma: sobra demagogia, e talvez uma quantidade um tanto impressionante de viciados, no sentido ético ou moral, que seriam espécimes privilegiados para os estudos fantásticos de Freud ou para a mera estupefação do Alienista machadiano. Além disso, tropeçamos e nos aterrorizamos a cada dia com os inúmeros burocratas pelegos, servidores públicos carreiristas, sem compromisso social e sem consciência da relevância do exercício da função pública, encerrados em ternos e gravatas, com um autoconceito de burgueses que nunca foram, afinal de contas não

possuem capital e apenas se enriquecem como vampiros sugando as artérias do erário público. Precisamos com urgência verificar a quem damos o poder para conduzir e administrar a terra brasilis. Caso contrário, pouco sobrarão de alguma terra que mereça ser chamada de nação.

Antropologia e Reflexão Linguística

05 de abril de 2017

Iniciei a leitura de um livro complicado – ***Egocentricidade e Mística: Um Estudo Antropológico*** – de autoria de Ernst Tugendhat. Nas primeiras páginas, fica bastante evidente para o leitor que não se trata de um estudo de etnologia convencional, mas de uma genuína abordagem no campo da antropologia filosófica. Confesso que, além da minha dificuldade com o tema, ainda estou no segundo capítulo e, portanto, encontro-me no mínimo colocando-me de forma muito consciente como alguém audacioso ou leviano por tentar tecer algumas considerações sobre o que li até agora. Posso, e com certeza isso ocorrerá, descobrir argumentos pouco conhecidos e aprender muito até chegar no final do último capítulo. Mas, vamos ao que me incomoda um pouquinho, e causa um monte de dúvidas: a linha de trabalho do Professor Tugendhat enraíza-se na filosofia clássica e traz para o presente, com todo o direito e reconhecimento, as alusões de Aristóteles sobre a linguagem como um divisor de águas – e certamente de distinção da inteligência – entre os homens e os animais. É correto admitir que Tugendhat não fica só por aí, a coisa é bem mais complicada e, acredito eu, tende a complicar ainda mais na medida em que eu conseguir evoluir na leitura sobre o fenômeno da linguagem, particularmente no que se refere aos seus aspectos predicativos e proposicionais. Creio que descobrirei isso quando terminar a leitura do livro. O que me incomodou até agora (no bom sentido do aguçamento da curiosidade), salvo engano e com a necessária paciência para a minha assumida ignorância, são alguns pressupostos clássicos de uma epistemologia de base cartesiana, que admite a existência humana em função do pensamento e da razão. Há de se fazer justiça, porque até o segundo capítulo, Tugendhat não lança mão de recursos existencialistas como o ser-em-si e o ser-para-si, pelo menos explicitamente, e admite que o homem é mais um entre os objetos do mundo em que o “eu” não prescinde de objetificação. No entanto, não parece abrir mão do princípio de que o homem detém a razão e, certamente por isso, sente a necessidade de saber o motivo das coisas (vou tomar a liberdade de dizer fenômenos). Em outras palavras, ao contrário do comportamento animal preso na relação causa-efeito, o homem necessita saber a razão do que acontece no mundo e com ele próprio. Em minha leitura, cheguei então à conclusão de que o que difere o homem dos animais pode ser a indagação, ou seja, a capacidade do questionamento (isso parece até muito básico do ponto de vista filosófico). Ademais, admite Tugendhat que os homens podem falar sobre

o mundo, e sobre si próprios, porque dispõem de predicados. A ideia lembra bastante a condicionante sociológica de um espaço coletivo - talvez muito parecido com o que é admitido por Durkheim -, onde se edificam e partilham os sentidos, inclusive o conteúdo das subjetividades. Não pretendo contrapor-me a essa questão confrontando-a com argumentos psicanalíticos – até mesmo por que não sei se o Professor o fará até o final do seu livro -, mas o que me incomodou e tem me incomodado ultimamente é a questão de como vemos e consideramos o comportamento das demais criaturas que convivem conosco neste planeta tão bonito e tão massacrado. Ainda que o homem esteja preso à sua expressão linguística repleta de predicados, que o permitem falar de si próprio, inclusive sobre seus próprios sentimentos e emoções, ultimamente fico imaginando o que sente um chimpanzé, um elefante, uma baleia ou uma cotovia quando olham para tudo o que os rodeia e mais especificamente como compreendem os sofrimentos a eles infringidos pelos homens. Sempre tive uma boa relação com os bichos, precisamente com os fogosos e orelhudos canídeos, e nunca consegui duvidar da intensidade de seus olhares provocantes: do amor incondicional, do companheirismo silencioso nos momentos em que nos sentimos tristes (como se pudessem ler todos os nossos pensamentos e sentimentos) até o júbilo de nos encontrar, ainda que transcorrido muito tempo desde o último encontro. Alguém que já teve a oportunidade de assistir um cachorro morrendo na decrepitude da velhice, por exemplo, passará a ter muitas dúvidas sobre o argumento de um comportamento exclusivamente ditado friamente pelas relações de causa e efeito. Há algum tempo, pesquisas e argumentos interessantes no reino da ecologia e da biologia, pouco observados por acadêmicos presos aos seus feudos, têm trazido, a partir de estudos em laboratórios, coisas muito importantes para fazer a gente pensar um pouquinho mais. Um caso nessa linha, é o trabalho de Dickinson e Balleine, citado em artigo dos professores Donald Griffin e Gayle Speck da Harvard School – ***New Evidence of Animal Consciousness*** – publicado em dezembro de 2003. Esses pesquisadores perceberam, com base em pesquisas laboratoriais com ratos, que tabus behavioristas de um comportamento não reflexivo tendem a ser derrubados. Eles perceberam que os ratos experimentam situações de consciência junto ao comportamento adaptativo, além do mais, e o que é mais significativo, propõem que os sentimentos ou emoções desempenham um papel essencial nas intenções e nos resultados da conduta dos animaizinhos orientados para uma meta. Em outras palavras, parece razoável supor que eles percebem seus objetivos como desejáveis e, por conseguinte, não há motivos que impeçam supor que formas de percepção possam influenciar as ações dos bichinhos. Pois bem, talvez eu tenha fugido mais do que o necessário dos comentários iniciais, e não quero ser injusto ou totalmente obtuso ao ponto de prejudicar o livro do Professor Tugendhat, que sequer terminei de ler e entender. Esse é meu propósito como curioso e aprendiz. Só fiquei um pouquinho afoito para expressar algumas ideias que se encontram nas bases de uma epistemologia, a mim ensinada no início da formação acadêmica e na qual acreditei por muitos anos, mas que

hoje talvez precise ser repensada. Assim que terminar a leitura prometida, espero fazer as considerações acertadas e devidas ao livro do Professor Tugendhat, desde que eu tenha competência para fazê-lo. Caso contrário, apenas declararei minhas limitações e a necessidade de mais e mais estudos.

(...)

Pronto, hoje é dia 07/05, terminei de ler o livro. Não obstante algumas leituras no campo da ética, obviamente insuficientes para firmar juízos precisos e emitir opiniões a respeito da matéria, tenho que confessar a minha ignorância e dificuldade ao ler e tentar entender plenamente o livro do Professor Tugendhat. Chego à conclusão de que preciso ler outros trabalhos do filósofo e reler o ***Egocentricidade e Mística*** com atenção redobrada. Interessa-me, e muito, saber como uma mística intramundana, não associada a crenças, princípios religiosos e manifestações esotéricas, pode alicerçar uma forma de desprendimento do egocentrismo humano em direção a uma vida mais amorosa e solidária. O conteúdo dessa mística e sua relação com a condição reflexiva e deliberativa do homem, no contexto da antropologia filosófica de Tugendhat, ainda não é totalmente compreensível para mim. Vou esforçar-me um pouco mais para entender as explicações e argumentos do professor. Não me sinto frustrado com a minha leitura, mas um pouco mais curioso. Talvez retome esse assunto em outro momento. Enquanto isso, se alguém já familiarizado com o pensamento de Tugendhat quiser compartilhar um pouco do conhecimento, por favor, fique à vontade.

Uma Crise Moral

07 de maio de 2017

Desde que não se reduza a moral ao moralismo, é possível admiti-la como um dos fundamentos essenciais da vida coletiva. Nesse aspecto, acertava o sociólogo Durkheim quando acentuava a importância dos valores e da solidariedade na sustentação de uma ordem social. O que assistimos no Brasil, já há muito tempo, é um terrível e profunda crise moral cujas raízes, certamente, adentram terreno histórico em grande profundidade. Essa situação é significativamente funcional para a perpetuação de um modelo voraz de concentração de riquezas e exclusão social. O modelo plutocrático e excludente – já definido no passado como uma forma de apartheid social – sempre esteve presente na história deste bizarro País, que nasceu orientado pela apartação e permanece como tal até hoje. O capitalismo brasileiro é realmente selvagem e garante a sobrevivência de elites gananciosas, que podem sempre contar com os arranjos das coalizões políticas e dos aparatos midiáticos, mas também, e sobretudo, com a arraigada crença de que tudo é válido e legítimo para se conquistar a riqueza e o poder. Ainda que se possa admitir que alguns governos tenham ensaiado medidas típicas de sociais democracias após a Constituição de 1988 e se preocupado em alguma dimensão com

políticas inclusivas, a matriz de sustentação do poder permanece intacta: as alianças com o que há de mais espúrio no mundo da política e da economia brasileiras se perpetuam como um moto-contínuo. Pode-se admitir, inclusive, que a coisa tenha piorado um pouco mais nas últimas décadas, tendo em vista que o poder de cooptação dos governos petistas ajudou a arrefecer e desorientar parte considerável da mobilização social conquistada nas últimas décadas, além de reforçar o diapasão cultural do levar vantagem a qualquer preço, graças a adesão às práticas tradicionais da política brasileira. Hoje assistimos direitos sociais conquistados com muita dificuldade se esfacelando e boa parte da sociedade atônita como barata tonta que tenta fugir do jato de spray venenoso, mas não encontra um lugar de refúgio. O mais grave é a falta de percepção do processo de deterioração desses direitos: a polarização maniqueísta entre as autointituladas, mas muito duvidosas, esquerda e direita, irritantemente traduzida na tola e infantil contraposição entre coxinhas e mortadelas, ofusca a percepção e a compreensão da realidade. O discurso fácil e a falta de reflexão parecem obscurecer a visão e a compreensão histórica das pessoas, que já não se lembram o que foi a Nova República, o que foi o Governo Collor, o que foi o Governo FHC e como o próprio PT chegou ao poder. Nesse último caso, vale recordar que a existência impensável de Temer na direção do País é, quer queiram quer não, um contributo petista. Isso para ficarmos apenas na história mais recente. O processo que se denomina reformas neoliberais – um eufemismo para encobrir a gana acumulativa dos segmentos mais ricos ou abastados da terra de Macunaíma – não foi interrompido desde a assunção ideológica explícita do Governo Collor. As benesses para os mais ricos sempre foi uma constante, ou seja, lucros concentrados e socialização de perdas é a lógica que preside o empreendedorismo tupiniquim, com as sinecuras e beneplácitos dos governantes, ainda que se implemente uma política aqui e acolá para assegurar votos e o reconhecimento junto aos segmentos mais oprimidos da população. A assustadora perda de direitos sociais, que assistimos atualmente de forma mais evidente, já vem acontecendo há um bom tempo, inicialmente por debaixo dos panos ou na calada da noite – como fazem os quatis comedores de ovos –, mas agora à luz do dia e de forma muito explícita, ou seja, dentro do próprio parlamento que a sociedade legitimou ao acionar os botões das urnas eletrônicas. Os algozes não temem as vítimas quando o chicote já desmilinguiu o espírito: é dessa forma que se curva e se faz ajoelhar um escravo. A sociedade brasileira parece estar de joelhos e acreditando ainda mais que o jogo é esse mesmo: ser vilão de colarinho branco vale a pena porque no final da história o bandido sai vitorioso. Não se questiona o algoz e as suas ações, mas se ambiciona possuir o chicote que ele tem nas mãos. A situação é complicada e não merece ser resumida aos embates dicotômicos como se estivéssemos em uma partida de futebol ou em contendidas carnavalescas de escolas de samba. A questão brasileira requer a urgência de um olhar mais aguçado sobre a realidade e o resgate da história como princípios de compreensão das mazelas nacionais, bem como a revitalização da

crença na civilidade, no respeito e solidariedade ao próximo, na busca do bem-estar coletivo e no exercício da cidadania como antídotos para a necrofilia (como a define Eric Fromm), que parece se espriar furtivamente pela sociedade, e armas de combate aos projetos narcisistas e ególatras de elites ignóbeis e destrutivas. É necessário não só passar o País a limpo, mas reinventá-lo e, tomando de empréstimo palavras do já falecido sociólogo e ativista Herbert de Souza, para nascer um novo Brasil, humano, solidário, democrático, é fundamental que uma nova cultura se estabeleça, que uma nova economia se implante e que um novo poder expresse a sociedade democrática e a democracia no Estado. Eis aí o grande desafio neste momento.

A Loucura na Bruzundanga

06 de agosto de 2017

O país de Macunaíma insiste em confundir resiliência com leniência. Em meio às dionisiacas compensações encontradas em um copo de cerveja, nos estádios de futebol ou apenas sentados à frente de seus televisores de grandes polegadas, os não cidadãos da republiqueta tropicalista transformam ocorrências indignantes nos fatos mais incontroversos do cotidiano. É dessa forma que atos de vilania se tornam virtudes e o compromisso ético coisa de caxias ou de empedernidos conservadores. As ideias são contorcidas de forma rocambolescas e qualquer sujeito que tem algum juízo no lugar fica realmente aterrorizado com a passividade e a tolerância às distorções morais na terra brasilis. Aos mais ajuizados, que se sentem prejudicados pela falta de critérios cívicos, resta a depressão e a vontade de ir embora para algum lugar em que possam ser gente de verdade. A sucessão de casos de corrupção na esfera política e empresarial, o descaso com os direitos sociais básicos, a violência na rua, no trânsito e dentro das casas espriam-se como fatos corriqueiros do cotidiano: é normal e válido roubar, é legítimo matar, muito natural violentar e espancar os vulneráveis. A terra abençoada por deus e onde todo mundo é bonzinho tem uma face cruel e perversa, que foge da autocrítica. O aumento da criminalidade nas grandes metrópoles, entre os disparates da má formação de policiais e da truculência de bandidos que mandam no pedaço, submete a população civil a uma guerra intestina não declarada. De acordo com dados oficiais do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nos últimos quatro anos, morreram cerca de 279 mil pessoas no País, número superior aos mortos na Síria onde se registraram no mesmo período 256 mil mortes. Nesse quadro dantesco, vamos navegando como se estivéssemos em mares calmos, mas na verdade embalados por correntes vulcânicas. Soma-se a tudo isso a precarização dos direitos sociais advinda de propostas de reformas mal pensadas e articuladas para satisfazer empresários e banqueiros vorazes, sem visão de longo prazo e sem compromissos com o País. O trabalhador é sempre o culpado dos invencíveis desequilíbrios nas contas, mas há sempre aqui e ali um

dinheirinho para enriquecer políticos e beneficiar falsos empreendedores. No entanto, isso não parece ser relevante. Infelizmente, nesse aspecto, as redes de comunicação televisivas cumprem bem o papel de correia de transmissão na defesa dos interesses dessas elites. Não é por menos que passaram a aceitar abertamente, por um lado, a crítica ao governo de plantão. Pretendem com isso ressaltar o compromisso moral em resposta apaziguadora à ojeriza dos setores medianos da sociedade. Por outro, defendem em discurso raso e canhestro, muitas vezes contraditório, as reformas trabalhista e previdenciária, como se fossem projetos independentes do governo e dos agentes econômicos que as patrocinam. Nesse afã, todos os eufemismos, todas as contradições são admitidas como coisa muito natural: alardeiam em dado momento que a economia se recupera de forma milagrosa – não por mérito do mandatário enrolado com a justiça até as raízes dos cabelos, mas por honra e glória da equipe econômica, como se uma coisa estivesse descolada da outra -, porém, logo em seguida, entrevistam a dona de casa embasbacada com a alta dos preços e sem recursos para comprar itens básicos de sua cesta. Espera aí: a economia não está se recuperando? Assim percebe o telespectador mais atento que, além da corrupção e de outras mazelas, parece que também estamos a caminho da idiotização. Na contemporaneidade tupiniquim, em meio as defesas malucas de advogados bem pagos e no discurso viscoso dos jornais transmitidos em horário nobre, tudo passou a ser uma espécie de tropo linguístico: julgar o presidente por atos ímprobos é desrespeitar o Brasil (desde que ele seja útil aos esquemas do poder), condenar propostas de reforma mal pensadas, principalmente em seus efeitos de longo prazo nas circunstâncias de um capitalismo selvagem, é jogar contra o Brasil. Afinal, de qual Brasil andam falando? Deve ser de algum outro em que os brasileiros de fato não estejam incluídos ou que não consigam se enxergar. Talvez seja mais apropriado admitir que, quando defendem atos nefastos ou embusteiras reformas, estejam em verdade defendendo e desejando perpetuar a já conhecida Bruzundanga. Não o país digno e justo em que, certamente, a maioria dos brasileiros gostariam de viver.

A Força no Lugar da Inteligência

06 de outubro de 2018

A emergência da extrema-direita no Brasil reforça a percepção de que o país evoluiu muito pouco no que se refere à maturidade política. Em verdade, onde seria necessária a existência de uma cidadania baseada nos princípios da autonomia e da ação reflexiva, o que se observa é o moto-perpétuo da busca por uma liderança avassaladora ou, se for mais apropriado, por um pai narcisista e mandão capaz de colocar ordem na casa. Tomando de empréstimo a alegoria freudiana, parece que os brasileiros não conseguem se libertar do jugo do pai da horda e essa dependência determina a heteronomia tão

prejudicial à anêmica democracia brasileira. Não se trata somente da busca por um messias ou por um salvador da pátria em momentos de crise e desnorteamento, mas de uma profunda e anterior necessidade de tutela. Não é por outro motivo que a figura do líder político é associada à força e à coragem (el macho), atributos que muitos enxergam nos militares, ainda que não tenham como fundamentá-los além da crença ou da fantasia.

Daí o saudosismo em relação ao regime militar, que passou a ser ideal para muita gente nascida a partir da década de 90, ou seja, por pessoas muito jovens que emitem juízos de valor positivos sobre uma realidade não vivenciada. A falta da indagação reflexiva e da criticidade abre espaço para a adoção de preconceitos, de maniqueísmos e polarizações regidas pelo ódio. Não é necessário muito mais do que isso para incrementar a visão fascista do mundo e da vida. A extrema-direita brasileira abraça a causa e, neste momento, joga de acordo com as regras da democracia para detonar a própria democracia. Embora os tempos sejam outros, isso se parece muito com a Alemanha da década de vinte, que assistiu a ascensão do nazismo e de suas lideranças por intermédio do quadro institucional constituído.

Lá como no Brasil de hoje havia problemas econômicos, mas também um significativo descontentamento com o regime democrático da República de Weimar e forte saudosismo da Alemanha imperial (no imaginário a figura do imperador é a própria do líder onipotente). No Brasil de hoje é inquestionável a forte rejeição à política e aos políticos tradicionais, que por extensão gera a ojeriza contra o próprio regime democrático. A falta da criticidade não permite aos adeptos das posturas autocráticas, principalmente nos segmentos sociais mais suscetíveis à propaganda, perceber que a democracia não tem a ver necessariamente com posturas imorais e antiéticas. Elas existem também nos regimes fortes e, nesses casos, pouco se pode fazer para detê-las devido à interdição da liberdade de expressão. O irônico nisso tudo é a incapacidade dos saudosistas e asseclas das ditaduras, particularmente daqueles que vestem a camisa do bolsonarismo, de perceber que é graças às benesses do direito de expressão que podem ir às ruas ou invadir as mídias sociais na defesa de suas ideias militarizantes. A visão de mundo é tão curta e o pragmatismo cego tão severo que, certamente, só perceberão isso muito tarde (ou não!), quando sentirem na carne as consequências de uma opção política muito equivocada.

Mas, voltando à Alemanha, lá também havia a busca por um super-homem destemido e corajoso, que tomou forma na figura histriônica de Adolf Hitler, um sujeito narcisista incapaz de amar (ele abria uma pequena exceção para a cadela Blondi, seu animal de estimação) ou de ter empatia por alguém, a não ser por ele mesmo, o que aliás é uma das características que Freud atribuiu ao poderoso e narcisista pai da horda. Por lá a

propaganda enganosa, adornada por distorções e preconceitos, associada à violência, foi instrumento eficaz para difundir inverdades e atrair adeptos incautos conduzidos por fantasias e pelo ódio, por um desejo de vingança dos inimigos externos, mas também e sobretudo, dos inimigos internos eleitos pelo regime. O ódio direcionado a esses inimigos foi propagado e reiterado por intermédio da radiofusão e por jornais como o *Völkischer Beobachter* e o difamante *Der Stürmer* de Julius Streicher: judeus, testemunhas de jeová, ciganos, homossexuais, deficientes físicos e comunistas, entre vários outros, passaram a ser alvos da ira de radicais enlouquecidos.

Por aqui, a coisa anda mais sofisticada, afinal de contas os brasileiros podem se privar de muita coisa importante, mas são grandes consumidores de aparelhos celulares, e as mídias sociais se tornaram o veículo predileto para falsas notícias, agressões e difusão desavergonhada de ofensas, difamações e inverdades. Os preconceitos rolam à solta e expõem a cara de uma sociedade extremamente hierarquizada, historicamente desigual, preconceituosa e racista (correntes da antropologia brasileira já haviam evidenciado isso há muito tempo). A extrema-direita brasileira também estabeleceu seus sacos de pancadas: negros, mulatos, pobres, nordestinos, mães solteiras, lésbicas, gays, Índios e o que mais puderem inserir no rol dos desafetos. Lá uma burguesia voraz e afoita estava disposta a patrocinar qualquer maluco em assalto ao poder se esse fosse o preço para afastar a sombra do comunismo, que era realmente factível naquela época.

Aqui, após 29 anos desde a queda do Muro de Berlim, 5 anos desde a morte de Hugo Chávez e na era da expansão capitalista de uma China que se protagoniza cada vez mais no cenário político e econômico internacional, a obscura, tacanha e dependente burguesia brasileira propaga de forma muito cínica que o país corre o risco de tornar-se comunista ou algo semelhante à Venezuela se não houver a presença de um capo devoto ao *laissez-faire* tupiniquim na condução do País, e não importa qualquer diferença cultural, estrutural e histórica. Na total falta do pensamento crítico e em meio a perda da memória histórica, parcelas mais conservadoras da sociedade, principalmente aquelas que congregam religiosos fundamentalistas e fanáticos, assumem o papel de arautos dessa atrasada burguesia e passam a divulgar inúmeras asneiras por intermédio de blogs e das mídias sociais.

Parece sensato não subestimar a serpente que sai do ovo e se esgueira, como as cobras fazem, pelas frestas. O que estamos assistindo no Brasil é muito mais que um gesto político passageiro de ojeriza ao Lula ou ao PT, é a avalanche de uma extrema-direita que sempre esteve aí se esgueirando, mas que agora resolveu mostrar a cara e dizer ao mundo o que realmente pensa, deseja e é capaz de fazer. Infelizmente os brasileiros têm dificuldade de aprender com seus erros políticos, e eles foram inúmeros desde a Velha República, o mais recente foi a desastrosa eleição de Collor, que evidentemente sofreu

a influência da busca pelo el macho. Não foi por menos que Collor tornou público que nascera com “aquilo roxo” em alusão à genitália como símbolo de virilidade e coragem. O seu chauvinismo não desagradou as mulheres e afagou o ego de muitos homens, que o conduziram à presidência. Os resultados de Collor no poder foram drásticos, mas, mesmo assim, os fundamentos da democracia foram preservados. O que ocorre hoje no país é algo um pouco mais perigoso, porque pode ser um atentado a esses fundamentos com a consequente legitimação do obscurantismo por intermédio do voto. Nessa circunstância, a situação seria no mínimo pitoresca: um povo que prefere voltar a senzala do que enfrentar como cidadãos livres os abusos discricionários da casa grande.

Ódio e Boçalidade: Combinação Destrutiva

27 de outubro de 2018

*“Ê, ô, ô, vida de gado. Povo
marcado, ê! Povo feliz!”
(José Ramalho)*

Ler os comentários referentes às coberturas da imprensa publicadas em sítios na Internet tornou-se algo repugnante, mas, ainda assim, uma oportunidade ímpar para perceber como o país despencou ladeira a baixo. A brutalidade, a falta de educação e a incivilidade sempre foram problemas na sociedade brasileira, ainda que não declarados, mas agora um bocado de energúmenos se sente seguro para revelar abertamente a face monstruosa de uma sociedade desigual, pouco instruída e às beiras da total cretinice. A renitente falta de investimento em educação cobra o seu preço e, certamente, tem contribuído para o quadro dantesco em que se destacam a ausência da sensatez, do raciocínio lógico, da capacidade de reflexão e relativização. No lugar do bom senso, crescem as demonstrações de rudeza, da carência de informação qualificada e de um ódio desmedido que se espraia na vida cotidiana e, principalmente, no contexto das expressões políticas. A sensação é a de uma sociedade que se lançou à obscuridade não por coação, mas por ato deliberado de escolha, ainda que saibamos que muitos fatores de ordem social, política e cultural tenham contribuído para isso. Exemplo assustador do obscurantismo tupiniquim encontra-se registrado nos comentários à notícia, publicada no sítio G1 no dia 22/10/2018, sobre a brutal manifestação de racismo em um voo da Ryanair de Barcelona para Londres. O ataque extremamente agressivo e gratuito a uma senhora negra e idosa deveria causar, no mínimo, independente das opções ideológicas, asco em quem tem um pouquinho de respeito à dignidade humana. No entanto, os comentários dos infelizes leitores (se é que podem ser tratados assim) transbordam em afirmações racistas que apoiam ou suavizam o caso em questão. O que torna a situação mais bizarra é o fato de que estamos em um país de matriz africana com cerca de 46,7% da população (de acordo com dados do IBGE) categorizados na cor parda, ou seja, a sociedade brasileira é irrefutavelmente uma nação de mestiços. No

entanto, tudo indica que a falta de consciência e da autopercepção reiteram a alienação e, junto com ela, as barbaridades que se avolumam em discursos grotescos de reforço ao preconceito, às inverdades e à beligerância em substituição ao diálogo. A situação causa assombro e aflige os mais sensatos, que assistem atônitos a deliberada marcha em direção ao precipício. A situação atual da sociedade brasileira, regida pelo ódio e pela defesa da violência, desmente em gênero e grau a romântica aceção de que o povo brasileiro é intrinsecamente pacífico e solidário. Em verdade, mergulhados na falta de educação e guiados por elites velhacas, o povo se dobra às falsas ideias difundidas por apologetas enganadores e tornam o futuro do país algo incerto e muito assustador. A ignorância e a cegueira por ela provocada impedem que sejam capazes de perceber o mal das más decisões. Eles aprenderão com o tempo, mas, até lá, muitos sentirão na carne os resultados dos equívocos de um povo arrebanhado (assim como os bovinos), que prefere ser regido pela ignomínia, pela boçalidade e pela raiva em oposição a qualquer sentimento mais nobre ou enaltecido.

Os Camisas Negras Tupiniquins

28 de outubro de 2018

Senhoras e senhores eu vi, vi e fiquei estarecido, embora seja cada dia mais difícil ser surpreendido por tudo que acontece neste triste país. Vi criancinhas saudáveis e rechonchudas, como geralmente são os filhos da pequena burguesia, trajando vestes negras com estampa de rifles às costas. Vi esse tipo de coisa em uma manifestação realizada com cordão de veículos, predominantemente caros, no centro de Brasília. Fiquei embasbacado e entristecido, porque há uma abominável simbologia nesse tipo de roupa. As crianças tão jovens e tão pequenas não têm obrigação de entender por que vestem o que vestem imposto pelos pais e o que isso representa. Porém seus progenitores, que se pressupõe minimamente instruídos (tenho dúvidas sobre isso), deveriam saber ou ter conhecimento dessa simbologia. Em caso negativo, então é bom lembrar: no ano de 1932 na Inglaterra, um certo Sir Oswald Ernald Mosley, ex-chanceler pelo Ducado de Lancaster e simpatizante do fascismo de Benito Mussolini, criou um grupo paramilitar, que ficou conhecido como os Camisas Negras, ou seja, um grupo muito parecido com a milícia criada por Mussolini na Itália fascista. Por que camisas negras? Porque optaram, assim como a Milícia Voluntária para a Segurança Nacional italiana - por sua vez inspiradoras das vestimentas da SS de Adolf Hitler -, pela cor preta como a tradução da força e do poder (mas não devemos esquecer que, em outros contextos, a referida cor é também utilizada para exprimir o mal, o medo, a solidão e a morte). Os paramilitares de Sir Oswald saíam às ruas para defender seus ideais de anticomunismo e nacionalismo autoritário (a propósito, Sir Mosley, assim como Donald Trump, não gostava de imigrantes). No entanto, Mosley não foi vitorioso em seus

propósitos, seus opositores tiveram o bom-senso de isolá-lo até que caísse em total descrédito em território inglês (eis a importância da democracia e do exercício da oposição). Não tenho certeza se a pequena burguesia brasileira seja realmente esclarecida para entender tudo isso, mas é muito significativo que por detrás ou em meio ao verde-amarelo tremulante, ao estilo dos campeonatos futebolísticos, se esconda os rifles do fascismo. Ah, no que se refere ao verde-amarelo, mais comum em período de copas mundiais (no dia a dia ele desaparece), também vi em Brasília algo muito curioso, particularmente nas periferias menos favorecidas: camisetas amarelas com frase destacada em verde anunciando que o partido do propagador é o Brasil. É demais querer que as pessoas em geral saibam sociologia ou um pouquinho de ciência política, particularmente em uma sociedade carente de educação básica, mas seria muito bom se esses iludidos soubessem realmente o que é um partido. A frase obviamente tem o intuito da negação da política, mas ela esconde a verdade do apoio a um partido político específico, que busca se eleger, como é evidente para os mais esclarecidos, com o discurso da negação das próprias regras que o viabilizam como partido. Para os que são familiarizados com o conhecimento sociológico, vale a pena lembrar as definições de Robert Michels sobre os partidos políticos: são grupos organizados que se apoiam em uma ideologia, que pode ser exequível ou não, com tendências oligárquicas e com o único propósito de influenciar ou ocupar o espaço de exercício do poder. Portanto, ainda que o sujeito, por ódio à democracia ou por qualquer outro motivo, queira justificar o seu voto em função do país na pressuposição de uma neutralidade transcendental, em verdade está apoiando um ideário específico e com interesses muito particulares. Talvez não consiga perceber isso ao ser movido pela ingenuidade, pela desfaçatez ou, na ausência de uma palavra menos agressiva, pela mais autêntica estupidez. Não importa muito o motivo quando ele parece ser um equívoco, porque o mais grave são as consequências que advirão das ações irrefletidas, provavelmente tão nocivas que demandarão muitos anos para ser superadas. Não acredito que coisas boas possam ser geradas quando assistimos, de um lado, pessoas alienadas que tratam um processo eleitoral como uma partida de futebol ou campeonato de escolas de samba e, do outro, crianças tão inocentes trajando os símbolos do obscurantismo e do ódio, ou seja, sendo educadas para o exercício dos valores mais nefastos. Os pais obtusos deveriam preservar a inocência de suas crianças e deixá-las fora disso tudo, mas como diz a letra da música:

*"Daddy, what else did you leave for me?
What did ya leave behind for me?
All in all, it was just a brick in the wall
All in all, it was all just bricks in the wall "*

The Wall – Pink Floyd

Cerceamento do Pensamento Crítico

31 de outubro de 2018

O estreitamento da visão de mundo da extrema-direita brasileira, em sua versão mais popular e populista, é realmente assustador. A mais recente demonstração de obscurantismo pode ser observada na detração das escolas e dos professores, que é feita em coro nos truncados comentários, a maioria com erros ortográficos e gramaticais básicos, esparramados nas seções abertas aos leitores dos jornais eletrônicos. Decretaram de forma parcial, e com a total falta de bom-senso, que os educadores brasileiros são comunistas e doutrinadores de esquerda. Não vamos discutir o anacronismo do anticomunismo, principalmente após decorridos 27 anos desde a extinção da União Soviética e do período conhecido como Guerra Fria, ou os indisfarçáveis sinais da esquizofrenia paranoide, mas ressaltar o aparente ódio à liberdade de expressão e à alteração de ideias tão necessárias ao desenvolvimento do conhecimento e também ao exercício da cidadania. Curiosamente os espíritos inquisidores de agora argumentam que a escola não é lugar para outra coisa senão o ensino da língua portuguesa e da matemática. Munidos de uma aparente razão instrumental e de uma pressuposta perspectiva pragmatista da vida, orientada basicamente pelos valores da meritocracia de mercado, os intolerantes desprezam o pluralismo das ideias e se metem, consciente ou inconscientemente, nas brechas da parvoíce e do autoritarismo de quem se acha portador da verdade absoluta (esse comportamento é reforçado pelo fundamentalismo religioso que anda em moda na atualidade). Ao querer cercear a livre expressão de professores e alunos, de tolher o pensamento crítico, e impor a hegemonia dos seus preceitos tacanhos, essa parte da sociedade brasileira aposta no atraso. É difícil pensar ou admitir, no contexto das democracias ocidentais, a existência de uma escola sem a possibilidade do convívio com as diferenças, das divergências e do livre debate. Esses apologetas do atraso querem amordaçar a educação e evitar a evolução política e social do país. Há de se tomar cuidado, porque hoje almejam calar a boca dos educadores e amanhã, quem sabe, a de todos nós.

*“Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,*

*o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada”.*

Eduardo Alves da Costa
(excerto do poema **No caminho, com
Maiakovski**)

Justiça Partidária

03 de novembro de 2018

Entre as trapalhadas do combate a corrupção, com pisadas de bola aqui e acolá, parece ter acertado quem desconfiou de todo o esquema pré-eleitoral. Agora não há dúvidas: a Lava a Jato cumpriu seu papel e o Brasil tem a sua versão tupiniquim de Antônio Di Pietro. Em meio a tudo isso, é inevitável recordar o *Dezoito de Brumário*: a história se repete, se repete sim, mas quando isso acontece, acontece como farsa. No caso da terra brasílica a farsa é ainda pior porque é auxiliada pelo viés da síndrome de vira-latas, do colonialismo anacrônico e da arrogância de elites que não conseguem ser originais sequer em sua própria teatralidade. Por isso mesmo, a coisa toda soa como uma ópera *buffa*, mas com humor sem graça e consequências imprevisíveis. Talvez o efeito colateral do riso forçado seja uma dor de barriga incontrolável em toda a plateia. O que acontece hoje no processo de degradação da débil democracia brasileira é a grande revelação de coisas que já estavam aí, talvez veladas, mas já estavam aí. A última é a evidência da partidarização dos magistrados brasileiros. Não é fato desconhecido que o sistema judiciário tupiniquim há muito trabalha com duas medidas: para os ricos e influentes o benefício da cegueira e da balança favorável da justiça e para os pobres, geralmente negros e mulatos, as barras das prisões lotadas e desumanas. Porém, agora, ficou explícito que foros e togas podem servir a propósitos de natureza política. Não adianta dizer que se trata de um processo natural, que respeita os princípios da democracia. É bem verdade que qualquer magistrado pode, na condição de cidadão, almejar ser o que bem entender na esfera política, até presidente da república, mas para isso é no mínimo razoável que primeiro deixe de ser juiz. Do contrário, será inevitável a desconfiança de que a ética e os valores republicanos estejam, de alguma forma, sendo atropelados e, justamente, por quem deveria preservá-los incondicionalmente. De qualquer maneira, na terra de Macunaíma, onde a república foi e ainda é um fato histórico muito insólito,

seria ingenuidade acreditar que valores de tal natureza fossem observados com algum grau de importância. Enfim, a partir deste momento em que o país do meio termo e do jeitinho expõe a sua verdadeira face, externando politicamente o seu conservadorismo e intolerância, ficará cada vez mais evidente como instituições e burocracias públicas podem estar a serviço de projetos partidários de uma forma indisfarçavelmente facciosa e, pasmem, com o beneplácito de uma boa parte da sociedade.

Ignorância, Crendice e Falsos Profetas

11 de novembro de 2018

"Cuidado com os falsos profetas. Eles vêm a vocês vestidos de peles de ovelhas, mas por dentro são lobos devoradores. Vocês os reconhecerão por seus frutos. Pode alguém colher uvas de um espinheiro ou figos de ervas daninhas? Semelhantemente, toda árvore boa dá frutos bons, mas a árvore ruim dá frutos ruins. A árvore boa não pode dar frutos ruins, nem a árvore ruim pode dar frutos bons. Toda árvore que não produz bons frutos é cortada e lançada ao fogo. Assim, pelos seus frutos vocês os reconhecerão!"

(Novo Testamento – Mateus 7: 15-20)

Não sou religioso. Depois de algum tempo dedicado aos estudos laicos, não me permito folhear a bíblia, ou qualquer outro código de caráter religioso, com o olhar ingênuo dos crédulos. Concorro que qualquer livro dessa natureza pode constituir excelente fonte para análises históricas e antropológicas sobre povos, culturas ou civilizações, mas não consigo acreditar em mitos, em aconselhamentos morais ou orientações de caráter filosófico como palavras divinas, por mais que sejam belas, coerentes ou que traduzam de forma apropriada verdades sobre as compulsões, os vícios e as virtudes humanas. Também não sou um estudioso competente desses códigos, mas admiro o trabalho de historiadores, antropólogos, filósofos e teólogos que realizam esse tipo de pesquisa de forma isenta e com criticidade. Em suma, não sou a pessoa mais qualificada para debater textos dessa natureza até a exaustão, mas há alguns trechos bíblicos que me atraem a atenção e que julgo apropriados para refletir sobre os tempos em que vivemos arrodados por expressões irracionais da radicalidade própria dos fundamentalistas e da ignorância dos obtusos. Refiro-me mais especificamente ao capítulo 7 do livro de Mateus, versículos de 15 a 20, em que o apóstolo faz referências aos falsos profetas. Por que me atrai esses versículos? Porque parecem ser muito apropriados para compor uma imagem do que ocorre atualmente em várias partes do mundo, mas principalmente no Brasil, em que se expande o neopentecostalismo e as correntes carismáticas

entrelaçadas até a alma com interesses de caráter político. É bem verdade que a religião nunca esteve muito distante da política e para verificar esse fato basta considerar os serviços prestados pela igreja católica à legitimação das aristocracias ou na afirmação do seu próprio poder em suas jornadas inquisitoriais. Mas, voltando ao Brasil, além da formação de uma expressiva bancada evangélica no Congresso brasileiro, extremamente conservadora e defensora de valores da extrema-direita, espalha-se o uso da bíblia para legitimar interesses por demais mundanos. Esse uso tem permitido transformar figuras públicas, que poderiam ser colocadas nas legiões do inferno, como homens ungidos por deus. O unguento divino é adquirido por atos de conversão oportunos e, por intermédio deles, indivíduos de caráter nefasto se tornam repentinamente os baluartes dos bons costumes, da integridade moral e da pureza que convém aos santificados. Em meio à cegueira dos crentes extremistas, essas figuras colocam em prática ações visivelmente anticristãs, a exemplo da glorificação do ódio, da vingança, da perversidade, da perseguição e da falta de solidariedade - que em verdade são os frutos do narcisismo doentio de personalidades destorcidas -, como se brandissem legitimamente a espada divina sobre oponentes ideológicos transformados em ímpios e pecadores. É curioso observar em vários comentários desses crentes em mídias sociais e em espaços reservados aos leitores em jornais eletrônicos, que o discurso de defesa dos demônios convertidos é legitimado em passagens do velho testamento, ou seja, em livros do ideário hebreu em que é fácil encontrar a expressão de um deus exclusivista e vingativo. O novo testamento nesses momentos é esquecido e, acredito eu, por ser mais aderente aos valores opostos à lei do talião e da guerra abençoada pela divindade e seus arcanjos. A ideia de um deus não beligerante e compassivo parece ser dispensável por quem precisa acreditar em super-homens violentos e intransigentes. Nesse momento, volto aos versículos de Mateus e me pergunto: não estarão os crentes ignorantes e cegos seguindo falsos profetas? Acredito que sim e receio que ao seguir lobos em pele de cordeiros, em verdade, caminham em direção ao inferno acreditando estar na direção do paraíso. No final estarão todos, pela cegueira e ignorância, condenados às labaredas do principado de Belzebu. Reitero: não sou religioso, mas, por uma questão de piedade, espero que os deuses sejam misericordiosos com suas pobres almas.

Intolerância e Violência Doméstica

21 de novembro de 2018

A avalanche conservadora tem atingido países desenvolvidos e em desenvolvimento, a exemplo dos EUA, Rússia, França, Áustria, Alemanha e também países como Turquia, Polônia e Filipinas. Parece que agora a onda chegou no Brasil viabilizando o protagonismo da extrema-direita tupiniquim. Entre ameaças e xingamentos, os adeptos dessa corrente elegeram quantidade significativa de representantes no Congresso brasileiro e, de uma forma nada tímida, buscam os meios viáveis à hegemonia de sua visão de mundo. Não se trata mais do assalto ao poder constituído, mas de sua conquista por via eleitoral (algo parecido com a ascensão do Nazismo na Alemanha). As razões para o reflorescimento do pensamento e da práxis conservadora, que vem de mãos dadas com aspirações totalitárias, são em grande número. Do meu ponto de vista, no caso brasileiro, pesaram na balança algumas ocorrências das últimas décadas: fragilização da democracia, defesa intransigente do neoliberalismo com a consequente demonização do Estado e dos servidores públicos, avanço político de igrejas carismáticas e pentecostais e, não menos importante, as ações de um eleitorado acrítico e de baixa escolarização, que se sujeita às manipulações midiáticas e às fantasias estapafúrdias veiculadas nas mídias sociais. A ausência da reflexão e do pensamento crítico, no contexto de uma época inclinada à superficialidade, à teatralidade e à não verdade, é algo deletério e mortal para a inteligência. Frente à escassez de neurônios, a ignorância beneficia os extremismos, os maniqueísmos e o impedimento da altercação respeitosa e produtiva tão necessária à existência da democracia.

A sensação que se tem ultimamente, frente ao avanço do conservadorismo autocrático, é a de que uma nuvem de embrutecimento paira sobre as nossas cabeças. O bom-senso foi escanteado e se abriu um largo espaço para os vícios da intolerância: preconceito racial, étnico e religioso; sexismo; homofobia; misoginia; misandria; xenofobia, entre outros. Esses vícios não devem ser lidos como inocentes pontos de vista, porque facilmente desandam em ações nefastas e na banalização do mal. Há inúmeros registros históricos de situações nessa direção que não dignificam a humanidade. Os sujeitos que tomam esses vícios como se fossem virtudes podem – individualmente ou em coletividade - deixar emergir o monstro que carregam dentro de si em atos gratuitos de violência. O processo civilizatório deveria de alguma forma conter a explosão da animalidade, mas, pelo jeito, ele nem sempre é bem-sucedido e essas manifestações, associadas com o ódio e com o desequilíbrio psicológico, desembocam em situações de terror, que aparecem no cotidiano e se multiplicam quando não há impedimentos sociais, educativos ou jurídicos para contê-las. Os casos de abusos envolvendo mulheres,

por exemplo, é algo que pode ser agravado quando se propaga uma ideologia sexista ou se legitima, por intermédio da lei ou de preceitos religiosos, a precedência do homem em relação à mulher.

A emersão atual das agendas conservadoras e de extrema-direita, que geralmente cultuam valores de muito ultrapassados, reforçam crenças anacrônicas como a hegemonia masculina e fazem a defesa misógina da restrição dos direitos da mulher, conquistados às duras penas, com avanços e retrocessos, desde as primeiras manifestações do movimento igualitário desencadeado pela Revolução Francesa no século XVIII. Os alvoroços da extrema-direita e o alvorecer de seu ideário na atualidade têm facilitado a explosão de casos aterradores de violência doméstica e de afronta aos direitos das minorias. O exemplo mais assustador desse tipo de coisa ocorreu no final de 2017 na cidade russa de Serpukhov com Margarita Gracheva, que, após um processo de abusos físicos e psicológicos, teve as duas mãos decepadas a machadadas por um marido ciumento e emocionalmente descontrolado. Esse acontecimento chama a atenção, ainda que não possamos defender uma relação de causalidade imediata entre as ocorrências, para o fato de que o Congresso da Rússia alterou o código penal daquele país em fevereiro de 2017, com o apoio de Vladimir Putin, para eliminar leis favoráveis à punição da violência doméstica. De acordo com o Congresso Russo a violência direcionada às mulheres e crianças, quando constatada como agressões que não causam lesões, passam a ser faltas administrativas (?!). Vale a pena destacar que esse tipo de medida acontece no contexto do avanço da retórica conservadora na era Putin. O marido violento de Gracheva foi para a prisão, e não poderia ser diferente, mas não é razoável tratar esse tipo de violência com eufemismos: na maior parte dos casos, os abusos psicológico e físico, quando não levam à morte, deixam profundas e irreparáveis sequelas. Não faz muito sentido mutilar a quem se ama, a não ser que o outro seja transformado em mero objeto, que se pode possuir, dominar e descartar sem peso na consciência.

No caso brasileiro, o impacto da agenda conservadora e direitista sobre a população, sobretudo nos segmentos de baixa escolaridade e politicamente influenciáveis, também reforça comportamentos sexistas e violentos. Traços culturais patriarcalistas, próprios da formação histórica e cultural do País, propiciam esses comportamentos, que se agravam com o ideário político favorável e com os contributos morais de fundamentos religiosos de feitio mais conservador. O que deveria ser repudiado, a exemplo da intolerância e da violência, se torna algo comum e legítimo. Inúmeros casos de violência doméstica são registrados no Brasil e, infelizmente, são banalizados ao ponto de não causarem comoção. Entre esses casos, atraiu-me a atenção a agressão sofrida pela atriz Cristiane Machado por parte de seu ex-marido, não por ela ser uma atriz televisiva, mas pelo fato de ter suscitado comentários curiosos. A matéria jornalística sobre esse caso

foi veiculada pelo site G1 no dia 18/11/2018 e, ao lê-la, me interessei particularmente pelo comentário de um leitor, que me pareceu muito apropriado à ilustração do que pode acontecer quando valores arcaicos encontram o suporte ideológico de uma agenda política. O leitor em questão, que adota o peculiar codinome de Pôncio Pilatos, deixa à mostra sua dificuldade no uso da língua portuguesa, o que provavelmente é um indicativo da qualidade de sua escolarização, mas isso não impede que exponha de forma muito nítida os seus valores, a sua opção política e o que pensa sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Segue o comentário:

“Pôncio Pilatos

Quem tem uma esposa dissimulada como essa nem precisa de inimigos. A mulher armou para o cara, premeditou tudo e com certeza [sic] o desrespeitou e o provocou para despertar toda essa ira. Essa eh a tônica hoje em dia: mulheres provocantes e insubordinadas desestabilizando seus maridos. Mas, grassas [sic] a deus, com a eleição do nosso presidente [refere-se ao Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro], os valores e os bons costumes serão restabelecidos. A mulher reassumira [sic] seu papel de mãe e dona de casa, enquanto nos [sic] homens sairemos para conquistar o dinheiro. Vamos resgatar a FAMILIA BRAZILEIRA! [sic]”

Esse tipo de discurso tem se proliferado na Internet e não se deve pensar que sejam casos isolados ou insignificantes. Eles se vulgarizam juntamente com as agressões verbais e físicas dirigidas às demais minorias (indígenas, negros e homossexuais, entre outras). A incultura, a desinformação, a alienação e a falta de pensamento crítico, combinados com valores tacanhos e com a intolerância, pavimentam o caminho mais curto para o retrocesso e até mesmo à barbárie. Esse é o tipo de coisa que envolve um custo muito alto para a democracia, particularmente em sistema tão frágil como o brasileiro, porque significa passar uma borracha sobre direitos humanos conquistados de forma muito árdua. Resgatá-los pode ser uma tarefa quase impossível depois de uma *débâcle*.

Polizeistaat?

18 de Novembro de 2018

O Brasil está caminhando a passos largos para uma forma de Polizeistaat (Estado de Polícia)? Do meu ponto de vista, os ingredientes já estão postos na mesa, só falta misturá-los. A razão desse fenômeno não se encontra necessariamente na emergência da extrema direita tupiniquim, que tem seguido de uma forma muito oportunista a tendência registrada em várias partes do mundo e principalmente nos EUA. Tenho a impressão de que o fenômeno tem tomado forma há algum tempo com a visível judicialização da política e da administração pública – mediante o aumento do poder dos órgãos de controle casado com as ações de caráter policial -, ao lado de transparente politização do sistema jurídico. De certa forma, é algo que já estava em curso dentro do próprio Estado, fermentado e fomentado por segmentos da burocracia cúmplices com ideais conservadores e com políticos reacionários. Não se deve obviamente subestimar outros fatores a exemplo da fragilização do sistema democrático e do estado de direito no mundo contemporâneo, dos valores teocráticos que se expandem no país, do moralismo religioso, da falta de educação e esclarecimento de parcela significativa da população e da tendência sociocultural para padrões autocráticos de conduta, mas tudo isso não teria o peso que tem se o sistema institucional fosse sólido e desimpedido o suficiente para barrar avanços corporativistas e quase suicidas de grupos de interesse pouco comprometidos com o futuro da sociedade brasileira. O que podemos observar é o topa-se tudo desde que os lucros ou benefícios desses grupos sejam mantidos, ainda que isso implique a destruição do país. Afinal, caso isso aconteça, Miami está logo ali para quem possa ir para lá e que tem um apreço desmedido pela terra de Tio Sam. Esse processo tem avacalhado a ordem constitucional e distorcido o papel dos tribunais. O STF que deveria se dedicar às questões constitucionais, como guardião da Constituição brasileira, tem cada vez mais se embrenhado em problemas de natureza criminal. Enquanto isso, a Constituição se torna a vítima dos arroubos dos extremistas e dos fundamentalistas, que desejam calar a boca de seus opositores, rasgar a Constituição e sepultar de vez a magérrima democracia do país de Macunaíma. E nesse afã não descartam a possibilidade, caso necessário, de fechar o próprio STF. Em meio a tudo isso, a postura de procuradores e juízes parciais, com demonstrações de indisfarçáveis interesses políticos, desmoraliza os princípios da ética e do republicanismo e desacredita as instituições a que representam. O cenário causa medo, pois, quem deve fiscalizar os que julgam de forma arbitrária e movidos por interesses alheios às regras institucionais? A coisa parece ir de mal a pior e o que nos resta, ainda que saibamos como a corte superior é constituída e como atua, que alguma parcela dos seus magistrados recuse a

pactuação e lute para preservar os marcos constitucionais, que são fundamentais para assegurar o estado de direito, o futuro dos brasileiros e a soberania do país.

Dai a César o que é de César

29 de novembro de 2018

Por uma questão lógica, somente lógica e de forma alguma ideológica, dever-se-ia imaginar que as religiões, principalmente as de matriz cristã, seriam grandes defensoras da solidariedade, da fraternidade, do perdão e, sobretudo, da paz. Infelizmente não é isso que a gente encontra na história das religiões, pelo menos no que se refere ao mundo ocidental, que sempre estiveram de alguma forma atreladas à política. Isso não parece ser novidade, mas os desdobramentos ideológicos dentro das igrejas cristãs no contexto das sociedades capitalistas (independente de toda a teorização de Max Weber sobre a ética protestante), ainda impressionam porque estão sempre se particularizando em seus aspectos e fundamentos. Digo isso me referindo particularmente ao advento das correntes pentecostais e neopentecostais, a maioria advindas dos EUA e popularizadas mundo afora graças à perseverança de missionários, que evangelizam como soldados em uma guerra e aos meios de comunicação modernos, que permitem aos pregadores difundirem suas ideias e doutrinação. Até aí, excetuando-se os referidos meios, nada diferente dos jesuítas e dos inquisidores de outrora. O que é exatamente novo, do meu ponto de vista, é a difusão das teologias do domínio e da prosperidade em sua versão pentecostal, que se encaixam muito bem na lógica dos interesses mundanos e de coisificação das relações humanas nas sociedades de mercado. Em outras palavras, além de se tornar uma provedora de mercadorias – um pouco à semelhança da venda de indulgências na Idade Média –, as igrejas cristãs da atualidade, em especial as evangélicas, abandonam o ascetismo das questões espirituais fundadas no princípio da fé e da reconciliação com deus, em prol de algo muito mais terreno: a posse do mundo como um desígnio divino e o culto à riqueza como recompensa dos céus. Em verdade as duas teologias andam juntas e orientam congregações religiosas que mais parecem empresas. A lógica que as rege parece ser indiscutivelmente antagônica aos princípios cristãos, pelo menos como conhecidos no Novo Testamento. As virtudes cristãs são substituídas pelos seus contrários com muita naturalidade e sem a percepção devida das patentes contradições. A se acreditar no que se encontra escrito no mencionado livro, o próprio Cristo deu inúmeras demonstrações, por intermédio de seus atos, que se opõem às teologias mencionadas. Ele não fez apologia das riquezas ou do poder político – ainda que muita gente o veja como político –, acolheu os pecadores e os necessitados e foi bastante contundente na separação entre interesses mundanos e o que deveria ser dedicado à virtude e a deus. Três situações se destacam: a primeira se refere ao distanciamento entre o poder assumido

por autoridades terrenas daquele que advém de deus (“Dai a César o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus”). A segunda envolve a oposição ao arbítrio de juízes e algozes, que se percebem castos e imaculados para julgar e condenar como se fossem deuses (“Atirai a primeira pedra quem nunca pecou”). Por fim a preservação do templo como lugar sagrado. Essa última situação tornou-se emblemática com a expulsão de mercadores ou vendilhões do templo, que fizeram do espaço de culto à divindade um local para transações comerciais, ainda que estivessem viabilizando as transações de câmbio e a comercialização de mercadorias úteis à realização de oferendas. Essas passagens bíblicas, e vários outras as quais não estamos arrolando, parecem não ter muita importância nos dias de hoje para os autodenominados cristãos. Percebemos religiosos moralistas, que se consideram o povo merecedor de um certo arrebatamento no final dos tempos, agindo motivados por vícios como a ambição sem limites, a sovinice, o ódio e a vingança. A coisa complica bastante quando esses mesmos religiosos, motivados pelo discurso de pregadores hipócritas e mais interessados nos dízimos que na salvação de almas, transformam as igrejas em palanques privilegiados de pregação em prol de partidos políticos ou de projetos de poder. Doutrinados para enxergar o mundo de forma dualística – reino de deus versus inferno – esses religiosos tendem a se fazer uma única indagação: se deus é por nós, quem é contra nós? A resposta é muito simples se não óbvia, ou seja, destinam-se ao inferno os que não comungam das mesmas crenças e que não seguem a mesma cartilha moral dos escolhidos. Assim como no passado deus foi aclamado para justificar guerras e outros atos criminosos, no presente serve aos argumentos de quem defende proposições e interesses muito mundanos em torno de vantagens econômicas e da conquista do poder, que é exercido entre os homens. Ademais, ao fazerem da religião um instrumento para perseguir, condenar e punir os que não participam do mesmo credo e das mesmas convicções políticas, geralmente conservadoras e extremistas, estão em verdade se afastando dos mais nobres princípios e valores do cristianismo e, quem sabe, embrenhando-se nas trevas infernais, que tanto os assombra e para onde desejam mandar todos os que consideram diferentes e, portanto, inimigos a combater.

Escuta Zé Ninguém

09 de dezembro de 2018

Em 1946 Wilhelm Reich escreveu um opúsculo que recebeu o título Escuta, Zé Ninguém! Não se tratava de um estudo acadêmico ou científico, mas o testemunho da indignação com a detração do seu trabalho como pesquisador à frente do Instituto Orgone por intermédio de calúnias, ataques à sua honra e perseguições, bem como acusações de ilicitudes não comprovadas, que o conduziram a julgamento e à prisão em 1956 na penitenciária de Ludwigsburg, no estado norte-americano da Pensilvânia, onde faleceu

no ano de 1957 (é relevante registrar que, na década de 50, o macarthismo espalhou-se pelos EUA e muitos humanistas ou adeptos do pensamento progressista foram acusados de propagar o comunismo e perseguidos de forma implacável). Não obstante os controversos e não ortodoxos trabalhos de Reich, que facilitaram o estereótipo do esquizofrênico e charlatão (embora ele não o fosse), não há como negar o seu legítimo desconforto com os comportamentos autoritários dos quais foi vítima. Esses comportamentos, mais que resultantes das convicções ideológicas ou das opções políticas, por mais estapafúrdios que sejam, fundamentam-se na cegueira dos ignorantes (e marias vão com as outras) e das paranoias de sujeitos frustrados e mal resolvidos. No referido livrinho desse histórico psicanalista, entre vários aspectos, destaca-se justamente a identificação do homem comum com posturas autoritárias, decorrente da dificuldade em reconhecer suas próprias limitações, no agir e no pensar, e a tendência a se sujeitar a pessoas que considera mais fortes, ou seja, a apoiar-se em lideranças autoritárias. Essas lideranças personificam o ideal do ego e passam a funcionar como consciência moral do sujeito. O sugestivo vocativo do Zé Ninguém parece ser muito útil para entender o posicionamento de uma larga parcela da sociedade brasileira. A ignorância que toma conta do país de Macunaíma advém da inquestionável falta de educação, que colabora para a ausência da criticidade e para o embrutecimento da população. A iluminação do espírito, que eleva os sujeitos aos patamares da sabedoria, quando abandonada por ato deliberado ou como imposição dos mais fortes por gerações de mandos discricionários, torna-se um ingrediente essencial no caldeirão dos feiticeiros para perpetuar as elites inescrupulosas, que se colocam de forma muito confortável no domínio da política e da economia. O feitiço da insensatez contribui à expansão de ideologias conservadoras e autocráticas. A caricatura do Zé Ninguém é, de certa forma, a imagem do sujeito que se deixa manipular com facilidade e, portanto, que se encontra aberto ou suscetível à doutrinação como se estivesse com um encosto ou com um feitiço vindo das mãos poderosas de Belzebu (triste sina desses cristãos pecadores!). No Brasil de hoje, essa manipulação ocorre não só pela tradicional influência dos meios de comunicação de massa (principalmente os canais de televisão), que expandiram seu poder de influência na era das tecnologias, mas também por intermédio dos púlpitos das igrejas evangélicas. Os mais oprimidos economicamente, se não encontram paz e compreensão entre homens, vão buscar o lenitivo nos braços interesseiros dos pastores e pastoras: figuras bizarras que andam na linha tênue da separação entre deuses e demônios. Essas criaturas desesperadas vão em busca de socorro, principalmente, nas igrejas pentecostais, que parecem ser muito mais antiquadas quando comparadas com o catolicismo medieval. As lideranças dessas igrejas conseguem enxergar, em qualquer muro na escuridão, as figuras refletidas de terríveis demônios a persegui-las. Embora possamos tentar é difícil fugir do estereótipo: gente atrasada, psicótica e dada a inúmeras excentricidades. Pregadores histéricos que conduzem desesperados, e se deixam conduzir, por fantasias sem pés e

cabeça. O Brasil parece, infelizmente, uma sociedade muito doente a caminho do manicômio. Conseguirá evitar a loucura, quem sabe?

A Paranoia dos Boko Mocos e o Pobre Noel

09 de dezembro 2018

(Alguns dias antes do Natal)

Loucura, loucura, loucura! Estigmatizaram o pobre Papai Noel. O Brasília Shopping meteu o bom velhinho em vestimenta na cor marrom e o Barra Shopping, em Salvador, na cor azul ⁽¹⁾. No primeiro caso, a coisa não é tão estranha, ainda que os motivos não sejam tão aparentes, tendo em vista que, até o século XIX, o velhinho vestia roupas na cor marrom e, de uma certa forma, a opção combina com o saudosismo conservador que ronda a sociedade brasileira (e o mundo!). Porém, o segundo caso é muito estranho e parece sugerir, com mais contundência, que o motivo seja outro, isto é, parece que o problema é a cor vermelha. Em se aceitando essa hipótese, o segundo caso compromete o primeiro. Fico me perguntando se teremos, daqui a pouco, o banimento da cor vermelha na terra brasilis. Como fariam isso? Não sei. Fico a imaginar e não consigo conter o riso. A idiotização do brasileiro chegou a esse ponto? Talvez eu esteja fora do prumo como o Alienista de Machado de Assis. De qualquer forma, condenar uma cor por ter, entre várias, uma determinada simbologia ou uma conotação política de que não se gosta é o cúmulo da estupidez. A vitimizada cor não se encontra presa a uma única significação e pode, por exemplo, traduzir diversas ideias: paixão, guerra, saúde, coragem, perigo, atenção, raiva, fogo, sangue, amor, fervor e socorro, entre várias outras. Imagine se os Boko Mocos de agora - os que perderam o bom senso e a inteligência, que não conseguem conceber o que é uma associação metafórica, uma relação ideativa, um jogo linguístico ou apenas um simples e engraçado tropo – resolvam banir o vermelho. Vejam o caso dos semáforos: o que colocariam no lugar de uma convenção? Talvez os brasileiros inventem uma alternativa para substituir o vermelho. No lugar colocarão algo a ser criado, talvez uma mistura aleatória de cores, uma cor resultante tão nonsense e estapafúrdia quanto a inteligência alterada dessa gente. A paranoia chegou no nível da incompreensibilidade e ao ponto de provocar delírios e falsas percepções. Estão conseguindo enxergar no imaginário popular e nas narrativas fantasiosas (ou na mais pura e evidente realidade) o que certamente não está lá. O Saci-pererê que se cuide. Talvez seja prudente pedir asilo em algum lugar enquanto ainda há tempo: é negro, espírito livre, brincalhão e usa aquele gorrinho vermelho. Ah, aquele gorrinho, aquele gorrinho vermelho...não sei não. E o chapeuzinho-vermelho coitada? Qual será o seu destino? É provável que seja obrigada a usar um chapeuzinho azul celeste para evitar o banimento. Que coisa, hein? Como diria nosso saudoso

Sebastião – apelido Sebá e codinome Pierre -, que veio ao mundo graças a inventividade dramática de Jô Soares: *“Chose de loc, Madalena. Chose de loc...”*.

(1) Fonte da Notícia:

<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/376697/Shopping-tira-o-vermelho-e-coloca-roupa-marrom-no-Papai-Noel.htm> - 03/12/2018 às 12:34.

Resgate da Educação Cidadã

03 de janeiro de 2019

A parvoíce política do brasileiro médio e de baixa-renda não é novidade. Ela se justifica em parte pela falta ou pela má qualidade da formação educacional, que se deteriora cada vez mais, e também pela alienação político-cultural, agora acentuada pela adesão enlouquecida às sandices do neopentecostalismo (e por sua doutrina da prosperidade), que se espraia pelo país como erva daninha. Mas, de alguma forma, há a sensação de que a coisa piorou e muito nos últimos anos. Piorou e pouca gente conseguiu perceber. Foi algo sutil e rastejante, que chegou sem fazer muito alarde. A expressão política do conservadorismo, na figura da extrema-direita tropical, não é algo que se possa comparar aos tradicionais movimentos de direita norte-americanos ou europeus, que do meu ponto de vista, salvo engano, seriam um pouco mais civilizados (excetuando-se obviamente a inesperada corrente trumpista). O fenômeno acontece em terra brasileira conduzido pelas rédeas da ignorância, do obscurantismo e de uma indisfarçável burrice. O quadro dantesco sequer pode ser chamado de medieval, porque é mais pobre do ponto de vista ideológico e filosófico. Não se trata de uma visão de mundo que possa ser entendida e explicada de forma racional, mas apenas nos limites do nonsense fundamentado na ganância, no individualismo, no egocentrismo e na mais irracional manifestação de raiva. A forma que vejo o cenário não tem nada a ver com menosprezo ou preconceito ao brasileiro de direita, mas advém da constatação de expressões e gestos que tomaram conta do cotidiano brasileiro de uma forma brutal e muito irracional. Entre erros gramaticais e ortográficos, embalados por uma retórica regida por agressões, palavrões, ódio e referências cristãs, tudo ao mesmo tempo por mais contraditório que isso possa ser, os radicais da extrema-direita brasileira, particularmente os de origem pobre e mediana, têm destilado fel em blogs e críticas na Internet: espaço em que podem se esconder por detrás de pseudônimos ou de junções de letras que nada significam. Agem como desordeiros verbais, agressores e terroristas em ataque à inteligência e ao bom-senso. Acreditam nas inverdades criadas por propedeutas insanos e desprezam qualquer princípio que seja ordenado por um pouquinho de lógica ou que requeira algum tipo de evidência. Dessa forma, mandam a razão para o espaço e reforçam comportamentos esquizoides. Entre as vítimas do ódio

destilado encontram-se todos aqueles que podem ser associados com o exercício da razão ou com a ideia do esclarecimento: educadores, artistas, cientistas, entre outros. Não é por menos que a educação passou a ser hostilizada e criminalizada sob o argumento de ser o antro de um inventado “marxismo cultural”. Para quem teve o privilégio de amar a escola, os livros e os educadores (guardo na memória a doce e cálida lembrança de professores que muito me ensinaram), os ataques de hoje assustam e comprimem os sentimentos saudáveis. Onde vamos chegar? Ninguém faz ideia, penso eu.

Mas retornando aos prosélitos da direita pouco instruídos, é muito ilustrativo vê-los esbravejando em blogs e canais de notícias *on line* sobre assuntos e ideias em relação aos quais desconhecem os fundamentos. O mais interessante: as eleições terminaram, eles ganharam, mas continuam gritando como paranoicos que se sentem observados e perseguidos. Recentemente, tive a oportunidade de constatar, em um desses canais progressistas na Internet aberto aos comentários do público, um sujeito provocador vociferando de forma muito agressiva em prol da permanência do ex-presidente Lula na prisão e desejando-lhe, de forma muito desumana ou anticristã, a morte no cárcere. Entre renitentes defesas de combate ao comunismo, ao socialismo e de total entrega às convicções fascistas, o pregador enraivecido teve um vislumbre de bom-senso, ao ser qualificado como fascista pelos altercadores virtuais, e, com surpreendente humildade, perguntou aos altercadores presentes o que era mesmo o fascismo. Essa ocorrência me chamou a atenção, ainda que seja um caso isolado, para o fato de que parcela considerável dos aderentes à extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018, sequer sabiam ou sabem com precisão o que pregam e em nome do que fazem a defesa de políticos extremistas. Essa gente, com certeza, sofrerá um bocado quando perceberem que, ao votarem com o fígado em brasa em detrimento da razão, construíram uma arapuca onde se aprisionaram por conta própria. O fato depois de consumado é irreversível, pelo menos até a próxima eleição, mas ele deixa algo sobre o qual os progressistas brasileiros precisam pensar com muita rapidez: a necessidade de levantar como bandeira política a educação cívica e política das camadas mais carentes da sociedade brasileira, ou seja, do aprendizado para o exercício da cidadania.

Nesse aspecto, os últimos governos de esquerda parecem ter se equivocado ao estabelecer políticas de inclusão, indiscutivelmente positivas, mas subordinadas à primazia da perspectiva do mercado como se ser cidadão fosse a mesma coisa que ser consumidor. Ninguém é maluco de negar a importância da distribuição de renda e da estabilidade econômica dos cidadãos, particularmente em se tratando de uma sociedade de mercado extremamente desigual. Porém, é de inquestionável relevância assegurar também o desenvolvimento, por assim dizer, de sujeitos capacitados para o exercício da cidadania. Para tanto, é indispensável o investimento na educação e em

projetos culturais que permitam a formação de um sujeito crítico, capaz de ler o contexto em que se insere e fazer escolhas, inclusive ideológicas, de forma consciente. Projetos que se circunscrevem ao resgate da condição econômica ou da formação técnica dos sujeitos para o mercado de trabalho não são suficientemente sustentáveis em países de grandes desigualdades e instabilidades econômicas. É necessário investir na formação para a cidadania, caso contrário, qualquer abalo na situação econômica pode tornar os necessitados ainda mais vulneráveis ao discurso dos vendedores de promessas, que se encontram mais à direita do espectro político. Parece-me, em uma leitura obviamente parcial, que esse foi um dos grandes erros dos governos de esquerda, que conduziram o Brasil nas últimas décadas: além de fagocitarem os movimentos sociais lançando-os à burocracia das secretarias de estado, afastaram-se das bases populares e distanciaram-se das ruas, focaram prioritariamente na inserção do sujeito no mercado consumidor – o que não é menos importante –, mas se esqueceram de manter acesa a defesa da ética (que foi durante muito tempo, por exemplo, a legítima bandeira do PT) e, sobretudo, investir de forma mais contundente na formação cidadã dos segmentos mais carentes da sociedade brasileira. Os setores medianos mais esclarecidos aderiram ao extremismo de direita, certamente, por alienação ou pela falsa percepção de ser parte de uma elite extremamente conservadora, mas o pobre de direita ecoou o discurso dessas elites por mera ignorância e pelo desejo de manter-se como consumidor em meio à crise econômica que o expulsou do mercado. Em outras palavras, faltou-lhe a percepção para reconhecer o mérito das políticas inclusivas dos governos progressistas e a astúcia intelectual para perceber que o ódio das elites não deveria ser absorvido como expressão legítima do seu próprio sentimento. Em outras palavras, faltou o protagonismo do cidadão consciente e reflexivo diante das urnas. Portanto, é urgente a ação dos partidos progressistas no papel de oposição, principalmente os de esquerda, no sentido de retomarem bandeiras históricas e entre elas a defesa da educação para a cidadania, principalmente neste momento em que os extremistas de direita desejam colocar a escola sobre o jugo da censura e do obscurantismo.

A Nova Velha Face do Imperialismo

25 de janeiro de 2019

*“Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos”.*
(Caetano Veloso)

Não é segredo para ninguém que os EUA amam a guerra e enxergam o mundo como um filme de *bang-bang* onde assumem o papel de xerife e chutam a porta sempre que julgarem necessário. Essa evidência vale para dentro e para fora do seu território. Adoram armas desde o nascedouro do país e convivem naturalmente com loucos belicistas, que invadem escolas e trucidam crianças, assim como julgam natural provocar conflitos mundo afora, o que aliás é muito útil à indústria bélica daquele país. Após 29 anos desde o término da Guerra Fria, que dividiu o mundo em duas bandas, o Império ameaçado pelo crescente poder econômico da China coloca em sua presidência um transloucado que desagrada muita gente – inclusive uma parte da sociedade norte-americana –, mas cujas ações provocam orgasmos nos adeptos das correntes ultradireitistas que se espalham pelo mundo. Esse ícone do mal tem influenciado com suas práticas, com suas inverdades, com suas imposturas e com todos os seus vícios e preconceitos, as elites de países frágeis na consolidação de sua própria identidade cívica, a exemplo do Brasil, e mais uma vez na história ameaça de forma vil a autodeterminação e a soberania dos povos. A bola da vez parecer ser a já contundida Venezuela, mas, em verdade, o tigre urina para marcar como sua propriedade ou quintal toda a região da América Latina. A prática não é estranha no cenário da política internacional: define-se incontestavelmente como a prática de um neocolonialismo sem disfarces. A forma contemporânea desse domínio não difere essencialmente de seus propósitos no passado, ou seja, é expressão da exploração econômica mundializada. No caso explícito da Venezuela, pesa na balança o petróleo, mas a gana não se restringe a esse valioso recurso, que em certa medida é também o motivo de conflitos e mortandades no oriente médio. Em verdade, o Império olha para o futuro, e busca garantir reservas de riquezas minerais estratégicas para a sua sobrevivência. Deve-se considerar, portanto, o interesse sobre outros recursos a exemplo da biodiversidade amazônica e, destacadamente, os recursos hídricos que serão inevitavelmente escassos no futuro próximo. Trump pode ser uma aberração política, mas é um ator muito útil para os interesses econômicos e geopolíticos norte-americanos. No passado o Império encabeçou os conhecidos golpes na América Latina para marcar o seu território em contraposição à União Soviética e, hoje, faz algo semelhante em função da posse de recursos naturais. Assim como no passado, não obstante o falso discurso da defesa da

democracia, o Império estabelece alianças com grupos de elite atrasados e subservientes em países periféricos, que veneram os valores da sociedade norte-americana e cultivam as ideologias mais extremistas do liberalismo econômico e, dessa forma, promovem golpes de estado que destroem a soberania dos países e garantem a subserviência colonialista. Talvez a diferença marcante entre ontem e hoje seja a forma explícita da contraposição de interesses na esfera econômica. Embora a anacrônica retórica do anticomunismo continue na pauta – e de certa forma ainda consiga convencer ignorantes e fundamentalistas dos países em desenvolvimento-, ela já não consegue esconder as reais intenções de caráter econômico que regem a dinâmica mundial. A disputa é, indisfarçavelmente, pelo domínio de recursos e novos mercados. O Império cambaleia frente a agressividade produtiva e comercial chinesa e, portanto, aferra-se na guarda de seus quintais ou mais precisamente dos depósitos de recursos que se encontram nesses lugares (nesse sentido, além do petróleo venezuelano, o pré-sal brasileiro tornou-se um chamariz). O que vem por aí é difícil de prever. Talvez uma nova conformação geopolítica e comercial no cenário internacional, com a China confirmando o seu protagonismo na Eurásia e no restante do mundo. Caso seja realmente essa a tendência, a submissão dócil das elites colonizadas latino-americanas ao poder e aos interesses norte-americanos será suicida, aliás tem sido suicida, e a região perderá mais uma vez a oportunidade de superar a condição de quintal ou satélite afundado no lamaçal do atraso e da boçalidade

Como Morrem as Democracias

06 de fevereiro de 2019

O livro dos professores norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt – ***Como as Democracias Morrem*** (Editora Zahar, 2018) - foi publicado em momento muito oportuno, quando assistimos ao espraio do populismo de direita mundo afora, que tem colocado em risco ou ameaçado a vitalidade das instituições democráticas. Embora os autores tenham a atenção voltada para o caso norte-americano, particularmente no que se refere à razão de ser de um fenômeno como Donald Trump, o conteúdo que apresentam é significativamente abrangente para permitir que o tenhamos como base para refletir sobre diferentes sociedades. A escrita clara e objetiva dos autores permite ao leitor, com muita facilidade, compreender os fatores e a dinâmica que presidem o referido processo. O leitor brasileiro inevitavelmente encontrará várias aproximações entre o que é abordado como princípio teórico-conceitual, fatos históricos, precedentes de movimentos autoritários e a realidade política do Brasil na atualidade.

A leitura do livro permite compreender como a democracia norte-americana conseguiu, pelo menos até 2016, impedir o acesso de demagogos ao poder. Entre os aspectos mais importantes dessa resistência, destacam-se a relação equilibrada entre regras e normas no sistema político, bem como os mecanismos de freios e contrapesos. A democracia norte-americana tem se sustentado não só em regras constitucionais coerentemente estabelecidas, mas, sobretudo, em um conjunto de normas não escritas que definem quais são os comportamentos não admitidos para um agente político, ainda que tais comportamentos não estejam, necessariamente, violando princípios legais. De uma outra forma, significa dizer que há valores e padrões culturais que permitem, de um lado, a tolerância mútua (o reconhecimento e respeito aos opositores) e, do outro, a reserva institucional, ou seja, a disposição dos atores para evitar ações que violem o espírito das leis. O sistema de freios e contrapesos impede, por sua vez, que o governo se transforme em um tipo absolutista, garantindo a independência constitucional dos poderes e a não dominância de um sobre o outro.

Os autores demonstram que a fragilização desses mecanismos tem aberto espaço para a ascensão de políticos demagogos, a exemplo de Donald Trump, e alertam para algumas ocorrências ou sinais, que auxiliam a perceber quando uma sociedade está descambiando para opções políticas autocráticas. Esses sinais são vistos nos EUA na era trumpista, mas também na maior parte dos países em que políticos e partidos ultradireitistas têm alcançado, em regimes democráticos, o poder por intermédio das instituições políticas constituídas, ou seja, por intermédio de pleitos eleitorais. O fenômeno não é novo na história e o exemplo mais forte, certamente, foi a conquista do poder pelos nazistas alemães na década de trinta do século passado. Talvez essa ocorrência possa ser considerada a matriz de um *modus operandi* não ultrapassado. Mas, voltando à percepção das opções autocráticas, os autores apontam, de forma muito didática, quatro sinais que devem ser observados:

1. rejeição ou falta de compromisso com as regras do jogo democrático;
2. negação da legitimidade dos oponentes políticos;
3. encorajamento à violência;
4. disposição para reduzir as liberdades civis dos opositores e constranger a liberdade de expressão (principalmente coibindo a mídia mais crítica ou de oposição).

Parece ser bastante evidente que essas quatro condições estiveram e ainda estão presentes no caso brasileiro. O país passou recentemente por um processo eleitoral polarizado, que infelizmente não se esvaneceu. A extrema-direita ganhou a disputa, mas não arrefeceu o ódio e a agressividade que marcaram o pleito. O país permanece tencionado e tudo indica que a negação da legitimidade dos oponentes políticos e o

encorajamento à violência constituem a pauta do dia. O comportamento não poderia ser o pior, tendo em vista a fragilidade dos preceitos e das instituições democráticas no Brasil. Em outras palavras, o caminho para um sistema antidemocrático fica muito mais curto.

Qual seria a solução para tudo isso? Levitsky e Ziblatt apontam uma direção e ela não parece ser muito alvissareira para o caso brasileiro. Destacam a importância de instituições sólidas e, principalmente, da resistência das elites política e empresarial em abrir as portas do poder a políticos com viés autoritário. Parece ser uma solução adequada à sociedade norte-americana, mas, considerando-se o pensamento das elites brasileiras, a fragilidade das instituições no país e o sistema político de coalizões, prevalece o ceticismo e junto com ele o temor de um futuro incerto. É difícil imaginar como uma sociedade nascida no berço escravocrata, extremamente conservadora e inquestionavelmente hierarquizada poderá ser alguma coisa mais palatável nos próximos anos. Não há horizontes muito nítidos. Tudo se encontra confuso, doentio e esmagador. Assustados, como a deformada e contristada figura de Munch sobre a ponte, a caminho da loucura ou do suicídio, os poucos brasileiros, ainda lúcidos, gritam com a voz rouca e desesperada dos perdidos: afinal, que diabo de país é esse?

A Bizarra Alma Tupiniquim

01 de maio de 2019

O que está acontecendo na sociedade brasileira? É difícil encontrar uma resposta convincente. As categorias explicativas das Ciências Sociais parecem não ajudar. É como se os conceitos e valores tivessem saído dos eixos de uma forma abrupta e incontrolável. Aconteceu, mas não sabemos, com certeza, como nem quando começou. É confortável argumentar que o mundo todo está de ponta cabeça e tomado pela onda do reacionarismo e da estupidez, porém algo parece particularizar o país de Macunaíma. Absurdos não são incomuns por aqui, mas há incoerências que assustam um pouco mais. Entre elas a adesão de pessoas negras ou mulatas às correntes ideológicas racistas e nazistas, a exemplo da que se faz presente atualmente com os adeptos do bolsonarismo. Exemplo mais próximo foi publicado pela Revista Piauí em seu número 151 (p.8) – ***Ordem no Bandeirão: Universitários se Reúnem para Celebrar o Conservadorismo*** –, em que se evidencia a presença de mulatos e negros em realização cerimonial da Unecon (União Nacional de Estudantes Conservadores) - a antítese da Une -, criada por adeptos da extrema-direita e do bolsonarismo. Mas, como dizia Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes. Por ser tão incrível, o país entre seus terríveis contrastes foi e é palco de inúmeras bizarrices, a exemplo de uma imagem tão idiossincrática como a de Chica da Silva e de inúmeras e peculiares formas de liberdades do escravagismo, em que

negros e mulatos – entre eles Capitães do Mato – bebiam da mesma taça dos poderosos, mantendo escravos cativos entre suas posses ^[1]. Há outra passagem na história do País, ainda mais impressionante, envolvendo a figura expressiva e admirável de João Cândido, líder da Revolta da Chibata, que, depois de tanto sofrimento e luta com companheiros de origem negra que lutavam contra os abusos dos castigos perversos na Marinha Brasileira ^[2], voltou-se para o movimento do fascismo integralista tupiniquim, ainda que por pouco tempo. O que acontece pode ser resumido, ainda que de forma muito simplificada, como alienação. Mas será somente isso? Penso que seja um pouco mais: é difícil enxergar margens e fronteiras ideológicas e de práticas políticas em uma sociedade sincrética e afeita aos arranjos, aos jeitinhos e às relações de compadrio (por essas e outras, respeito a sociologia de Da Matta e de seus inspiradores). É isso mesmo: ainda comungo das teses de uma antropologia, que para muitos é tida como simplista e conservadora, que observa essa capacidade da sociedade brasileira em compor ou somar o que seria, de um ponto de vista lógico e natural, quase impossível. Para mim ainda merecem estar na posição de obras insuperáveis, ainda que para muitos críticos limitadas ou unilaterais, trabalhos de pensadores como Gilberto Freire, Silvio Romero, Oliveira Viana, Sérgio Buarque, Florestan Fernandes, Faoro, Thales de Azevedo, Roberto Da Matta e tantos outros. Junto a eles ensaios mais recentes a exemplo dos trabalhos de Felipe Alencastro e Lilian Schwacz. Do meu ponto de vista, todos esses pensadores, a sua maneira, buscam em grande ou pequena medida entender quem somos nós brasileiros, povos advindos de uma matriz escravocrata, a partir de nossa própria trajetória histórica e formas de concepção do mundo e da vida.

O discurso explicativo de uma certa sociologia política que enxerga a existência de uma elite, supostamente branca, que vota tempo todo contra o povo, em função dos valores plutocráticos e da manutenção do poder, parece ser difícil de ser vista como explicação convincente para tudo, bem como a herança escravocrata como a impossibilidade histórica de ir além da estratificação e desigualdades persistentes. Ainda que esses argumentos sejam verdadeiros em alguns aspectos, há diversos elementos de natureza psicossocial e cultural, que precisam ser considerados em se tratando de uma sociologia brasileira. No que se refere aos ricos tupiniquins, por exemplo, a questão do poder envolve a acumulação de bens, mas também traços psicológicos e maneiras peculiares de ser de quem precisa se afirmar pessoalmente e socialmente. Talvez por isso a avareza não tenha limites e a necessidade de afirmação do prestígio se torne uma obsessão.

Para o autor [Oliveira Vianna], o Brasil viveu (pelo menos, psicologicamente) dentro dos valores pré-capitalistas em todo o seu processo econômico. A mentalidade dominante da exploração agrária ou pastoril seria a chamada “economia de manutenção” (de subsistência e de status) e nunca a excessiva

ambição de acumular proventos monetários, de enriquecer, absorver e expandir-se, característica do moderno capitalismo agrário existente, por exemplo, nos Estados Unidos. A “nobreza da terra” do Brasil procurava o enriquecimento como meio para aumentar seu prestígio social ^[3].

Também não se pode perder de vista os movimentos globais, particularmente no que se refere às acomodações do jogo de poder das potências hegemônicas. Penso e defendo a tese de que o capital, independente da fase em que se encontra, sempre foi vocacionado à quebra de fronteiras e, desde o advento da globalização mais expansiva nas últimas décadas – graças ao avanço das tecnologias de ponta –, adquire formas de uma riqueza espalhada por todos os cantos e recantos do planeta, mas significativamente concentrada nas mãos de alguns poucos. Atualmente, graças aos movimentos em direção à concentração da riqueza na era do capitalismo financeiro, os anônimos donos do capital têm dado as cartas e do jeito que sabem fazer. Há coincidências nesse caso que não são tão evidentes. Vejamos: entre 2010 e 2013, diversos conflitos abalaram o oriente médio e norte da África, cuja bandeira era o combate aos estados autocráticos ou a insatisfação às políticas implementadas ou não pelos poderes constituídos. A conhecida Primavera Árabe registrada de forma impressionante no Egito, na Tunísia, no Marrocos, entre outros, resultou na triste tomada do poder por forças não menos autoritárias que as anteriores, a exemplo das juntas militares comandados por figuras como Abdul Ftah Khalil Al-Sisi no caso do Egito. Na América latina, guardadas as diferenças, observamos que governos democráticos começaram, no mesmo período, a cair em desgraças. No caso do Brasil, isso se revela no afastamento de Dilma Rousseff, presidente eleita pelo voto popular direto, afastada por motivos pouco convincentes: as questionáveis pedaladas fiscais (a rigor todos os presidentes anteriores fizeram pedaladas como algo corriqueiro). Não devemos perder de vista os movimentos de 2013 em São Paulo motivados pelo valor das tarifas de ônibus (algo parecido acontece hoje com os coletes amarelos na França). Movimento legítimo que foi paulatinamente absorvido pela extrema direita. Esses foram movimentos populares sem bandeiras ou lideranças político-partidárias que as encabeçasse. Olhando para o cenário naquele momento, concordo que na maioria dos casos, os EUA andaram por perto (principalmente na Primavera Árabe) e, provavelmente, estiveram atentos ao que estava acontecendo no Brasil. É verdade que as lideranças norte-americanos preferem ver o mundo, principalmente a América Latina, como uma extensão de suas posses, e talvez esse sentimento esteja bem mais fortalecido hoje, tendo em vista a defesa pragmática das fronteiras do mercado em um momento em que a China cresce e retoma espaço no comércio mundial.

No entanto, sejamos sensatos, porque não parece razoável enxergar conspirações do Tio Sam em todos os lugares e em todos os momentos. No caso brasileiro, a coisa foi urdida de forma muito curiosa, e ainda que se admita a influência da onda externa no avanço das agremiações de direita, é necessário concordar que houve uma dinâmica interna própria. Elites plutocrática ferozes, preguiçosas e gananciosas no exercício do poder político, burocrático e econômico perceberam a situação e as possibilidades de assumir a hegemonia do poder. Em verdade, graças ao sistema de alianças e coalizões políticas, esses grupos nunca estiveram distantes das posições de influência e mando. Esses agentes, que não são de forma alguma orgânicos, mas muito oportunistas, lançaram mão de todos os esforços para alimentar a queda de um regime (digo regime porque não se trata apenas de destruir governos de esquerda mas destruir a própria democracia ou o projeto de democracia adotado a partir de 1988), que até então viabilizara indicadores sociais e econômicos interessantes para toda a sociedade, inclusive para qualquer capitalista realmente comprometido com a dinâmica dos mercados: na ocasião o governo brasileiro conseguiu diminuir a taxa de desemprego, que era da ordem de 12,4% em 2003 para 4,8% em 2014, ou seja, havia mais salários e mais compradores para esvaziar as prateleiras e esquentar os parques de produção. Mas para esses segmentos mais afeitos aos preceitos da direita política, que desejam manter-se ricos sem trabalho, sem investimentos produtivos, sem o pagamento de salários dignos e dos impostos devidos, parece que o pior é o melhor: quando mais miserável o país mais poderosos se sentem. Assim, depois da traição ao governo Dilma, essa direita burra sentada no trono das vaidades assiste a volta avassaladora do desemprego, particularmente a partir de 2016 nas mãos do Governo Temer, que preparou a sala de espera para a entrada da corte bolsonarista. Os torcedores da derrota do pensamento e das ações progressistas foram provavelmente os que talvez mais tenham lucrado com os momentos de estabilidade econômica conquistados entre os anos de 1994 e 2015 (inclusive e sobretudo o setor financeiro). Mas isso não importa, o que parece ser relevante é encher os baús e investir em paraísos fiscais sempre que for conveniente. Hoje o país volta aos 12,4% de desempregados, mais empobrecido e com todas as misérias e vícios do espírito humano alimentados no cotidiano como se fossem virtudes ou comportamentos normais: hipocrisia, xenofobia, homofobia, fascismo, crueldade e por aí afora. Fica muito evidente que nos regimes autoritários, associados ao ideário ultraliberal, os adeptos da extrema direita não conseguem perceber a riqueza como uma produção social, mas apenas como uma questão de direito natural. Essa é a essência do pensamento dos plutocratas sem qualquer tipo de iluminação ou ilustração.

Entretanto, é interessante observar que a extrema-direita brasileira assume o poder pelo voto, portanto houve e há na sociedade quem esteve e talvez ainda esteja disposto a apoiar o obscurantismo, ainda que não ganhe nada com isso a não ser mais pobreza:

pobreza material e de espírito. Aqui temos novamente o Brasil difícil de ser entendido, repleto de contradições e facilmente seduzido pela promessa fácil do eldorado. É resultado da falta sistemática de educação? Certamente. Mas é também a influência de uma psicologia social complexa que ainda merece ser desvendada. Há algo mais além das pressões externas sobre um país subserviente. É óbvio que há articulações globais na movimentação do capital, que são encabeçadas pelas nações capitalistas mais influentes, mas há espaço para elites locais, inclusive de países periféricos exercerem um tipo diferente de influência nesse processo, garantindo a soberania dos povos e a defesa do interesse de desenvolvimento e bem-estar de seus concidadãos, desde que comprometidas com esses valores. Para tanto, é necessário que consigam, ainda que apenas um pouquinho, olhar para o próprio umbigo, ter amor próprio e capacidade de autocrítica. Mas esse não parece ser o caso brasileiro: a visão depreciativa do país rola entre gente de posses e sem posses (embora os despossuídos tenham muitos motivos para odiá-lo). É necessário rever o Brasil e isso inegavelmente passa pela base histórica da casa-grande e senzala, mas é importante fazer outras indagações de cunho psicossocial e cultural. É preciso retomar estudos voltados para a formação sociocultural e buscar entender ainda mais a forma de ser tupiniquim. É muito importante fugir do papo, até certo ponto fatalista, de uma elite branca, arrogante e diabólica que oprime o povo de forma pensada, maquiavélica e administrativamente desenhada com a ajuda dos arquitetos norte-americanos (o mal contra o bem). A coisa parece ser mais complicada: as elites são várias, talvez não sejam tão racionais, tão brancas e indiscutivelmente eficientes no exercício do poder. Em verdade, quando observadas de muito perto, principalmente em suas grandes e pequenas vitórias políticas, o que se percebe é que contam, não raras as vezes, com a cumplicidade da sociedade no que se refere ao seu conservadorismo, às suas crenças nos ganhos fáceis e na prática mais animalasca do darwinismo social (a imprensa conservadora, por exemplo, parece apostar nisso como virtudes).

Em se tratando de Brasil, é difícil pensar a existência de uma comunidade solidária, e é bem mais difícil definir o que possa ser uma nação brasileira além dos estádios de futebol e das passarelas do samba. A eterna perspectiva do país como um eldorado para a exploração e descarte também não ajuda (principalmente para quem continua morando aqui). Só há uma forma legítima de ter o espírito de nação vivificado e essa advém da força e do respeito do povo no autorreconhecimento e no orgulho de poder participar de uma história autêntica e marcante no conjunto da história mundial. Isso ainda é, do meu ponto de vista, uma utopia. O povo não foi vítima na recente eleição dos fascistas no Brasil nem foi totalmente robotizado pela Rede Globo ou pelos pastores da Record. Ele sabia em quem ou em que estava votando: setores medianos da sociedade, que possuem renda razoável e mantêm os filhos em escolas para privilegiados, votaram sabendo que medidas econômicas destrutivas seriam levadas a

cabo, servidores públicos votaram sabendo que seriam defenestrados, professores votaram sabendo que a educação seria destruída e muitos sabiam das muitas desgraças que viriam. Então por que votaram? Talvez não tenhamos todas as respostas, mas muitos certamente fizeram a opção não só por ojeriza ao Partido dos Trabalhadores, mas porque já não acreditavam ser satisfatória a inclusão obtida no mercado de consumo. Foram seduzidos por promessas de reformas estruturais, mediante as quais alimentaram, ou ainda alimentam, a esperança de ser ricos ou mais ricos que os próprios plutocratas, que os mantêm presos às carências e às esperanças. O egoísmo e a ganância não se restringem às supostas elites brancas. Há, por exemplo, em quase todos os setores da sociedade a impressionante ambição do empreendedorismo e da meritocracia acrítica (não se enxerga o quão desigual é a sociedade!). Esses comportamentos se espriam por aí e invadem a alma de um povo que ainda não se enxerga como comunidade ou como irmãos na felicidade e no infortúnio. Isso talvez explique, de certa forma, a letargia e a postura bovina quando assistem todos os direitos adquiridos nas últimas décadas esvaírem em função da concentração da renda, da ampliação das fortunas e proteção dos ricos contra gastos e cumprimento de direitos devidos aos seus serviços. É a boçalidade que toma conta, não só como alternativa de defesa da falsa inocência, mas como exercício legítimo de uma alternativa política: destruir para ver se surge coisa melhor, destruir inclusive tudo o que já foi conquistado. Isso não é nada mais que necrofilia, uma espécie de aposta no mal-estar e na morte como princípio da libertação. De certa forma, algo muito semelhante ao desiderato de um cristianismo obtuso, medievalista e fatalista. Precisamos entender um pouco mais as entranhas da alma tupiniquim, talvez consigamos então compreender a opção pela *via crucis*, ou melhor, pelo lançar-se ao abismo.

P.S. Por onde andavam os professores universitários quando vários de seus colegas tornavam-se adeptos de Olavo de Carvalho? Onde estava a comunidade universitária quando professores e alunos se tornavam adeptos do criacionismo, de teorias conspiratórias e outras coisas malucas? Onde se escondeu a crítica universitária, o contraditório e a ação intransigente do esclarecimento, quando os esqualidos da inteligência e da moral se aglomeravam nos campi? Hoje eles estão aqui, talvez para o orgulho de muitas entre essas universidades, implantando o caos na economia, nas relações exteriores, na educação e em várias outras áreas estratégicas do Estado brasileiro. Onde estava essa gente que ninguém viu, sem no mínimo indagá-la sobre os argumentos insólitos e sobre a conveniência de se encontrar em um espaço social que exige, de forma contundente, a reflexão, a troca de ideias, o bom-senso, a pesquisa e a nobre produção científica? Parece que ninguém deu muita importância para esses universitários, que se tornaram figuras bizarras em seus ternos e gravatas, excêntricas, mas dignas de um diploma acadêmico e de um futuro assento no espaço público para azucrinar e bagunçar um pouco mais a terra brasilis.

[1] Jonis Freire & Maria Veronica Secreto. Formas de Liberdade. 1ed. Rio de Janeiro. Faperj, 2018.

[2] Fernando Granato. João Cândido. São Paulo. Selo Negro Edições, 2010.

[3] Denis M. Gimenez & outros. Notas à contribuição de Oliveira Vianna ao pensamento social brasileiro. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 337, maio 2018.

Estudantes e Professores nas Ruas, que Alegria!

18 de maio de 2019

O protesto dos estudantes, professores, pesquisadores, cientistas e demais profissionais da educação contra o desmonte do sistema de ensino e defenestração da ciência no Brasil, ocorrido no último dia 15, abrangeu todas as Unidades Federativas do País e reacendeu a chama da esperança para a sobrevivência da democracia brasileira. Não me parece que haja outra saída para se opor ao obscurantismo e ao fascismo que tomou conta do País nesta década, a não ser resgatando o valor iluminista do incentivo à inteligência, à liberdade de expressão e de defesa dos direitos dos cidadãos, entre eles o irrenunciável direito à educação. Em meio a tanto desânimo, e quase desespero, o vigor da juventude vivificou a alma de todos que têm compromissos com agendas progressistas. Esperamos que essa força juvenil cresça e que permita o resgate dos fundamentos da democracia no Brasil enquanto ainda há tempo. Devemos alimentar o propósito de combater as ideias e as ações dos infames, que cultuam o ódio e a necrofilia, depauperaram o país e o oferecem como mercadoria barata no mercado internacional. O Brasil tem os elementos necessários para ser um país com protagonismo, mais justo e menos desigual, mas, para tanto, é imprescindível que sua população seja cada vez mais escolarizada, condição essencial para a reflexão e a crítica, que são essenciais para o exercício da cidadania. A defesa da escola pública, do ensino laico e de qualidade, é fundamental, pois é a escola, entre outras coisas, um espaço em que se pode vivenciar a diversidade, interagir com os diferentes e aprender a respeitar a pluralidade. A escola é espaço de aquisição do conhecimento, mas também da construção dos valores necessários à edificação de uma sociedade democrática e aberta ao esclarecimento. Em suma, que a demonstração de participação cívica em prol da educação realizada no último dia 15 seja o começo do resgate dos movimentos sociais, atualmente combatidos e intimidados pelo fascismo reinante, e da presença dos brasileiros nas ruas exprimindo o que sentem e pensam sem castração ou medo de ser calados por gritos ofensivos, por gás lacrimogêneo ou por projeteis, que são geralmente definidos nos relatórios policiais, de forma irônica e eufemística, como balas perdidas. Em brado contra o obscurantismo e o ódio, adotemos todos o lema dos estudantes: “nossa arma é o livro, nossa luta é pela defesa do conhecimento e do esclarecimento”.

*Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade*

*Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, planta e sentimento
Folhas, coração
Juventude e fé
(Milton Nascimento e Wagner Tiso)*

O Fado Tupiniquim

11 de julho de 2019

*“Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Morrer e matar de fome, de raiva e de sede
São tantas vezes gestos naturais”.*
(Caetano Veloso)

Em um país com tantas mazelas como o Brasil, a *debacle* do sistema judicial é a pá de cal para sepultar de vez a frágil democracia tupiniquim, ou seja, inviabilizar definitivamente qualquer esperança ou promessa de sustentação do estado de direito. É bem verdade que a balança da justiça neste país nunca foi satisfatoriamente equilibrada e prova disso são as cadeias e prisões abarrotadas de pobres, destacadamente aqueles que compõem os segmentos de pardos e negros^[1]. O país da desigualdade manchado com as nódoas de um sistema escravocrata, que jamais foi totalmente superado no que se refere à sua lógica da hierarquização e promoção do *apartheid social*, não conseguiu se modernizar o suficiente para superar o perfil de suas elites tacanhas, xenômanas, imorais e perversas. Essas elites estão conduzindo o país ao extremo do esgarçamento social com consequências incomensuráveis. Estão deliberadamente apagando o futuro dos brasileiros em prol de uma agenda econômica que acentua a concentração da renda, agudiza a exclusão e a precarização dos direitos sociais ainda subsistentes. Tudo isso envolto na irracional opção pelo rentismo em detrimento do capital produtivo: um país de elites sedentárias que buscam o lucro e a riqueza sem correr riscos. Elites que nunca deixaram de praticar, de forma despudorada, a privatização de ganhos e a socialização das perdas.

A reprodução dessas elites é assegurada pelo controle do sistema institucional, que abrange os três poderes da república de Macunaíma. Por isso não é nada estranho assistir ao próprio judiciário destruindo as bases de sustentação do estado de direito mediante a ação de juízes inescrupulosos, que se associam a procuradores sem nenhum tipo de apreço aos princípios da legalidade. Eles fazem o serviço necessário em troca de pecúnia, mas também em função da egolatria e da chance de se sentirem aceitos entre

os que reconhecem como ricos, manifestação provinciana de membros de segmentos medianos que desejam ser o que não são (alienação ou alheamento). No teatro que constitui o legislativo brasileiro, aglomeram-se os representantes de origem dessas elites: 204 deputados e 38 senadores que representam a classe empresarial, 175 deputados e 24 senadores defensores do nepotismo e das regalias familiares, 80 deputados e 27 senadores que defendem os interesses do agronegócio e das oligarquias rurais e a mais nova e retrógrada representação dos evangélicos com 85 deputados e 7 senadores^[2]. Em outras palavras, o legislativo é o retrato da estrutura de poder na sociedade brasileira, tradicionalmente conservadora, que foi incrivelmente autenticada pelo voto popular no último pleito eleitoral.

Legitimada pelo voto de uma população pouco escolarizada, orientada pelas inverdades de uma mídia conservadora e aliada aos donos do poder (ela própria oriunda desse meio), essas bancadas do terror e do retrocesso mandam e desmandam perante alas progressistas cada vez mais fragilizadas. A reforma da previdência proposta pelo atual governo, que consagra a retomada radical das políticas neoliberais a partir da derrubada ou deposição de Dilma Rousseff em 2016, talvez seja o exemplo mais significativo da articulação dessas bancadas para a manutenção e ampliação dos privilégios das elites e grupos corporativos que as apoiam dentro das instituições públicas. A destruição do futuro endossada pelo voto é algo que surpreende e causa desconforto. Há precedentes históricos e muita sociologia para explicar tudo isso, de fato, mas ainda assim causa espanto assistir uma população levando o cálice de veneno à própria boca (a ascensão do nazismo alemão ainda causa espanto!). Parece irracional, mas é isso mesmo, é irracional. Os meios de comunicação de massa não trabalham no nível da racionalidade, mas dos recalques, dos desejos, das falsas percepções e dos instintos mais primitivos. O grosso da população foi convencida de que a vida dura, a violência e a perda da moralidade no espaço público foram males gerados pelos governos de esquerda e, mesmo aqueles que foram beneficiados por políticas inclusivas^[3], passaram a acreditar no inacreditável a exemplo das mamadeiras fálicas e outras barbaridades midiáticas ampliadas com o uso indiscriminado das redes sociais.

Os estratos medianos conhecidamente esquizofrênicos no que se refere às manifestações políticas, e bastante sujeitos às ilusões da ascensão social, cumpriram e têm cumprindo com eficiência o papel de suicidas. A ilusão do acesso à mesa das elites sedentárias tem levado, como muitas vezes no passado, a que frações significativas desses estratos apostem no obscurantismo e no retrocesso. Talvez não seja por outra razão que eleitores de São Paulo, a tão autoproclamada locomotiva do Brasil, tenha apoiado de forma tão escrachada deputados de direita e de extrema direita para a composição da Câmara federal^[4]. Esses eleitores não poderão argumentar que foram enganados quando perceberem que arrombaram o barco e destruíram o salva-vidas.

Pode-se acusar os representantes da direita e da extrema direita de muitas coisas, mas não se pode acusá-los de ter escamoteado ou falseado o ideário. Os discursos foram explícitos no que se refere à defesa de várias iniciativas: extinguir a progressão de penas, reduzir a maioria penal, rever o estatuto do desarmamento, liberar a posse e o porte de armas, tipificar como terrorismo ações de movimentos sociais, ampliar o excludente de ilicitudes para policiais, proibir ideologia de gênero, instituir escola sem partido, combater a liberdade sexual, questionar benefícios sociais, acabar com o sistema de previdência e seguridade social, acabar com o sistema de cotas e por aí afora^[5]. Não foram insinceros ou dissimulados e, nesse sentido, quem os apoiou também apostou na agenda dos retrocessos e ao fazê-lo declarou o próprio reacionarismo.

Embora tenhamos que admitir que a história é dinâmica e que os processos sociais não sejam lineares e totalmente previsíveis, a questão que se coloca em meio à desesperança é justamente o que acontecerá com a sociedade brasileira a partir de agora. A reforma da previdência é inquestionavelmente um projeto de precarização das condições de vida da população, que perceberá os estragos dessa política dentro de alguns anos, inclusive os estratos medianos que correm o risco de desaparecer em meio ao retrocesso econômico e social. Esse desastre já é prenunciado com a iminência da depauperação somada à destruição da educação, da saúde e demais direitos sociais. Todas essas ocorrências, dentro de um cenário de ameaça ao estado de direito e à liberdade de expressão, configuram um filme tenebroso ou um pesadelo sem a promessa do despertar. Não se trata apenas de uma caminhada cega para um regime de exceção: é isso combinado com o estado de miserabilidade e com o fundamentalismo religioso. No momento é difícil enxergar como sair dessa situação de horror ou mais precisamente como encontrar um antídoto para os malefícios em curso. Os sentimentos mais fortes são o medo e a descrença. No entanto, ainda que cidadãos e partidos progressistas pareçam atônitos, é importante manter a lucidez e acreditar na possibilidade de defesa dos fundamentos da democracia. Essa defesa não é possível atuando apenas nas entranhas do sistema institucional, cujas regras são facilmente apropriadas e manipuladas por grupos de interesse, que nem sempre estão dispostos a preservar os princípios democráticos e o republicanismo. A própria solidez do sistema institucional em uma democracia depende do exercício pleno da cidadania. Tudo indica, portanto, que a alternativa mais alvissareira neste momento é a mobilização das ruas, a ampliação da influência dos canais alternativos de expressão (a exemplo da imprensa alternativa) e o imediato resgate dos movimentos sociais. Caso contrário, o mutismo e a aquiescência conduzirão, inevitavelmente, ao quadro mais dantesco que se possa imaginar, confirmando o triste fado de um país que não consegue prescindir de ridículos tiranos.

[1] A Comissão de Direitos Humanos da Câmara noticiava em 2018, reportando-se aos dados do Infopen, que além da precariedade do sistema carcerário, o aprisionamento de negros e pobres constitui um traço característico do sistema prisional no Brasil. A afirmação se fundamenta no fato de que 61,7% da população carcerária é constituída de pretos e pardos provenientes dos segmentos mais carentes da sociedade brasileira.

Conferir:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao> (06/08/2018).

[2] Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023. Diap. Brasília, dezembro de 2018 (p.100).

[3] Excetua-se nesse caso a maior parte da população nordestina para a qual as políticas sociais promovidas pelos governos de esquerda foram muito relevantes. Não é por acaso que Fernando Haddad, o candidato das esquerdas na eleição de 2018, consegue vencer na região com 69,7% dos votos válidos.

[4] De acordo com dados do Diaf, os deputados com as votações mais expressivas, no estado de São Paulo, foram: Eduardo Bolsonaro do PSL com 1.843.735 votos, Joice Hasselmann do PSL com 1.078.666, Kim Kataguirí do DEM com 465.310 e Tiririca do PR com 453.855. Conferir: Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023. Diap. Brasília, dezembro de 2018 (p.44).

[5] Conferir em Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023. Diap. Brasília, dezembro de 2018 (p.13).

Distopia e Maluquices

22 de novembro de 2019

Imagine-se em um mundo próximo ao de *Blade Runner*, que, talvez, preserve apenas como aspecto similar ao que vivemos atualmente, por enquanto, a distopia e a desconcertante miscelânea pós-moderna: fragmentos linguístico concatenados e mal compreendidos (denunciando a própria impossibilidade de um discurso por inteiro), estéticas dissonantes, arquiteturas descoladas mas ao mesmo tempo forçosamente coladas como cacos de diferentes mosaicos, desequilíbrios climáticos, *hare krishnas* sob guarda-chuvas coloridos combinados com a algaravia tecnológica, ceticismo e violência humana dialetizando com indagações filosóficas e a reflexão existencialista de andróides, ilusões que substituem a realidade e mentiras que destronam as verdades. Certamente ainda não chegamos, em todos os aspectos, ao bizarro mundo de Philip Dick (*Do Androids Dream of Electric Sheep?*), mas, talvez, estejamos prenunciando alguns traços de algo que poderá ser muito pior que o mundo imaginado por um dos grandes mestres da ficção científica. O mais interessante de tudo isso, é que a distopia não é mais localizada como o efeito colateral ou o castigo circunscrito de sociedades desenvolvidas, que não souberam olhar para o futuro com o pendor dos bons filósofos ou humanistas precavidos (eles existem?). A evidência é um soco direto no meio de todas as fuças, as menos e as mais empinadas: o mundo é um só cara pálido e se alguns beócios o conduzem às bizarrices, estamos todos dentro do mesmo barco, ou seja, a estupidez ou as suas nefastas consequências, passa a ser válida para a rainha da

Inglaterra e também para o coitado do yanomami, que sequer sabe o que se encontra para além das estrelas que enxerga ao escurecer.

Talvez o que estejamos vivendo hoje no mundo, e sobretudo na América Latina, seja um pouquinho deste momento de reengate para uma nova síntese, que não precisa ser considerada de antemão algo que se destina a resultados inevitavelmente positivos. Nem toda dialética gera uma tese redentora ou implica necessariamente saltos fantásticos de qualidade: se assim fosse não haveria retrocessos na história (e me perdoe os progressistas: eles existem, ainda como farsas, mas existem!). Após algumas décadas de Guerra Fria, voltamos a conviver com a bipolarização de blocos de interesses, obviamente sempre regidos pela ideia fixa da acumulação das riquezas e do poder, mas com os curiosos traços de um movimento **neoconservador** e **obscurantista**, que atinge principalmente as antigas e atuais colônias do capitalismo mundial. Não precisamos mais dos muros, como os de Berlim (ainda que a branquela inteligência de Trump os queira para afastar a mestiçada mexicana), porque eles já existem incrustados dentro das pessoas como crenças, ideologias, raivas, instintos perversos, pulsões de morte desgobernadas e, não raras as vezes, incontrolláveis sentimentos de ódio que sucumbem em deploráveis atos de destruição. Os diversos fundamentalismos de hoje já não podem sustentar princípios e ideais, porque se resumem à catarse de psicopatas funcionais (gerados e adaptados aos padrões de normalidade social doentes), que quebram, matam, dilaceram, gritam e babam em entorses epiléticos de vasão demoníaca e de controversa purificação (Freud teria muito material para pesquisa se estivesse ainda hoje entre nós!).

Não é tão estranho observar e comparar o que está acontecendo na América Latina e no Brasil com a já conhecida e prolongada adesão do neopentecostalismo ao ideário mais conservador e às expressões mais autoritárias a serviço do poder, caso se possa considerar todas as características de um fenômeno de massas no contexto do capitalismo avançado. Há muitos estudos sociológicos, desde as análises da Escola de Frankfurt, que ajudam de forma muito competente a entender tudo isso (assim como a indispensável Hannah Arendt). Porém, ainda é muito difícil para pessoas sensatas, fora do mundo acadêmico, compreender como esses grupos religiosos conseguem associar o pensamento cristão – pelo menos aquele defendido pelo Cristo do Novo Testamento – com a legitimação de preconceitos, torturas, assassinatos, intolerância e, sobretudo, com a exploração entre os homens defendida explicitamente pela **Teologia da Prosperidade**. Em verdade, a redenção pela riqueza parece ser tudo aquilo que os reformistas protestantes, a exemplo de Calvino, defenderam no séc. XVI, mas não exatamente o que Cristo pregou em seus sermões mais cativantes. Portanto, o que temos entre os nossos transloucados adoradores de rifles e baionetas é uma ideologia de caráter moderno e, não podemos deixar de frisar, **genuinamente burguês**,

construída como uma luva para as necessidades e interesses de um mundo que se abria à época dos calvinos e luteranos para a lógica da produção e perpetuação do capital. Há quem diga que talvez esse seja o estratagema mais inteligente do neocolonialismo norte-americano contemporâneo na América Latina para demarcar o seu território de domínio frente ao expansionismo comercial chinês (em sutis articulações com a Rússia): sustentar golpes parlamentares com o apoio maciço e massivo do neopentecostalismo, que hoje mantém bancadas solidamente constituídas nos parlamentos, contingentes significativos de burocratas religiosos nos vários poderes das repúblicas (muitos entre eles autodenominados pastores) e, no caso Brasileiro, forte presença no Poder Judiciário e no Ministério Público (aliás uma organização esdrúxula, outrora saudada pela esquerda brasileira, que se tem mostrado um Leviatã corporativo, partidário e impiedoso sob o controle de jovens muitos dos quais pequenos burgueses convertidos ao neopentecostalismo).

Não causa nenhum alarde o fato de que essas personagens contraditórias e convulsionadas, agitando bíblias de forma frenética, façam descaradas defesas de ideais fascistas, protofascistas e belicistas. Em verdade, elas olham a religião como o fundamento de uma guerra - assim como a Igreja Católica o fez entre os séculos XI e XIV e XV e XVIII nos processos da Inquisição -, com motivos talvez mais descarados no que se refere à posse e exercício do poder mundano. A questão se resume à acumulação, à defesa do direito de usufruir sem peias os frutos do rentismo e à riqueza desmedida. Talvez a grande diferença: no passado a Igreja Católica detinha um dos meios de comunicação básico para a época que era a escrita ou o domínio da língua, mas, hoje, as igrejas pentecostalistas constituem grandes grupos empresariais multinacionais nas áreas do entretenimento e dos meios de comunicação: compram emissoras de rádio, emissoras de TV e outras mídias de grande e forte penetração. Tornam-se quase que imbatíveis. No caso brasileiro, constituem uma das três maiores bancadas do Congresso Nacional, com um forte poder de definir importantes decisões para o País: a famosa Bancada da Bíblia (igrejas, pastores e padres conservadores), juntamente com a Bancada do Boi (fazendeiros agropecuaristas) e Bancada da Bala (indústria bélica, militares e policiais).

A ideia da utilização do neopentecostalismo como um celeiro de formação de dirigentes para a ultradireita na América Latina e no resto do mundo não parece ser absurda. Além do Brasil, é importante observar o que está acontecendo nos países vizinhos e, particularmente, na Bolívia em que a autoproclamada presidente após golpe ocorrido no país este ano, a senadora Jeanine Áñez, se declara presidente erguendo uma volumosa versão da bíblia evangélica, mais precisamente dos quatro evangélicos: Mateus, Marcos, Lucas e João. Reações semelhantes podem ter sido vistas em manifestações envolvendo um político de discurso incontestavelmente fascista e

fundamentalista como Fernando Camacho, um dos mentores e apoiadores do mesmo golpe, ou seja, companheiro de aventura da senadora evangélica (que a imprensa acusa de manter parentesco com narcotraficantes presos no Brasil)¹. Em suma, essas pessoas são aquelas, assim como milhares entre as brasileiras que apoiam o neofascismo tupiniquim, que se esgueiram e se escondem por detrás de versículos bíblicos e que não perdem a oportunidade para as genuflexões públicas, geralmente em meios às multidões, buscando anjos nos céus, mas que dificilmente passariam pelos arcos do paraíso sem antes ludibriarem Lúcifer e seus anjos caídos. No entanto, isso não é necessariamente um problema, a Teologia da Prosperidade legitima tudo: não há pecado na extração da mais valia, na produção do valor excedente, na exploração infame do trabalhador humilde que não pode se defender, porque a lógica é invertida, ou seja, ser pecador é ser pobre e, portanto, esse infeliz deve sofrer assim como Jó sofreu na descabida contenda de Deus com o ardiloso chifrudo para provar o seu mérito. A diferença: o chifrudo sempre ganha a parada e o infeliz constata a terrível solidão do desamparo. Metaforicamente, e consideradas todas as salvaguardas, o tosco neoliberalismo dos neopentecostais enxerga o Estado somente a serviço dos ricos no que se refere às benesses. Para os carentes, cabem apenas os castigos ou o eterno purgatório, e não é por menos que uma autoridade brasileira tem a coragem de declarar sem pudor, e no auge de todo o requinte de crueldade, que os pobres sofrem porque não sabem poupar à semelhança dos ricos. Isso certamente não é princípio de Teoria Econômica baseada em evidências científicas, mas tradução rasteira da parca Teologia da Prosperidade.

Não são necessárias muitas evidências para se constatar que princípios éticos ou morais deixam de ter sentido no contexto desses discursos e práticas. O mesmo sujeito que vai ao culto ou à missa se santificar aos domingos pela manhã é aquele que se regozija com um governador fascista fazendo uma dancinha estúpida em comemoração a um assassinato, como pode ser também aquele capaz de disparar o seu Taurus 85 Ultra Lite sobre uma criança negra, porque pressupõe que toda criança negra é um marginal a ponto de assaltá-lo. Quando se perde parâmetros e já não há mais o certo e o errado e em que a mentira passa a ser a verdade, a vida perde sentido. O esvaziamento toma conta como se um buraco negro engolissem toda e qualquer possibilidade de luz ou vida inteligente. A cada acontecimento grotesco que assistimos em nosso dia a dia temos a confirmação de que vamos nos encaminhando para uma nova era de obscurantismos. O grande perigo: não temos certeza se haverá um final feliz para tudo isso. Tivemos depois da Idade Média o Renascentismo, mas agora, o que virá? A lata de lixo da história e o esquecimento podem ser o nosso destino. Talvez nós brasileiros, latino americanos e africanos continuemos como fornecedores de *commodities*, compradores das bugigangas industrializadas dos mascates estrangeiros (talvez continuemos, no caso brasileiro, como os maiores consumidores de celulares, nossas preciosas ferramentas

de isolamento social e produção de mentiras), coçando os traseiros, também os sacos, praguejando o destino, saudando os inescrupulosos como mitos e heróis, odiando os pobres pela realidade que estampam nos próprios rostos e pedido a misericórdia ao divido para mais um golpe de sorte (vale a loteria mais também as rachadinhas). A não ser que, por um milagre, vejam só que contradição, por um milagre, tenhamos um lampejo de um novo iluminismo em que a razão nos venha como um raio rasgando a escuridão e faça brotar uma semente de inteligência capaz de resgatar o bom senso, o respeito à ciência e a crença no ser humano como régua de seu próprio destino. Talvez isso seja possível, mas, e se for somente em um conto de Philip Dick? Ah se for assim, estaremos todos ferrados, a realidade costuma ser bem pior que a ficção: geralmente ela não tem um último capítulo nem acende a luz quando o filme termina.

(1) Sobrinho de Autoproclamada Presidente da Bolívia foi preso no Brasil com 480 Quilos de Cocaína. Jornal GGN 13/11/2019 (<https://jornalgggn.com.br/america-latina/sobrinho-de-autoproclamada-presidente-da-bolivia-foi-preso-no-brasil-com-480-quilos-de-cocaina/>)

Macunaímas e Smeagols

25 de novembro de 2019

O Brasil é um país pobre devido, entre muitas causas, a má distribuição da riqueza e também, infelizmente, uma sociedade profundamente midiática (parece coisa de contos de terror e pode ser mesmo!). As duas coisas não são antagônicas. Além dos já conhecidos e incontestáveis miserabilíssimos níveis educacionais, o brasileiro não morre de amores pela leitura: a falta da motivação é provocada pela pobreza – a prioridade é sobreviver e diversas carências orgânicas matam os brotos dos neurônios antes que possam realizar qualquer processo de síntese intelectual e criativa -, mas também pelo desinteresse, pela preguiça (tipicamente Macunaímica), talvez culpa do clima que nos torna lânguidos (quase plásmicos) e ao mesmo tempo carnavalescos (o calor desperta loucuras): povo dos extremos capazes de amar indo quase além dos limites do crime e da antropofagia e, ao mesmo tempo, de ignorar qualquer centelha de construção solidária ou de vínculo genuinamente amoroso. O lance é mergulhar e morrer nas profundezas do último gozo que se possa usufruir sem limites e sem arrependimentos (ou caso contrário, ser comido e pular de galho em galho, a fim de provar que todos os frutos são iguais!). Somos em verdade, no fundo da alma, Dona Flor e seus dois maridos enfrentando o dilema libidinoso entre a licenciosidade e a liberdade, o amor e a suruba, o desregramento e a estabilidade, o ritmo e a falta de ritmo, o respeito e a total baixaria. Somos lânguidos: palavra curiosa que sugere em som e imagem a gosma, o derretimento, o deslocamento e a amorfia (por que me veio a imagem tão marcante de *A Persistência da Memória* de Dalí?). Mas voltemos às rápidas considerações de

nossa pretensiosa leitura científica: a verificação dos dados dos Retratos da Leitura do Instituto Pró-Livro, mais especificamente os que são apresentados na 4ª edição^[1], evidenciam um país em que 44% da população não lê e 30% nunca comprou um livro. A pesquisa mostra que a média de obras lidas por pessoa ao ano não ultrapassa 4,96 e entre elas apenas 2,43 conseguem terminar o que começaram. O problema talvez pudesse ser resolvido com a intervenção do poder público mediante o investimento em programas de acesso ao livro e às bibliotecas públicas, mas isso também não ocorre, aliás isso é outra grande falta de um país em que elites inescrupulosas e ignorantes arrotam idiomas estrangeiros em demonstrações públicas de empáfia e ojeriza às coisas da terra, mas que é incapaz de amar um tiquinho que seja a língua que veio junto com seu famigerado nascimento. Imagino que essas estranhas minorias sejam atormentadas a todo momento com um dilema existencial: tantos EUA e Europas para nascer e cá estamos em meio a periquitos e anacondas. Puxa vida! Figuras estranhas que sentem a necessidade mais que urgente de ter seus filhos matriculados em escolas norte-americanas para que se sintam distintas da brasilidade que se estampa em todos os lugares do país em que efetivamente nasceram, ainda que isso tenha sido uma tragédia [conheci muitos, muitos, professores universitários remediados e com a corda no pescoço, contorcendo-se para manter seus filhotes nas escolas de Tio Sam: alfabetizados em inglês e desafinando em coro o *earworm* (ou *brainworm*) de Michael Jackson - "*we are the world, we are the children*" - em terríveis encontros familiares].

Por um outro viés, obviamente no exercício da polêmica que tanto agrada as conversas de bares, poder-se-ia argumentar que, por ser o brasileiro um sujeitinho midiático, não haveria razão para não se ler, tendo em vista que fazem a festa com o consumo exorbitante de celulares (o país é o 5º maior consumidor no ranking mundial desses aparelhos, não obstante a barriga roncando, a boca desdentada e as verminoses derretendo o mínimo que resta de massa cinzenta, sempre haverá uma forma de se endividar pelo *smartphone* ou por matar por ele), que, de certa forma, permitem a leitura de material escrito. Mas não é para isso que os brasileiros desejam ter celulares, principalmente em uma era em que ser inteligente é sinônimo de ser mitômano, disputando a criação de inverdades e aventuras maledicentes nas mídias sociais (com isso, atualmente, até o seu Zé Ninguém descobre que pode ser mais que um alienado e destruir pessoas para vingar suas frustrações e também vencer pleitos eleitorais mundo afora, fazendo de seus inspiradores trogloditas homens públicos orientados única e exclusivamente pelos piores sentimentos do ódio e da destruição gratuita). É possível que as pessoas talvez ainda não tenham percebido, mas as mídias sociais são piores que o claustro e que as armas. Basta reservarem um minutinho da própria vida para perceberem o quanto são consumidas em Facebooks, Zaps e outros meios urdindo mentiras, fazendo propagandas, criando artimanhas, trabalhando de graça (os patrões

agradecem!) e produzindo, porque não dizer, guerras altamente destrutivas, principalmente do ponto de vista psicológico.

O mais interessante no predomínio de uma cultura midiática é a facilidade com que se pode dominar mentes e corações e inverter todas as lógicas. Colocar tudo de ponta cabeça. E de uma forma tão convincente, os sensatos passam a duvidar de que realmente estejam vivendo a vida como realmente ela é. É por essas e outras que, de repente, não mais que de repente, o maior dos canalhas torna-se o herói da praça e o filantropo a figura abjeta e fraca, que jamais deveria abrir a boca para falar de direitos, de justiça, de democracia e de dignidade humana. Visto com certa distância, o que encontramos é um grande circo repletos de palhaços que perderam o roteiro da comédia e que encenam a tragédia do dia a dia como se fosse um imenso e grotesco picadeiro em que o riso ou a graça é forçada. Para quem ainda tentou dormir no *sleeping beg* ou teve alguma chance de sonhar ou desejar uma utopia, o que se vê atualmente no mundo, e especialmente no Brasil de Macunaíma, é uma situação angustiante, triste e incomensuravelmente opressora. Tudo pode voltar a ser o que era, de uma forma que confesso ser para mim muito irritante – cresci e parece que vou morrer com o infeliz destino de ser o produto de uma geração AI 5 -, os fascismos e nazismos, que nunca desapareceram realmente, embora tenha estado por aqui oficialmente há um pouco mais de 60 anos, estão aí voltando a ocupar a passarela de peito estufado e arrogância sem limites.

Não é só na política que os demiurgos do mal têm atuado, aliás aprenderam a atuar antes no espaço do mercado, criando necessidade e impondo hábitos para um novo tipo de escravidão psicológica que reúne milhares de incautos consumidores, figuras vorazes e desnorteadas capazes de venderem a alma ao diabo para ter a mercadoria que atrai como o canto perigoso das sereias encantadoras: verdadeiras imagens da desrazão. Nada mais ilustrativo que a figura lesmática do Smeagol amando e sofrendo por amar o seu precioso anel e, no final de contas, na Disneylândia do mundo capitalista, somos todos potenciais ou já transformados Smeagols (essa figura que desperta ojeriza e pena ao mesmo tempo). O mercado mantém relação simbiótica com o mundo midiático, assim como todos aqueles agentes que atuam na formação da opinião pública, o que inclui certamente as grandes e poderosas emissoras de rádio e televisão. Nos lugares onde essas emissoras constituem monopólios familiares ou veículos de grupos religiosos, como é o caso do Brasil, a desgraça é um conceito pequeno para designar todos os estragos que são gerados junto à população pouco escolarizada e esclarecida. A gente sabe que a imprensa burguesa tem arrebatado há muito tempo as chances de um país justo, onde está própria mídia poderia auferir tremendos lucros, mas ela prefere cultivar as mentiras dos monstros vermelhos e outras histórias da carochinha para manter-se como são: uma elite pouco produtiva, pouco criativa,

essencialmente rentista e pouco afeita ao duro trabalho de construir coisas e edificar mundos, desejos verdadeiros de genuínos empreendedores. Sente-se mais confortável, limitada à pequenez de sua inteligência e dignidade a usufruir as benesses do Estado e, para fazê-lo, precisa cortar concorrentes, estabelecer a ação do poder público como algo exclusivo para os benefícios das várias formas de produção e reprodução do capital. É por essas e outras armadilhas da luta de classes que nos embasbacamos assistindo aos meios de comunicação, alguns inclusive do segmento da mídia independente, tecendo exageradas condolências à recente morte do apresentador Gugu Liberato. Figura midiática que enriqueceu explorando a miséria física e intelectual dos brasileiros nas tardes dos finais de semana, por intermédio de uma televisão aberta de baixíssima qualidade, para migrar, como é muito natural, para Miami após auferir seus lucros e riquezas na casa de Macunaíma e Jeca Tatu. Parece que o nosso destino é enriquecer espertalhões, mas não cobrar dividendos em troca. É isso o que pensam as elites mesquinhas brasileiras – inclusive aquelas que se julgam intelectualizadas (essas preferem Paris e suas universidades sutilmente numeradas em categorias bem apropriadas para receber latinos e africanos!) –, ou seja, ganhar dinheiro explorando o inferno abaixo do equador para gastá-lo na esbórnia da metrópole. A fórmula é antiga: ela veio junto com os portugueses e por aqui ficou como elemento d'alma. E assim segue a sina, a via cruces de um povo estranho, com carga e sem garra, com ferro quente batendo no lombo com muita resignação, lamentando como se lamuriasse um eterno fado, alguma espécie de predestinação a ser transformado em apenas bagaço sem mais nenhuma serventia. Para aqueles que ainda se esforçam, certamente, é melhor cultuar os heróis que morreram de overdose, pelo menos tiveram a sensibilidade e a profundidade de olhar para perceber o quão esse mundo é cruel e se perguntar, certamente com um nó da garganta e com lágrima nos olhos, se vale realmente a pena estar a todo momento sóbrio para lidar com trogloditas, reacionários e trapaceiros que escondem todo o mal caratismo por detrás de seus cafonas ternos de linho tupiniquim (existe isso? talvez sejam de juta?). A propósito, de longe é possível sentir o terrível odor da sudorese, a marca grossa de nódoa nos sovacos, o suor pegajoso que se funde com a gordura da pele tratada com quitutes (estranha possibilidade!), não adianta perfumes quando a alma não vale nada. Ela parece transpirar constantemente fel e mais fel como se a cada passo a criatura se derramasse no insólito.

[1] Retratos da leitura no Brasil 4/ Organização de Zoara Failla. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

Estado e Pequena Burguesia: Tudo a Ver

04 de dezembro de 2019

De repente um véu negro veio, não se sabe bem de onde, como uma nuvem de insetos fedorentos e cobriu com a escuridão o Brasil. Apagou a luz do dia e transformou tudo em noite, mas em noite tenebrosa, dessas que causam calafrios e não prometem nenhum amanhecer ornado com cantos de passarinhos. Dizia poeticamente Gonzaguinha, em outros tempos de escuridão, que a tarde caía feito um viaduto...imagem linda e ao mesmo tempo melancólica e oprimente. Hoje sequer há poesia ou melancolia: somente paralisia.

A escuridão que se abateu sobre o Brasil de hoje parece mais com as noites chuvosas e pantanosas de Alan Poe. O véu que nos cobre é o véu dos lutos que traduzem a dor dos espíritos comprimidos, esgotados e contorcidos em mágoa, é também o véu das cegueiras cognitivas, visuais e espirituais. A sociedade brasileira está mais estúpida. A gente nunca é totalmente sábia, caso contrário não haveria espaço para aprender a ser inteligente, mas hoje estamos incrivelmente estúpidos, tão tapados que corremos o risco de impedir definitivamente a possibilidade do exercício da inteligência. Estamos mais violentos, mais distópicos, mais estranhos, mais fora de si e mais sem sentido. No meio de toda essa selva depressiva, uns bichos estranhos tiveram a coragem de sair de suas cavernas durante a luz do dia, o que antes faziam somente por meio de prepostos e pretorianos. As matilhas saíram às ruas sem acanhamento: arreganharam as mandíbulas da ferocidade e deixaram escorrer a baba fétida dos cães raivosos. O Brasil sob o véu negro tem revelado a verdadeira face do inferno que sempre foi: o império da desigualdade e do ódio.

Mas, desrespeitando qualquer cânone sociológico e atropelando a lógica da história acadêmica, o véu que nos encerra neste momento vem com a urdidura da urbanidade moderna e das sinuosidades dos déspotas medianos. Posso estar cometendo heresias sociológicas, mas, para além do já tradicional domínio do capital, creio que estejamos enfrentando, sob o véu negro da ignorância, o domínio troglodita dos setores medianos gerados nos lampejos de sucesso do capitalismo tupiniquim nas últimas décadas: pequenos ditadores e fascistóides de Curitiba, de Porto Alegre, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Brasília e de outros tantos brasis, metidos em togas (ensebados como vampiros cavernosos), fardados em verde-amarelo ou apenas em malhas colantes de academias de shopping centers em tardes ensolaradas de domingo (com cintas espremendo as inocultáveis adiposidades). Eis que surgem essas estranhas figuras, expressões de uma pequena burguesia sem capital e, portanto, recalçada e ressentida,

filhas de pequenos comerciantes e servidores públicos, fazedores profissionais de concursos públicos, que se esgueiram pelas frestas do setor público em busca de uma vida boa sem muito esforço (pode parecer preconceito, mas não é, é fato).

Essa gente coleciona inúmeras bizarrices: são neopentecostais porque podem justificar religiosamente a usura e a corrupção, moralistas por conveniência, autoritários porque se julgam superiores, preconceituosos e profundamente arrogantes porque se julgam por deus escolhidos. Enfiados em ternos e desfilando em seus espaçosos SUVs, financiados ou conquistados sabe-se lá em que condições, esses seres tornaram-se numerosos nos corredores dos órgãos da administração pública federal a partir da Nova República. Não vieram por opção premeditada ou por convicção, mas por conveniência. É a alternativa que permite manter o status concedido pelos pais ou ir um pouco além. Não estão muito preocupados com princípios republicanos, com defesa da res publica ou com o respeito aos princípios constitucionais no exercício da função pública, mas apenas com o próprio umbigo. Essa gente é essencialmente carreirista e está sempre disposta a fazer genuflexões e salamaleques ao deus mercado, desde que possa ganhar alguma coisa com isso ou que possa aumentar o poder de consumo. Por essa razão, é facilmente seduzida e cooptada pelas agendas dos governos neoliberais e, portanto, não é nada bizarro encontrá-la apoiando fogosamente agendas essencialmente neoliberais.

Não é incomum encontrá-la trabalhando ardorosamente pela reforma da previdência, pelas privatizações ou pela terceirização sem expressar qualquer preocupação com os impactos dessas medidas sobre o conjunto da sociedade. Também não é nada estranho assisti-la bailando ideologicamente entre as bandeiras partidárias. A impressão que se tem é a do carrasco amolando a guilhotina que será arriada sobre o seu próprio pescoço. Pode parecer coisa de louco, mas não é: essa gente acredita-se especial e, portanto, intocável. Talvez esses reacionários sem história (que contradição, não é?) estejam fazendo o que uma certa esquerda pragmática um dia sonhou fazer: a revolução dentro da ordem. O capital tem donos, mas também tem seus cães de guarda: togados e não togados que usam cargos públicos para fazer política e afrontarem os esteios constitucionais, o estado de direito e qualquer outro marco legal sempre que necessário. Gente perigosa e talvez muito mais nociva que os burocratas sem cérebro e anêmicos de espírito como um certo Eichmann, que acordava todos os dias para administrar um campo de concentração da mesma forma automática como escovava os próprios dentes. Essa gente revela muito mais que a imagem da banalidade do mal. Eles são perversos e fazem uso da maldade sem pudor se for útil à prática do alpinismo social.

O que se torna ponto de exclamação inevitável e motivo de muita frustração é constatar a indiferença dos partidos progressistas em relação à essa questão quando estiveram no poder. Não houve a atenção necessária em relação à questão institucional e com a

democratização do Estado. Esses partidos não fizeram a reflexão psicossocial e antropológica necessária: não se perguntaram de forma apropriada sobre a origem e trajetória da burocracia, sobre a dinâmica das organizações, sobre as estruturas de fundamentação e reprodução do poder. Em verdade, os governos progressistas promoveram muitos concursos públicos e melhoraram de forma extraordinária a remuneração da pequena burguesia encastelada em posições de poder, aquela com os seus títulos de pós-graduação e com a exigência de ter o aprendizado do inglês como uma questão existencial, que passaram a constituir arremedos de falsas carreiras encravadas em áreas estratégicas da administração pública vivendo sob a graça do subsídio, uma palavrinha mágica que traduz, para quem conhece, a distinção de elevadas remunerações para estamentos fortemente corporativos e com poder de articulação dentro das organizações públicas.

Esses grupos corporativos advogam em causa própria, pavimentando espaços de poder e idealizando a destruição do próprio Estado que os alimenta na certeza de lucrarem outros espaços junto e entre os donos do capital. A estratificação social que abrange toda a sociedade encontra-se refletida nos espaços institucionais e no setor público a situação não é diferente: há os barnabés com péssimas remunerações, cada vez mais submetidos aos processos de terceirização, e um setor mediano que corresponde diretamente aos setores equivalentes da sociedade nacional, que encontram no Estado um excelente espaço e meio de ascensão social, de exercício do poder e de influência política. Não há neutralidade na ação da burocracia e isso não significa apenas reconhecer que ela deva cumprir ritualmente a agenda vencedora nas urnas. O jogo é mais complexo e os interesses mais diversificados, o que deve ser compreendido não só em função do complicado sistema de coalizões da política brasileira, mas também em função da dinâmica das relações de poder entre as instituições e da ação dos indivíduos, que possuem seus próprios interesses, suas trajetórias e projetos. Parece-me que esses são aspectos relevantes a ser observados em qualquer iniciativa de democratização do Estado, que não se resolve apenas com a ampliação de vagas em concursos ou com o aumento de cotas para minorias. O processo deveria envolver no mínimo iniciativas mais significativas de consolidação da cidadania no exercício da função pública, de valorização dos princípios republicanos e do estado de direito.

Creio que isso jamais foi efetivamente pauta prioritária de qualquer política de administração ou de gestão dos governos progressistas que estiveram no poder nas últimas décadas no Brasil. Em verdade, além das poucas concessões assistencialistas, as grandes reformas ficaram nos limites das concertações estabelecidas com o capital ou com as garantias de sobrevivência do neoliberalismo. Não houve realmente reformas de base, que pudessem alterar princípios e valores em função do fortalecimento do estado de direito e da democracia. Não se mexeu com a estrutura mais profunda do

Estado e da administração. Ademais, os governos progressistas também tiveram em seus próprios quadros, principalmente em cargos de confiança, milhares de mauricinhos e patricinhas esperando o momento de colocar as mãos no poder, de ter acesso às benesses, aos cargos, aos mecanismos de mandos e desmandos. Estamos hoje assustados com tantos neofascistas, protofascistas, nazistas e muitos outros bichos infernais nos rodeando, mas eles sempre estiveram ali e acolá, calados, mas presentes. Não tinham a coragem de abrir a boca para despejar os dejetos da pobreza de espírito que sempre carregaram dentro de si, talvez por vergonha. Porém, hoje encontram toda a força de espírito necessária para dizer o que pensam e o que querem. Em verdade, essas figuras um tanto bizarras pipocam justamente em meio a essa pequena burguesia, surgem nesses setores medianos engasgados com recalques, mágoas, rancores e ódios. A maior parte desses pequeno-burgueses foi à universidade, costuma viajar bastante, mas isso não significa que seja muito esperta, pelo contrário parece ser muito ignorante: gosta de esnobar o domínio da língua inglesa, mas tem ojeriza ao português. Conhece mais a cultura pop norte-americana que a história da própria cidade onde nasceu. Lê muito pouco e o que lê não agrega muito. Adora as mídias sociais, mas não consegue manter um diálogo construtivo. Parte dessa gente privilegiada foi agraciada com o esforço dos pais, outrora revolucionários ou hippies conceituais, em colocá-los em colégios renomados ou em estabelecimentos de ensino estrangeiros (de preferência as Escolas Americanas) e poucos começaram a trabalhar muito cedo como acontece com famílias proletárias.

Não são só as elites brasileiras seres miméticos e inautênticos – fora do espelho e foro do foco -, também são, e talvez sejam piores, os seus serviçais. Para resolver parte desse problema, pelo menos no que se refere à cultura republicana no espaço das organizações públicas, é urgente a reforma democrática do próprio Estado, que até o momento não aconteceu de facto. Talvez seja necessária uma pesquisa longa, retornando-se aos primórdios da formação do Estado brasileiro, quando bacharéis, filhos de coronéis das roças, adornados com os mitos de Lisboa e de Paris, levantaram as pedras conservadoras de um Estado que seria assim, na medida do exagero dos neuróticos fatalistas (meu caso diagnosticado) ad eternum. Os partidos progressistas perderam a oportunidade de fazer uma reforma profunda das instituições – para além das exigências neoliberais do corte de gastos e mudanças de organogramas -, uma mudança de sentido, de valores e de abertura para o republicanismo, para o alinhamento com os princípios do estado de direito e da democracia, a partir de um exercício de mnemônica e análise crítico do que realmente somos como esse amalgama cultural bizarro e melancólico (como dizia o velho e saudoso Vinicius: viemos de três raças muito tristes, eis porque sempre muito nos dói). A abertura de concursos públicos em uma sociedade desigual, ainda que garantido o sistema de cotas, como já mencionamos, não significa necessariamente promover a democratização do estado e

prova disso está aí: nunca se viu tantas criaturas estranhas se arrastando pelos corredores das repartições públicas (executivo, judiciário e legislativo), erguendo bandeiras do autoritarismo e defendendo a destruição das instituições democráticas que garantem a eles próprios manifestarem o que são: fascistóides enlouquecidos. Eis aí o ápice da bizarrice... ou da burrice. Fiquei assustado quando me vi arrodado de pessoas defendendo um ex-militar autoritário para a presidência da república dentro do setor público, depois de mais de 22 anos de ditadura no Brasil, declarando abertamente, antes do período eleitoral, o ódio e o propósito do extermínio do serviço público. Será que alguém voltaria realmente no cara? E não é que votaram...E se isso não for coisa de masoquistas irrecuperáveis. Parece ter sido algo muito mais triste: uma gente que não aprendeu e não soube aproveitar os poucos momentos de liberdade que teve para valorizar a emancipação e o poder de ter nas mãos as rédeas de suas próprias decisões ou de exercitar a própria autonomia no exercício da cidadania. Em verdade viveram e viram só mercado e consumo pela frente. Essa foi e é a única régua para a pequena-burguesia que sonha em subir, subir e subir. Enquanto for assim, os verdadeiros ricos dessas pradarias ressecadas pela ignorância aplaudem e urram vivas delirantes ao deus capital (como nas competições absurdas de auditórios) e vão sobrevivendo entre coalizões e conchavos. Enfim, dizem os ricos comensais: garçom entregue a conta àqueles caras que ficam ali fora olhando a gente se empanturrar, aqueles com olhos esbugalhados de gente feia, com vincos de preocupação e fome nos rostos. En plus my friend, mona mie: Goodbye ... Au revoir... I don't have time to lose seeing these horrible faces. Je suis tre chic. Capisce?!

A Tibieza de Espírito

16 de janeiro de 2020

Os homens ficaram mais bestas, destacadamente os brasileiros, de ontem para hoje, ou sempre foram por natureza idiotas? Talvez essa seja a pergunta mais corriqueira atualmente, quando nos deparamos com tantas maluquices a exemplo de concepções terraplanistas, geocentrismo, combate aos processos de imunização, fé cega em opiniões contra fatos objetivos e por aí afora, transcorridas tantas décadas de evolução do pensamento filosófico e científico. O que está acontecendo? A gente parecia estar andando para frente, mas estamos indo para trás! Talvez parte da resposta possa ser encontrada em instintos muito primitivos, que nunca sumiram e sempre estiveram muito presentes por debaixo de inúmeras camadas de vernizes do processo civilizatório: a suscetibilidade da horda. O mais engraçado é que o próprio processo civilizatório tem nos conduzido espasmodicamente ao passado animalesco, quando expomos presas sangrentas para o ataque, assim como primatas raivosos. Creio que coisas parecidas

preocupavam cabeças pensantes como as de Adorno e Horkheimer, atraíram a atenção dos olhos perscrutadores de Freud e aguçaram a criatividade de muitos romancistas como Louis Stevenson: afinal seu Dr. Jekyll era o testemunho de que a conquista do conhecimento moderno era capaz de trazer consigo como efeito colateral um monstro (ou ele sempre esteve ali?). Hoje a moda é a tecnociência e o mar de dados que tem virado a cabeça oca de uma moçada que sofre da síndrome do macaco Simão: adoram apertar botões e, desde que não explodam onde eles se encontram fisicamente, não importa o que signifiquem ou desencadeiem exatamente, ainda que estejam alegrando a vida de grandes conglomerados empresariais nessa nova fase do capitalismo mundial - Google, Facebook, Instagram, WhatsApps e outros monstros -, que prometem a comunidade global em rede (tudinão de graça!), mas que em verdade estimulam o isolamento, as polaridades, os confrontos, as inverdades, as distopias e tantas outras coisas desagregadoras, que pavimentam facilmente o caminho para a volta desses instintos traiçoeiros e pré-históricos. Voltemos a eles. O comportamento de horda é no mínimo interessante, porque consegue somar à ausência de criticidade e à violência das turmas com a necessidade da autoridade centralizada na figura mítica de um chefe. Esse é um dos pilares do fascismo e das expressões mais animais do extremismo político. O fascismo requer a construção de um passado mítico em substituição à realidade, bem como a destruição de qualquer ideia sensata, que possa fazer frente ao obscurantismo anti-intelectualista. Como demonstra Jason Stanley, autor de **Como Funciona o Fascismo**, o anti-intelectualismo é prática corriqueira dos fascistas, que se opõem às ciências, às artes e ao bom senso para edificar um mundo regido por inverdades (de acordo com a americanização tupiniquim: regido por *fake news*) e pela violência. O que desnorteia no caso brasileiro, além da bizarrice de um país mestiço levantando bandeiras fascistas e nazistas, é o sarapatel indigesto que mistura extremismo político, ignorância sem limites, religiosidade e fundamentalismo. Os órfãos estão em busca de pais severos e facilmente encontram essas figuras na simbologia das fardas, nas falsas promessas dos pastores evangélicos e na crença estúpida dos corruptos de *black tie*, que se vendem como pessoas bem-sucedidas no mundo dos negócios. Em verdade, creio que jamais saberemos com certeza se um dia existiu verdadeiro *self made man* na selva do capitalismo tupiniquim. Parece que a coisa já começou equivocada desde as capitâncias hereditárias: em verdade o que enxergamos em cada canto é um bando de falsos liberais jogando pedras no Estado – assim como a Geni cantada em versos -, mas que não sobrevivem sem o maltratado aparato. O que desejam realmente é a exclusividade das benesses estatais, é a canalização de todos os esforços sociais, principalmente dos trabalhadores, para os cofres dos pseudo-empresários. Mas e a horda? A horda é justamente essa imagem do povo marcado como gado, identificando-se mais com o dono da boiada do que com o peão de boiadeiro, feliz como um idiota masoquista ou como a mulher de malandro, que ama incondicionalmente e só leva porrada. A horda é isso: heteronomia e tibieza de espírito, idolatria do mais forte

e resignação na esperança de um milagre, talvez de uma vida extraordinária no reino dos céus. Embora a esperteza neopentecostal, mais encantada pelo brilho do vil metal, prefira a prosperidade terrena aqui e agora. A horda é o caminho mais curto para o obscurantismo quando ela só significa a saudade e o desejo de retorno de um ídolo severo e implacável. O mais interessante, talvez, seja o fato de que no mito narrado por Freud, os filhos matam e devoram o pai para então idolatrá-lo na mitigação do remorso, ao passo que no mundo tupiniquim, em verdade, o pai nunca foi morto. Precisamos dele intacto, metido em seus coturnos ou brandindo o seu chicote, como um galo bravo que fere com suas esporas quem se aproxima de seu reinado galináceo. Somos estranhos, desconjuntados, com ideias fora do lugar e, talvez mais que os portugueses que nos deram parte da descendência, profundamente melancólicos. O povo tupiniquim não é alegre como se diz por aí e o carnaval só serve para uma coisa: permitir as inversões que apaziguam a dor profunda que se carrega na alma por não podermos ser cidadãos no cotidiano, ou melhor, por não podermos ser autênticos. Profundamente miméticos beiramos as raias da esquizofrenia e, quando nos olhamos no espelho, talvez o que apareça lá, embora as vistas turvas não permitem enxergar, seja algo assim como o expressionismo de Picasso em sua dilacerada Mulher Chorando: desconjuntada por uma imensa dor. Talvez nos esqueçamos nas contorções do samba, ou na embriaguez da cachaça, mas nos mortificamos por dentro a cada dia como se chorássemos a tristeza de um trágico fado. Não temos motivo para nos alegrar, enquanto nosso espírito aflitivo consegue misturar tantos antagonismos como se fossem a mesma coisa: religiosidade com ideologia nazifascista, amor com violência, amizade com desprezo, indiferença com solidariedade. Mentimos para nós mesmos o tempo todo, mas agora, nestes tempos sombrios, parece que o véu esgarçado de nossas mentiras ou ilusões tem permitido ver como realmente somos: um povo iletrado, profundamente individualista e pronto para vender a alma ao diabo por qualquer vintém. Parece que ainda vivemos crenças muito antigas, entre elas a de que não existe pecado abaixo do equador. Fazemos qualquer negócio em nome de deus ou do diabo, mas não temos a capacidade do arrependimento de Fausto, e dessa forma vamos nos afastando cada vez mais de qualquer princípio civilizatório. Talvez por isso, pelo menos em parte, corremos atrás de mitos, ainda que eles tenham pés de barro.

O Terror do Capital

(Quem tudo quer, tudo perde...)

26 de janeiro de 2020

Desde a Segunda Grande Guerra Mundial, após a divisão do mundo entre a ideologia ególatra do liberalismo ocidental e as economias planificadas e fechadas dos estados de regime comunista e socialista, oscilações foram observadas no mundo do capital. O

registro histórico de uma revolução como a soviética serviu, de certa forma, de alerta para a tendência monopolista e concentradora do mundo capitalista. Por essa razão foram necessárias concessões, que se consubstanciaram nas alternativas dos estados de bem-estar social. O capital retirava algumas bondades do baú da felicidade para evitar a sedução socializante e a sublevação das massas de trabalhadores frente às contradições do capital. Entretanto, desde o auge da era do capitalismo industrial, muita coisa mudou, ainda que nada tenha sido diferente do que se previa na evolução natural do capitalismo. A partir da década de setenta do século XX a infalível fase do capitalismo financeiro já se avizinhava e alterações significativas já começavam a ser observadas no mundo do trabalho. Não obstante a relevância dos movimentos operários das décadas de setenta e oitenta na América Latina, como avanços inegáveis da organização sindical dos segmentos de elite do operariado – como foi o caso do setor metalúrgico no Brasil –, as concessões do capitalismo já apresentavam seus primeiros sinais de enrijecimento em países europeus. Talvez a percepção mais clara disso se encontrava no discurso vaticinador e pessimista dos economistas neoliberais que anunciavam a impossibilidade do fechamento das contas, particularmente daquelas diretamente vinculadas aos sistemas previdenciários. De lá para cá, parece que a coisa só piorou, e o estado providência passou a ser o saco de pancadas dos neoliberais. Com a queda do muro de Berlim as vedetes do capital saíram em bailado frenético anunciando o fim da história e a derrota dos regimes que se preocupavam com as políticas sociais. Mas bastou o tempo para deixar muito claro que o capital nunca precisou de rival para mostrar a sua face violenta. Livre de contraposições utópicas e de contrapesos morais, a máquina que tritura homens soltou-se no mundo abrindo mão do trabalho em função da mágica perversa, que cria fortuna com base em valor abstrato e especulação financeira. O interessante no andar dessa carruagem não é só o fato de que esse neoliberalismo não consegue se sustentar politicamente sem apelar para as práticas autoritárias, porque é tão cruel como regime econômico, que só sobrevive contendo os insatisfeitos com a mão pesada de governos com pendores nazifascistas. Mas o que é realmente interessante é a natureza fortemente concentradora do capital no extremismo do *laissez faire* econômico: cada vez mais a riqueza se concentra em todo o mundo. Qual é o efeito imediato? O empobrecimento da maioria dos povos, mas principalmente dos setores medianos, ou seja, justamente dos setores que, no caso brasileiro, alimentam o sonho de ser patrão, de chegar ao topo do mundo e, portanto, que são facilmente cativados ou atraídos pelo discurso de defesa do capital e das opções políticas conservadoras e mais à direita do espectro político a ele associadas. A lógica é perversa, mas o espírito reinante do gado marcado não permite à boiada perceber que, por intermédio do voto conservador, atiram na própria cabeça ou acabam com a própria existência. O fenômeno da diminuição dos segmentos médios parece ser um fenômeno mundial, e segue as tendências das crises econômicas observadas desde a década de oitenta, como indicam dados apresentados no relatório da OCDE publicado em 2019 -

Under Pressure: The Squeezed Middle Class – e é significativo nos países que conquistaram um padrão de bem-estar social mais elevado. Mas, via de regra, o que é ruim para países mais ricos é catastrófico para países atrasados. No caso brasileiro, tudo indica, que os segmentos medianos só perceberão as loucuras cometidas, no que se refere às opções políticas que beneficiam apenas os setores mais ricos da sociedade, quando estiverem com a lama acima das narinas. Em outras palavras: quando estiverem sufocados e à beira da morte. Talvez, quando este momento chegar, já seja muito tarde para soluções de caráter institucional ou para as tradicionais alianças salvacionistas do jeitinho brasileiro. A própria democracia já estará sepultada e a possibilidade da participação mais ativa, aquela que se faz nas ruas, totalmente reprimida. O que está por vir ninguém sabe com muita precisão e, talvez, esteja na dependência do que acontecerá no cenário internacional ou nos países que mantiveram instituições democráticas mais sólidas até este momento. A esperança é alimentar a crença de que o mundo civilizado seja capaz de conter os rompantes totalitários e a ganância desmedidas dos neoliberais nos quatro cantos do mundo. Isso poderia, certamente, isolar os movimentos autoritários em países como o Brasil. No entanto, pensar assim é apostar em loteria e, até certo ponto, desacreditar qualquer possibilidade de expressão autônoma da população brasileira. Embora difícil, frente à alienação e imobilismo da maioria, não se pode afirmar de forma categórica que isso seja totalmente impossível. Milagres talvez possam acontecer. A pior das hipóteses é a de um mundo civilizado se revisando, voltando aos eixos de fortalecimento dos princípios democráticos, e uma periferia isolada e funcionalmente presa aos regimes de caráter autoritário. Esse seria um cenário muito próximo daquele configurado entre as décadas de sessenta e oitenta em países latino-americanos. Mas o momento histórico é outro, e ainda que se admita um retorno ao passado, ele seria certamente uma farsa muito mais deletéria. O que percebemos, a partir do que acontece atualmente em países como o Chile e em parte no Brasil com as manifestações de 2013, é a perda de legitimidade das instituições de representação política e a indisfarçável politização do sistema judiciário. Este é o caminho mais curtos para o enterro definitivo da democracia: quando a juventude passa a odiar não só os políticos, mas também a política, a vitória da distopia são favas contadas e a avenida é então pavimentada para as bizarrices do poder transloucado. Para fechar o teatro dos horrores, com o fosso alargado entre ricos e pobres pela tirania do capital na mão dos neoliberais, com a deliberada destruição dos investimentos públicos em infraestruturas imprescindíveis, as doenças antigas retornam e novas surgem com ímpeto avassalador. E assim, entre bactérias mutantes, arnavírus e coronavírus vai se delineando uma paisagem realmente apocalíptica. Talvez não seja sequer necessária a guerra dos finais dos tempos tão desejada pelos evangélicos fundamentalista, que esperam em meio a desgraça o retorno de Cristo, bastam as pragas e doenças ressuscitadas e transformadas somadas com os níveis mais drásticos de pobreza e do abandono do sanitarismo. Talvez dessa forma tenhamos um outro tipo

de democracia, que não beneficiará ninguém em vida, sequer os religiosos fanáticos, aquela fundada pela morte que, realmente, por mais bonito que seja o esquife ou a tumba, não livra ninguém do verdadeiro exílio seja rico ou pobre. A sentença é única e, até provem o contrário, universal: *limitatum et vita*.

Covid-19: Vírus da Morte

03 de abril de 2020

Quem poderia imaginar que o ano 2020 seria palco para algo além da polaridade ideológica e da ressurreição dos zumbis da extrema direita? Talvez pouca gente tivesse a ideia muito clara ou o pressentimento – o que obviamente não é muito científico e, portanto, de pouca credibilidade – de que um ser diminuto (1 a 5 micrômetros de tamanho) causaria um pandemônio na face da terra. O coronavírus chegou sem fazer alardes, como geralmente fazem seus primos-irmãos, mas com o vigor da mão da morte e com a grandiosidade de uma epopeia apocalíptica. Até agora, o monstinho já infectou, de acordo com dados oficiais, 951.901 seres humanos, conduziu 47.522 para os cemitérios e crematórios, e permitiu sobreviver apenas 195.929 com marcas e sequelas. O ser minúsculo é inquestionavelmente eficiente e democrático: não tem ideologia, preferência de biotipos ou respeito às fronteiras. De onde veio, ninguém sabe, mas parece ser um mensageiro obstinado de uma natureza vilipendiada e cansada de tantos abusos. Veio obrigando os homens a se recolherem, confrontando a ganância capitalista e o consumo desenfreado. O que vai restar depois do coronavírus ninguém pode prever, ainda que variados cenários possam ser imaginados: haverá uma grande revolução com mudança nos costumes, nos relacionamentos com a natureza, nos padrões de produção econômica e nas formas de governar? Mudarão as relações internacionais em função de um globalismo mais humanista e regido por valores não orientados pelo mercado? Os EUA perderão o protagonismo e a China ocupará a centralidade no cenário mundial? Realmente é difícil prever o que virá, mas, no esforço de alimentar alguma esperança, talvez o mundo possa se dar a chance de rever alguns paradigmas e voltar a atenção para outras filosofias e alternativas de vida e, nessa dimensão, quem sabe as culturas orientais possam contribuir de forma significativa (menos religião e mais compreensão filosófica do planeta e da vida). O fortalecimento da ciência pode ser outro resultado positivo, principalmente se ela ressurgir orientada por outros valores além do utilitarismo positivista. Talvez o projeto iluminista, que nunca se cumpriu no mundo ocidental, encontre uma oportunidade de se realizar em toda a sua plenitude, na forma de uma razão mais libertadora. Esse certamente seria um cenário fabuloso. No entanto, há muitas incógnitas, principalmente em países como o Brasil, que se encontram sob o comando obscurantista de elites usurárias, ignorantes, fascistas e extremamente desumanas. Para essa gente e seus asseclas, encastelados no

poder, a vida tem pouco valor: a bandeira erguida e as artimanhas engendradas desprezam os direitos humanos e sobrelevam tão somente a defesa de privilégios. Nesses países, que geralmente somam com a ignorância de suas elites a pobreza em larga escala, talvez o que reste são milhares de mortos e uma situação de exclusão mais acentuada dos espaços de decisões da política mundial. Nesse caso, teremos o pior dos mundos, em que a vida imitará a ficção científica: mortos vivos isolados com suas chagas a ser combatidos como uma ameaça permanente ao mundo dos sobreviventes saudáveis. Nesse caso, cercados endêmicos constituídos como sítios sanitários, zonas proibidas com a qual não se deve manter nenhum tipo de contato. Isso obviamente significaria o extermínio de grande parte da humanidade, porque cordões de isolamento dessa natureza certamente são praticamente inviáveis. Hoje é possível ter uma ideia clara do que pode ser o pior dos cenários com o volume de mortes na Itália e na Espanha, mas, mais significativo, é o cenário dantesco de corpos apodrecendo nas ruas de Guayaquil no Equador. O impacto do coronavírus nos países mais pobres é e será devastador. A situação tende a piorar, a menos que os cidadãos desses países sejam capazes de enfrentar não só o vírus mortal, mas, simultaneamente, os vermes que ocupam as posições de mando e que fazem da morte, por interesses mesquinhos, o mais forte refrão. A situação obviamente é angustiante, quando não se pode ir às ruas para dizer basta e quando se observa cada vez mais a fragilidade de entidades representativas como sindicatos e associações. O pouco de esperança que resta, particularmente no caso do brasileiro, é a sensatez de alguns governadores e prefeitos, que buscam por intermédio da quarenta e à revelia do poder central, pelo menos, garantir a não explosão de infectados e de óbitos. De resto, somete medo e muitas interrogações.

A Terra dos Monstros

14 de abril de 2020

Há muitas imagens reais ou imaginárias que guardam fortes propriedades para ilustrações metafóricas. O canal Animal Planet apresentou, recentemente, um episódio sobre o Serengeti, região geográfica da África Oriental, no norte da Tanzânia e sudoeste do Quênia, muito rica na diversidade de sua fauna, que cumpre bem esse papel. O programa abordava a difícil migração dos animais em função da alteração climática na região, onde a água e a comida se tornam, em algumas estações, recursos extremamente escassos e, portanto, uma questão de vida ou morte. Os dilemas dos bichos constituem verdadeiras sagas em que predadores, presas, genitores e filhotes buscam superar os limites e os perigos de uma natureza portentosa, mas indiferente aos problemas de pequenos mangustos ou de imponentes leões. O documentário em questão envolvia as agruras de uma guepardo com seus filhotinhos para fugir de predadores e encontrar alimentos durante um longo processo de migração em busca de

água. Além do forte instinto materno, tão poético que poderia ensinar muitos humanos, a mãe zelosa ainda se via as voltas com abutres e hienas interessadas em roubar-lhe o pouco alimento adquirido para manter a prole viva.

A agressividade das hienas, e de outros animais oportunistas, mostrada no documentário, permite-nos refletir sobre o comportamento das elites tupiniquins neste momento difícil em que o mundo e a terra de Macunaíma enfrentam o Covid-19, uma criação implacável da natureza, da qual todos fazem parte, mas que recusamos reconhecer como nossa origem em função de pretensa superioridade intelectual ou do obscurantismo religioso. Essa altivez calcada na racionalidade não tem sido muito útil nas terras de Macunaíma, hoje dominada por seres bestializados, que muita gente ignorava a existência. Além de atrofiados intelectuais, essas figuras bizarras, que se espalham pelas elites do lugar, mas também pela plebe rude, manifestam com soberba os mesmos instintos dos abutres e das hienas. O Brasil obviamente não é o Serengeti, que nos parece muito mais encantador com sua rudeza regida pelas leis da natureza, mas um fenômeno assustador conduzido por deformações humanas onde residem todos os vícios: cobiça extremada, indiferença e, sobretudo, ódio e maldade. O Brasil tem revelado, neste momento de crise, a sua verdadeira face, já apontada por muitos analistas e poetas, mas ignorada por muitos outros, que acreditaram (e que talvez ainda acreditem) em nossa folclórica e calorosa solidariedade. Estamos em uma sociedade que, pode-se dizer, é analfabeta gramatical e também política. Uma sociedade bizarra em que a maior parte de seus pseudos cidadãos, e principalmente suas elites incultas e aviladas, idolatra o consumo pelo consumo, afirma o mimetismo cultural como princípio de identidade, desconhece a própria realidade e chafurda, com prazer semelhante aos dos porcos, no obscurantismo e na arrogância dos boçais.

Em período de Covid-19, quando a maior parte do mundo abraça a ciência como o caminho mais seguro para ir ao encontro de uma resposta ou solução para um vírus extremamente eficiente – e que, na ausência de um fármaco efetivo ou de uma vacina, recomenda o isolamento social –, a terra de Macunaíma faz pouco caso da doença, e seus dirigentes perversos convidam os boçais e oprimem os desesperados (alguns, é bem verdade, motivados por necessidades legítimas) a invadir as ruas em grandes aglomerações, imiscuírem-se em feiras, aglutinarem-se em lojas, cambiarem fluídos em igrejas pentecostais como os escolhidos do juízo final, ou seja, que se dirijam como gado para o abate. Nesta páscoa de 2020 foi bem isso que se viu em várias capitais brasileiras, não obstante os esforços de alguns dirigentes locais em manter o povo transloucado em suas residências: pessoas julgando-se super-heróis ou filhas privilegiadas de Jeová aglomeraram-se em peixarias ou em lojas de doces a procura de ovos de páscoa. Consumo, consumo, consumo, ainda que se possa contrair a doença e morrer dias depois, o morto morrerá feliz com seu peixe mal digerido ou com o seu chocolate

fermentado nas entranhas. Embora possam ser considerados indevidamente loucos, eles são em verdade a nata de uma espécie surpreendente de estúpidos ou tapados.

Porém o mais assustador, desumano e grotesco, além dos atos dos que assumem o risco da morte desqualificando as verdades científicas, é a ação criminosa dos adeptos do bolsonarismo. Nesse sentido, é sem qualificação a manifestação ocorrida no dia 11 de abril em São Paulo, capital brasileira com o maior número de infectados pelo Covid-19, em que adeptos dessa atrofia ideológica e, certamente, representantes de interesses comerciais do estreito mundinho econômico de Macunaíma, demonstraram o desprezo por brasileiros falecidos por causa da pandemia (mais de 1.300 segundo os números oficiais subnotificados) e, em ato de louvação, cultuaram a morte em rito parecido ao de fundamentalistas ensandecidos, saltando como trogloditas e lançando aos ares o simulacro de um caixão.

Para confirmar o preceito de que desgraça pouca é besteira, no dia 13 de abril, o jornal O Globo em sua versão eletrônica publicou matéria em que noticiava a ação questionável de um dirigente da Embratur – uma entidade pública –, que teria veiculado, durante o final de semana, uma montagem na forma de um meme onde o mandatário do país repete o mesmo gesto dos zumbis paulistanos, ou seja, dança com um caixão sobre o ombro como se encontrasse na morte a razão do gozo. Tudo isso não é nada engraçado, porque é a triste demonstração de que o Brasil derrete moralmente e se distancia a cada dia de qualquer esperança civilizatória. Estamos realmente no meio do nada, ou na borda de um precipício, onde o Judas perdeu as botas e o juízo. Para quem ainda consegue manter alguma fagulha de consciência no meio de tudo isso, a vida se torna mais amarga e desesperadora (como dizia o poeta: dá vontade de ir para Pasárgada, mas não há mais para onde ir), e não há como não liberar pulsões negativas e o desejo de que algum raio surja, como uma lança justiceira, para destroçar toda essa impunidade e consertar as deformidades. É nesses momentos, ainda que não acreditemos em justiça divina, que alimentamos aquela faísca de vingança e desejamos o pior para cada um desses monstros macabros: por que não se encontram com o vírus, que menosprezam como intocáveis, contraíam as dores mais terríveis e sigam sem nenhuma complacência, pranto ou lembrança em direção ao inferno de onde nunca deviam ter saído?

O Colapso da Democracia

14 de abril de 2020

“A tática do PT no poder, de evitar confrontos, acomodou por longo tempo a fatia majoritária da classe política brasileira, que tem como único programa a obtenção de vantagens para si mesma. Acostumada a lidar com governantes de trajetória mais conservadora, ela muitas vezes teve atritos com os petistas. Suspeitava que seu programa apontava para transformações sociais que terminariam por prejudicá-la. Também estranhava os novos ocupantes do poder, que não faziam parte de suas rodas, nem dominavam os seus códigos. Lula, com o traquejo de décadas de experiência como chefe político, contornou tal incômodo, mas com Dilma Rousseff ele gerou ressentimento que desempenhariam um papel nada desprezível no processo de impeachment que a derrubou. Ainda assim, para esse setor, a lógica dominante sempre foi se acertar com quem está no poder, para não correr o risco de perder suas benesses”^[1].

Em meio à reclusão do coronavírus, tive a agradável oportunidade de ler o ensaio do Prof. Luis Felipe Miguel – educador da UnB – intitulado ***O Colapso da Democracia no Brasil: Da Constituição ao Golpe de 2016***. Livro pequeno, de cerca de 213 páginas, que a gente lê em um só fôlego porque é cativante. O Prof. Miguel expõe, de uma forma muito didática e sem o academicismo rebuscado do falso eruditismo, portanto de uma forma acessível para qualquer leitor, entre vários conteúdos, os acertos e erros do PT no exercício do poder entre os anos de 2003 e 2016. O que é extremamente esclarecer, do meu ponto de vista, é precisamente a explicação de como a política da coalizão e das concessões às elites brasileira, em nome e a favor da governabilidade, tornou restrita a faixa de atuação do Partido para a implementação de uma agenda mais progressista, ou seja, como os acordos estabelecidos principalmente durante os governos Lula, e menos durante os governos Dilma, viabilizaram um reformismo em que as verdadeiras estruturas que mantêm as desigualdades e a hegemonia dos grupos de interesses – agronegócio, rentismo e produção industrial, ou seja, as oligarquias liberais tupiniquins –, mantiveram a regência da orquestra e frustraram a possibilidade de um pacto que assegurasse os fundamentos e direitos democráticos delineados com a Constituição de 1988. Outro aspecto que me chamou a atenção e que, do meu ponto de vista merece pesquisas mais profundas, foi o papel desempenhado por agentes públicos, a maioria

beneficiada nas gestões petistas com a ocupação de cargos e salários elevados – e, detalhe não menos importante, a maior parte oriunda dos setores medianos mais elevados da sociedade -, ao exercerem, por assim dizer, influência adversária a partir de dentro da própria máquina pública. Embora o livro não vá além do protagonismo assumido por órgãos como Ministério Público (já viabilizado pela Constituição) e Polícia Federal, bem como da opção dos governos petistas por indicar juízes conservadores e com trânsito na direita para o STF, eu iria mais adiante e incluiria muitas outras carreiras do chamado ciclo de gestão, que, embora beneficiados pelas regalias governamentais, nunca viram com bons olhos as políticas tímidas voltadas para os segmentos mais pobres da sociedade. Em verdade, durante as gestões petistas, acentuou-se a clivagem na burocracia pública entre os altos salários de carreiras específicas (transformados em subsídios) e os barnabés integrantes dos planos gerais de cargos. Esses aspectos não são explorados no referido livro, mas são dados empíricos observados por quem conhece de perto a realidade do setor público, principalmente de sua esfera federal. Não obstante os voos ideativos, de caráter puramente pessoal, que podemos fazer a partir da leitura do livro, o que certamente exime o autor de nossos possíveis devaneios, a leitura nos estimula à reflexão e às hipóteses de como sair da sinuca de bico que a história nos meteu (ou que nós mesmos nos metemos): como protegemos a nossa frágil democracia, combatermos os privilégios das elites tacanhas e, ao mesmo, tempo instituímos um quadro institucional que nos garanta a estabilidade de um estado de direitos incorruptível e universal? Como concorda o autor no final de seu livro, há um campo aberto de tarefas e desafios, mas é imprescindível reforçar a resistência popular e investir, ainda que pareça muito pouco, nas reformas não reformistas. Do meu ponto de vista, considerando-se o poder de absorção da boçalidade que arrebanhou boa parte da sociedade brasileira, percebo ser urgente, urgentíssimo, soerguer a educação talvez como o principal ato de resistência e de transformação (obviamente após vencer a pandemia do Covid-19, que nos obriga a pensar sobre nossa falibilidade, insignificância e finitude). É provável que a inteligência seja o elemento mais importante a ser retomado para que se possa reconstituir massa crítica, sem a qual a boçalidade, que se expressa e alimenta, das notícias falsas veiculadas pelas mídias sociais tornar-se-á hegemônica e, caso isso aconteça, não estaremos sequer sob a égide da lei das selvas: seremos alguma coisa surrealista em um lugar sem eira nem beira. Na melhor das hipóteses um sanatório geral.

[1] Luis Felipe Miguel. O Colapso da Democracia no Brasil: Da Constituição ao Golpe de 2016. 1ed. São Paulo. Fundação Rosa de Luxemburgo, 2019.

Pós-verdade e Covid-19: O uso Criminoso das Mídias Sociais

16 de abril de 2020

“Por fim, precisamos aprender a resistir ao impacto transformativo da internet e das mídias sociais. Com a disseminação dos discursos de ódio e das fake News, muitos já pedem que as empresas de mídias – ou os governos – atuem como censores. Há muitas medidas sensatas que o Facebook e o Twitter podem tomar para dificultar a exploração de suas plataformas pelos grupos de ódio. Mas, se os governos ou executivos comessem a determinar quem poderia dizer o quê na internet, a liberdade de expressão rapidamente acabaria. A fim de tornar a era digital segura para a democracia, precisamos ser capazes de exercer influência não apenas sobre quais mensagens são difundidas nas mídias sociais, mas também sobre como tendem a ser recebidas”.^[1]

A bestialização na sociedade brasileira é tão assustadora que a gente fica com medo de adquirir essa doença. Além do Covid-19 há também a burrice endêmica. Qual a razão da boçalidade, quando acreditávamos, não faz muito tempo, na sensibilidade e criatividade do brasileiro? Onde foi parar a tão propalada capacidade de aprender na adversidade e improvisar nas circunstâncias mais opressoras? As razões devem ser muitas e complexas, mas gostaria de isolar, sem querer ser simplista ou maniqueísta, apenas uma: a vitória do senso comum. Não pretendo retomar toda a complexidade dos debates em torno da objetividade na ciência, mas gostaria apenas de declarar a necessidade saudosa do exercício epistemológico, do princípio do questionamento e da dúvida construtiva que um dia aprendemos na escola. O que faz muita falta, hoje em dia, é a capacidade de separar as opiniões subjetivas, que reinam no senso comum, dos preceitos científicos. Certamente é muito grande e lamentável a perda da distinção entre dogmas e verdades científicas, entre simulacros e a realidade, entre a doxa e a episteme. É óbvio que tais distinções nunca fizeram parte, pelo menos consciente, da existência do cidadão comum, mas, até há pouco tempo, podíamos contar com o bom senso compensando a ausência das reflexões epistemológicas genuínas ou mais elaboradas: nenhum sujeito com a cabeça presa ao pescoço e com o cérebro no lugar seria capaz de admitir – pelo menos publicamente –, que o céu seja sustentado por quatro pilotis, que o homem jamais pisou na lua ou que a terra seja plana. Havia o mínimo de coerência advinda de percepções não distorcidas. No entanto, de repente, tudo degringolou: a terra passou a ser plana e qualquer divergência ideológica é motivo suficiente para categorizar o opositor de comunista. O mundo parece enlouquecido

na era da pós-verdade e a terra de Macunaíma, que já padecia de inúmeras deficiências, encontrou o momento certo para deixar vir à tona toda a sua distopia junto com as figuras mais estranhas saídas de seus subterrâneos.

Embora não seja muito inteligente querer demonizar as mídias sociais, é inegável que elas contribuíram significativamente para esse processo de manifestações delirantes. As mídias abriram as portas não só para os tímidos inocentes, mas vieram acudir a necessidade de expressão dos perversos, dos falsos profetas, dos nazifascistas, dos trogloditas, dos desvairados e, não podemos esquecer, dos políticos populistas. Porém, o que parece ser mais nocivo, as mídias viabilizaram um espaço de domínio para as opiniões desqualificadas e, especialmente, para o fenômeno da mitificação em larga escala. É óbvio que essa ocorrência não é exclusiva de novidades como Facebook ou Twitter. De certo modo, todos os meios vinculados à cultura de massa e à indústria cultural, a exemplo do rádio e da televisão, serviram e servem ao propósito das construções fabulosas. O que talvez distinga as novas mídias é o seu caráter democrático de acesso, uso e amplificação dos conteúdos. Embora o caráter empresarial, o dirigismo corporativo, possa também estar associado a essas mídias, assim como estão nos casos mais emblemáticos das mídias tradicionais, o que se destaca como inédito é o seu caráter mais democrático, que permite ao Zé Ninguém, no sentido mais reichiano do conceito, revelar-se ao mundo para o bem ou para o mal: cantar desafinado fora do banheiro, fazer de conta que é um superstar, denegrir o vizinho do lado, ser o senhor da razão ou levantar estandartes para as causas mais toscas que se possa imaginar. Esse tipo de recurso tem todas as propriedades necessárias para servir aos propósitos da dominação e da bestialização. As mídias são instrumentos eficientes na promoção de revoluções coloridas e guerras não convencionais e servem também para a construção de crenças e de explicações infundadas em substituição à lógica e aos fatos ^[2].

Os brasileiros mais esclarecidos e os norte-americanos conhecem com propriedade os poderes das mídias em processos eleitorais, particularmente como veículos de mentiras e fantasias enganosas, não é preciso buscar exemplos muito distantes ^[3]. Isso não surpreende quem consegue observar os fatos com certa objetividade e criticidade. Porém, o que causa muita preocupação - em verdade causa terror - é o uso das mídias em função da desinformação no curso de uma pandemia avassaladora como é o caso do Covid-19. Em meio a milhares de mortos, em todos os cantos da terra, ainda há os degenerados no meio político, os cafajestes no meio econômico e os falsários da cristandade capazes de mitificarem curas, menosprezarem a letalidade do vírus e conduzirem ignaros à aceitação de estultices, a exemplo de quem sugere aos beócios se entupirem de água tônica, ter uma overdose mortífera de cloroquina ou tomar vermífugo para uma doença de natureza virótica. Em nome dos interesses mais nefastos vale tudo, inclusive transformar gente em gado e conduzi-la de forma mansa ao

matadouro. Não sabemos o que será o mundo depois do Covid-19, mas creio que uma providência será necessária: considerar com olhar mais crítico o papel das mídias sociais. Não se trata de eliminá-las de forma arbitrária (o que certamente é inviável), mas estabelecer o mínimo de regulamentação possível sobre os conteúdos veiculados, ou seja, não significa impor barreiras ao direito de expressão, mas de estabelecer regras mínimas que possam assegurar, pelo menos do ponto de vista jurídico, que os sem limites possam ser responsabilizados por seus atos de forma severa e terminativa. A expressão de preconceitos, a propagação de fake news, a apologia de ideologias totalitárias, a difamação e outros males que advêm do mau caráterismo devem ser contidos antes que se banalizem e retroalimentem o processo de desumanização em curso. Não sabemos que mundo teremos depois do Covid-19, mas o que virá, de alguma forma precisará considerar com mais respeito a existência humana e a saúde do planeta em que vivemos, e isso requer mudança de comportamentos, inclusive daqueles que se expressam por intermédio das redes sociais.

[1] Yascha Mounk. O Povo Contra a Democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

[2] Andrew Korybko. Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. 1ed. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2018.

[3] Michiko Kakutani. A Morte da Verdade: notas sobre a mentira na era Trump. 1ed. Rio de Janeiro. Editora Intrínseca, 2018.

A Carreata dos Senhores da Morte

19 de abril de 2020

Estimulados pelo discurso genocida do Presidente da República, mas fundamentalmente pelos próprios interesses, a pequena burguesia brasileira se tranca com máscara e álcool gel dentro de seus carros caros, geralmente cabines-duplas e SUVs, mas agora também caminhões, e rodeiam de forma criminosa hospitais com buzinaços em defesa do Covid-19 e da implantação definitiva de um regime autoritário no Brasil (cenas observadas em São Paulo e no Rio de Janeiro no dia 18 de abril de 2020). Essa elite ridícula, de velhos barrigudos e suas senhoras oxigenadas, é constituída em sua grande maioria de *nouveau riches* e de pequenos empresários. A ganância dos capitalistas selvagens tupiniquins contrasta, em tudo, com os verdadeiros capitalistas do primeiro mundo. Não respeitam sequer as propaladas leis do mercado e se julgam donos de uma riqueza predestinada (em muitos casos alimentados pela teologia da prosperidade): não compreendem que a morte de seus empregados e de seus consumidores pode resultar na *debacle* de seus próprios negócios medíocres. Já apontava o velho Marx, com toda a propriedade de um grande analista da economia capitalista, que não há o capital sem a exploração da mais valia. Os senhores da morte

que exigem a volta ao trabalho em plena ascensão da epidemia de Covid-19 olham justamente para a preservação dessa mais valia e lançam todos os riscos sobre seus empregados, que não têm carros com blindagem e ar refrigerado e precisam enfrentar ônibus e metrô lotados para ir ao trabalho e voltarem para suas casas, geralmente localizadas nas periferias das grandes capitais. É incontestável a possibilidade da contaminação e da morte, não é? Claro que sim, mas para os falsos capitalistas da terra de Macunaíma o exército de força de trabalho é tratado como peças de reposição. Deixe que morram, há muitos outros para colocar no lugar. A irracionalidade mais acentuada é encontrada justamente entre os donos de bodegas ordinárias, que odeiam o Estado a serviço de todos, mas não se importam de mamar nas tetas da vaca profana para manter seus privilégios e negócios espúrios. Essa gente quer pagar salários pífios, não quer pagar impostos, exigem subsídios do BNDES sem o ônus do pagamento e a possibilidade de desviar seus lucros para paraísos fiscais ou para o rentismo. Não são empreendedores, são exploradores que sonham em sugar a seiva, dispensar o bagaço, e ir morar em Miami. Estão entre eles os donos de hamburgueria, lojas de bugigangas importadas, de caminhões de cargas, boutiques de marcas falsificadas, lojas de departamento, clínicas de estética, restaurantes, entre outros negócios. No capitalismo selvagem tupiniquim, os falsos empreendedores não têm visão de futuro, não desejam investir ou realmente empreender, morrem de medo do risco, querem ganhar muito no curto prazo e ostentar, como forma de distinção social, casas caras, carros caros, jatinhos ou helicópteros privados, viagens periódicas ao exterior, prole em colégios particulares dispendiosos e exercício do mando cruel sobre outros. Poucos são aqueles que percebem que a riqueza deriva do trabalho de seus empregados. A perspectiva é escravocrata e o espírito ainda é o mesmo dos aventureiros e das bandeiras que viram na terra *brasilis* apenas um *eldorado*, um lugar para explorar riquezas abaixo do equador e, o mais rápido possível, retornar à civilidade da metrópole. A base da exploração colonial permanece como elemento inextrincável de uma cultura que resiste ser alterada. A sociedade brasileira é muito desigual e a mobilidade rígida, o que favorece a existência de uma plutocracia de origem oligárquica, mas o mais incrível é a difusão da percepção e da mentalidade das oligarquias para toda a sociedade. Os setores medianos que ascendem nesse sistema têm um comportamento bizarro: querem esquecer o passado de origem pobre e reafirmar a todo instante a identidade com os grupos mais elevados da hierarquia social. A necessidade de demonstrar o status, a cada instante, é a tradução de uma mentalidade afeita ao mimetismo e ao atraso. Essa peculiaridade antropológica envolve manifestações quase infantis, a exemplo do sujeito que mal consegue pagar as contas, mas que necessita manter um bar com bebidas caras em casa para impressionar os amigos, ou aquele outro que se perde nos juros de diversos cartões de crédito para manter um consumo além do que realmente consegue assumir de forma responsável. É esse *nouveau riche* ou pequeno burguês que não consegue ver a relevância de um país educado, saudável e desenvolvido como condições para o

crescimento econômico e que, frente a qualquer manifestação progressista, só consegue enxergar comunistas colocando em risco suas propriedades. Ele não consegue perceber que um país desenvolvido pode viabilizar mais oportunidades e, talvez, torná-lo ainda mais rico. É essa elite boçal que sai para buzinar em torno de hospitais de forma desumana e irresponsável, reivindicando golpe militar e quebra do isolamento social em pleno avanço da epidemia do Covid-19. Se houvesse justiça divina, essa gente sentiria na carne a dor que desejam aos outros, mas infelizmente isso não há. O que resta é a exigência do despertar da maioria do povo brasileiro, mestiça e pobre, que não come filé mignon, que não pode viajar para Miami ou desfilhar nos shoppings com sacolas de grifes. Como diz o cançãoeiro: é hora dessa gente mostrar seu valor. Caso não o faça, valerá o significado literal do título, e de todo o conteúdo do filme de Cacá Diegues: bye, bye Brazil.

A Triste Terra de Macunaíma

21 de abril de 2020

“Então Macunaíma não achou mais graça nesta terra. Capei bem nova relumeava lá na grupiara do céu. Macunaíma cismou inda meio indeciso, sem saber si ia morar no céu ou na ilha de Marajó. Um momento pensou mesmo em morar na cidade da Pedra com o enérgico Delmiro Gouveia, porém lhe faltou ânimo. Pra viver lá, assim como tinha vivido era impossível, até era por causa disso mesmo que não achava mais graça na Terra... Tudo o que fora a existência dele apesar de tantos casos tanta brincadeira tanta ilusão tanto sofrimento tanto heroísmo, afinal não fora sinão um deixar viver; e pra parar na cidade do Delmiro ou na ilha de Marajó que são desta terra carecia de ter um sentido. E ele não tinha coragem pra uma organização. Decidiu: - Qual o quê!... Quando urubu está de caipora o de baixo caga no de cima, este mundo não tem jeito mais e vou pro céu!”^[1].

O Brasil é um país triste e com um destino insignificante na história mundial. A vocação para república das bananas é estabelecida como princípio ou determinação por suas próprias elites mediante o beneplácito de setores medianos extremamente conservadores e orientados pelos mesmos princípios que orientam oligarcas e plutocratas. Todos almejam enriquecer sem esforços e levar algum tipo de vantagem ou se dar bem (a velha Lei de Gerson). Até em meio à pandemia do Covid-19 é negócio roubar recursos médicos, majorar preços de medicamentos e de material protetivo. Não há solidariedade ou empatia que possa fazer dessa eterna colônia uma nação de verdade. Na esfera política, o atual avanço da extrema direita em movimentos

pendulares de ataques e retrocessos à combalida democracia, que se fez promessa com a Constituição de 1988, não é prova de solidez institucional, mas um tango performático dos segmentos de direita das elites nefastas. O mandatário do país ameaça desencadear um Golpe de Estado e parte da imprensa hegemônica, líderes do Poder Legislativo, líderes do Poder Judiciário, lideranças de governos locais e líderes de algumas entidades de classe o repreendem como se censurassem reiteradamente a uma criança que adora dizer palavrões e obscenidades. A coisa parece um jogo de tabuleiro em que nazifascistas avançam com suas peças e os liberais titubeantes ameaçam detê-las, como se tivessem um poder mágico ou algo escondido na manga que o adversário não conhece, ou seja, a aventada (e falsa) solidez institucional. Enquanto isso, as tais forças progressistas (penso que nunca coube chamá-las verdadeiramente de esquerdas), quando não estão enroladas em suas cizânias, estão elaborando quadros explicativos complexos sobre o momento adequado para a junção de forças capazes de derrotar o sistema, ou seja, ainda confabulam como se estivessem na era das revoluções. No meio de todo esse pandemônio, que passa a contar com o terror de uma pandemia furiosa e devastadora, a ambição de todos converge para um único ponto: as próximas eleições. Na falta de um projeto nacional, as mariposas que giram em torno do poder, sejam elas fascistas ou não, só almejam a pilhagem. O povo assiste, como sempre, o cortejo passar na avenida e empresta o seu nome para os discursos de ambos os lados: é em nome dele que golpes e revoluções são levados a termo. É em nome dele que a extrema direita brasileira anuncia de forma agressiva o seu desejo de uma quartelada. Neste momento a situação é crítica, porque os vocacionados para o golpe estão saindo às ruas, ainda que seja em suas carreatas luxuosas, quando o país enfrenta uma quarentena, os movimentos sociais e sindicais encontram-se desarticulados e os partidos progressistas esperam a chegada de Godot. A tese do deixar sangrar e esperar para ver, defendida por muita gente que só sabe assinar cartas de indignação (um ato explícito de covardia e acomodação), parece ser a expressão mais grosseira da falta de sensibilidade política, do não entendimento de estratégias e astúcias. Parte dos progressistas tupiniquins conta com o poder da sorte, acredita na força das contradições para a derrubada dos perversos e, enquanto isso, o que chamam de rainha louca avança mediante a falta de ação mais enérgica daqueles que acreditam na fortaleza republicana das instituições. Esquecem com a rapidez de um raio que essas mesmas instituições foram utilizadas, muito recentemente e graças às artimanhas do sistema de coalisões, para viabilizar um processo de impedimento presidencial e pavimentar o caminho da extrema direita ao poder. A república brasileira é frágil, suas elites autoritárias e a maior parte de seus supostos cidadãos lutam para ter o direito de sobreviver até o dia seguinte. É o caldo perfeito para a vitória da barbárie. A história ensina a quem tem interesse em considerá-la como fonte de conhecimento: vale a pena nunca esquecer o exemplo da República de Weimar, tão orgulhosa de sua democracia, que menosprezou as estratégias e a astúcia de um sujeito histriônico, de bigodinho engraçado (mas sem a graça de um Carlitos),

cênico em seus gestos, barulhento em seus discursos e ousado em seus atos. Esse comediante da política, que republicanos alemães julgavam poder ignorar ou controlar, utilizou com maestria o esteio institucional e marcou o ocidente com um dos maiores genocídios da história humana. Não se deve, portanto, desprezar esses comediantes, principalmente quando possuem uma ideologia de fácil apelo popular, contam com o suporte de milicianos furibundos e o apoio de seguidores boçais. As lideranças brasileiras que acreditam na solidez das instituições tupiniquins, em verdade em proveito próprio e em função dos jogos políticos, brincam com fogo. Podem argumentar que já não há espaço no mundo para um genocida como Hitler, mas, certamente, como sempre houve, há sim espaço para os pequenos e úteis ditadores nas repúblicas periféricas como a brasileira. Ao passar pano ou colocar água na fervura nos rompantes de um vocacionado à ditadura, na mais leve e menos danosa das hipóteses, as elites e os partidos da terra de Macunaíma estão atuando como coadjuvantes de um processo que fará deste país, de uma vez por todas, a maior república bananeira de todos os tempos. Além do sepultamento de inúmeras vítimas do Covid-19, talvez estejam prestes a enterrar definitivamente o sonho de um país democrático, com justiça social, próspero e merecedor de respeito entre as nações.

[1] Mário de Andrade. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Chapecó. Editora UFFS, 2019.

A Resposta Ainda é a Democracia

25 de abril de 2020

O dicionário Michaelis atribui à palavra boçal um duplo e providencial significado: não diz respeito só ao sujeito ignorante, mas diz respeito também ao desprovido de sensibilidade. A falta de sensibilidade, por sua vez, envolve um conjunto amplo de significados, mas, talvez o mais importante, é a incapacidade de experimentar emoções e sentimentos, principalmente de sentir compaixão, piedade e ternura pelo próximo. É uma condição que os especialistas admitem, geralmente, como traço que caracteriza psicopatas e sociopatas. Visto por esse prisma, podemos concluir, por princípio lógico, que a terra brasilis é um antro sob o comando dos boçais. A questão não se elucida pela simples admissão de que o país possui extraordinários 11,3 milhões de analfabetos em pleno século XXI, porque os exemplares mais significativos entre os boçais advêm, além dos herdeiros das oligarquias, de segmentos ascendidos da sociedade: figuras oriundas de estratos medianos, que aprenderam a falar inglês, conquistaram algum tipo de diploma universitário e, por algum motivo, veneram a cultura norte-americana. Em outras palavras, a boçalidade não é apanágio de pobres, mestiços, negros e analfabetos.

Na terra brasilis ela é o traço marcante de elites nojentas, preconceituosas e profundamente cruéis. A turma que defende a economia como Tio Patinhas defende a sua primeira moedinha é capaz de trucidar, assassinar se for preciso, para manter a riqueza geralmente conquistada na base das falcatruas. A terra de Macunaíma encontra-se em um momento muito propício, quando se soma crise política e sanitária, para que se possa enxergar com muita clareza a face e a alma pestilenta dessa gente. Enfrentá-la e transformá-la – se isso for possível – talvez seja a questão mais importante, de um ponto de vista cultural e psicossocial, a ser enfrentada em função de um processo civilizatório. A terra brasilis não conseguirá ir além da insignificância entre as nações se não acabar com os seus boçais. Ainda que o fator econômico possa ser determinante nos processos de mudança estrutural, nesta terra é necessário muito mais, é necessário investir na mudança das mentalidades e na formação de uma consciência coletiva vocacionada ao exercício da cidadania. Pode ser esquisito defender esse tipo de perspectiva quando a moda é a internacionalização ou globalização do capital e, de quebra, a miscelânea de valores e comportamentos que se difundem com a expansão das tecnologias. No entanto, se não houver essa transformação, dificilmente a terra de Macunaíma deixará de ser outra coisa que uma republiqueta melancólica, pobre, desigual, submissa aos interesses norte-americanos e destinada ao comando de boçais e malditos tiranos. É necessário um modelo econômico sustentável e não excludente, mas ele não será possível enquanto houver adoradores imbecis do mercado, iludidos da falsa meritocracia, entreguistas lesa-pátria e asnos sedentos por pisotear qualquer coisa ou ser humano que lhes dê a sensação do poder e do domínio. Os modelos de renda mínima ou de inserção dos mais pobres no mercado de consumo não é suficiente, ou melhor, jamais será eficaz em um país regido por um sistema capitalista selvagem. Talvez o grande erro das esquerdas no poder, além da submissão aos vícios do sistema de coalizão tupiniquim, tenha sido justamente a concentração da atenção no acesso dos mais pobres ao mercado de consumo. Faltou investir na construção da cidadania ou, se não for exagero, na transformação das instituições em função de um processo civilizatório. A terra de Macunaíma ainda é escravagista e extremamente hierarquizada. Há estudos em abundância nas ciências sociais para explicar tudo isso e, portanto, não é falta de conceitos e modelos explicativos. Faltam certamente as soluções para mudar o país de forma pragmática e efetiva. Como fazer isso fora do contexto das revoluções ou dos conflitos mais aguerridos? Acreditando-se ainda nos modelos democráticos de representação, a única saída é a possibilidade da vitória eleitoral de agendas progressistas e, por intermédio delas, o investimento em políticas públicas positivas e de ação transformativa. Em outras palavras, é acreditar na possibilidade de avanços, ainda que moderados, nos processos de reformas não reformistas. Tentar combinar a ação de mudanças pontuais com o propósito utópico de uma transformação mais substantiva no longo prazo. Dessa forma, é óbvio, não se foge imediatamente da encrenca inicial: o risco de ter os boçais vencendo processos eleitorais e

retroalimentando a selvageria. Porém, ainda vale a pena acreditar na democracia e no fortalecimento dos movimentos populares, quando não se tem outra alternativa. Por intermédio da democracia e da crença no potencial de renovação das pessoas, no amadurecimento político alicerçado em políticas civilizatórias – a exemplo da promoção à Educação -, ainda é possível acreditar na possibilidade da mudança de padrões culturais e institucionais que permitam edificar barreiras contra a boçalidade. Talvez seja realmente uma solução módica, ou até mesmo conservadora, mas parece ser o único caminho viável no momento para barrar a evolução da barbárie. Em caso contrário, o que restará à terra de Macunaíma, além das mortes anunciadas pelo Covid-19?

Sociedade Distópica ou Sociedade Canalha?

02 de maio de 2020

Sociedade distópica ou sociedade canalha? Parece que o segundo adjetivo é o mais correto para qualificar esse punhado de gente, como se diz lá na roça, que se chama Brasil. Dirão os de bom senso: não generalize. Em todo o mundo existem pessoas ruins e pessoas boas. É verdade, não vou discordar, mas a indignação não permite outro comportamento, a não ser admitir, por mais generalizante e injusto, a canalhice dessa gente que alimenta a complacência com a morte, que cultiva a necrofilia e que saúda, hipnotizada com os olhos esbugalhados dos zumbis, os ceifadores da vida. Tornou-se corriqueiro por parte do poder público na terra brasiliis, e seus representantes calhordas, fazer piadas com sepulturas e mortos vitimados pela Covid-19, que certamente ficará na história como a peste do século XXI. O desespero de doentes, familiares e profissionais da saúde, visto nas mídias e nos telejornais diuturnamente, principalmente nas capitais mais atingidas como Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo é de partir o coração de qualquer ser humano verdadeiro: que tem sentimentos e sente empatia. Mas isso não vale para os governantes da terra de Macunaíma, que regateiam com recursos públicos, zombam da dor do próximo e levam ao extremo as tensões sociais em um momento de pandemia, ou seja, quando mais a população precisa do socorro das instituições públicas. E por incrível que possa ser, os governantes sem alma têm apoiadores, muitos e estranhos apoiadores que se autointitulam patriotas. Pergunto-me de que buraco saíram essas pessoas, que se enroscam no lábaro estrelado e berram como loucos alcoolizados (pode ser cocaína também), cheios de ódio e falso ufanismo (já não aguento mais olhar para o verde e o amarelo!). Patriotas defendem a pátria e seus compatriotas, não o contrário. A mais nova loucura surge agora com os defensores de uma guerra civil para assegurar no poder o mandatário transloucado. A besta-fera do apocalipse macunaímico. Pasmem! De onde surge esse tipo de proposta? Dos segmentos mais fanáticos do neopentecostalismo que se apropriou de todos os espaços dessa terra, até daqueles que antes eram ocupados por lojas, cinemas, cartórios,

residências, campos de futebol, botequins, talvez bordéis e tudo mais. Em transmissões pela internet, falsos pastores defendem o seu mito como se ele fosse o Cristo. Eu que não sou religioso, não vou à igreja e confesso que tenho lá minhas rugas com deus – temos um dilema filosófico de natureza ontológica: eu não sei se ele existe e ele não sabe se eu existo –, mas não posso deixar de lembrar uma coisa que li na bíblia quando garoto. Dizia lá o Mateus (vou copiar porque já foge da memória):

“Cuidado com os falsos profetas. Eles vêm a vocês vestidos de peles de ovelhas, mas por dentro são lobos devoradores. Vocês os reconhecerão por seus frutos. Pode alguém colher uvas de um espinheiro ou figos de ervas daninhas? Semelhantemente, toda árvore boa dá frutos bons, mas a árvore ruim dá frutos ruins. A árvore boa não pode dar frutos ruins, nem a árvore ruim pode dar frutos bons. Toda árvore que não produz bons frutos é cortada e lançada ao fogo. Assim, pelos seus frutos vocês os reconhecerão!” (Mateus 7:15-20).

Mateus era um cara inteligente e esperto. Tinha a sabedoria dos profetas e, portanto, o poder para conhecer a alma e a índole humana. Então imagino que ele sabia sobre o que estava falando. Fico imaginando em tom de troça o que seria desse bando de pastores com cara de trapaceiros (e também de seus seguidores), de donos de banca de bicho ou chefes de milícias, que devem cultivar em seus espaços sombrios belzebus e outros bichos chifrudos em orgias inimagináveis, se Cristo resolvesse realmente aparecer por aqui. Já imaginou? Ele resolve consumir o apocalipse e escolhe a terra de Macunaíma para pôr termo à história humana. Em primeiro lugar, pelo menos 30% da sociedade norte-americana morreria de inveja, e, pela primeira vez, Macunaíma esfregaria um trunfo nas fuças de Tio Sam. Em segundo lugar, o arrebatamento seria um alvoroço ou um pandemônio tão espetacular, que não poderia ser possível, certamente, a não ser com o fim do mundo. Imagina todos esses pastores, que chacoalham ouros como o Sinhozinho Malta, tentando subornar o divino em ato explícito de traição ao tinoso. É coisa para peça de teatro e, provavelmente, mais hilária que o Alto da Compadecida. Dar-se-ia de tudo, mas seria muito difícil encontrar um pouquinho que fosse do imaculado na alma dessa gente, nenhum ato de glorificação, sequer uma subidinha furtiva em pés de goiabeira, para lhes salvar a pele do cheiro e do calor do enxofre. Mas tudo isso é delírio. O fato é que esses filhotes de belzebus estão aqui, em estranhas genuflexões nas vias públicas e gritando pela salvação de seu mito em seus tabernáculos, enquanto na vida real pessoas de carne e osso morrem e acabam lançadas, na companhia de milhares de microscópicos vírus, em valas comuns. A maioria dos filhos de Macunaíma, até os de boa índole, encontra-se atônita, congelada, esperando que realmente Cristo desça das nuvens. Porém ele não virá, assim como nenhum astronauta salvacionista de outro planeta. Os cientistas dizem que há um

asteroide lá no espaço e há mesmo. Eles tiraram uma fotografia do pedaço de rocha. Talvez essa imensa pedra pudesse fazer uma pequenina curva e acabar com tudo isso, mas também não acontecerá se depender da perícia e da exatidão dos astrônomos. Eles usam a ciência e a ciência não costuma ser tão caridosa quando se trata de fatos, da lógica e da inevitabilidade das relações de causa e efeito: o asteroide virá, mas não será misericordioso, seguirá indiferente o seu próprio caminho sem tropeçar em nada a sua frente. O que resta? Fatos: vírus, pessoas mortas, sepultamentos coletivos, gente em máscaras tiritando de medo, boçais no poder embalados pelos votos de boçais por todos os lados, inclusive nas igrejas evangélicas que deveriam pregar a compaixão, a defesa do ser humano, a eternidade da alma, mas que atualmente só pensam na reeleição do mito – agora elevado ao posto de profeta - e no quanto mais podem ampliar a fortuna dos seus pastores e iludir um pouco mais os seus fiéis. Esses últimos boçais acalentados por um ímpeto de prosperidade e de apego às coisas deste mundo, que deixaria deus realmente desconsolado. Chegando aqui, é possível que o divino, profundamente constrangido e com o espírito dilacerado, não conseguisse arrebatar nada além do que ainda resta de bichos, de matas e florestas, de insetos, de bactérias e, é claro, também os impassíveis e inocentes vírus. Afinal, eles realmente não sabem o que fazem e, por excesso de cuidado ou mesmo descuido, não foram feitos a sua imagem. Talvez neste momento reflita sem pesar e diga para si mesmo com feliz resignação: ainda bem.

Ucranização Macunaímica

03 de maio de 2020

O papo corriqueiro na terra de Macunaíma neste início de maio, em meio ao aumento assustador do número de contaminados com o Covid-19, é a ucranização. A proposta explode, como tudo que não presta, das bocas malditas dos autocratas da extrema direita tupiniquim. Mas o que significa isso? Tenha certeza de que não é coisa boa. Eu sugiro para quem ainda lê material impresso, recorrer ao livro de Andrew Korybko – **Guerras Híbridas** -, que discute os conceitos de *revolução colorida* e *guerras não convencionais* incentivadas pelos EUA nas periferias da Rússia e de outras áreas do globo, que são de seu interesse geopolítico (exemplo da América Latina). De imediato você talvez não entenda a ucranização por intermédio do livro, mas terá os elementos teórico-conceituais para poder entender os fatos históricos que permitiram o fenômeno na Ucrânia.

Mas, vamos colocar em outros termos, e irmos direto ao assunto, ainda que de forma displicentemente resumida. A Ucrânia sofreu um Golpe de Estado e teve uma ditadura estabelecida na metade dos anos 2000. Mais precisamente em 2014, os EUA incentivaram a manifestação de grupos de ucranianos insatisfeitos, e entre eles muitos

milicianos, com o governo do nacionalista Viktor Yanukovich, que se encontrava pressionado entre a política de adesão à União Europeia (leia-se acumpliciamento com os interesses norte-americanos) ou alinhamento com a Rússia (leia-se oposição aos interesses norte-americanos). Essa tensão envolveu, inclusive, a adesão da Crimeia pela Rússia (cuja população é de maioria russa) e a decisão de Yanukovich de não assinar um acordo com a EU, não obstante a pressão dos diplomatas norte-americanos. Todas essas ocorrências aumentaram a fervura dos conflitos internos no país, que já se encontrava inflamado com a insatisfação da população em relação aos políticos, com a revolta contra à corrupção no setor público e com as tentativas de alteração da constituição. Resultado: por mais de três meses o país viveu intensos protestos populares.

Em 2014 Viktor Yanukovich foi, finalmente, retirado do poder e em seu lugar colocaram o empresário bilionário Petro Poroshenko, que se manteve no poder até 2019. Atualmente, quem dirige o país é um ator e comediante, chamado Volodymyr Zelenski, oriundo de séries televisivas populares, que surfa na onda do populismo que se espalhou pelo mundo. Entretanto, o mais importante é destacar que, durante as manifestações populares a partir de 2013, o país assistiu ao crescimento de grupos fascistas, que deram apoio à derrubada de Yanukovich. Esses grupos estiveram presentes na Praça da Liberdade em Kiev, local das principais manifestações, junto com forças paramilitares. Você pode perguntar se essa gente se acalmou depois de suas vitórias e a resposta é negativa. Ela permanece ativa. Os grupos de extrema-direita podem se manifestar livremente pelas ruas, fazem passeatas e ostentam abertamente símbolos nazistas ucranianos com a conivência do poder público. Destacam-se aí organizações como o partido ultranacionalista Svoboda (Liberdade), Pravy Sektor (Setor de Direita) e o Batalhão Azov. Esse último é, ironicamente, uma pérola. Ele constitui um grupo paramilitar vinculado ao Ministério do Interior do país, de orientação nazifascista, cuja especialidade mais primorosa é se envolver em casos de afronta aos direitos humanos, crimes de guerra, prática de torturas, estupros, saques, limpeza étnica e perseguição de minorias (judeus, russos e homossexuais são os preferidos). A diversão da maior parte dos milicianos e paramilitares é plantar o terror em meio a população, alimentar movimentos militares de cunho separatistas, perseguir sindicalistas (exemplo mais significativo foi o incêndio da Casa dos Sindicatos de Odessa com 50 sindicalistas presos no local). Em meio a esse avanço, com suporte governamental, eles conseguiram perseguir e lançar na ilegalidade partidos e organizações de esquerda, o que viabilizou a repressão de lideranças políticas por forças militares oficiais e por agentes das organizações nazifascistas.

Bom, voltemos ao início, o que é mesmo ucranização? Eis o resumo: é a tomada do poder pela extrema-direita com o apoio de forças militares constituídas e de grupos milicianos nazifascistas geralmente formados por voluntários extremistas (lembrem-se

da Schutztaffel de Hitler?). É isso que os enlouquecidos bolsonarista, comandados por seu mito - transformado recentemente em profeta pelos neopentecostais extremamente evangélicos -, almejam para a terra brasilis. É, inclusive, ilustrativa e muito forte as palavras do representante do atual Governo brasileiro na Câmara, em debate com o Prof. Fernando Haddad, transmitido pela Globo News no dia 02/05/2020, quando alega que seu governo não permitirá a volta das esquerdas ao poder. A fala é extremamente antidemocrática, tendo em vista que, em uma democracia legítima, a prerrogativa de conquistar e exercer o poder é derivada do voto popular. Em suma, quando os raivosos bolsonaristas fazem suas passeatas em carros luxuosos defendendo a ucranização da terra de Macunaíma, outra coisa não estão fazendo, a não ser estimular o fechamento do regime, defender o massacre dos movimentos sociais e a criminalização das organizações de representação dos cidadãos, tais como partidos de esquerda, de centro esquerda, sindicatos e conselhos populares. Tudo aquilo que a Alemanha viu acontecer nas décadas de 30 e 40. Em outras palavras, defendem explicitamente o exercício do poder autocrático.

Por detrás de tudo isso é possível enxergar, embora não se possa dar-lhes o poder e a responsabilidade exclusiva de operadores dos títeres, os interesses de Tio Sam. Não é por outra razão, que os enlouquecidos seguidores do belzebu, além de se enrolarem no lábaro estrelado como uma salsicha carnavalesca, penduram nas costas as bandeiras norte-americana e a do estado de Israel, como crianças que brincam de ser o Super-homem ou o Batman. Há situações tão bizarras, que você pode imaginar estar assistindo a um encontro dos fãs da Liga da Justiça. As figuras são tão chatas, que poderiam realmente acreditar nesses ícones infantis e, dessa forma, se precipitarem de algum penhasco, o mais elevado e íngreme da terra, como se fossem o Superman e desaparecerem de vez. Ah, mas isso não seria crueldade antidemocrática? Pode ser, mas frente ao impedimento deliberado da esfera pública, da interdição do diálogo civilizado e do não reconhecimento da alternância respeitosa no exercício do poder, o que resta é o tratamento preventivo ou profilático em relação aos boçais. É preferível prender o cão hidrófobo na coleira, antes que ele possa morder e causar um estrago maior. Portanto, pelo menos de minha parte, não havendo a possibilidade dos cretinos se precipitarem no abismo, desejo gritar a pleno pulmões: abaixo os boçais e essa ideia maluca de ucranização!

Lânguidos e Lesmáticos

06 de maio de 2020

As pessoas de bom senso devem estar se perguntando por que a terra de Macunaíma caminha a passos trôpegos, mas caminha, em direção a um regime ditatorial em pleno século XXI. Essa terra que é produto, como diria Vinicius de Moraes, de três raças muito tristes, já sofreu muito, sofre e opta pelo sofrimento. A resposta fácil encontra-se na marca histórica da dualidade casa grande e senzala, que marcou uma linha significativa da historiografia e da antropologia brasileiras. Em outras palavras, sofisticando o discurso sociológico para além do dualismo, a culpa seria das elites tupiniquins cruéis, ególatras e necrófilas. Em tudo isso há um pouco de verdade. Porém há um outro ingrediente que não é desconhecido: Macunaíma não tem vontade de alterar o status quo. Há uma mentalidade, por assim dizer, acomodada para a qual é melhor ficar do jeito que está senão piora. Poder-se-ia considerar isso como um tipo de sabedoria popular, mas não, porque se trata de resignação assumida como postura de vida. Isso não significa dizer que os macunienses sejam preguiçosos ou coisa que o valha. O argumento não corresponde à verdade, ainda que as elites dos trópicos vejam os espoliados que geram a sua riqueza dessa forma. Os macunienses são trabalhadores, mas pactuam com uma lógica hierárquica de existência embalada pelo sonho, que pode até ser considerado o simulacro distorcido do sonho norte-americano, de ocupar o degrau superior da escada. Há quem possa argumentar que isso é indiscutivelmente natural em um sistema capitalista, mas a coisa se torna extremamente perversa quando o sistema é essencialmente selvagem, concentrador de riquezas e inibidor da mobilidade social. Além da resignação, que certamente se alicerça em alguma influência histórica do salvacionismo cristão, há o conservadorismo arraigado, mas profundamente hipócrita. A terra de Macunaíma é um fenômeno psicossocial e antropológico desafiador. Como dizia com propriedade Tom Jobim: não é e nunca foi para a compreensão de principiantes. Dependendo do ângulo pelo qual se olha, há quem possa ver nessa terra até mesmo a vocação para um sistema de castas, outros os traços de um feudalismo desconjuntado e muito fora de época e outros a forte sensação de que o período colonial jamais foi superado. Porém, em verdade, não é nada mais que um sistema capitalista de forte inspiração darwinista, no que se refere à estratificação social. De resto, a opção por ditadores parece ser comum hoje em dia, quando se vê em todas as partes do mundo a democracia agonizando e o populismo de direita fazendo a festa. Dirá o gozador macuniense em afirmação à constatação: até os norte-americanos tem um Trump, por que o Brasil não teria o direito de uma cópia, ainda que muito mais piorada? Mas o que intriga, além das tendências históricas, é a complacência institucional ou institucionalizada com tudo o que não presta. Crimes são cometidos por autoridades, o sistema constitucional vilipendiado, a imprensa diuturnamente

apequenada e os macunienses fatigados no fio da navalha, entre a possibilidade de estar vivos hoje, mas talvez não amanhã. Tudo isso acontece, mas as filas diante das casas lotéricas, inclusive em meio a uma pandemia de um vírus fatal, esticam-se como centopeias e a vida continua. O sonho que dorme na profundidade da alma não é o da mudança para uma renovação coletiva, mas o de vencer e ser como o sujeito que se encontra no próximo degrau, e se para isso for necessário sustentar um regime político perverso, que assim seja. Atualmente a terra de Macunaíma assiste, escancarada pelo menos em um canal de TV, que agora tem suas rugas com os mandatários de plantão que ajudou a eleger, as disputas entre os grupos de extrema-direita que dominam o país: e abrem-se processos, registram-se denúncias, falam-se sobre tribunais, indignam-se com a rudeza e leviandade das autoridades e escandalizam-se com a passividade do Congresso e do STF. Até já cobraram dos partidos de oposição, que ajudaram a massacrar há pouco tempo, uma postura mais enérgica e combativa frente à caminhada dos autocratas. Tudo isso acontece como se fosse um bailado de vampiros e, no final das contas, quem assiste com atenção tem a forte sensação de que nada vai acontecer. As instituições estão aí, mas não esperem delas que cumpram o seu papel ideal, elas servem de esteio oficial à resignação. O chefe dos macunienses já fez de tudo o que não se espera ou se admite de um líder em regime constitucional ou em uma democracia consolidada, mas tudo é visto como o jogo de um desmiolado ou de uma criança retardada, que um dia ficará enjoada do brinquedo e largará o poder em meio a baderna em que se encontra o baú dos objetos de distração. O conceito de loucura é muito relativo, como um dia demonstrou o machadiano Dr. Bacamarte, e o louco pode não ser tão maluco, além disso a perversidade de uma criança pode ser tão letal quanto a violência de um adulto (lembra-se do ilustrativo filme *The Good Son* com o prodigioso Macaulay Culkin?). Portanto, não seria prudente brincar com essas coisas, mas os macunienses não estão nem aí. Eles não estão brincando, estão fazendo o que sempre fizeram, evitando a mudança e protegendo o status quo. Os macunienses adoram novelas e já estão acostumados com intrigas, puxões de cabelos e rasteiras. Acreditam também na mágica do filho do patrão transformando a empregada doméstica, preta ou mulata, em uma espécie de Frozen tropical. As intrigas são muito naturais quando ocorrem no meio político, porque afinal é tudo um faz de contas (ainda que muitas vezes letal), assim como acontece no cotidiano: o mar parece tempestuoso, mas o navio continua. A esperança na terra de Macunaíma é uma tradição de mal gosto, mas talvez a mais forte tradição. O discurso exalta o sistema, basta trabalhar, enganar algumas pessoas de vez em quando e proteger os seus (de resto tudo se perdoa na igreja ou se apazigua na encruzilhada). Dessa forma o seu dia de redenção chegará com uma loira oxigenada ao seu lado, o SUV na garagem, uma mansão em condomínio irregular e filhos rechonchudos visitando anualmente a Disneylândia. É tudo muito estranho, porque há e não há o conflito de classes, há e não há moralistas, há e não há pecadores, há e não há patriotas, há e não há cristãos, há e não há contradições. Tudo é plástico, tudo é

lesmático, tudo lembra a languidez que se sente ao olhar os relógios derretidos de A Persistência da Memória de Salvador Dali. No final das contas, parece que o macuniense não se importa muito com o ser livre, autônomo nas suas decisões e responsável por suas ações como um cidadão de fato, ele prefere uma postura heterônoma, desde que possa praticar a sua liberdade nos entrelaços de um tecido social desigual e perverso, mas que admite o jeitinho, a velhacaria, os acordos espúrios, as coalizões engendradas com pecúnias e as rasteiras institucionais com STF e tudo mais. Ademais, se a coisa piorar muito, Macunaíma ainda sonha com a possibilidade de migrar para a lua, ainda que embalado por uma boa dose de aguardente.

O Vírus e as Crianças

08 de maio de 2020

Hoje tive um sonho estranho e acordei em horário não costumeiro um pouco assustado. Não me impressiono fácil, e imagens não costumam me perturbar por muito tempo – sou um aficionado consumidor de filmes de terror –, então achei muito improvável que as constantes imagens de caixões, túmulos, sacos com cadáveres e pessoas aos prantos na internet e na TV fossem o motivo. Passei a noite sonhando com uma voz exterior, como algo além do meu próprio inconsciente – adianto que também não sou religioso ou acredito em premonições –, mas essa renitente voz, como um eco, dizia que todos iríamos morrer acometidos pelo Covid-19. O mais assustador é que a voz, que não soava perversa, mas pacífica como as águas de um riacho bucólico, anunciasse a mim uma inevitabilidade, dizia-me sobre uma segunda onda do Covid-19 com muitos infanticídios. Foi um sonho angustiante, porque passei a noite questionando a pacífica voz sobre a falta de sentido de matar crianças. Mas ela relutante me disse que todos morreríamos. Acordei antes do amanhecer com a angústia de quem perde as alterações em um debate com alguém muito convicto de suas posições. Ficou batendo em minha cabeça como um badalo, além do gosto amargo de um maldito e costumeiro refluxo, a inevitabilidade da morte. Mas afinal, todos vamos morrer, isso é um truísmo filosófico e uma verdade biológica, só que a coisa soou de forma perversa, como se tivesse a notícia saído não dos lábios de um médico compreensivo e solidário, mas dos lábios frios e da indiferença de um Doutor Mengele. Não sou um biólogo ou geneticista, e talvez não ultrapasse as fronteiras da inteligência de um mero burocrata, mas penso na genialidade primitiva desse vírus. Ele parece um replicante extraterrestre (mas não acredito nessa besteira de que teria vindo do espaço), um ser com a competente capacidade de adequar-se às identidades genéticas, de transfigurar-se para se proteger, para se reproduzir e para atingir a próxima vítima. É um caçador capaz de utilizar inúmeras estratégias de condução para abater sua presa. Para tanto, ele só precisa de uma célula e o estrago está feito. Não me sinto muito satisfeito com a explicação mais

lógica dos imunologistas sobre os sobreviventes. Ela me parece muito tradicional: quem sobrevive deve agradecer ao bom estado do sistema imunológico. Em verdade, pode parecer peça de ficção, mas tenho a impressão de que o sujeito só sobrevive porque o replicante não conseguiu encontrar a identidade genética de sua vítima, o que não impede que a presa possa dar de cara com uma outra figurinha mutante, ou seja, adaptada para enfrentar as suas autodefesas. A sensação que tenho, embora não abra mão do meu respeito e confiança em relação à ciência, é que dessa vez a natureza criou um inimigo a altura da crueldade humana, com a única diferença de que o vírus só quer sobreviver e não necessariamente se divertir de forma perversa com o sofrimento alheio. Ele é tão puro como a mais puras das bestas que nosso fantástico mundo natural pode gerar. Não há intencionalidade nos seus atos, como há nos atos de criminosos movidos pela premeditação ou nos atos necrófilos arquitetados por decisores públicos nazifascistas. O vírus é o que é, se é que podemos tratá-lo assim, um animalzinho como um tubarão que só sabe comer e se reproduzir (com a diferença que se reproduz com perfiz tão diferenciados que é difícil dizer que gerou crias). Mas voltando ao sonho, acordei indisposto e meio que arrebatado. A sensação é a de que me aventurei a um treino de box sem ter nunca praticado esse tipo de luta. Levei tanta porrada, que as marcas parecem latejar com o propósito de avivar a lembrança. Tenho certeza que o dia hoje não será dos melhores ou será no mínimo lamacento. Mas de tudo que sonhei, ficou infernizando minha cabeça, essa coisa da segunda onda e a morte de crianças. Depois de acordado fiquei pensando de forma renitente sobre isso: será que a soma da miséria, da pobreza, principalmente em países latino-americanos e africanos não vai viabilizar uma outra plataforma de vírus? Mais forte, mais ardilosa e adaptada para atacar qualquer tipo de vítimas. O que mais temos nesses dois continentes são crianças subnutridas, ou seja, fome disseminada. E, nesse aspecto, ganham os epidemiologistas: os sistemas imunológicos são inevitavelmente frágeis e propensos à derrota. Em áreas em que criança morrem de anemia e diarreia, que se poderá dizer sobre as consequências do ataque de um vírus fatal e, sobretudo, com uma capacidade extraordinária de mutação e adaptação? A gente não pode perder a esperança na razão e nas potencialidades da ciência, mas o Covid-19 parece dizer que essa razão precisa ir além de suas atuais fronteiras e, enquanto isso não acontece, o sonho monstruoso que tive pode tornar-se realidade. Portanto, que os deuses perdoem o meu ateísmo por um segundo, e em ato extremamente misericordioso ouçam a minha súplica de fariseu: protejam as crianças desses miseráveis continentes, onde, como diz sabiamente Caetano Veloso, enquanto os homens exercem seus podres poderes, morrer e matar de fome, de raiva e de sede são tantas vezes gestos naturais.

O que será de Macunaíma?

07 de junho de 2020

Vive la fédération! Este talvez seja o único mote que nos reste frente ao coronavírus e as loucuras dos arautos do neofascismo tupiniquim no exercício do poder central (o levante explícito da ultradireita no Brasil é um fenômeno novo e tudo indica que não vai desaparecer, tão cedo, do espectro político brasileiro). A opção suicida da gente de Macunaíma elegendo e apoiando genocidas no exercício do poder central está levando, literalmente, o país para o ralo. Em todos os sentidos. A terra brasilis está se tornando um pária sanitário no mundo, devido à total falta de uma política que dê conta da expansão da pandemia de Covid-19, e isso se deve, essencialmente, aos equívocos do povo semialfabetizado e de suas elites boçais, que mal sabem falar o português, mas arrotam o inglês trôpego, sonham em morar em Miami, varrer calçadas de gringos com o orgulho dos idiotas sem alta-estima e odiar o fato de ter nascido abaixo do equador. Essa gente racista é - ainda que mestiça em grande número - um fenômeno identitário inextricável. Isso vale também para parte da pequena burguesia mais esclarecida, que adora criticar tudo que possa ser criticado no país, desde que isso seja feito a distância, ou seja, desde que estejam escrevendo seus livrinhos morando em Paris, Berlin Londres ou em outra capital europeia, lugares para onde mudam porque não pensam muito diferente dos plutocratas e acreditam ser intelectuais de primeira cepa. Porém, como há tantos outros melhores lá fora, a concorrência é difícil, escrevem livros em português para que possam ser vendidos no país de Macunaíma. Os pretensos intelectuais colonizam os candidatos à *intelligentsia*, que aqui permanecem correndo atrás do prejuízo (afoitos atrás de títulos de mestrado e/ou doutorado em Universidades públicas, que, geralmente, passam a ser malhadas como instituições ineficientes depois que saem de lá). E o negócio é bizarro: o interesse é morar lá fora, arrotar como estrangeiros, mas ser sustentado pelas míseras moedas obtidas na terra de origem, que em verdade odeiam. Esses também são párias, que carregam no âmago, ainda que talvez desconheçam o porquê, os mesmos motivos que levavam os filhos de oligarcas de outrora a esnobarem a terra de Macunaíma vivendo em Lisboa ou em Paris, mas recebendo a mesada obtida do sangue vertido por escravos sob as chibatas nos campos de plantio da cana ou do café (hoje é a soja e a criação de gado). Mas por que a salva de palmas para a federação? Porque se não fosse, além do SUS garantido pela Constituição de 1988, a ação de governadores e prefeitos - independente de que sejam bons sujeitos ou não -, muitos macunienses estariam literalmente debaixo da terra ou teriam se tornado cinzas dentro dos crematórios. A mortandade teria sido até agora, com toda a subnotificação existente, de crescimento para lá de exponencial. Foram governadores e prefeitos, independente de partidos e coloridos ideológicos, que tomaram as primeiras providências para promover o isolamento social, esclarecer a população e sair correndo,

como puderam, atrás de recursos para testar a população e construir hospitais de campanha em um piscar d'olhos. O Presidente da Morte continuou e continua criando todos os empecilhos, como se estivesse a serviço de um exterminador (aliás, ele é o próprio), jogando cascas de banana no caminho dos governadores e prefeitos, dificultando soluções, torcendo por mortes e mais mortes, por sepulturas e mais sepulturas, que o máximo de macunienses morra sem dó nem pena, sem limites, carentes de empatia, afinal, como disse o mandatário do apocalipse tupiniquim: é o destino de todos. É difícil de entender, ainda que se saiba do antipetismo, do conservadorismo, da ignorância, da falta de educação e da resiliência do povo das terras de Macunaíma, como tiveram a coragem de colocar a pistola na própria testa (o voto da destruição). O brasileiro tentou o suicídio em 2018, deu um tiro na cabeça, não morreu, mas agoniza com uma bala no cérebro que o deixou mais idiota. Como poderá sair dessa, ninguém sabe, porque além de ter que enfrentar a própria sandice, agora tem que enfrentar um vírus letal e impiedoso. É sair do garfo do diabo e cair no caldeirão fervente dos infernos. A única esperança é que as víboras da direita e da ultradireita se autodevoem como animais canibalescos dentro de uma caixa disputando espaço e poder, e que nessa confusão, de fora da distopia ou do carnaval dos endoidecidos, algumas pessoas sensatas – não me referindo necessariamente a partidários ou a sectários -, possam resgatar a sensatez e arrebanhar os que ainda não foram transformados em zumbis, para que se possa em frente ampla dizer em alto e bom tom: basta, não abrimos mão da democracia, ainda que ela seja um feito político frágil (e por isso mesmo precisando ser protegida) desse triste e machucado povo, que, talvez por ironia, algum deus brincalhão abandonou nessas pradarias, onde o diabo resolveu estabelecer moradia e fazer a festa.

A Água e o Capital

26 de junho de 2020

No livro **A Nova Razão do Mundo**, Pierre Dardot e Christian Laval analisam, de forma muito didática, a crise do liberalismo e o surgimento do neoliberalismo. Ao abordar o colóquio Walter Lippmann, realizado no final da década de trinta, os autores evidenciam as diversas linhas de orientação teórica e ideológica, que se confrontavam naquele momento, contrapondo a mística liberal ou a doutrina radical do *laissez-faire* ao reconhecimento do caráter construído do funcionamento do mercado. A oposição marcante, que nos parece manter traços vivos até os dias atuais, encontrava-se entre os herdeiros de um naturalismo spenceriano, baseado na lei dos mais aptos e na ojeriza radical ao Estado, e aqueles que observavam a relevância do Direito e da ação indispensável do Estado para favorecer a própria lógica da concorrência na esfera econômica. Não pretendo discutir o livro em questão, que merece um tratamento mais

sofisticado dada a sua densidade, mas apenas tomá-lo como pretexto para refletir sobre as elites tupiniquins ou, mais precisamente, sobre a voracidade e atraso dessas elites. Para tanto, lançarei mão de um fato que se encontra estampado nos jornais. É interessante observar, na recente aprovação do marco legal de saneamento básico pelo Senado Federal, como se comportou a mídia oficial, que representa senão a totalidade parte significativa dessas elites. A alegria foi geral e irrestrita com a evidente demonstração de que essa mídia, assim como parte das classes sociais que representa, está disposta a criticar o Governo federal em vários aspectos, sobretudo no que se refere à sua indisfarçável propensão ao autoritarismo, excetuando-se a pauta econômica. O tema da privatização do saneamento é polêmico e muita gente tem a forte impressão de que ele abre a primeira porta para a privatização da água no país, um recurso que será estratégico, assim como tem sido o petróleo, nas próximas décadas. A defesa da privatização vem escorada no fato de que 50% da população brasileira não tem acesso a um sistema de esgoto e 16% a água tratada. Portanto, pretende ser legítima por fundamentar-se na pretensa justiça social, ou seja, é defendida no sentido de garantir ao cidadão um direito inquestionável. O projeto aprovado pela maioria dos senadores prevê a universalização do saneamento básico até o final do ano de 2033 e pressupõe que a iniciativa privada cobrirá investimentos nos cantões do país. Aí talvez resida a maior preocupação dos críticos: o que garante que a iniciativa privada vai investir onde não enxerga a possibilidade de lucros elevados? A resposta dos legisladores repete a velha crença no processo licitatório, nas cláusulas contratuais e no sistema de regulação, ou seja, na força do Direito impondo rédeas à besta do mercado. A sensação é a do *déjà vu*. Em verdade os magos da privatização não acreditam muito nesse controle das leis. Essa postura é reforçada pela própria debilidade institucional na terra de Macunaíma, onde a lei é letra morta que preenche laudas e desaparece rapidamente da memória, ou na melhor das hipóteses pode ser aplicada de acordo com os ventos dos interesses mais corporativos ou de classes. Para os magos da economia vale a velha mística liberal, ou seja, tem-se como pressuposto, e aí justifico a minha referência à obra de Dardot e Laval, que as mãos invisíveis do mercado viabilizarão uma concorrência perfeita, incidindo de forma mobilizadora sobre a ação empreendedora e forçando a manutenção de tarifas razoáveis para o pobre e desprotegido consumidor. Vejamos o que aconteceu com a privatização da telefonia: depois de mais de 20 anos, o país de Macunaíma tem apenas 2.221 municípios com conexão de banda larga limitada e 2.345 sem qualquer malha em fibra óptica. Porém o mais significativo: os consumidores enfrentam péssimos serviços, amontoam inúmeras reclamações e pagam uma das tarifas mais elevadas do mundo ^[1]. Onde estão os órgãos da regulação? Onde estão as leis de proteção do consumidor? O sistema falha onde talvez não devesse falhar e a voracidade do capitalismo selvagem vence. O final da história é prenunciado, como nas novelas televisivas, logo no primeiro capítulo. Daí a legítima desconfiança. A possibilidade do aumento das tarifas é quase certa e o fosso entre quem pode pagar valores elevados,

por um bem que tende a se tornar escasso, e quem não pode fazê-lo parece favas contadas. As elites e seus meios midiáticos arreganham os dentes, e talvez também tenham o brilho dos olhos acentuado, porque enxergam com muita nitidez o pote de ouro no final do arco-íris. Fazem coro ou jogral com os economistas ultraliberais que encontraram espaço dentro da burocracia pública e pavimentam a estrada, mais uma vez, para aumentar os ganhos de quem jamais perde no jogo das inúmeras injustiças praticadas na terra de Macunaíma. As elites brasileiras são evidentemente atrasadas, não só porque não conseguem encabeçar um projeto de desenvolvimento nacional que poderia beneficiá-la como também ao conjunto da sociedade, mas porque, além de distorcidas moralmente, não conseguem ir além da ultrapassada mística do *laissez-faire*. Essa mística é cultuada e vendida para os segmentos medianos (cada vez mais empobrecidos), que, no intenso desejo de se ver como proprietários ou patrões, engrossam o carretel de um conservadorismo econômico e político que tem conduzido o país para um buraco sem fundo. A ocorrência histórica mais evidente, que os iluminados da terra de Macunaíma não conseguem compreender (por burrice ou cinismo), é que jamais existiu na história das sociedades capitalistas, pelo menos desde o século XX, um sistema sem a presença do Estado. Ele tem sido fundamental não só nos momentos de crise, mas no ordenamento que é exigido pelo próprio mercado, além de suprir os investimentos estratégicos e de grande porte, como os de infraestrutura, que o setor produtivo privado jamais assumirá por impossibilidade de recursos ou por total falta de interesse. Neste momento em que o mundo se encontra em uma terrível guerra contra a pandemia do Covid-19, em que se evidencia a essencialidade do Estado como promotor de políticas e em que a água é elemento essencial de assepsia, o mundinho de Macunaíma se fecha na pobreza de espírito que marca a sua história e faz saudações à mística do mercado: dirigentes públicos, empresários gananciosos e mídia cantam em uníssono a depreciação e ineficiência do Estado como possibilidade de garantia do bem-estar social e, ao fazê-lo, arreganham as portas para a selvageria do capital – para a qual a economia importa mais que vidas humanas - e reabastecem os cochos da necropolítica.

[1]<https://www.brasildefatomeg.com.br/2019/03/07/nao-foi-a-privatizacao-que-ampliou-acesso-a-telefonia-foi-a-tecnologia>.

Necrofilia e Falta de Esperança

31 de julho de 2020

A obsessão pelo capital, pelo mercado ou, mais vulgarmente, pela economia pode ser considerada o fundamento das distorções psicossociais dos arautos do neoliberalismo predatório e anti-humanista que avassala o planeta. O deus dinheiro e a deusa luxúria imperam de forma desinibida, não obstante o quão irracionais e destrutivas possam ser as consequências de seu império. A natureza talvez seja a maior vítima da gana financeira dos milhares de Tio Patinhas, Scrooges e Smeagols, que detêm o poder de decisões e mando mundo afora e por aqui, na sofrida e malfadada terra de Macunaíma. A destruição da vida vem a galope com a desinibida concentração da riqueza, aumento vergonhoso dos bolsões de pobreza e destruição do meio ambiente. A centralidade do capital e do mercado não é novidade. É uma tendência intrínseca ao sistema capitalista, sobre a qual muitos ensaios acadêmicos já foram escritos. Pode-se admitir que a contemporaneidade cumpre com sucesso o que a análise habermasiana constatou como a colonização do mundo da vida pela lógica dos sistemas, entre eles e principalmente o econômico, bem como pela preponderância de uma razão instrumental sobre os padrões interacionais dos sujeitos. A vida na *polis* é engolida pela lógica do mercado, quando faltam outros parâmetros que fundamentem a existência: afinal o sentido da vida não deveria ser reduzido aos cifrões. Mas, como diria Freud, parece que muita gente não transcendeu a fixação na fase anal e tem como fundamento existencial o complexo monetário. Os donos do capital, os tecnocratas da economia e a mídia oficial traduzem com competência esse reducionismo obsessivo e nauseante diuturnamente (para os falsos jornalistas dos telejornais não há vida sem o mercado, em sua versão neoliberal, e não há gozo sem o dinheiro). Os efeitos nocivos dessa tendência podem ser percebidos em várias partes do mundo, mas parecem ser mais catastróficos em países como o Brasil, que permanecem como engrenagem periférica no processo de acumulação e mundialização do capital. Há razões históricas para isso e muitas implicações de ordem cultural, que se sedimentaram desde o primeiro momento da exploração colonial. A natureza hierarquizada e excludente da estrutura social, advinda em parte de um passado escravagista que ainda impacta o presente, bem como a estupidez e o atraso de elites predatórias ajudam a lançar a terra de Macunaíma em tenebroso abismo. O conservadorismo da maior parte da população calcado em raízes religiosas (de um catolicismo extremado à direita), agora alimentado pelo reacionarismo dos segmentos médios ávidos por ascensão social e pela expansão dos movimentos neopentecostais (tão mais radicais que os católicos conservadores), serve como lubrificante para as engrenagens de um sistema econômico selvagem e avesso a qualquer manifestação humanitária. As falsas imagens sobre a própria cordialidade, somadas ao cinismo, a amoralidade e alienação, permitem a existência de uma

sociedade dócil com a violência e facilmente seduzível por políticos corruptos e cruéis, que são transformados em mitos, em profetas ungidos pela graça divina e resguardados pelo beneplácito das instituições constituídas, principalmente do judiciário corrupto e transgressor dos trópicos (para o qual leis são instrumentos para proteger amigos e defenestrar inimigos), ainda que estejam a serviço indisfarçável da necropolítica e de facções criminosas. O país da falsa esperança tem mostrado a sua verdadeira face no momento em que a extrema direita encontra espaço de expressão no mundo e, mais incisivamente, no momento em que enfrenta a pandemia do Covid-19. O país doente física e moralmente tornou-se o cenário de inúmeras manifestações de um hedonismo maluco, particularmente de seus segmentos medianos que fazem pouco caso de uma doença letal, e de suas elites bárbaras que exigem a qualquer custo o funcionamento regular da máquina econômica (industrial, financeira e comercial), ainda que isso possa representar a morte de milhares de trabalhadores e a paralisia futura da própria economia. A mentalidade dessas elites é a mesma de seus antepassados escravagistas, que viam no escravo apenas uma peça substituível de uma engrenagem: joguem no lixo um corpo degradado e coloquem outro no lugar, simples assim. As manifestações de indiferença dos dirigentes públicos (eles mesmos parte dessas elites), a falta de solidariedade e a esperteza de muitos ricos de limitada inteligência empurram o país na via de mão única para o fundo do poço ou para a lata de lixo da história. O país de Macunaíma já foi inúmeras vezes comparado com um hospício e, agora, ficou evidenciado que os loucos não são mansos (sem querer ser cruel com os loucos de verdade). A psicopatia tornou-se soberana e explícita nos espaços de exercício do poder (talvez o cumprimento de uma profecia da figura machadiana do Dr. Bacamarte). Passou a ser admitida como algo normal e passível da chancela das instituições que fundamentam a farsa da democracia tupiniquim. O normal agora é ser louco, mas louco besta e truculento, não louco criativo ou diversionista como os bobos da corte. As pequenas e grandes mazelas morais que se encontravam em algum esgoto transbordaram e, de repente, a terra de Macunaíma já não consegue mais se esconder por detrás da mentira de um paraíso tropical vendida em folhetos de viagens para gringos. A terra é uma terra de gente esquisita, preconceituosa e nefasta, que prefere a morte à vida, o pranto ao riso, a dor provocada pelos sádicos à alegria dos que almejam a liberdade. Falta ao povo da terra de Macunaíma a generosidade que constrói os grandes, que marcam a história e enriquecem o patrimônio da humanidade. Talvez agora saibamos ou consigamos compreender por que essa terra e sua gente nunca tenham conseguido defender ou edificar uma utopia construtiva, além do uso controverso das vitórias futebolísticas, das inversões carnavalescas e da venda da carne das descendentes de seus escravos (como se não pudessem ser nada mais que objeto sexual de consumo). No entanto, de forma translúcida, essa gente consegue transformar facínoras e psicopatas em mitos e profetas. É possível que agora consigamos entender a necrofilia tupiniquim, frente a tanta maldade e feiura expostas,

e por que esse hospício latino-americano se regozija por avançar a passos largos para se tornar de forma irreversível pária frente ao mundo civilizado. Para quem, como eu, crescido em um país conduzido por ditadores, que viveu a adolescência sob as duras limitações de um AI 5 e que alimentou esperanças com a redemocratização do país, assistir o que está acontecendo hoje é mais que angustiante: é querer parar o trem para descer, mas não encontrar o dispositivo de frenagem, é buscar uma porta de saída e perceber que não há mais portas para abrir. É perceber-se na terceira idade sem a possibilidade de viver uma outra juventude, mais livre, democrática e cidadã. É difícil, muito difícil, quando nos vemos atados a um destino sombrio contra o qual lutamos, resistimos e fomos vencidos. Entre tantos mortos pelo terrível Covid-19 sinto os ares de minha inexistência, morte de vontade, morte de espírito e de qualquer esperança de ver o país de Macunaíma, que é o meu país, reabilitado antes de minha própria morte física.

O que não fizeram os partidos progressistas, mas ainda podem fazer...

03 de agosto de 2020

“Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”.

(Giuseppi Tomasi de Lampedusa)^[1]

Não é novidade para ninguém a pergunta que pode ser calada, porque há explicações óbvias para ela, mas mesmo assim as vezes não deixa de incomodar: por que o Brasil chegou a esse estágio de degradação, quando partidos progressistas estiveram no poder por mais de 13 anos e com elevados níveis de aprovação popular? A explicação que envolve algum grau de seriedade passa longe do discurso maniqueísta da direita e da extrema direita, ou seja, do palavreado débil daqueles que transformam o Partido dos Trabalhadores e seus parceiros ideológicos em judas, traidores ou em entidades satânicas. Discurso fácil que agrada imbecis e ideólogos radicais, que levantam as bandeiras do conservadorismo e do reacionarismo tropicano, além de inúmeras mentiras que não encontram base nos fatos ou na história. Não vamos enaltecer mais uma vez as coisas boas que foram feitas pelos governos progressistas. Elas já são conhecidas e, talvez, hoje estejam estimulando saudades em muita gente, que conseguiu ver em um projeto neofascista o pulo do gato e se arrependeu da grande besteira que fez ao digitar o seu voto na urna. Em verdade, o que se encontra na base do incômodo, não obstante as evidências explicativas, é uma ocorrência ciclotímica da política tupiniquim: a permanência das mesmas elites no poder e o sistema de coalizões. Em outras palavras, a necessidade de composição e arranjos institucionais para que se possa alcançar níveis razoáveis de governabilidade, que envolve necessariamente a interação com grupos de elites retrógrados, ainda que os coadjuvantes representem algum fenômeno de inovação histórica, ainda permanece como um problema insolúvel na pobre terra de Macunaíma. A ideia da coalização não é problemática por si só, porque

poderia até significar maior desprendimento e abertura para a prática do diálogo e dos acordos tão caros à democracia. Porém, é necessário perguntar com quem se faz esses acordos e em que termos eles são estabelecidos. A figura romanesca do Fausto é um exemplo muito didático de que não se deve fazer acordo com quaisquer pessoas e, em se tratando do diabo, é bom alvitre manter distância e, pra quem acredita em mal olhado e exorcismos, um bom crucifixo pendurado no pescoço. No entanto, nesta terra colonizada, o passado parece ser ingrato e o presente a ele paga uma dívida incapaz de solvência: grupos oligarcas se perpetuam no poder e novos ricos se contaminam com o que há de mais atrasado em termos de mentalidade e comportamento político-social. Os latifundiários de outrora, seus descendentes de hoje e os empresários urbanos, ainda que produtos de alguma ascendência socioeconômica recente, não pensam muito diferente quando se trata de manter privilégios e a estrutura hierarquizada e desigual da sociedade brasileira. Os reduzidos setores medianos, que não se adequam sociologicamente a alcunha de classes, bailam na ciranda dos que ascendem e dos que descendem na estrutura social, com forte suscetibilidade a comprar as falsas promessas de um enriquecimento sem muito esforço e de preferência da noite para o dia (vale dizer com pouco trabalho e muita trambicagem). Essa gente historicamente alienada, não se enxerga como assalariada e almeja estar entre os que compõem as verdadeiras elites econômicas ou, por assim dizer, entre os tubarões. Daí as bizarrices de quem compra o que não pode pagar e frequenta espaços onde são ridicularizados. Ela já teve como grande sonho de ascensão o anel de formatura nos dedos dos filhos, um bom emprego público e, mais recentemente, tê-los nos campos de futebol brilhando como astros, ainda que sujeitos às falcatruas da jogatina e dos lances mafiosos da publicidade. A terra de Macunaíma além de muito desigual é o paraíso para os plutocratas e para as chincarias de manés e falsas madames oxigenadas de uma cômica e afetada alta sociedade (*high society* para exibir a língua de Tio Sam, tão amada e reverenciada!) ^[2]. Porém, voltando aos acordos, não é falacioso reiterar que os partidos progressistas fizeram o casamento com o diabo e suas legiões, e essas figurinhas medonhas, banhadas em fogo e enxofre, mantiveram com muita firmeza as cordinhas dos títeres. De qualquer forma, creio que havia espaço para algumas reformas de base, ainda que tenhamos o testemunho histórico de que sempre foram combatidas pelas elites tropicanas (sempre pecaminosas abaixo do equador). No entanto, embora as esperanças fossem muitas, não foram feitas: não se fez uma reforma tributária, não se fez uma reforma agrária, não se fez uma reforma política, não se fez uma reforma administrativa, não se fez uma reforma do judiciário, não se estabeleceu uma política democrática e séria de regulamentação das mídias, não se controlou adequadamente o uso dos recursos naturais e não se transcendeu a inclusão social para além do acesso ao consumo (necessária mas não suficiente). Infelizmente, pelos salões do poder, pelas funções administrativos, pelas casas do congresso e pelos corredores do judiciário continuaram perambulando as mesmas figuras carimbadas da política brasileira. Em nome de um

estranho republicanismismo e de um perigoso discurso calcado na meritocracia, que em verdade não vai além dos famigerados pactos de manutenção dos interesses mesquinhos e dos falsos sábios, as bases das instituições antiquadas e muito seletivas foram mantidas incólumes e em alguns casos reforçadas, a exemplo do que ocorreu nos setores mais sofisticados e mais bem pagos da administração pública (como o famigerado ciclo de gestão herdado das feitiçarias tucanas) e no obscuro Ministério Público (fábrica de monstros superpoderosos). Espaços que serviram, e ainda servem, de alavanca para a ascensão social de mauricinhos e patricinhas (muitos convertidos às seitas carismáticas), cumprindo-se o sonho de papais e mães conservadoras dos estratos medianos (o antigo sonho da república de bacharéis), dispostos a fazer alianças abjetas e antiéticas com grupos de interesse apelidados, entre os políticos de carteirinha, de baixo clero (dentro e fora do parlamento). Esse processo foi, de alguma maneira, retroalimentado pela onda de concursos públicos durante os governos progressistas e pelo *processo de judicialização das políticas públicas e politização da justiça*. De uma certa forma, a Lava Jato como projeto político foi alimentada por esses fatores, e mais explicitamente pelo grande apetite dos promotores curitibanos (indisfarçáveis caipiras ou *nouveaux riches* transformados em mauricinhos) por holofotes e por pretensões políticas ilegítimas. Pode-se dizer que os mandatários progressistas, embevecidos pelo poder, não enxergaram ou não quiseram enxergar que suas coalizões e seu republicanismismo terceiro-mundista vinha acompanhado da conspiração tramada desde os primórdios, por assim dizer, presente no beiral da própria porta, não só no espaço da grande política assembleísta, mas também nos antros das repartições públicas. No jogo mais elevado do poder, muitas foram as cenas emblemáticas de uma tragédia prenunciada: em 2011, na descida da Rampa do Palácio do Planalto, que marca a primeira posse da ex-presidente Dilma Rousseff, é inesquecível a imagem do vice-presidente eleito em meio a contrapassos e o esfregar incessante das mãos: um gesto que para muitos significa ansiedade, mas que também pode ser lido como sinal de empolgação por algo que está por vir ou por algo que se trama como os vilões estereotipados do cinema mudo. As alianças perigosas já haviam sido estabelecidas pelo ex-presidente Lula (lembrem-se quem era o vice e não se esqueçam da peça primorosa da Carta ao Povo Brasileiro, obra prima de alguém (taxado pelos críticos petistas mais furiosos, com o exagero dos dramas, como uma espécie de Joaquim Silvério), mas o verdadeiro drama faustiano começava naquele momento e poucos quiseram de fato entender ou aceitar o destino nefasto. Talvez um dia a história situe Dilma Rousseff não só como a primeira mulher que conseguiu chegar ao trono do patriarcado de Macunaíma, onde tudo a propósito tem o antenome de palácio – inclusive pizzarias –, como a inocente mais útil de quem as elites brasileiras já fizeram uso e, do meu ponto de vista, sozinha frente a total cegueira e ingenuidade dos progressistas de bom coração e boa vontade (porque há entre eles também o contrário). O grito do tucanato na eleição de 2014 em busca da desqualificação do pleito foi

meramente cênico, porque já havia se consolidado bem antes, com antigos companheiros de viagem da Nova República, as mesmas condições conspiratórias que sempre estiveram presentes na política tupiniquim em outras épocas e em diversos momentos, principalmente para os lados do torrão onde estiveram o desditoso Tiradentes e o ardiloso Silvério, que além de latifundiário era também coronel de cavalaria (uma típica combinação nas terras de Macunaíma). Aqui, falar de golpe talvez seja uma sofisticação retórica e acadêmica, porque a expressão correta é ***puxar o tapete***, tramar a destruição de quem lhe estende a mão e propõe uma relação de parceria, o que deveria supor respeito e confiança. Talvez esse seja o grande problema das coalizões e dos pactos malditos na triste terra de Macunaíma: não se tem como garantir que seu aliado seja realmente democrático e republicano como gostaria que fosse, ou pelo menos alguém respeitável do ponto de vista moral, principalmente se ele representa elites econômicas inescrupulosas e dispostas a qualquer ação em prol da manutenção de privilégios e ganhos hiperbólicos (em verdade é difícil manter acordos e fidelidade dentro das próprias agremiações). Não se deve obviamente culpar os partidos progressistas por tudo que se encontra em curso hoje na terra de Macunaíma. Isso seria no mínimo leviano. Porém, com certeza, não é possível não considerar os efeitos nocivos do sistema de coalizões e dos acordos realizados desde as primeiras gestões dos progressistas. Em um país extremamente desigual, dominado por plutocratas, orientado por meios de comunicação antinacionalistas, impregnado até os ossos pelo ranço escravagista, com índices de escolarização insatisfatórios e tomado por ignorância no que se refere à participação política e exercício da cidadania, fazer alianças e pactos parece exigir - por mais descabido e contraditório que possa ser esse meu argumento-, a maestria e esperteza de um Pedro Malasartes ou de um João Grilo. O que se condena no comportamento tupiniquim - a coroação da malandragem -, talvez seja, sem chegar a tanto, realmente um estratagema de sobrevivência. Nesse sentido, os nossos políticos mais progressistas podem aprender um pouquinho mais com as personagens de nossa cultura popular e, na hora das famigeradas e talvez inevitáveis alianças, e mesmo no exercício da gestão pública, perceberem que não se coloca raposa para cuidar de galinheiro nem se leva escorpião no bolso. Espero que a mocidade de Guilherme Boulos e a vivência de uma senhora como Luiza Erundina possam ser os ingredientes necessários para perceber o valor dessas máximas populares e, quem sabe, começar pelas próximas eleições municipais no estado de São Paulo o acender de uma luzinha para que possamos, por mais uma vez, ressuscitar a esperança de uma avalanche democrática crescente e resgatadora da soberania popular e progressista nesta triste terra de Macunaíma. Caso contrário, realmente estaremos repetindo a doentia ciclotimia de um país fadado aos dislates. Nesse caso, é provável que seja mais acertado fazer como o Dr. Bacamartes machadiano, soltar de vez o que resta de loucos e se trancar no hospício. Lá dentro será mais seguro, inclusive em relação à um ataque fulminante do Covid-19, e talvez encontremos um fantástico estoque de Rivotril em

alguma prateleira empoeirada, que nos faça voar entre planetas e luas bem diferentes do que poderá ser a terra de Macunaíma a partir de 2023.

[1] Giuseppe Tomasi de Lampedusa. O Leopardo. Printer Portuguesa, Ltda. Setembro de 1974, p. 25.

[2] Como diz Rita Lee no seu fantasioso bate-papo com alienígenas, está tudo cada vez mais baixo na alta sociedade, e em verdade sempre esteve (conferir letra da canção Alô, Alô Marcianos!).

O Medo Bate na Porta

18 de agosto de 2020

*Eu tenho medo e medo está por fora
O medo anda por dentro do teu coração
Eu tenho medo de que chegue a hora
Em que eu precise entrar no avião
Eu tenho medo de abrir a porta
Que dá pro sertão da minha solidão
Apertar o botão, cidade morta
Placa torta indicando a contramão*

(Pequeno Mapa do Tempo – Belchior)

Tem causado muito surpresa, de forma nem um pouco justificável em se tratando de intelectuais e jornalistas bem informados, o fato de o Presidente da República estar surfando em uma onda de popularidade e apoio, advinda inclusive de regiões onde recebia rejeição implacável, insuflada pelo auxílio emergencial. A ocorrência não é algo fora do mundo, porque é corriqueira na terra de Macunaíma, e não há motivo para expressões de surpresa tão delirantes. Houve uma época em que votos e apoio político eram trocados por dentaduras, sandálias, baldes, entre outros penduricalhos e balangandãs. Talvez essa ocorrência seja a prova mais convincente de que a terra brasileira mudou muito pouco no que se refere à cultura política. A pobreza e a falta de educação encontram-se na base desse tipo de transação. Os velhos vícios como a troca de bens ou vantagens por votos, por poder de influência ou por uma simples ocupação permanecem como práticas comuns e naturalizadas. A fragilidade da cidadania no país é fruto de inúmeras distorções, que vêm junto com ignorância, preconceitos, desigualdades e violência. A carência econômica gera a vulnerabilidade, que, por sua vez, aprisiona os sujeitos em relações e situações de dependência e submissão. A falta de compreensão sobre o que é ser cidadão é um campo fértil para criar salvadores da pátria e para transformar políticos populistas em provedores iluminados. É dessa forma que direitos e políticas públicas são transformados em dádivas. O velho discurso populista do capo bondoso, devotado aos descamisados, não morreu com a Velha

República tupiniquim, e se mantém muito vivo nos grotões e também nos centros urbanos. É nesse contexto que o auxílio emergencial é transformado em dádiva ou em graça divina. O que fica muito complicado é a situação dos partidos mais progressistas, que ainda não perceberam, ou não querem perceber, que a defesa dos direitos básicos e até de uma política de renda mínima podem ser utilizados de forma maquiavélica e populista pelos arautos da extrema direita. Essa bandeira, certamente, não deveria cair em mãos erradas, mas parece que a direita e a extrema direita tupiniquim estão armando o jogo, enquanto a oposição bate cabeças em suas próprias fileiras. Perder a agenda talvez seja o último suspiro ou o tiro de misericórdia que falta às alas progressistas. O que parece ser muito evidente é a necessidade dessas alas reaprenderem, com muita urgência, a dialogar com os segmentos mais carentes da sociedade. O acesso ao poder de partidos progressistas nas últimas décadas parece ter tido como efeito colateral, além da burocratização e do elitismo, a desmobilização dos movimentos sindicais e de representação popular. É provável que muita gente tenha acreditado na irreversibilidade da democracia e do voto popular comprometido com causas sociais, ainda que os referidos governos estivessem presos ao sistema de coalizões e concessões com os setores mais retrógrados da sociedade. Embora tenhamos que reconhecer a relevância das políticas assertivas conduzidas por esses governos, principalmente no que se refere à melhoria da renda e acesso ao consumo, não é possível ignorar que a mais importante medida não foi assegurada: o fortalecimento da cidadania. Faltou, do meu ponto de vista, uma revolução educacional. A garantia de permanência de crianças na escola por intermédio de um programa de renda não foi o suficiente, ainda que tenha gerado bons frutos. Além disso, o país de Macunaíma ainda conta, de acordo com dados oficiais, com 11,3 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais. Não é um número desprezível. O país clama por civilização ou por níveis mais elevados de uma população mais esclarecida. Enquanto ela não vem, a idiotia anda de mãos dada com a bestialidade, que se traveste nas expressões neofascistas e abre alas para o apoio de um imaginário alimentado por uma religiosidade fundamentalista e anti-humanista. Todo tipo de manifestação de filmes de horrores acontece neste país que, realmente, não é e nunca foi objeto de estudo para amadores: são grande casos de corrupção, é o hedonismo suicidada dos bons moços dos estratos medianos, é a crônica cotidiana das mortes de pretos e pardos, é a violência física e simbólica sobre uma criança estuprada, é a catástrofe ambiental anunciada, são inúmeros corpos não velados vitimados pela Covid19 e o grito histriônico de falsos profetas e religiosos demagogos em prol da necrofilia e da necropolítica. Tudo isso acontece, e não por que hoje é sábado, mas porque talvez vivamos no pior país da América do Sul. O cenário supera a mais horripilante cela de torturas de uma edição de Jogos Mortais: medo aterrorizante e carnificina. O futuro fica cada vez mais incerto se o jogo não é em prol do bem-estar e da felicidade de todos, mas de reforço do já conhecido levar vantagens e se dar bem, ainda que para isso seja necessário pactuar

com Mefistófeles. O país de Macunaíma segue de mãos dadas com a destruição se não mudar a sua corrida suicida para o abismo: se não o fizer, talvez a situação se torne irreversível e aí o que será de nós?

Mais uma Loucura: Querem Taxar os Livros

20 de agosto de 2020

Por que taxar ou cobrar impostos sobre livros? Poderia ser também instrumentos musicais, materiais de expressão artística (como tintas, telas e pinceis) e por aí afora. A resposta é óbvia e muito simples: as elites tupiniquins nas terras vilipendiadas de Macunaíma odeiam qualquer manifestação de inteligência genuína. Livros nas estantes somente aqueles comprados a metro como elementos de decoração, piano na sala apenas para dizer que são filhotes da *belle époque*, quadros nas paredes – quando não é investimento – é também peça decorativa e ir ao cinema ou ao teatro divertimento de final de semana, principalmente se o filme ou a peça foi comentada nas páginas amarelas de algum órgão de imprensa influente ou pelos amigos da claqué. A diferença entre um *Big Mac* e a arte não existe para essa gente. Os filhos de Macunaíma têm, em geral, uma veia artística fenomenal, mas poucos conseguem ter acesso, por exemplo, aos instrumentos sofisticados de uma orquestra sinfônica: flautas transversais, oboés, clarinetes, fagotes, bons violinos, violas, entre outros, custam uma fortuna. É por essas e outras, que a genialidade de muitos transforma cascas de cocos, caixa de fósforos, latas velhas, cabos de vassouras e barbantes em instrumentos até muito versáteis. No que diz respeito à leitura, os preços de alguns livros são proibitivos e a prova disso pode fornecer o estudante mais pobre, que consegue, entre muitos suores e cansaço, chegar a um curso de medicina ou engenharia. Mas que exagero! Diriam os otimistas do *mainstream*, há as bibliotecas públicas e universitárias, com suas concorridas áreas de reserva e periódicos, busquem as bibliotecas, ou melhor, busquem o Google. Eu fui um aluno pobre, mestiço, filho de uma empregada doméstica e de um versátil da sobrevivência (peão de boiadeiro, lavrador, pedreiro, marceneiro, motorista e tudo mais que propiciasse o famigerado dinheiro), que alcançou uma Universidade federal, muito bem conceituada, enfrentando as limitações do ensino público fundamental e médio, em uma época em que o computador não era tão popular e acessível (e negros e pardos minorias entre os vitoriosos dos vestibulares). Posso garantir: foi pauleira! Em suma, para quem dispõe de biblioteca em casa, de facilidades para viajar e esbanjar confortos, que poderiam ser direcionados para uma boa causa, a exemplo da obtenção de uma formação educacional sólida e exemplar, o que muitas vezes se tem é apenas a arrogância de consumidores pedantes que ostentam títulos e quinquilharias em prateleiras. Lembro da situação de uma amiga, moça pobre e esforçada, vinda do interior de Minas Gerais, que se formou em História e, por seus méritos, conseguiu seu

primeiro emprego como professora do ensino médio em uma escola para estudantes de famílias remediadas. Lembro do seu constrangimento ao me contar que, enquanto discursava sobre dinastias egípcias e pirâmides, seus alunos com riso no rosto informavam que já haviam passado por lá nas últimas férias. O termo é esse mesmo, passado, porque tudo é diversão e demonstração de poder e possibilidades na vida cretina dos *nouveaux riches*. O lance mais inteligente é tirar uma foto (hoje seria uma *self*) ao lado de uma ruína ou em pose ao lado de um camelo sonolento. Ela não teve a mesma oportunidade, porque o salário nunca permitiu, porque para preparar suas aulas com afinco, precisava comprar livros, comprar periódicos, acompanhar a produção das pesquisas na área, ler os jornais e, por fim, sobreviver: comer, morar, existir em carne e osso e pagar um plano de saúde escorchante. Os insensíveis dirão: precisa se esforçar mais, quando já não se tem mais as unhas das mãos, que foram consumidas no escalonamento das paredes do abismo da desigualdade dessa terra ingrata. E agora querem taxar os livros, em uma sociedade de analfabetos, de pobres fugindo da força e de ricos arrogantes e, em boa medida, sonegadores indecentes e declarados de impostos. Querem taxar os livros e *vade retro* a possibilidade de taxar as grandes fortunas! Estamos no hospício geral e os loucos no poder são os mais desvairados e cruéis. O país de Macunaíma precisa de uma revolução educacional, que não dispensa o antecedente mínimo de medidas para a sobrevivência em termos de alimentação, saúde e moradia, mas os herdeiros da Casa Grande têm o gosto do sangue nas papilas e o brilho dos sádicos que levantam o chicote sobre as costas dos desvalidos: querem terra arrasada para os reles mortais, para a flora e para a fauna. Por isso que morram pretos e pardos, que sumam da face da terra os indígenas, por isso que evaporem as amazônias e os pantanais em chamas! Mas voltemos aos livros: por que taxar os livros? A resposta é simples: as elites tupiniquins são estúpidas, o povo analfabeto mal consegue entender o que significam as sumarizações idiotas no *WhatsApp* ou no *Instagram*, além disso o ronco do estômago soa mais alto e supera os gritos de socorro do cérebro. O livro não significa nada para uma sociedade bizarra que optou por ser pária no mundo e resiste em admitir que a terra não é plana e que orbita em torno do sol, que para muitos nada mais é que um chumaço de algodão em brasa flutuando sobre as cabeças. E assim caminha a terra de Macunaíma, com todos os deuses, com todos os orixás, com todas as rezas e com a imbatível e santa ignorância.

O País da Boçalidade

23 de agosto de 2020

A terra brasilis é o paraíso da boçalidade. A inteligência e a ignorância servem a uma ordem regida pelo corporativismo. Na falta de compromisso com o conceito de nacionalidade, com a falta de empatia e identidade com um projeto nacional, o amontoado de incivis se agrupam em torno de interesses que não são exatamente os de classe, mas os de grupelhos que se parecem com saúvas devoradoras. O processo político e a conquista do poder servem para isso: abocanhar o que for possível e o resto que se dane. A mentalidade é ainda de natureza extrativista ou, na falta de explicação mais sofisticada, é herdeira da fantasia do eldorado lusitano. Todos querem tirar proveito e ir para algum outro lugar, assim como antes pretendia-se enriquecer e voltar para Portugal. Talvez as únicas populações que podem requerer a legitimidade da posse dessas terras sejam os indígenas que estão em processo de extermínio. Os negros e os pardos se pudessem talvez desejassem voltar à África se houvesse uma África idílica para retornar. Os brancos dos estratos medianos retrógrados, bem como seus patrões que constituem o que há de mais atrasado na face do planeta em se tratando de elites, desejam ser norte-americanos ou europeus. Dessa forma, tudo é válido abaixo do equador: explorar de forma irracional os recursos naturais, por exemplo, e viver de acordo com um hedonismo maluco, que justifica ações impensadas e rompantes como o de transformar uma epidemia letal em gripezinha e mandar a ciência para o inferno. A força do desejo impera sobre a temperança na terra de Macunaíma. Esse é o reino da concupiscência, do falso moralismo, dos santos do pau oco e dos vendilhões do neopentecostalismo. Não há uma sociedade, porque esse conceito pressupõe coesão social, reconhecimento, identidade, responsabilidade entre concidadãos e defesa de causas comuns (isso já não ocorre sequer nos times de futebol). Tudo isso falta à essa população que age como garimpeiros em busca do veio sonhado, o mais valioso, o mais oculto, que ao ser descoberto nas profundezas da terra proverá a grande transformação alquímica. A boçalidade é talvez o ingrediente mais importante para alimentar a opção pelo autoritarismo, pela defesa intransigente do patriarcado e, para fechar com chave de ouro, justificar o abraço de urso com ideias e práticas neofascistas. É muito estranho assistir uma população miscigenada, misturada como feijoada, levantar bandeiras da Ku Klux Klan ou vestir-se com braçadeiras neonazistas. O que se passa na cabeça dessas pessoas? Chego à conclusão que absolutamente nada que preste. Nessas cabeças, que não são ocas, reinam ideias fixas em torno da avareza, o desejo doentio de ser diferente (que reforça o individualismo), o narcisismo ilimitado e o ódio a tudo que não seja a própria sombra. Na tentativa de firmar uma identidade, ainda que absurda em seus fundamentos, não percebem que agem como muare ou como rebanho. A terra de

Macunaíma causa uma tristeza profunda, mais melancólica que o fado português, porque parece perdida nas trevas e resignada em ser a expressão de uma piada de mau gosto. Lembro-me que, na minha época de universidade, era muito comum ouvir de meus colegas abastados que a solução para o Brasil era o aeroporto. Como essa solução nunca esteve ao meu alcance, não entendia a razão do axioma, que depois passei a compreender como a expressão mais verdadeira da mentalidade de um povo colonizado e extremamente individualista, mas não no sentido burguês e capitalista do termo. O individualismo na terra de Macunaíma é de uma natureza insidiosa e pusilânime muito semelhante a atitude de figuras caricatas como Ebenezer Scrooge e Smeagol. Pode ser uma leitura muito psicológica, e até certo ponto moralista, mas é essa a impressão que se pode ter de um amontoado de pessoas indiferentes a dor, que naturaliza o sofrimento e faz da maldade um princípio de regência da vida social. A opção por lideranças sádicas não é outra coisa que a expressão desse profundo apreço pela morte, pela necrofilia e pela necropolítica. A terra de Macunaíma está acostumada com a violência cotidiana, com a mentira, com a isenção, com a falsidade, com as expressões de falsa afabilidade, com o amor inventado e cênico das telenovelas e com comportamentos fátuos. O povo que parece odiar o conflito vive situações conflituosas a cada minuto de suas vidas, mas distancia os olhos das tragédias, das chagas e das mortes. Dessa forma naturaliza e simplifica o que deveria ser motivo de indignação: afinal todo mundo morre. O que importa é a corporação e, nos casos mais extremos do individualismo tupiniquim, a família eleita como digna de atenção, porque o conceito não se confunde necessariamente com laços de consanguinidade ou vinculação biológica. A matriz é mafiosa por natureza. Os laços de afinidade são estabelecidos em função dos interesses mesquinhos, das maracutaias e arranjos sociais lucrativos. A terra de Macunaíma é realmente triste e desestimulante. Então vale o axioma para quem pode: a saída mais fácil, se algum país permitir a entrada de potenciais infectados com a Covid-19, é realmente o aeroporto. Porém, o que resta para quem não pode ou não quer partir? Dirão os que se acreditam revolucionários: fique e lute companheiro! Mas aí você olha em sua volta, presta atenção no que é dito e em quem diz, e só consegue enxergar mais uma corporação. Nessa hora a languidez toma conta da alma, você tem vontade de chorar e a angústia cobre como uma mancha negra o que ainda poderia existir de esperança.

Plutocratas e Burocratas na Terra de Macunaíma

10 de setembro de 2020

A burocracia sem o contrapeso da política participativa é o reino da tecnocracia. Talvez essa máxima devesse ser observada com mais acuidade como um termômetro do acercamento de regimes autoritários. Particularmente se essa aproximação ocorre de forma sutil. Não por meio dos golpes tradicionais, mas por intermédio do voto e da posterior destruição interna das instituições de caráter democrático. Parte do mundo e o Brasil caminham nessa direção. Os arranjos autoritários casam-se bem com a agenda do liberalismo de mercado, porque favorecem a adoção verticalizada de políticas excludentes e concentradoras do capital. Para determinados segmentos das elites econômicas, destacando-se aqueles que vivem da especulação financeira ou do rentismo, o Estado é uma figura de dupla face: de um lado é um saco de pancadas quando cumpre algum papel social e, de um outro lado, é o tradicional instrumento de poder para a acumulação e preservação da riqueza. Em verdade, por mais que os adeptos do livre mercado queiram demonizar o Estado, não existe capitalismo sem esse aparato e sem algum tipo de burocracia, que sirvam bem aos propósitos de quem tem o poder econômico nas mãos. As reformas chilenas foram feitas no contexto de um regime autoritário em que direitos civis e sociais foram suprimidos em prol das políticas de mercado e, por detrás do caldeirão das maldades, encontravam-se os engenheiros sociais e os tecnocratas orientados pelas teorias da Escola de Chicago. O Brasil não se encontra, certamente, nas mesmas condições da era Pinochet, mas reúne os elementos necessários para implantar reformas sem a reação popular, fato que é auxiliado por uma pandemia que requer o isolamento social e dificulta manifestações nas ruas. O quadro é ainda piorado com as tendências de destruição dos direitos trabalhistas, com visível fragilização da representação sindical e da precarização do trabalho. A situação não é a de uma ditadura declarada, mas a de um Estado sitiado por dentro: as velhas oligarquias tupiniquins encasteladas no Poder Legislativo, o conservadorismo e a indisfarçável tendência à politização da justiça guiada pelos bacharéis do Poder Judiciário e o Poder Executivo militarizado garantem as reformas que as elites plutocráticas reivindicam com a renitência de um mantra. As reformas trabalhista e da previdência foram conduzidas sem reações significativas e agora põe-se na mesa a reforma administrativa. As ideias principais dessa famigerada reforma não têm a paternidade somente na ação direta de atores do mercado ou da política, nascem em setores da administração pública regidos pela pretensa racionalidade burocrática e não passam despercebidos, na tricotagem da infame proposta, os dedos ávidos de influência de uma burocracia vocacionada à tecnocracia, que gosta de cortejar o poder nos moldes da política tupiniquim: com muito fisiologismo e servilismo aos donos do poder. Vamos deixar um pouquinho de lado a já

tradicional evidência de que a corda rompe do lado mais frágil e de que os servidores públicos sempre acabam pagando o pato do déficit público e de outras mazelas da terra de Macunaíma. Porque é necessário reservar também um pouco de atenção à engenharia da reforma, aos meandros de uma modelagem indulgente em relação aos privilégios e a sobrevivência de castas e corporações, que outras não poderiam ser, além daquelas colocadas previamente sob redoma, senão a dos burocratas embalados pelo falso discurso da competência ou do mérito. A defesa da meritocracia e da formação de elites dentro da burocracia pública não é nova. Esteve presente na era daspiana, esteve presente nas propostas de reforma da Nova República e nos governos do tucanato na década de 90. Na atual reforma a ideia é retomada na forma do famigerado cargo típico de estado. É notável que a reforma já exclua no seu nascedouro os impactos sobre a vida de parlamentares, ministros de tribunais superiores, promotores, juízes e militares, que são muito bem remunerados e gozam de conhecidos privilégios, tais como auxílio saúde, auxílio moradia, auxílio alimentação, verbas de gabinete, entre outros. Então, para quem se destina os tais cargos típicos de estado, particularmente no contexto do Poder Executivo? A resposta é muito fácil de ser encontrada: aos burocratas de carreira sempre dispostos a servir e a se articular com o poder constituído. Esses grupos, que outrora pertenceram ao ciclo de gestão do tucanato, devem digladiar-se como fazem as corporações para ser categorizados nos referidos cargos, tendo em vista que essa definição dependerá de projeto de lei, que provavelmente será redigido pelos próprios interessados. Essa parcela da burocracia tem um instinto de sobrevivência aguçado e sempre busca uma brecha para manter-se na estrutura administrativa como categoria de servidores públicos diferenciados. As consequências desagradáveis da reforma, que envolvem a precarização das relações de trabalho e o aumento da vulnerabilidade das organizações públicas – por intermédio da qual é possível a intromissão de interesses privados, corporativos e partidários –, fica para o restante dos servidores públicos, ou seja, para quem não usa o terno e a gravata e faz de fato a máquina se mover. Os serviços públicos na terra de Macunaíma têm os seus problemas e, além do uso permissivo do patrimonialismo e da má destinação dos recursos públicos, há as deficiências gerenciais. Não surpreende que parte considerável dos postos de comando ou de assessoria abriguem essas castas e grupos corporativos. Para essa gente é mais importante ganhar muito bem, viajar bastante para o exterior e fazer propaganda de modelos de gestão estrangeiros ou do setor empresarial privado. Esses sujeitos são incapazes de gerar soluções autônomas ou de conceber sua própria realidade por intermédio de uma inteligente redução sociológica. Encarar a realidade e as necessidades da sociedade brasileira, principalmente dos segmentos mais vulneráveis, é algo que fica no último plano, quando conseguem enxergar esse último plano. Não requer lição de sociologia sofisticada a constatação de que a burocracia é estratificada e reproduz em sua estrutura as mesmas diferenças sociais que predominam no sistema social. Por essa razão, não é fora da curva a percepção de que a burocracia pública

reúne, em quantidade predominante no topo da pirâmide, sujeitos provenientes dos segmentos mais privilegiados dos estratos medianos da sociedade. Eles têm as condições favoráveis para estudar e enfrentar os concursos de entrada no serviço público, o que geralmente fazem antes de experimentar algo mais na vida, além da formação acadêmica e do estudo de línguas estrangeiras custeado por seus genitores. Não é falsa, portanto, a percepção de que são pessoas com valores pequeno burgueses, geralmente de caráter autoritário e com pouca inclinação para enxergar o mundo além das viseiras afirmativas do *status quo*. Eis aí os guardiões das políticas governamentais, sobretudo daquelas que afetam a própria dinâmica da máquina administrativa. Escondidos atrás do discurso de que são servidores de Estado, que devem servir imparcialmente aos governos eleitos e executarem suas agendas, esses grupos de seres mimetizados e inspirados por valores tecnocráticos se adequam às engrenagens do poder na defesa de seus interesses corporativos. Hoje, é provável que os segmentos da burocracia que abraçam as reformas, e até mesmo trabalhem para que elas se concretizem, estejam se regozijando frente a possibilidade de se refugiarem como membros dos cargos típicos de Estado, e na alegria do status preservado se esqueçam dos verdadeiros propósitos das reformas, que vão e que vêm na terra de Macunaíma. Longe de modernizar o Estado, em verdade, as famigeradas reformas constituem, na maior parte das vezes, instrumentos para garantir situações favoráveis à voracidade das elites plutocráticas. As atuais reformas vêm no embalo do neoliberalismo e principalmente da pressão dos setores do mercado obcecados por desregulamentação e privatização dos bens públicos. A burocracia pública tupiniquim vocacionada à tecnocracia não quer saber se isso é bom ou mau para a maior parte dos brasileiros. Ela apenas toma assento no trem do terror e segue em frente, segura de que passa incólume e de que chegará no final do túnel sã e salva. Talvez seja necessário que alguém diga aos que se intitulam a elite do setor público – àqueles que em breve estarão brigando com unhas e dentes pela tipicidade de suas carreiras -, que talvez amanhã sequer exista algo que possa ser considerado típico de um Estado. É provável que percebam muito tarde que não são imprescindíveis e que também não são invulneráveis.

Desnorteados e Energúmenos

03 de outubro de 2020

“Atento às conveniências, o Coronel evitava falar em luta armada, referir-se a tiroteios, tocaias, encontros sangrentos com mortos e feridos. Por mais renhida fosse a desavença, para designá-la utilizava palavra que lhe parecia mais civilizada, menos violenta: política”.

(Tocaia Grande – Jorge Amado)

Vivemos hoje desnorteados entre energúmenos, terraplanistas, negacionistas e fundamentalistas delirantes. O pesadelo parece ter tomado conta do nosso cotidiano. Para alguns o fenômeno é abrangente e consequentemente mundial. Para outros pode ser mundial, mas é evidentemente mais tenebroso em terra brasileira. Além do medo provocado pela Covid-19, estamos prestes a adquirir a síndrome do pânico ou enlouquecermos durante a quarentena entre quatro paredes. A jaula não aprisiona só os corpos, mas também os espíritos ou a capacidade de raciocinar com clareza e de forma inteligente. Ler as notícias do dia tornou-se uma tortura: abundam notícias ruins. A sensação de impotência aumenta de forma assustadora frente a constatação de que o xerife está morto e de que os homens maus tomaram conta da cidade. Tem-se a convicção de que as ideias estão fora do lugar: total distopia. Por que estamos assim? Há diversas razões e a mais significativa pode ser atribuída, certamente, ao fundamento mais marcante da desigualdade econômica e social do país. Refiro-me especificamente ao passado escravocrata e ao quanto essa estrutura marcou o imaginário, os hábitos e os valores na sociedade brasileira. Portanto, para além dos fatores de ordem econômica contemporâneos e das ciladas tenebrosas do neocolonialismo norte-americano (mais sofisticadas com as suas guerras híbridas), talvez seja profícuo ainda observar o cotidiano dos viventes. Além dos estudos dos cientistas sociais, uma outra fonte de informações muito rica, que foge aos padrões acadêmicos, é a literatura. As obras são inúmeras, porque alvissareira é a expressão artística na terra de Macunaíma, o que de certa forma apazigua, mas não redime, as carências em outros vastos campos. É certamente injusto fazer seleções muito reduzidas, mas na impossibilidade de citar todos, seleciono arbitrariamente aqueles que muito me apeteçam: Machado de Assis, Lima Barreto, Jorge Amado e Dalton Trevisan. Não desejo metê-los na mesma sacola: é óbvio que são autores de épocas distintas, de diferentes estilos e com experiências sociais e históricas singulares. De qualquer forma, a despeito das distâncias, eu ousaria dizer que esses escritores transpõem épocas e quase de forma metafísica conseguem alcançar a natureza primacial dos que vivem na terra brasilis. Eu particularmente me delicio com a sagacidade elegante de Machado na

crítica social e dos costumes, com a ironia explícita de Lima Barreto em relação aos nossos pequenos e grandes vícios - na vida cotidiana, no exercício das funções públicas e na vida política -, com o dualismo existencial entre a concupiscência e a vida regrada na Dona Flor de Jorge Amado e, sobretudo, com a realidade corrompida e brutal vivida pelas personagens de Dalton Trevisan. Pois os tempos de agora me trouxeram à lembrança, em medidas diferentes, as narrativas desses autores. Lembrei-me especialmente dos contos de Dalton Trevisan, que sempre me fazem refletir sobre o dilema da responsabilidade, da tensão entre a dedicação, a débil solidariedade e a indiferença, que é exposta de forma crua, por exemplo, em uma narrativa tão breve como a morte de Dario (Uma Vela para Dario). Na estória de Dario, o que encontramos é mais que o registro de uma fatalidade, é um retrato do comportamento social dos viventes, dos transeuntes e dos espectadores na terra de Macunaíma. É como se o escritor fotografasse uma cena deplorável, que transcorre em direção à banalização. A agonia de Dario ocupa duas longas horas em um espaço público, enquanto seu corpo é, gradativamente, despojado de seus pertences: dos sapatos à aliança de ouro. É significativo o fato de que resta ao cadáver de Dario o ato singelo de uma vela acesa por um menino de cor, mas que se apaga com as gotas de uma chuva melancólica. Penso na figura agonizante de Dario e percebo que, talvez hoje, a situação de sua morte seria muito mais trágica. Por quê? A terra de Macunaíma vive o auge de sua falta de solidariedade e de seu individualismo destrutivo, que abrem espaço para a exposição dos néscios, dos narcisistas, dos preconceituosos e dos fundamentalistas de visão tacanha. O discurso de ódio, a demagogia religiosa, a manifestação dos preconceitos e a negação da verdade talvez não sejam realmente exclusividades dessa terra, mas aqui florescem ultimamente como ervas daninhas em torno de um castelo assombrado. Não são ocorrências que possam ser explicadas somente pelos efeitos do capitalismo selvagem ou pela bestialidade das elites tupiniquins. É muito mais: é uma forma de ser configurada, no decorrer de decênios, por uma estrutura social baseada no **princípio da crueldade**, que rege os sistemas de escravidão e de destruição deliberada de seres humanos. Isso cabe sem exageros ao passado escravagista brasileiro, como também às guerras fratricidas e à violência como instrumento de dominação. Admitamos: onde reina o **princípio da crueldade**, reina a morte e o gozo da destruição. O reconhecimento do outro como elemento essencial da coexistência é algo impossível em uma sociedade com passado escravocrata em que o corpo, a alma e os sentimentos de seres humanos são reduzidos à propriedade de senhores e tiranos. A terra brasilis infelizmente não conseguiu engajar-se em um processo civilizatório e, em vários aspectos, mantém de forma resistente seus padrões de desigualdade e intolerância. Nunca superou os seus preconceitos e a arrogância gerada pela matriz patriarcalista da casa grande e senzala. As elites retrógradas, a população bestializada, assaltada em seus direitos básicos e impedida de ser adequadamente educada, é o reverso de tudo que se possa consagrar como o exercício da cidadania. Há uma relação dialógica entre aspectos econômicos e

culturais na terra de Macunaíma: a estrutura econômica concentradora e excludente retroalimenta padrões culturais que reforçam o *apartheid social* e vice-versa. A voracidade do agronegócio, a cultura do *country pop* e o atraso provinciano são ecos de um passado que nunca foi superado, mas acomodado às injunções da história. A falta de empatia e de reconhecimento do outro como um igual, se por muito tempo foi algo velado ou disfarçado por alusões jocosas, hoje se manifesta sem peias e sem escrúpulos em atos explícitos de violência. O país saca do seu âmago a vocação para o exercício da crueldade como virtude. Falta um sentimento maior de responsabilidade com a vida e com a existência comunitária. O individualismo predatório tupiniquim é responsável, em grande parte, pela indiferença em relação aos atos de destruição: destroem-se seres humanos, derrocam-se instituições e devasta-se a natureza. O passado escravocrata marcou com ferro e fogo a lógica de uma sociedade hierarquizada, preconceituosa, ignorante e pouco solidária, não obstante a predisposição para o drama ou para a teatralização das emoções e do sentimentalismo novelesco. Temos a mania de nos tocarmos, de nos abraçarmos, de nos alisarmos, mas pouco da empatia necessária para que possamos enxergar o outro como um igual e com *simpatia*. Por que simpatia? Essa palavra tem um sentido interessante, que transcende os atos subjetivos. Tem sua origem no grego, mais precisamente na junção de *syn* (junto) e *pathos* (sentimento), ou seja, traduz o sentimento do estar com os outros, que me parece essencial para a vida coletiva e para o exercício da democracia. Isso não significa que os brasileiros sejam insensíveis como pedras. Em verdade somos sujeitos muito passionais, mas somos profundamente deléveis: queimamos como fogo ardente e nos tornamos indiferentes após o arrebatamento. Alimentamos entre nós o hábito da palavra vã, das promessas que não se concretizam e da falta de preocupação com as consequências dos atos. Isso pode ser encontrado na vida privada, no espaço público, no exercício das falsas amizades, mas também nos discursos demagógicos e populistas dos pretensos homens de bem que atuam no cenário político. É exatamente aquilo que é dito em versos e prosa: a euforia integrativa do carnaval acaba na sexta-feira de cinzas. Foi pensando no quão importante são os conceitos de solidariedade e simpatia, que me veio à memória a personagem de Dario: um moribundo que é depenado quando mais precisa do *reconhecimento* (outra palavrinha importante!) de que é um ser humano em sofrimento. O conto de Trevisan é uma fotografia do cotidiano e um excelente estímulo à reflexão. Não pode haver futuro para uma sociedade que banaliza a morte e acha graça na dor infligida. É por isso que mais de 140.000 brasileiros mortos em uma pandemia não significam nada, assim como não significam nada crianças e adolescentes negros e pardos assassinados diariamente na beira de morros e nas ruas sinuosas das favelas. A terra de Macunaíma exalta a crueldade e banaliza a morte. Por esse caminho está destinada a não ser coisa alguma, além de pária aos olhos do mundo, porque não cabe vida social promissora e passível de reconhecimento onde impera a indiferença e a guerra de todos contra todos.

Crueldade (do latim *crudelitatem*): entre outros significados, ter prazer em causar dor, capacidade de provocar tragédias, perversidade, tirania e falta de clemência.

Manhas e Artimanhas

10 de outubro de 2020

Entre manhas e artimanhas, quem perde e quem ganha na terra de Macunaíma? Historicamente a terra brasilis tem como característica a concentração da riqueza. Os ricos brasileiros ganham muito e devolvem muito pouco à sociedade com a benção e proteção dos poderes constituídos. O normal nesta terra de capitalismo selvagem é concentrar os ganhos e socializar as perdas. A voracidade dos ricos e a garantia institucional de seus privilégios são, certamente, fatores que contribuem para o alargamento crescente do fosso entre os que possuem muito e os que possuem muito pouco ou quase nada. Os dados levantados pela Oxfam Brasil, em 2017, facilitam a compreensão desse fato:

“Em relação à renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional, e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%. Uma pessoa que recebe um salário mínimo mensal levaria quatro anos trabalhando para ganhar o mesmo que o 1% mais rico ganha em um mês, em média. Seriam necessários 19 anos de trabalho para equiparar um mês de renda média do 0,1% mais rico. Essa enorme concentração é fruto de um topo que ganha rendimentos muito altos, mas sobretudo de uma base enorme de brasileiros que ganha muito pouco”. (A Distância que nos Une: um Retrato das Desigualdades Brasileiras – Oxfam, 2017 – p.21).

Para conter o referido alargamento são necessárias reformas estruturais efetivas, mas, historicamente, essa é uma alternativa que apavora os segmentos das elites mais abastados. O discurso neoliberal centrado na ideia de que a pobreza não decorre de fatores estruturais, mas do estilo de vida e das atitudes dos próprios pobres, tem sido o mantra desses segmentos ⁽¹⁾. A questão da pobreza é reduzida à pressuposta tibieza dos pobres, que se recusariam intencionalmente a abraçar os princípios da meritocracia de mercado ou do famigerado empreendedorismo. A culpa é atribuída à vítima de acordo com a lógica da naturalização das desigualdades e das injustiças. O pobre é penalizado por ser pobre e as iniciativas da adoção de políticas distributivas e inclusivas são combatidas e concretamente impedidas pela ação de parlamentares e dirigentes

governamentais alinhados com a agenda da burguesia tupiniquim (ainda que seja forçado admitir a existência de uma burguesia de fato). Exemplo desse tipo de ocorrência pode ser encontrado na política do Teto de Gastos. No embalo da cantilena dos vorazes capitalistas da terra de Macunaíma, entre eles muitos sócios do capital transnacional, foi instituída em 2016 a famigerada PEC 241, vulgarmente conhecida como PEC do Teto de Gastos. Os parlamentares tupiniquins estabeleceram, por 53 votos a favor e 16 contrários, limites para os gastos do governo federal, inclusive nas áreas de saúde e educação, durante 20 anos a partir de 2017. É interessante observar que a medida é adotada quando os movimentos da direita e da extrema direita se conformam na retomada do poder. Em nome da esgarçada contenção de gastos e da manutenção do equilíbrio fiscal limitaram a capacidade de investimentos públicos em uma sociedade de renda concentrada e grande desigualdade social, ou seja, em um país que não pode prescindir desses investimentos caso queira romper com a expansão dos níveis de pobreza. A adoção do teto seria contraditória, se não fosse maquiavelicamente intencional, quando se observa que ela não se coaduna com a precariedade dos indicadores sociais. Dados da Pnad do IBGE permitem constatar que o índice de pobreza no país aumentou 11,2% entre os anos de 2016 e 2017, ou seja, a pobreza na terra brasiliis passou de 25,7% para 26,5% da população nesse período. Em 2019, a pobreza extrema atingiu cerca de 13,2 milhões de brasileiros, de acordo com dados do Cadastro Único do Ministério da Cidadania ⁽²⁾. O mesmo IBGE registrava que, em 2018, o país de Macunaíma ainda contava com 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Por fim, de acordo com dados divulgados pela FAO, a situação de insegurança alimentar cresceu no período de 2017 a 2019 no país, atingindo a marca de 43,1 milhões de pessoas ⁽³⁾. Frente a esses números, o tal teto é, indiscutivelmente, um disparate. Também é constrangedora a evidência de que o país possui uma carga tributária escorchantes, mas os mais ricos conseguem se manter em uma redoma de incolumidade. O mesmo Estado que é capaz de empreender reformas – a exemplo da trabalhista e da previdenciária -, que eliminam direitos e precarizam a situação dos trabalhadores, é propositalmente incompetente para tributar lucros, dividendos, fortunas e heranças. A voracidade do capitalismo selvagem tupiniquim é indiscutivelmente burra. Além de se escudarem no Estado para manter as suas regalias, ainda que demonizem esse aparato quando conveniente, os falsos empreendedores e os rentistas tupiniquins, que se dizem capitalistas, mas não gostam de enfrentar riscos, esmagam a lógica do próprio mercado, que tem entre os seus pressupostos a existência de produtores, mas também de consumidores. Não se importam com o fortalecimento de um mercado interno ou com a expansão de estratos sociais com capacidade para o consumo. Há apenas uma ideia fixa: concentrar cada vez mais o capital e explorar os recursos disponíveis até a exaustão. Os ricos tupiniquins são como saúvas que devastam campos. O sentido é literal no caso do agronegócio. Não se importam com o que virá depois, porque há sempre a possibilidade de migração para um outro lugar, onde de

preferência não se fale o português e onde possam desfrutar os ganhos de suas tenebrosas transações. O resto é resto e o bagaço se joga fora.

(1) Anthony Giddens & Philip W. Sutton. Conceitos Essenciais da Sociologia. 2ed. São Paulo. Editora Unesp, 2017 (e-Book: Verbete Pobreza - posição 3182).

(2) Miséria extrema no país cresce e atinge 13,2 milhões de brasileiros. Correio Braziliense, 14/08/2019.

(3) <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/13/onu-inseguranca-alimentar-aumenta-no-brasil-e-atinge-43-milhoes-de-pessoas.htm> - Consultado em 09/10/2020.

O Obscurantismo

08 de novembro de 2020

O obscurantismo é uma falsa percepção da realidade, que se amplifica com a ignorância ^[1], e pode ser eficaz instrumento de dominação. Pode-se admitir que se torna instrumento político útil em muitas ordens sociais em que predominam os privilégios de plutocracias e o exercício autoritário do poder. Diz-se que a Idade Média foi a Era da Escuridão em oposição ao Iluminismo dos séculos XVII e XVIII, visão obviamente equivocada, mas com certo grau de razão, quando admitimos que as sociedades europeias entre os séculos V e XV foram regidas pelo poder de uma nobreza senhorial e feudalista legitimada, de forma muito significativa, pelo poder simbólico da Igreja, pela sacralidade dos monarcas e pelas fantasias de uma compensação edênica para os extorquidos: controle e inércia elevadas a mais alta potência. Não se pode dizer que a Idade Média foi apenas uma era de atrasos e improdutividade, sem incorrer em leituras distorcidas da história, mas não há como negar que o obscurantismo serviu de forma muito adequada à dominação e manutenção das relações de vassalagem durante o medievo. O que a história pode nos ensinar, de uma forma muito didática, é o reconhecimento de que a ignorância de fato não se restringe ao passado da humanidade nem foi eliminada com a chegada da Era das Luzes: ela perpassa séculos e pode ser tão útil à dominação hoje como foi ontem. A falta de compreensão e a aquisição de raciocínios elaborados sobre o mundo (a capacidade de refletir sobre os fatos), e sobre as próprias percepções, não é algo estranho à evolução humana. É provável que não seja tão incomum nos encontrarmos, em muitos momentos da história e de nossas vidas privadas, ainda que arrodados da mais sofisticada tecnologia, presos na caverna e iludidos pelas sombras a que se referia o ateniense Platão em sua República. Em verdade, a alternância entre a ignorância e a aquisição do conhecimento parece constituir um movimento natural de evolução da espécie, que, teoricamente, encontrar-se-ia sujeita a novos e constantes aprendizados. O que torna esse movimento problemático é a somatória da ignorância com o exercício do poder. Por quê? Porque a ignorância e a incultura persistem sempre que temos pela frente o desconhecido e o inusitado e, nessas circunstâncias, há sempre a possibilidade de que possam ser

instrumentalizadas em função das relações de dominação ou de manutenção do *status quo*. Parece ser razoável o argumento de que essas relações não se esgotam no uso da força bruta, nas relações de posse e exploração econômicas, mas, como aponta acertadamente o sociólogo Pierre Bourdieu, corporificam-se também nas diversas formas de violência simbólica. Essa é uma condição muito favorável às práticas da dominação em que o poder não só interdita a expressão cultural legítima, como também faz uso das ilusões, das falsas verdades (ou das conhecidas *fakes news*) e da tacanhez como instrumentos de reprodução e perpetuação das instituições dominantes (mudar para não mudar como diria Lampedusa). Esse fenômeno está na base do conformismo ou da resignação política e serve também para explicar, ainda que em parte, o retorno de bizarrices como a condenação do poder imunológico das vacinas e a mais nova expressão de repúdio às máscaras higiênicas em meio a uma pandemia letal e em pleno século XXI. Embora tais esquesitices possam ser ideologicamente defendidas por fundamentalistas histéricos em muitos lugares do mundo (e destacadamente nos EUA), na malfadada terra de Macunaíma a ocorrência parece não se restringir aos transtornos do neopentecostalismo radical. Fosse assim não seria tão expressivo em um país de tradição católica. Os brasileiros comuns, semialfabetizados e muito influenciados pelas mídias globais ideologicamente orientadas, sem o suporte das campanhas públicas sérias e esclarecedoras (o Estado encontra-se longe do ideal da laicidade no Brasil)^[2], sem acesso aos bens culturais esclarecedores e aos benefícios da educação, não estão apenas se entregando gratuitamente à morte provocada pelo coronavírus: estão deixando de imunizar suas crianças e gerando o risco de assistirmos, em futuro muito breve, a formação de uma geração de acometidos pelo sarampo, pela poliomielite, pela catapora, pela caxumba, pela rubéola, pela tuberculose e pelas inúmeras viroses letais que podem surgir depois da onda recente das síndromes respiratórias graves. É um retrocesso maluco e estonteante: há pouco mais de 25 anos, de acordo com informações da Agência Einstein^[3], a OMS anunciava a erradicação da poliomielite no Brasil e durante quatro décadas de vacinação, o Brasil reduziu a percentuais insignificantes o índice de uma doença maligna, que sujeita crianças a passar o resto da vida em cadeiras de rodas ou apoiadas em muletas. Com o avanço da bestialidade na terra de Macunaíma esse fantasma retorna sorrateiramente, esgueirando-se como sombra escura pelos muros dos subúrbios e becos de favelas ignoradas pelo poder público. Neste triste ano de 2020, que certamente ficará na história entre os piores já vividos pela humanidade, o avanço da poliomielite na infame terra de Macunaíma cresce frente à falta da adesão à vacinação. O último ano em que a cobertura da vacina atingiu 95% da população vulnerável foi 2015. De lá para cá, em sintonia com o atraso e a bestialização tupiniquim, que se percebe com mais clareza no universo político, o número de crianças imunizadas vem se reduzindo em percentuais muito inferiores aos 90% pretendidos. De acordo com a referida Agência, até o dia 30 de outubro de 2020, menos de 70% das crianças brasileiras haviam sido vacinadas. Os pais incultos e

adestrados pelos reios do neofascismo tupiniquim, que recebe o reforço de religiosos insólitos, repudiam a vacina colocando em seu lugar o poder das quimeras divinas ao ponto de aceitar, com a mais estranha naturalidade, que seus filhos possam ir, na melhor das hipóteses, para os braços de uma estranha entidade sobrenatural, um deus impiedoso, vingativo e cruel que prefere ver seus eleitos se contorcendo em dores ou sepultados em covas rasas. Que país louco é este? Que gente bizarra é esta? Essas são perguntas que atormentam os que ainda conseguem manter a sanidade mental e que ainda são capazes de se aterrorizarem com os adventos de novas desgraças e infortúnios, que se avizinham de forma impetuosa: não é mera premonição, é a realidade crua que bate em nossas frágeis portas. A falta da prevenção associada ao crescimento da pobreza é a certeza de um quadro dantesco. A plutocracia tupiniquim rude e preconceituosa torce pela terra arrasada e pelo império obtuso das leis de mercado: a ideia principal é ter o patrimônio público como butim, os recursos naturais exauridos e a maioria da população completamente desassistida. O projeto neofascista tupiniquim, patrocinado por essa plutocracia e sustentado por setores conservadores dos estratos medianos – entre os quais incluem-se militares, policiais, juízes, promotores e outros segmentos da administração pública -, com a ajuda ou não do fundamentalismo neopentecostal, almeja fortemente o estado irracional da guerra de todos contra todos (a inexistência do Estado como diria Hobbes) ou o exercício da crueldade como a via mais curta para o enriquecimento fácil, ainda que ilícita e desonrante. Ricos, pretendentes à pujança, políticos, militares e burocratas na terra brasilis encenam a ópera do terror e vivem de forma narcísica, bestial e niilista o presente como se não houvesse o amanhã. Nessa trilha de dominação e destruição semeiam o obscurantismo e conduzem como manada os infelizes bestializados. A perda da inteligência e da criatividade talvez sejam as piores ocorrências que podem acometer uma sociedade. A manada empurrada para o precipício por instinto segue em frente e, da mesma forma, o povo conduzido como gado não consegue sentir o cheiro da morte. Reitera a retórica horrorosa dos consultores empresariais e de seus asseclas, que exalam naftalina por todos os poros, repetindo o adágio falacioso de que momentos de crise são também momentos de oportunidades. Porém o que assistimos na terra de Macunaíma é a progressão de crises que se alongam através dos tempos e que tende, de forma angustiante, a se perpetuar por anos a fio. O ano de 2020, pode-se dizer, parece ser o *coup de maître* de Mefistófeles na terra brasilis. Arrastando-se sofregamente, a América Latina busca sair do inferno dos governos de direita e de extrema direita, ao passo que os descendentes de Macunaíma, por livre e espontânea vontade, parecem jogar todas as fichas no pior, no que é doentio e destrutivo, como caminho da salvação. O sentimento que se tem é o de um bando de cegos amortecidos pela crença no renascimento a partir da destruição (tipicamente sadomasoquista), sentimento esse que combina bem com a versão apocalítica dos fundamentalistas e dos fanáticos neopentecostais (excetuando-se os falsos profetas nas figuras de pastores

espertos e fanfarrões): a destruição da natureza, o embotamento dos sentidos, a contorção das virtudes e da esperança construtiva em prol de um suposto paraíso no além. Os energúmenos estão destruindo o país, ainda que tentem contraditoriamente, de forma individualista e mesquinha, salvar as suas famílias e a própria pele mantendo privilégios, a defesa corporativa de interesses e a prática deliberada das crueldades. Eles optaram por destruir o país fazendo louvações às práticas da necrofilia em detrimento dos benefícios da biofilia. O Brasil é hoje o cenário de um capítulo de Jogos Mortais, onde no final desesperados se automutilam e se devoram na busca irracional da sobrevivência, que os conduz paradoxalmente à inexistência (a luta pela chave libertadora que se evidencia na própria morte). O país deseja ser pária no mundo como um primeiro passo para não ser sequer um pontinho nos mapas. Estranha opção ideológica pelo não ser, pela negação do reconhecimento e do protagonismo histórico. Dessa forma, este triste país, onde por acaso nasci e que me faz doer a alma, caminha a passos largos para se tornar um caso de horror, uma terra tenebrosa que se tornará mote para assustar crianças que ainda possam acreditar no bicho-papão, no papa-gente, na cuca, no boitatá – a personificação do medo na cultura ibero-americana - ou divertir pessoas em torno de uma fogueira em uma noite fria de inverno.

Que pena sinto de ti minha patriazinha, que pena sinto de mim mesmo por carregá-la cá dentro, entranhada em minha carne e tão envolta em meu espírito. Desejo com todas as forças, do pouco que resta de esperança, que possas te libertar do obscurantismo, dos maus homens que a assaltaram e da crueldade que nos é imposta como princípio existencial e como base da indiferença à morte e à destruição. Essa é a súplica que resta a um ateu para ser exortada a cada noite, ao fechar os olhos, e a cada aurora em que se é despertado pela claridade do sol. Talvez isso possa me manter lúcido ou, pelos menos, com a suficiente clarividência dos que ainda não sucumbiram à total insensatez.

[1] Poderíamos dizer, dispensando a complexidade do conceito, com a ausência ou desprezo à razão.

[2] Há pouco tempo, em prédios públicos, não era incomum encontrarmos crucifixos pendurados nas paredes na forte lembrança de nossas heranças apostólicas romanas.

[3] www.agenciaeinsten.com.br

Racismo Estrutural

25 de novembro de 2020

A terra de Macunaíma é a antítese de qualquer *wonderland* (para manter a mania de nosso anglicismo). Em verdade, sejamos razoáveis, esse tipo de coisa só existe em sonhos e, de forma generosa, em contos de fada. Entretanto, se deuses existissem, até que poderiam ser mais generosos com os destinos dessa terra de ditadores, jagunços, fazendeiros transloucados, delinquentes garantidos pela benevolência dos xerifes, corruptos incorrigíveis, imprensa descompromissada com a verdade, oligarcas autistas e setores medianos esquizofrênicos. Justamente por não existirem, é permitida a monstruosidade brasileira, sem peias e sem remorsos. O mar de lama subterrâneo, sufocado pela esperança do civilismo falido, que se tornou agora eruptivo e magnânimo (poderia também ser vulcânico), tem jorrado e exposto a céu aberto a podridão deste triste torrão, a sua verdadeira identidade de mundo-pântano. Em meio à crueldade institucionalizada, as bestas do apocalipse tupiniquim resolveram abater, como se abatiam seres humanos no regime do *apartheid* sul-africano, negros e pardos (palavrinha politicamente correta para evitar a sinonímia animalesca do mulato que éramos até ontem). Os africanos abatiam crianças negras perseguindo-as com jipes e rifles engatilhados, ao passo que os pretorianos tupiniquins o fazem com os punhos e com os coturnos, dentro de favelas, nas margens das cidades e, agora como moda, dentro da *disneylândia* dos *shoppings*, preparados especialmente para os estratos medianos brancos, com seus *layouts* tão universais quanto o padrão do *fast food* macdonaldiano. O lance da moda neste momento é comprimir traqueias e arrebentar cabeça de negros em *shoppings* e lojas com logos globalizadas. Triste sina de uma terra de hábitos medonhos que, em pleno século XXI, não conseguiu superar o seu momento histórico das senzalas, das correntes e dos açoites. Não conseguiu superar porque esses símbolos da maldade e do sadismo estão entranhados na própria identidade distorcida de um povo mimético. Porém, não é correto admitir, como muitos gostariam, que o país de Macunaíma embevecido pelo desejo ardente de ser os EUA esteja copiando insanamente a tragédia do negro George Lloyd, executado por uma prática de sufocamento, que se generaliza em substituição aos antigos rituais de enforcamento da Ku Klux Klan. As maldades tupiniquins são originárias ou se preferir são da terra. Os oligarcas cruéis da casa grande, as senzalas subumanas e os capitães do mato são coisas daqui, pertencem à história dessas capitânias. O mais enlouquecedor para muitos modernistas, que buscam soluções além de uma antropologia arrogantemente tratada como superada, é que a terra de Macunaíma persiste em ser o que é: uma sociedade hierarquizada, desigual e avessa à solidariedade suficientemente forte e estável para sustentar um conceito de pátria ou nação. Dirão os críticos: isso é anacronismo, o conceito de nação foi solapado pela globalização. Pode ser, mas não consigo conceber

os norte-americanos, franceses ou ingleses declarando abertamente, aos quatro cantos do universo e com muito orgulho, o desejo intransigente de ser pária no mundo. Os republicanos norte-americanos se abraçam com o etnocentrismo do *American First*, mas os democratas não deixam por menos e levantam o seu slogan do *Buy American*. Talvez o conceito de nação tenha ido para o beleléu de acordo com os economistas que enxergam apenas o mercado e o gozo dos investimentos, mas qualquer caboclo, por mais bronco que seja, pressentirá que o nacionalismo econômico continua muito vivo, bem como o desejo de muitas sociedades de ser império, assim como foram os romanos na antiguidade e os ingleses há algumas centenas de anos. Mas voltemos à terra de Macunaíma e ao seu racismo estrutural, à sua bestialidade já tão estudada, discutida, mas nunca superada. A execução do negro João Alberto nas dependências de um supermercado globalizado em Porto Alegre, sem motivo aparente, sem julgamento, sem o direito à defesa, mas filmado por uma gerente do conhecido estabelecimento como se o ato fosse a prática mais regular da boa administração é o estertor de uma sociedade carcomida pela imoralidade e pela truculência do fascismo (que contraditoriamente se veste de preto para impor o medo ou talvez simbolizar a própria obscuridade), que agora escancara a sua crueldade: já não é mais suficiente desaparecer com negros e pardos pobres em favelas, em boqueirões ou no interior de fétidos cárceres. O racismo avança sobre aqueles que, a duras penas, conseguem chegar às cercanias dos estratos medianos. Os pobres são esmagados fora desses círculos porque é interdita a possibilidade de ir a um *shopping* ou aos grandes supermercados, por uma simples razão econômica, mas para aqueles que ousam ter algum poder de consumo, logo ali na porta há um segurança (em trajes pretos) pronto para fazer valer as regras de um racismo, que já não alimenta ou tolera às leis do branqueamento da falsa democracia racial brasileira. As expressões do preconceito são hoje desavergonhadas ou parecem sentir-se legitimadas, principalmente quando não há instituições judiciais solidamente democráticas para condená-las: juristas e juízes também podem ser abertamente racistas. A chegada da extrema direita ao poder na terra de Macunaíma pode ter acelerado esse processo, mas não acredito que ele seja resultado exclusivo dessa tragédia política. O racismo, a delinquência de colarinho branco, a beligerância miliciana já estavam aí há muito tempo (lembra-se dos esquadrões da morte?). Ele era apenas sutilizado por intermédio do jeitinho jocoso e hipócrita dos brasileiros: piadas, soslaio, sutis distanciamentos físicos e inúmeras outras práticas confundidas com civilidade e boa educação. Eu posso dar o meu próprio testemunho: sou um pardo, um mulato, um mestiço ou, como diria um geneticista, o produto genético da interação sexual de uma branca com um negro. Há muitos anos, ainda na escola primária como se dizia, a gozação estava lá em meio às brincadeiras infantis. Hoje, graças ao anglicismo e o desejo tupiniquim de abandonar o português, isso passou a ser denominado como *bullying*. Na adolescência, os olhares de esguelha dos vendedores nas lojas e, já no trabalho precoce, correndo a cidade como auxiliar de escritório (*office-boy* de acordo com o anglicismo

renitente), o impedimento de entrar em elevadores ou a sutil cobrança de ter os cabelos anelados e crespos cortados e, se possível, engraxados com brilhantina para forçar a obediência do cabelo liso, presumidamente, inabalável frente às forças da natureza. Na juventude veio a universidade pública, conquistada com muito esforço e suor, e com ela os subsídios para a moradia, para a alimentação para a sobrevivência acadêmica marcada na cor de um rosa pálido na carteirinha de estudante. A marca do aluno carente concedida em parte significativa aos alunos pardos de origens sociais precárias. Os negros quase inexistentes, em sua grande maioria africanos em trajes típicos, como recurso de distinção e afastamentos dos que eram da terra. Por que isso? Disseram-me que assim eram mais bem tratados. Coisas da terra de Macunaíma, onde ser estrangeiro pode ser um grande privilégio, ainda que um estrangeiro negro. A experiência não é boa, mas a ironia é que a gente não entende o que está acontecendo, até descobrir o que é a discriminação e a razão de ser obrigado a entrar pela porta de serviços. A escola de minha infância iludia muito e o livro didático pregava a harmonia racial, que, depois de algum tempo, percebi não se sustentar além das narrativas fantásticas. Em verdade, o racismo estrutural é tão arraigado e a sociedade tupiniquim tão cheia de trejeitos, que o preconceito só é percebido quando ele nos atinge de forma cruel, ou seja, quando ele arrebenta com a nossa autoestima ou no extremo nos retira o direito à vida, assim como foi feito com João Alberto e com tantos outros, que não aparecem nas manchetes dos jornais.

A Estranha Cabeça do Brasileiro

30 de novembro de 2020

O que ocorre na cabeça do brasileiro? Difícil saber, até mesmo porque não há um brasileiro, há vários brasileiros e, entre eles, muitos poucos com o sentimento de pertencimento a alguma coisa que se possa definir como pátria ou sociedade nacional. Eu ainda comungo com a tese, repudiada por alguns cientistas sociais, de que brasileiro só se enxerga como membro de uma coletividade em se tratando de torcidas de times de futebol ou de escolas de samba (agora também como membros de congregações pentecostais). Talvez, atualmente, até esse sentimento esteja desaparecendo, tendo em vista a degeneração de alguns traços culturais causada pelo acultramento, pela indústria cultural e também pelo espraçamento da cultura *pop country* (que troca os estádios pelas arenas de rodeios). No entanto, creio que a tese ainda tem validade, principalmente quando me atormento nos domingos à tarde com a gritaria e fogos de artifício soltos, ilegalmente e desrespeitosamente, dentro do condomínio onde moro. Gritos pré-históricos harmonizados com vuvuzelas e muitos xingamentos guturais desinibidos pelo poder do álcool, combinam com danças de trogloditas no êxtase das vitórias e das derrotas. O brasileiro pode ser, portanto, qualquer coisa e, inegavelmente,

Distribuição de Municípios por Legenda Partidária		
Legenda	Municípios	(%)
MDB	784	14,35%
PP	685	12,54%
PSD	654	11,97%
PSDB	520	9,52%
DEM	464	8,49%
PL	345	6,32%
PDT	314	5,75%
PSB	252	4,61%
PTB	212	3,88%
Republicanos	211	3,86%
PT	183	3,35%
Cidadania	139	2,54%
PSC	116	2,12%
Podemos	102	1,87%
SD	94	1,72%
PSL	90	1,65%
Avante	82	1,50%
Patriota	49	0,90%
PV	47	0,86%
PCdoB	46	0,84%
PROS	41	0,75%
PMN	13	0,24%
PRTB	6	0,11%
Rede	5	0,09%
PSOL	5	0,09%
PMB	1	0,02%
DC	1	0,02%
PTC	1	0,02%
Novo	1	0,02%
UP	0	0,00%
PCO	0	0,00%
PCB	0	0,00%
PSTU	0	0,00%
Total	5463	100,00%

Fonte: Planilha Montada com Base em Dados do TSE

um hedonista que beira as raiais do sadomasoquismo. Porém um hedonista extremamente conservador (tudo é permitido desde que não seja à luz do dia), quando a questão envolve costumes e agenda política. Os resultados das últimas eleições municipais é um forte indicativo desse estranho perfil. Ao contrário de parte dos analistas políticos e da mídia tradicional, eu reputo muita importância às eleições municipais e não defendo o ponto de vista de que elas impactam muito pouco as eleições para o governo federal. Do meu ponto de vista, é nas cidades que se faz a política real, aquela que afeta diretamente as pessoas, além de revelarem como realmente o eleitorado se comporta em

termos ideológicos e em relação aos interesses subjetivos e/ou objetivos que defendem. Mantendo-se o olhar não apaixonado sobre os números finais do processo eleitoral o que desponta? O que sobressai obviamente é o famoso e venal Centrão com 46% das prefeituras. Esse número somado aos partidos da direita liberal – PSDB, MDB e DEM – atinge o valor aproximado de 78% das prefeituras do país. Os mais otimistas podem dizer que o bolsonarismo pode ter sido o grande perdedor, mas isso não é necessariamente verdadeiro: o Centrão, embora volátil, se encontra no momento agarrado às pernas do Governo federal (como sempre faz quando há algo a ganhar). O que é muito evidente: o bolsonarismo, ao contrário do que deseja insinuar a imprensa hegemônica, não foi escanteado pela política de centro, mas interiorizou-se por intermédio dos partidos mais fisiológicos e clientelistas. Isso é algo bastante preocupante para o cenário eleitoral em 2022. Os números referentes às esquerdas e às centro-esquerdas – considerando-se apenas os partidos mais expressivos tais como PT, PSOL, PDT, PSB, PCdoB e Rede – não foram além de aproximadamente 15% das prefeituras. Conclusão: ainda que o PSOL tenha adquirido expressão significativa em uma capital como São Paulo, as esquerdas sofreram uma derrota acachapante em

território nacional. O que resta, portanto, para 2022? Parece-me que o inevitável confronto entre o bolsonarismo, na figura do atual Presidente da República, e um candidato da direita, que provavelmente será João Dória. Dirá novamente o otimista: que bom, conseguiremos vencer o fascismo. Talvez, mas certamente não teremos evitado as políticas neoliberais, que valem para fascistas e também para a direita tupiniquim. Em suma, a concentração de renda permanecerá (e pode até aumentar), a dilapidação do patrimônio público continuará (certamente as privatizações serão ampliadas) e as políticas de arrocho continuarão incidindo sem dó sobre os segmentos mais pobres da população (permanecerá a austeridade na defesa do teto de gastos e do equilíbrio fiscal). Isso não é loucura. Basta verificar como se comporta o DEM no parlamento quando se trata de aprovar medidas de reformas neoliberais do atual Governo federal. O apoio tem sido irrestrito, principalmente da Presidência da Câmara, e um bom exemplo é a recente Reforma Previdenciária encaminhada pelo Poder Executivo. Do meu ponto de vista, excetuando-se alguns aspectos da agenda dos costumes, não há grande distância entre a direita brasileira e a extrema direita, principalmente no que se refere às questões de natureza econômica. Esses grupos reúnem membros e representantes das elites plutocráticas da terra de Macunaíma e eles sabem como e quando se unir para a defesa de seus interesses. Parece-me muito claro que o bolsonarismo lutará para manter a aliança com o Centrão, porque precisará de um partido frente ao fracasso da fundação de uma legenda própria. Mas voltemos à cabeça do brasileiro... Por que os conterrâneos de Macunaíma insistem em se auto infligir sofrimentos descabidos? Por que olham para os seus algozes como se sofressem de uma imbatível síndrome de Estocolmo? Muitos dirão que a culpa é da falta de educação, da alienação, da leitura equivocada do mundo e da vida reduzida aos valores do mercado ou até mesmo do cinismo. Eu realmente já não tenho hipóteses ou ideias elaboradas para entender o povo brasileiro e seu comportamento político conservador. Talvez sejamos tudo o que somos em função do que percebo como o princípio da crueldade, nascido de uma estrutura escravocrata jamais superada e de uma vocação exacerbada para a falta de autoestima. Mas, então, o que resta depois dessas eleições municipais? Há alguma saída? Do meu ponto de vista, restam muita tristeza e descrença, mas também a esperança (a incansável esperança) na formação de uma grande, uma enorme frente de partidos progressistas e de movimentos sociais para forçar a constituição de pelo menos um parlamento mais progressista em 2022, ou seja, algo que faça o contrapeso ao que será instalado no Poder Executivo federal. Essa frente deve ter uma ambição que transcenda a mera conquista do poder presidencial, um poder tutelado pelo sistema de coalizão tupiniquim, e constituir-se em força crítica do quadro institucional, que padece dos vícios e dos valores distorcidos de uma sociedade patriarcalista, hierarquizada e preconceituosa. Caso a opção conservadora, vencedora nas eleições municipais de 2020, se repita nas próximas eleições nos níveis federal

(incluindo o Legislativo) e estadual, sem um contrapeso político, aí sim o prognóstico dilmista se concretizará: não restará pedra sobre pedra.

Vadios e Capoeiras

22 de dezembro de 2020

As leis são as expressões ideológicas mais palpáveis da superestrutura ou da fisiologia social de uma determinada ordem social. Por essa razão, é interessante observá-las e tê-las como um dos principais objetos para a compreensão sobre o que pensa e pratica uma sociedade em termos de valores, orientações morais e demais padrões sociais. Nesse sentido, o Decreto nº 897, de 11 de outubro de 1890, é uma peça muito emblemática. Para muitos especialistas, é a consagração da criminalização da cultura negra no Brasil, mas, eu iria mais adiante, admitindo-o como a declaração por escrito de um preceito que estabelece a pobreza como a condição potencial da criminalidade. Não é por mero acaso que o Capítulo XIII do referido decreto coloca em um mesmo grupo os vadios e os capoeiras. A relação entre a cor da pele e a situação econômica não é mera coincidência, porque é uma consequência histórica da forma em que se deu o processo de abolição da escravidão no país, ou seja, totalmente divorciada de qualquer medida que pudesse amparar e incorporar os libertos como membros da sociedade. Nada mais previsível: a massa de escravos libertos passa a compor a massa de pobres e abandonados da terra de Macunaíma. Em verdade, a abolição estabelecida por outorga em 1888, marca o início de um processo de exclusão social e de preconceitos, que forçará à população negra e seus descendentes miscigenados, até os dias atuais, à ocupação das posições marginalizadas nos setores da economia. O Código Penal de 1890 não é um lenitivo, mas a afirmação tergiversionista da permanência da escravidão como penalidade criminal no Brasil republicano, que é associada sem nenhuma sutileza à condição econômica do sujeito. Vejamos o que dizem os primeiros artigos do Capítulo XIII sobre o crime da vadiagem, condição que pode ser atribuída facilmente aos sujeitos, que, destituídos de um emprego e das condições básicas de sobrevivência, são jogados às ruas e calçadas:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinaes industriaes, onde poderão ser conservados até à idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes ^[1].

A condenação a trabalhos forçados previsto no segundo parágrafo do art. 399, para maiores de 14 anos considerados vadios, é explicitamente uma forma de aproveitamento da força de trabalho, por seis ou sete anos, de acordo com condições que não diferem muito daquelas predominantes nas casas grandes e senzalas. A diferença reside no fato de que o status do sujeito deixa de ser uma questão meramente privada, da posse do corpo tomado como um objeto ou mercadoria pelos senhores da casa grande, e passa a ser uma questão de Estado ou mais especificamente de segurança pública. O isolamento dos reincidentes em colônia penal é, por sua vez, o marco de um processo histórico que marcará a cor da pele predominante nos presídios brasileiros dos dias atuais: negra e parda. O Brasil é um país assentado no fosso social entre pobres e ricos, e a pobreza brasileira tem cor, além de um histórico de dominação e sofrimentos marcados no corpo físico pelo chicote e pelos grilhões. As marcas de hoje decorrem das condições sanitárias, da subnutrição e da falta de recursos que abrangem as comunidades de morros e favelas. Os negros e seus descendentes pardos podem estar fora das senzalas, mas não distantes das correntes transmudadas nas diversas formas de exclusão e de preconceitos. Embora o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e a Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, sejam condenatórios do trabalho análogo à escravidão, as ocorrências de atividades laborativas sob condições degradantes e desumanas são ainda corriqueira e exigem fiscalizações permanentes do poder público. De acordo com dados publicados na Folha Dirigida, apenas no ano de 2019, a Secretaria de Inspeção do Trabalho denunciou mais de 180 empresas por práticas escravistas. Essa mesma organização relata que, no período de 2016 a 2018, 82% das pessoas resgatadas em situação de trabalho análogo ao de escravo eram negras. A situação é agravada com a constatação, segundo dados do IBGE, de que o rendimento da população branca é superior em cerca de 73% daquela auferida pela população negra do Brasil ^[2]. Ainda, de acordo com o mesmo IBGE, com base em dados da PNAD, cerca de 1,8 milhão de crianças e adolescentes encontravam-se submetidas a

trabalho escravo em 2019, a maioria constituída de pretos e pardos. A maior parte da população negra e parda se encontra ocupada em subempregos ou em empregos de baixa remuneração. Essa é uma situação que pode ser relacionada, facilmente, à dificuldade de acesso aos canais institucionais que permitam níveis elevados de escolaridade, além do próprio preconceito racial que torna mais difícil o acesso aos postos de trabalho mais valorizados e de maior remuneração. Tudo isso justifica a existência de um racismo estrutural no país, que foi historicamente construído e mantido no campo das interações sociais (incluindo os processos produtivos) e das ideias coletivas. O racismo tupiniquim é, como dizem os antropólogos, um racismo de marca em que o preconceito se encontra associado com referências sociais, o que permite de acordo com o jeitinho brasileiro o tratamento jocoso ou disfarçado da discriminação. A questão é que esse jeitinho deixa de ser produtivo em situações de crise e abre espaço para a revelação nua e crua das distinções sociais mais agressivas. Talvez seja isso que esteja acontecendo atualmente com o país. Em uma sociedade abertamente violenta, fascista por opção e voltada atualmente para os extremos, o que se escondia nas entranhas vem à tona de forma desembestada junto com o ódio e a crueldade tomados como virtude. Entretanto, ainda que a crise atual tenha aberto as comportas da barbárie tupiniquim e revelado a fragilidade de sua pretensão civilizatória, o que é revelador de fato nunca esteve tão escondido. O projeto de uma sociedade nascida no interior do escravismo, declaradamente exposta no Código Penal de 1890, sempre esteve presente. O que parece ter acontecido, no decorrer da história, se resume às tentativas de romper com esse projeto, certamente resultantes da diversificação de interesses e posicionamentos políticos na sociedade. Em outras palavras, é no mínimo sensato admitir que a sociedade passou por algum tipo de modernização, desde o momento inicial de seu período republicano, mas permanece a dúvida sobre os seus reais avanços civilizatórios. Nesse processo, alterações progressistas ocorreram nos termos das leis, porém não necessariamente nas práticas sociais e muito menos no restante do ideário coletivo. Como se diz no jargão popular tupiniquim: leis são feitas para não ser cumpridas. Isso se torna ainda mais verdadeiro se as instituições, principalmente aquelas que dizem respeito ao Poder Judiciário, também são conduzidas para não fazer cumprir essas leis. As mudanças sociais no país sempre foram muito tencionadas e a articulação das elites, bem como o conservadorismo dos estratos medianos, sempre emperraram mudanças estruturais. Mas como dizíamos, é em momentos de crises que as sociedades revelam seus valores subterrâneos e, na maior parte das vezes, o que ela tem de ruim. Na sociedade brasileira atual tornou-se comum, quase banal, as manifestações de racismo em espaço público e as práticas de trabalho análogas à escravidão. Neste terrível ano de 2020, em ocorrência muito recente, além da morte de um negro nas mãos de seguranças do supermercado Carrefour^[3], o Ministério Público do Trabalho libertou uma mulher negra mantida por 38 anos em situação de escravidão, em um apartamento localizado no cento de Patos

de Minas, cidade do estado de Minas Gerais ^[4]. Esse crime não causa estranheza, mas chama a atenção, pelo fato de que a contravenção foi praticada por um professor universitário, ou seja, por alguém supostamente esclarecido. A ocorrência é ilustrativa no que se refere ao comportamento dos setores medianos da sociedade brasileira. Eles percebem a realidade e comungam valores como se constituíssem parte das oligarquias tupiniquins. A sociedade brasileira patina no atraso porque não consegue se desvencilhar de suas raízes históricas. A dualidade casa grande e senzala, ainda que possa ser considerada um reducionismo exagerado, não é totalmente equivocada para ilustrar os fundamentos do *apartheid social* brasileiro. Ele teve início com o regime escravocrata e permanece até os dias atuais retroalimentando o fosso entre ricos e pobres, que em sua grande maioria reúne pessoas negras e pardas. Para avançar, o país precisa de reformas estruturais, mas também da urgente mudança das mentalidades. É necessário que a sociedade tupiniquim se veja no espelho, que reconheça a sua própria face e que se sinta incomodada com suas contradições. Caso contrário, jamais conseguirá sair do atoleiro, isto é, permanecerá no atraso e cada vez mais distante de uma opção civilizatória.

[1] Código Penal Brasileiro – Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>.

[2] 132 anos pós-abolição: a luta contra o racismo no mercado de trabalho in Folha Dirigida. Artigo publicado em 13/05/2020. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/mais/noticias/especiais/132-pos-abolicao-a-luta-contr-o-racismo-no-mercado-de-trabalho>.

[3] Sem cena, ouviu João Alberto enquanto gemia imobilizado por segurança. Matéria publicada pelo UOL em 23/11/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/23/imobilizado-cliente-do-carrefour-foi-alertado-por-seguranca-sem-cena.htm?cmpid=copiaecola>.

[4] Diarista é resgatada do convívio de família em Patos de Minas onde viveu em condições análogas à escravidão por 38 anos. Matéria publicada pelo G1 em 21/12/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/12/21/diarista-e-resgatada-do-convivio-de-familia-em-patos-de-minas-onde-viveu-em-condicoes-analogas-a-escravidao-por-38-anos.ghtml>.

O Culto à Morte ou a Irrracionalidade dos Bárbaros

29 de dezembro de 2020

Eis a terra de Macunaíma, estranha e incompreensível. Eis o monólito do atraso. Eis o fim do mundo, se é que o mundo tem um fim. Eis a terra em que se acredita na inexistência do pecado, mas que se acende, por precaução, uma vela para deus e outra para o diabo. Eis a melancólica terra brasilis com suas elites atrofiadas e seu povo valente quando se trata de armar intrigas e arquitetar tocaias. Eis a atrofia de uma sociedade que poderia ter sido, mas não é: o arremedo de uma democracia que encobre a selva dos interesses difusos, da crueldade como ato contínuo do poder e da indiferença como recurso de azeitamento e manutenção das engrenagens das

diferenças e desigualdades sociais. Eis a terra do obscurantismo e do negacionismo regados pelas crendices e pelo poder da falsa religiosidade. Eis o inferno na terra com queimadas criminosas em todos os cantões e um calor dos capetas. Eis essa coisa que não conseguimos entender, que nos faz sofrer e que nos frustra a cada fagulha de esperança. A terra brasilis é, em todos os sentidos, uma eterna colônia. A colônia de exploração destinada a ser vampirizada até o último vestígio de sangue. As elites tupiniquins e os estratos medianos remediados se comportam como exploradores em sua própria terra. A adesão desses segmentos à necropolítica e ao projeto neofacista que se instalou no país, agora se solidifica com o silêncio dos inocentes, com a total apatia e aquiescência dos mais diversos setores da população, que se resigna com o seu destino nefasto e se vende por um auxílio qualquer com data e hora para se esvair (já se venderam por baldes de plásticos em meio a caatinga, por dentaduras desajustadas e por sandálias de dedo). Leio os jornais mais uma vez, a procura de uma notícia diferente ou algo que me dê um pouco de alento, mas parece não haver limites para a estupidez tupiniquim. As manchetes são horríveis: comerciantes e seus empregados vão às ruas para protestar contra medidas de restrição frente à segunda onda da pandemia do Coronavírus, personalidades organizam festas nababesca e corpos entram em filas para ser sepultados nos cemitérios de Niterói. Na semana do Natal, comerciantes e trabalhadores prontos para a defesa da economia, mas incapazes de reivindicar a defesa da vida, saíram às ruas de Manaus aos berros para a abertura do comércio, quando o estado do Amazonas registrava quase 90% de ocupação dos leitos de UTI por doentes acometidos pela Covid-19. Manifestações semelhantes foram observadas em Serra Negra no interior de São Paulo e em outras regiões do país^[1]. Enquanto parte considerável do mundo, incluindo países latino-americanos, traçam planos de vacinação e providenciam a aquisição dos recursos para a imunização de suas populações, os brasileiros bailam com a morte, negam os fundamentos da ciência, demonizam as vacinas e aceitam de forma hedonista o princípio do *carpe diem*. Poder-se-ia indagar: por que as mesmas pessoas que vão às ruas, sem máscaras e dispostas a se contaminar em prol da economia, dos seus lucros e dos seus empregos, não têm a mesma força de espírito para exigir de governantes impassíveis o direito à vida? É bem provável que a resposta seja muito coerente com o descabimento e a falta de inteligência: a economia é essencial para a vida, ô mano! Esse, a propósito, tem sido o discurso oficial, que, embora falacioso, faz bem ao espírito de pessoas mantidas no cabresto da ignorância e da total incapacidade de entender o óbvio. A estupidez tupiniquim é o reflexo de uma sociedade desencantada e curvada à aceitação da selvageria. A máxima dos filhos de Macunaíma é muito simples e não exige mais de dois neurônios para ser compreendida: o mundo é desigual, as pessoas são diferentes e viver é uma guerra cotidiana em que o mais forte vence (ô mano, isso que é liberdade!). O neoliberalismo da terra desta gente bizarra se encaixa bem à aceitação fácil do darwinismo social e à adoção de uma perspectiva plutocrática da existência. O trabalhador brasileiro não é necessariamente um indolente

per natura, mas um sujeito submetido, de acordo com as regras de uma sociedade hierarquizada e dominada pelo autoritarismo senhorial - próprio de uma ordem regida pelas referências privadas -, à situação de inúmeras carências e, entre elas, a educação. Na ausência da educação e do acesso a informações qualificadas, as explicações fáceis e as credences amoldam sua visão de mundo. A teologia da prosperidade tem alcançado, cada vez mais, amplos segmentos da sociedade e, junto com ela, vem a legitimação dos fundamentos do capitalismo tupiniquim. O sujeito é convencido a contar com a graça divina e, ademais, com a própria esperteza ou com a sorte depositada nos jogos e nas loterias providas pelo Estado. O importante não é mudar a ordem e a situação opressora, mas encontrar um espaço dentro dela, obter os recursos necessários para ser tão poderoso quanto os plutocratas indecorosos, cuja modo de vida não causa indignação, mas inveja. O espírito de rebanho manso ou a passividade das ovelhas pode ser fruto de um passado escravagista muito perverso, mas é também alimentada por uma mentalidade regida pelo individualismo desagregador, a resistência em mudar o **status quo** e a profunda ignorância de hedonistas que se recusam a pensar o amanhã. O povo desta terra pode estar vivendo um inferno, mas não abre mão de seu capitalismo canhestro e de seus vícios coloniais. Por isso insiste em criar anátemas de conceitos que desconhece: comunismo, socialismo, humanismo, justiça social, defesa de direitos humanos, entre outros, tornam-se a expressão proibida de coisas ruins e monstruosas. No diapasão da estranha dialética tupiniquim, em que a dispensa do desejo do reconhecimento não ocorre por medo, mas por estratégia, o escravo alimenta os vícios do senhor e almeja, com total falta de bravura, ocupar o mesmo **status** ainda que seja no exercício extensivo do domínio agressivo sobre os seus pares, no espancamento dos seus próprios filhos ou na agressão covarde às suas mulheres: se não pode ser tigre com quem o afronta, será leão dentro de casa com os fracos e dependentes. Não é por menos que, em meio a indiferença genocida com tantas mortes causadas pela Covid-19 e outras atrocidades, cresce o número de casos de feminicídio no mundinho de Macunaíma: atrocidades cometidas geralmente na presença de crianças, ou seja, uma outra maneira de espancá-las, violentá-las e feri-las de forma profunda e talvez irreversível^[21]. O país de Macunaíma está doente, mas não adoeceu por um contágio repentino com o avanço das hordas bolsonaristas, os sintomas já estavam presentes há muito tempo e apenas culminaram nas expressões abertas do exercício do ódio, do fascismo, do preconceito e do **atto finale** de encastelar no exercício do poder público aloprados de todas as espécies que se possa imaginar: tiranos, psicopatas, sociopatas, tarados, sádicos, torturadores, nefastos e por aí afora. O que acontece no Brasil é fruto de sua própria história, da ignomínia de suas elites, da fragilidade e conservadorismo de suas instituições, da parvidade de seus estratos mediados e da miséria de sua população empobrecida mantida às margens da sociedade e por muito tempo embalada pelas tramas maniqueístas das telenovelas globais. Por debaixo das lantejoulas dos carnavais e emudecido pelos gritos guturais dos estádios de

futebol, há um Brasil de pele ulcerada, fétida e que geme de dor. Porém, nada disso tem muita importância para bárbaros e trogloditas, que se alucinam entre armas, sangue e cadáveres. A terra brasilis parece, de fato, ter se tornado um exemplo insuperável do império da desrazão. Algo muito especial na história e, talvez, o maior exemplo internacional, a constar nos livros de história, como uma sociedade que não deu certo. O exemplo do projeto anticivilizatório, onde trogloditas e indiferentes, deixaram que florestas se tornassem vastidões de areia, que rios se secassem, que os viventes se sucumbissem à ignorância, à fome e às doenças, e que a terra fosse transformada em grandes e melancólicas planícies desérticas, onde o vento sopra assobios fantasmagóricos e a terra de tão inóspita já não admite que qualquer coisa possa se insinuar ou florescer.

[1] Conferir matérias publicadas em 26/12/2020:

<https://www.band.uol.com.br/noticias/omerciantes-protestam-em-manaus-contramedidas-restritivas-para-conter-casos-da-covid-19-16319930>.

<https://www.acidadeon.com/circuitodasaguas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1570072,comerciantes-de-serra-negra-protestam-contrafase-vermelha.aspx>.

[2] Durante o período de isolamento social, registrou-se a ocorrência de uma mulher assassinada a cada nove horas no Brasil. Entre os meses de novembro e dezembro de 2020 essas ocorrências foram assunto em páginas de jornais com muita frequência. O convívio no espaço familiar por mais tempo e em condição de isolamento contribuiu significativamente para aumentar os casos de agressões às mulheres e às crianças. Conferir: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil> (10/10/2020).

A Indústria do Compliance

04 de janeiro de 2021

O jornalismo investigativo bem feito tem o mesmo peso de um trabalho de pesquisa acadêmica sólido e é assim que podemos considerar o documentário do Jornal GGN, do jornalista Luis Nassif – **Lava Jato Plano B** –, que eu intitularia, se pudesse, como **A Indústria do Compliance**. O documentário construído em cinco capítulos é muito simples, mas muito didático. É o tipo de reportagem que podemos levar para sala de aula como um recurso didático adicional. Nassif e sua equipe registram passo a passo, desde o caso Banestado, como membros do governo norte-americano se entrelaçaram com procuradores e juízes brasileiros, engajados em ações de lesa pátria, para destruir o pouco do protagonismo internacional conquistado pelo Brasil entre os anos de 2003 e 2016. O marco dos acontecimentos mais significativos é o uso sistemático do Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), lei federal criada nos EUA em 1977, que viabiliza a entrada desse país, cerca de 38 anos depois, em uma cruzada mundial contra a corrupção, com poderes extraordinários para intervir em organizações estrangeiras e com poder de polícia para levar estrangeiros para detrás das grades. Grosso modo, a lei norte-americana se destina a combater o suborno de funcionários públicos no exterior e atos

de corrupção, de empresas e pessoas, estabelecidas nos EUA ou simplesmente com ações direta ou indiretamente identificadas em estabelecimentos bancários norte-americanos. Essa lei associada ao Patriot Act, o Decreto assinado depois do 11 de setembro de 2001 destinado às medidas de segurança e inteligência contra ações terroristas, mais as artimanhas muito eficazes da guerra híbrida adotada a partir da segunda metade dos anos 2000, viabilizaram variadas articulações em defesa de interesses dos EUA e, entre elas, a cooperação jurídica com países latino-americanos, incluindo o Brasil e a sua curitibana Lava Jato. Fica muito evidente e muito bem explicada a engrenagem que permitiu transformar a luta anticorrupção em um dos principais instrumentos da geopolítica norte-americana depois da Guerra Fria. O avanço dos norte-americanos sobre empresas estrangeiras, destacando-se a Petrobrás, esteve associado em todos os casos a situações estratégicas, onde a posse de recursos naturais ou a afirmação da hegemonia política foram percebidas como prioridades para a manutenção do poderio de Tio Sam, que anda cada vez mais preocupado com o crescimento tecnológico, econômico e comercial da China na contemporaneidade. Entretanto, o que mais se destaca no documentário é, precisamente, a dinâmica que viabiliza o surgimento e crescimento do mercado do **compliance**, que permite a procuradores norte-americanos e seus associados estrangeiros, depois de ajudar o poder público a destruir organizações empresariais, pularem de galho para trabalharem em grandes e ricos escritórios que prestam serviços em programas de consultoria para as mesmas organizações destroçadas. De acordo com o dicionário, **compliance** é o conjunto de normas e regras, políticas e diretrizes estabelecidas para um determinado ramo de negócio ou de atividade empresarial, bem como as ações desencadeadas para detectar, evitar e lidar com os possíveis desvios e inconformidades que, porventura, podem ocorrer dentro das empresas e em suas transações no mercado. A ideia é muito simples: servidores públicos que participam de forças tarefas, a exemplo da Lava Jato curitibana, aposentam-se ou pedem desligamento do serviço público e migram para escritórios de assessoramento jurídico e administrativo com salários milionários. Esses escritórios, por sua vez, vão se colocar à disposição das empresas destroçadas para a organização de **programas de compliance**. Para quem assiste o imbróglio de longe, a definição de conflito de interesses é pouca, e a coisa exala o cheiro pútrido das tramoias e dos piores atos de corrupção, mas tudo posto no involucro da legalidade jurídica, da cobertura dos ternos e das togas abolorecidas dos tribunais^[1]. O caso brasileiro segue o modelo, mas o que mais chama a atenção e causa estranhamento, pelo menos do meu ponto de vista, foi o desconhecimento, a inação ou sei lá o quê, por parte do Ministério da Justiça à época do Governo Dilma Rousseff, que além de ignorar as relações íntimas dos procuradores brasileiros com membros do governo norte-americano, deixou nas mãos do Procurador Geral da República a responsabilidade por investigações, que foram transferidas para o controle da Lava Jato curitibana sem rédeas e cabrestos. Os espertos procuradores associados aos interesses de Tio Sam assumiram o poder de decisões, que

só poderia ser exercido pelo Ministro da Justiça, e flexibilizaram os princípios da cooperação internacional sem nenhum tipo de impedimento. Em etapa avançada da pilhagem, essa liberdade quase que permitiu a indevida apropriação de R\$ 2,5 bilhões da Petrobras para a pretensa criação de uma fundação da curitibana Lava Jato, barrada a tempo pelo STF, que geralmente leva muito tempo para impedir as loucuras que hoje é possível assistir no contexto do judiciário brasileiro. Por republicanismo raso ou ingenuidade, ou até mesmo por conveniência em prol de suas coalizões em busca da governabilidade, os governos petistas esqueceram uma constatação sociológica básica: as instituições não são neutras. Elas são espaços de exercício do poder, inclusive aquelas que deveriam ser regidas por leis e determinações constitucionais. Os atores que atuam nesses espaços não são anjos da guarda, bons moços ou escoteiros comprometidos com os valores da cidadania, principalmente em um país em que os laços de influência familiares são mais fortes e sobrepõem-se aos interesses nacionais, ou onde as referências do privado se apropriam do que deveria ser de domínio público. Pouca atenção foi dada à natureza partidária de procuradores e juízes, bem como ao alinhamento dessas figuras com interesses internacionais opostos às necessidades do povo brasileiro. Entregaram sem crítica e malícia, como se diz por aí, o galinheiro aos cuidados das raposas. Embora esse triste deslize ou autoboicote não possa ser a causa única de tudo o que ocorre hoje no país, o entrevero deu no que deu: um Estado nas mãos de lunáticos e autoridades apáticas, com cara de paisagem, assistindo as atrocidades cotidianas que estão acabando com o país e com sua população apalermada [2]. Enfim, entender como funciona a **indústria do compliance** é também compreender, de forma muito apropriada, como se organiza o jogo do poder e a geopolítica norte-americana no cenário atual em que é bem mais barato e efetivo explorar as vulnerabilidades dos países satélites, capitanear aliados internos e promover golpes institucionais, um jogo que exige muita malícia e estratégia para lá de maquiavélica. Tudo isso feito de forma mais ou menos discreta, sem bombas, sem drones, sem o estardalhaço das invasões bélicas e de maneira muito higiênica, assim como as mãos de Pilatos, aparentemente limpas.

[1] É bom recordar que se não fosse a ousadia e o profissionalismo de mídias alternativas como o **The Intercept Brasil**, em reportagens coordenadas pelo jornalista Glenn Edward Greenwald, que deram origem à conhecida **Vaza Jato**, talvez ainda hoje não soubéssemos dos excessos arbitrários e das irregularidades cometidas pela força tarefa da curitibana Lava Jato.

[2] A ideia do autoboicote não é equivocada e, para tanto, basta considerar que os governos petistas foram responsáveis pela indicação de pelo menos 7 dos 11 Ministros do atual corpo do STF, alguns deles defensores ardorosos da operação Lava Jato, bem como pelo aperfeiçoamento legal e logístico de uma estrutura de controle e de polícia que permitiu a existência de algo como a força tarefa curitibana.

O Mercado de Vacinas

04 de janeiro de 2021

Estive refletindo sobre a pandemia, as vacinas e toda essa loucura que tomou conta deste triste país. Eu não sou religioso nem supersticioso, mas, até agora, fiz figa e rezei para todos os santos em prol de uma solução rápida, que pudesse beneficiar os brasileiros com algum tipo de imunizante. Vinha torcendo com a força da mente e da alma pela ocorrência de um milagre, como um rompante de honestidade e humanidade de alguma instituição republicana, forçando os lunáticos no comando do Estado a enxergar a importância da vida e, particularmente, da vida dos patricios. Porém, refletindo um pouco mais, caiu uma ficha: percebi que há pelo menos 20 anos pago por vacinas antigripais e desde 2010 também financio a minha imunização contra o vírus H1N1. Por quê? Durante todo esse tempo não tinha alcançado a idade nem apresentava os atributos necessários para estar nos grupos de risco com acesso à imunização fornecida pelo sistema público de saúde. Agora completei meus 60 anos e talvez seja incluído nessa categoria, mas quais serão os critérios para a imunização contra a Covid-19? Corri para ver o tal **Plano Nacional de Vacinação**, que, para os mais lúcidos, não passa de uma peça de ficção. De qualquer forma, fiquei curioso em saber quem entra na fila e como será posicionado. Bem, lá encontrei, com a inevitável sensação das incertezas, a indicação de pelo menos 5 grupos^[1]:

- Grupo 1: trabalhadores da saúde, pessoas de 80 anos ou mais, pessoas de 75 a 79 anos e indígenas com idade acima de 18 anos.
- Grupo 2: pessoas de 70 a 74 anos, de 65 a 69 anos e de 60 a 64 anos.
- Grupo 3: pessoas acima dos 18 anos que tenham comorbidades, tais como hipertensão de difícil controle, diabetes mellitus, doença pulmonar obstrutiva crônica, doença renal, doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, indivíduos transplantados de órgão sólido, anemia falciforme, câncer e obesidade grave.
- Grupo 4: professores do nível básico ao superior, forças de segurança e salvamento e funcionários do sistema prisional.
- Grupo 5: comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas, pessoas com deficiência permanente severa e população carcerária acima de 18 anos.

Senti um certo alívio por perceber que alguns parentes, conhecidos e eu próprio nos encontramos nesses grupos, mas não consegui de forma alguma ficar menos preocupado ao perceber que não há um cronograma assertivo, não há imunizantes

efetivamente adquiridos, equipamentos complementares como seringas nem muito menos uma logística convincente para a vacinação. Em suma, percebi que só há a certeza do incerto, uma carta de promessas, e que faixas consideráveis da sociedade podem ficar a ver navios sem acesso à vacina. Não há sequer a certeza de que haverá vacinas em número suficiente para cobrir a população estabelecida em cada grupo. Ademais, o que acontecerá com todos aqueles que não estiverem dentro dos tais grupos, assim como eu que até ontem não tinha o acesso gratuito à vacina antigripal?

Foi seguindo essa linha de raciocínio, ciente da responsabilidade do poder público e sem querer fazer a defesa da mercantilização da saúde – que a propósito já se encontra praticamente nas mãos dos planos de saúde –, que cheguei à conclusão que será impossível conter a ação das clínicas privadas de vacina nessa corrida pela vida. Aproximadamente, 87% da população brasileira encontra-se na faixa de 0 a 59 anos, ou seja, a maior parte da população, excetuando-se aqueles cidadãos incluídos nos grupos 3, 4 e 5, estará teoricamente na situação de desassistida. Para o bem da verdade, é necessário considerar que nos ensaios clínicos, a maior parte dos laboratórios têm excluídos mulheres grávidas e crianças. Porém, é também fato que laboratórios como a Moderna, a Pfizer e a AstraZeneca incluíram em seus testes crianças, adolescentes e jovens em faixas de 5 a 18 anos. Isso é um indicativo muito claro de que os países mais civilizados não deixarão de considerar a imunização de praticamente toda as suas populações^[2]. O que não se pode negar é que o Brasil tem optado por um capitalismo selvagem, orientado pelas perversidades do neoliberalismo radical, e por uma alternativa política que segue as linhas mestras do neofascismo e da necropolítica, sem resistência das instituições democráticas e com visível imobilismo da maior parte da população. A esperança de que o país tenha realmente um processo de vacinação sistemático e efetivo está cada vez mais distante. O negacionismo, a inépcia e o atraso são traços característicos da atual sociedade brasileira. Nessa circunstância, onde o bom-senso é odiado e repudiado, o que restará é infelizmente o salve-se quem puder. Esse quadro é cada vez mais evidente e só os mais ingênuos e esperançosos não conseguem enxergar.

De qualquer forma, ainda que o Estado resolva cumprir a promessa da vacinação dos referidos grupos, os segmentos excluídos estarão à mercê do mercado, assim como ocorre no caso da antigripal tetravalente. Não haverá outra alternativa. Nesse caso, ainda que partidos e atores progressistas possam tecer suas críticas contundentes, a iniciativa da Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas no sentido de buscar a alternativa de comercialização da Covaxin, a vacina produzida pelo laboratório indiano Bharat Biotech, não deve ser vista, de acordo com meu ponto de vista, como uma trama diabólica do mercado. Por quê? É uma ação que condiz com as opções da sociedade brasileira, que tem apostado no capitalismo selvagem e nas políticas genocidas de

sociopatas, além do hedonismo idiota que conduz centenas de pessoas a se aglomerarem em festas, a exemplo do que se verificou no final deste ano de 2020. Não podemos deixar de sublinhar que os brasileiros preferem colocar a economia e a diversão à frente da vida, saindo às ruas sem os cuidados devidos (uso de máscara e distanciamento p.e.) para defender os interesses de patrões ou para participar de festas, sem o mesmo ânimo para cobrar do poder público o cumprimento de suas obrigações no que se refere aos direitos constitucionais dos cidadãos, entre eles o direito à saúde. Portanto, nada mais natural que o mercado se faça presente e, talvez, com uma função benéfica para os grupos que ficarão a ver navios com ou sem a vacina patrocinada pelo poder público.

O argumento de que as clínicas privadas estarão a serviços dos ricos e dos segmentos medianos abastados é em parte verdadeiro. Entretanto, os ricos não precisam dos serviços de clínicas nacionais, porque conseguem o que querem em qualquer parte do mundo. Os segmentos medianos certamente serão os mais beneficiados. Porém, posso dar o meu testemunho no que se refere à situação das vacinas antigripais e da imunização contra o H1N1, e dizer que há a chance de beneficiados em faixas de assalariados de menor renda. Por enquanto, o mercado de produção de vacinas não foi monopolizado e a comercialização envolve diversas clínicas e laboratórios, o que permite um nível mínimo de concorrência. Dessa forma, no caso específico das vacinas antigripais, eu consegui durante anos, na impossibilidade da compra à vista, parcelar o pagamento e obter descontos significativos por fidelidade como cliente. Embora ainda não se tenha uma tabela do custo unitário das vacinas contra o Covid-19, estima-se que os preços ficarão entre US\$ 3 e US\$ 40. As mais baratas serão as vacinas russa, a Sputnik V, cujo preço internacional já foi estabelecido oficialmente em cerca de US\$ 10, ou seja, algo em torno de R\$ 51,30; a Coronavac chinesa, cujo preço encontra-se estimado em R\$ 55,00, e a vacina inglesa da AstraZeneca, a mais barata, no valor de R\$ 20,00. As vacinas mais caras devem ser as produzidas pela Moderna, Pfizer e BioNTech^[3]. Em suma, os preços não parecem ser tão exorbitantes, tendo em vista a periculosidade do vírus e a necessidade urgente da imunização.

No entanto, há três ocorrências que podem complicar a situação, seja para a oferta pública seja para a oferta privada: o impedimento técnico das vacinas pelo órgão regulador, a capacidade de produção e disponibilização do produto e a limitação da comercialização em função das regras impostas pelo duvidoso Plano de Vacinação. A ocorrência do primeiro caso não é improvável, considerando-se as artimanhas genocidas e negacionistas dos mandatários de plantão e, nesse caso, o país ficará inevitavelmente ao deus dará como uma ilha de infectados na América Latina e no mundo. No segundo caso, a situação pode ser difícil devido à uma simples equação do mercado: falta do produto eleva o preço da aquisição e pode gerar uma curva inflexível

de oferta. No último caso, ficaria elas por elas, porque as clínicas estariam engessadas no atendimento dos nichos definidos pelo governo. Porém, descartando-se essas condições, pode ser que a vacina se torne acessível via comercialização sem barreiras, suprimindo inclusive parte da demanda que o Estado não conseguirá atender, por má vontade ou mesmo por real incapacidade. O meu argumento pode parecer pusilânime, mas não vejo outra saída em se tratando deste Brasil em que vivemos, onde impera o individualismo, a indiferença e a pulsão de morte. A destruição do sistema universal de saúde está em curso mediante o silêncio da sociedade e pior será fechar todas as portas para quem deseja sobreviver. Podemos gritar à exaustão pela defesa do SUS, mas estou ficando cada vez mais cético sobre o futuro da sociedade brasileira, submersa na ignorância e na letargia. Portanto, entre trocar a geladeira remendada por uma nova em 12 prestações ou reservar o dinheiro para o jogo na loteria, o sujeito que ainda valoriza a própria vida terá a oportunidade de recorrer às clínicas privadas e gastar esse dinheiro em sua própria imunização. Caso contrário, corre o risco de perder a vida e, ironicamente, não usufruir dos serviços de uma nova geladeira ou alimentar a eterna esperança de ser o mais novo rico entre os brasileiros. A escala de prioridades terá que ser invertida e a saúde colocada em primeiro lugar.

O certo seria evitar esse tipo de coisa e o cidadão exigir do Estado os seus direitos, mas não vejo isso como possibilidade concreta atualmente, particularmente quando se tem um governo que já cometeu inúmeros atos infames, mas que ainda conta assustadoramente com 35% de apoio da população e com a blindagem dos poderes legislativo e judiciário. A privatização dos serviços de saúde é parte do projeto neoliberal, que é abraçado pelas elites, por boa parte dos estratos medianos e pela mídia hegemônica. Recorrer à compra da vacina pode, certamente, ser um reforço dessa linha de orientação, mas entre morrer e salvar a própria vida, não há outra opção. Isso vale certamente para os que ainda podem contar com um posto de trabalho e com um salário no final do mês. Para o lumpesinato a morte já é um fato e não é de agora: morre-se de fome antes de ser atingido por vírus e bactérias. A propósito, é interessante observar que o Plano de Vacinação não menciona, em nenhum de seus grupos, salvo engano, os sem tetos ou moradores de rua. Por fim, pode-se alegar que a alternativa privada seja uma falácia em se tratando de uma epidemia, porque o sujeito estaria imunizado, mas em meio a milhares de infectados empenhados na geração de uma nova cepa, mais forte e mais assassina, não estaria protegido da contaminação. Esse é um argumento razoável, o qual não se deve descartar, mas, na ausência do Estado, frente à ameaça de negacionistas genocidas e sem qualquer esperança de ter uma vacina nos postos de saúde, o que se pode fazer além de criticar os perversos no exercício do poder sem movê-los do lugar? Mediante a opção de vacinas nas clínicas privadas e da possibilidade de adquiri-las, quem estaria disposto a ignorá-las?

[1] Conferir: Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19. 1ed. Brasília. Ministério da Saúde, 16/12/2020.

[2] Conferir: Moderna planeja testar sua vacina contra Covid-19 em crianças. Matéria publicada no dia 02/12/2020. Disponível em: [//www.tecmundo.com.br/ciencia/207698-moderna-planeja-testar-vacina-covid-19-criancas.htm](http://www.tecmundo.com.br/ciencia/207698-moderna-planeja-testar-vacina-covid-19-criancas.htm).

[3] Conferir: Preços das vacinas contra o coronavírus podem variar entre R\$ 20,00 e R\$ 197,00. Matéria publicada no dia 26/11/20. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/precos-das-vacinas-contr-coronavirus-podem-variar-entre-r-20-e-r-197-entenda-as>.

A Atualidade de Robert Michels

06 de janeiro de 2021

“A consciência do poder acarreta sempre, para quem o possui, a vaidade de crer-se um grande homem. O desejo de dominar, para o bem ou para o mal, repousa no fundo de toda alma humana. Esses são ensinamentos elementares da psicologia. A consciência do seu próprio valor pessoal e da necessidade que têm os homens de serem guiados e dirigidos tem por efeito inspirar ao chefe o sentimento da sua superioridade e a convicção de que é indispensável. Quem conseguiu conquistar o poder procurará geralmente consolidá-lo e iluminá-lo, e multiplicar as muralhas em volta da sua posição, de maneira a torná-la inatacável e afastá-la do controle da massa”.

(Robert Michels – Sociologia dos Partidos Políticos)

O trabalho clássico de Robert Michels – **Sociologia dos Partidos Políticos** – publicado inicialmente em 1914, jamais deveria ser esquecido no fundo do baú. Cada militante partidário, cada político profissional, cada professor e estudante de ciências sociais deveria revisitar-lo sempre que possível, principalmente em se tratando de pessoas com alguma afinidade com ideias e movimentos progressistas. Além da análise dos aspectos psicológicos e subjetivos que envolve a conquista e a posse do poder pelas lideranças políticas, o que tornou o trabalho de Michels insuperável e memorável foram suas perspicazes observações sobre a base conservadora das organizações, as inclinações ao burocratismo e, principalmente, ao que ele definiu na sexta parte de seu livro como as tendências oligárquicas da organização, destacando-se evidentemente os partidos políticos. Há uma passagem inesquecível a esse respeito, que merece destaque:

“À medida que aumenta sua necessidade de tranquilidade, suas garras revolucionárias [do partido] se atrofiam e ele se torna um partido bravamente conservador que continua (o efeito sobrevivente à causa) se servindo da sua terminologia

revolucionária, mas na prática não exercerá outra função senão a de um partido de oposição constitucional” ^[1].

A lembrança de Michels e o seu resgate do fundo do meu baú adveio do interesse em entender um pouco mais as ocorrências que têm envolvido os partidos de esquerda brasileiros desde a chegada do PT ao poder, passando pelo golpe institucional de 2016, até chegarmos a este momento em que os partidos de esquerda se contorcem para abraçar partidos de direita com a finalidade de influenciar a próxima eleição da mesa diretora da Câmara dos Deputados. Embora não possamos considerar o PT um partido revolucionário de acordo com os padrões clássicos, o seu acesso ao poder como um partido progressista o sujeitou, em muitos aspectos, ao que Michels explora em seu livro: das pequenas e grandes vaidades das lideranças à transformação em direção a um partido de oposição constitucional. No entanto, do meu ponto de vista, o que aconteceu com o PT e com outros partidos das linhas progressistas não foi obra exclusiva da doença oligárquica. Isso foi também alimentado pela forma como os partidos de esquerda reentraram na cena política após o período da abertura na década de 80 e ao terrível sistema de coalizões, que empurra os partidos para alianças perigosas e geralmente espúrias. O que desejo dizer? Excetuando-se os movimentos de luta armada que marcaram o período da ditadura militar com ações combativas^[2], os partidos progressistas estruturados ou reestruturados a partir da década de 80, não entraram em cena com sangue nos olhos, entraram no jogo político inspirados por um republicanismo dócil, embalado pelo marketing da Nova República, como defensores de princípios democráticos e dispostos a jogar de acordo com as regras de um sistema constitucional e eleitoral teoricamente democrático, ele próprio nascido de alianças com os setores mais arcaicos da sociedade brasileira, ou seja, com suas oligarquias e seus aparatos reacionários. Enquanto os partidos progressistas levantavam bandeiras civilizatórias, os vários segmentos das elites tradicionais mantiveram os seus valores, os seus interesses e as suas práticas políticas intactas, inclusive no que se refere a sanha militarista, que se manteve incólume graças as benesses de uma anistia malemolente. Aceitou-se o esquecimento do passado, como se todos estivessem tomados de extrema ingenuidade, mantendo-se por debaixo de ataduras podres feridas fétidas.

A própria abertura política e o processo de democratização, que teve início durante os Governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), ainda que tenha sofrido a influência de pressões advindas da sociedade civil – em particular as ações incipientes dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas –, não foi uma conquista revolucionária, mas um processo conduzido ou administrado pelas elites brasileiras. O esquema de alianças permaneceu intacto e é ele que estará na base de todos os governos que se iniciam com a Nova República, inclusive a chegada das esquerdas ao poder com a vitória do PT nas eleições de 2002. O PT chega ao poder na 4ª eleição presidencial após a

promulgação da Constituição de 1988, também ela fruto de composições políticas, após três tentativas frustradas. E chegou até a presidência mediante a obrigatória publicação de uma Carta aos Brasileiros pro mercado e da aliança prévia com o Partido Liberal do Deputado Álvaro Vale, que impôs na vice-presidência o empresário mineiro José Alencar, fundador da Coteminas. A situação não foi diferente na eleição de Dilma Rousseff, que foi obrigada a amargar uma aliança que envolveu partidos como o Republicanos, o Liberal e o fisiológico PMDB que ocupou a vice-presidência com Michel Temer, um advogado e político da velha cepa, que na década de 90 esteve no comando da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo durante o governo Fleury Filho. Esse mesmo PMDB que terá importante protagonismo, juntamente com o PSDB, no processo de impedimento de Dilma Rousseff. Um golpe institucional, mas, sobretudo, um covarde e triste ato de traição.

Pois bem, depois de tudo isso e de um processo sistemático de demonização das esquerdas, que auxiliou a conquista do poder pelo bolsonarismo, chegamos à eleição da mesa diretora da Câmara dos Deputados em 2021. Eis que agora se instala o bate-boca entre os partidos progressistas e dentro do próprio PT, tendo em vista que as alternativas para a ocupação da mesa constituem o suprasumo da direita brasileira: de um lado o líder do partido Progressistas, representando os interesses do atual governo brasileiro e, do outro, o deputado Baleia Rossi do MDB paulista, político associado ao atual Presidente da Câmara Rodrigo Maia (Partido Democratas) e afilhado político de Michel Temer com trânsito também no PSDB. Em suma, é areia movediça por todos os lados, sem um cipó ao alcance das mãos. No dia 04 de janeiro, sem a presença do PSOL, o PT rachado resolveu integrar os 11 partidos, incluindo os partidos de oposição PSB, PDT e PCdoB, que darão suporte à candidatura de Baleia Rossi^[3]. A aposta controversa é conseguir barrar a hegemonia do Presidente da República na Câmara e garantir a participação dos partidos de esquerda na mesa e nas comissões. O problema é a falta de garantia de que Baleia Rossi cumprirá todas as promessas e, principalmente, que não se dedique, com todos os poderes que tem a presidência da Câmara, a cumprir os desejos do governo Bolsonaro, como parece ter feito até o momento por intermédio do voto em aprovação aos projetos do Executivo (90% de apoio).

Entretanto, porque comecei com a lembrança do texto de Michels, ou o que tem uma coisa a ver com a outra? Porque não obstante a boa causa de tentar impedir o avanço de Bolsonaro sobre a Câmara, os partidos progressistas e o próprio PT parecerem não conseguir se afastar de uma tendência: a triste condição de partidos de oposição meramente constitucionais. Em outras palavras, partidos que estariam mais preocupados com a ocupação burocrática de espaços no parlamento e, por isso, afastando-se cada vez mais das suas bases ou das massas como diria Michels. Não obstante o fato de que as alianças e coalizões constituam quase uma camisa de força no

sistema político brasileiro, o que certamente torna remota a possibilidade de um governo progressista hegemônico, o mais grave talvez seja esse distanciamento das bases. É provável que a opção do PT cause, inclusive, a debandada da militância mais jovem para outras legendas a exemplo do PSOL. Eu, que já não sou tão jovem, não voto sistematicamente no partido desde a aliança com a estranha figura de Michel Temer, ainda que tenha feito a opção acertada por Fernando Haddad no segundo turno da última eleição presidencial. O meu voto para governantes locais e para a presidência tem sido destinado preferencialmente para o PSOL já há algum tempo. Ainda alimento a forte impressão de que o PT no poder fagocitou os movimentos sociais e enfraqueceu significativamente a ação sindical. Não digo que isso tenha ocorrido de forma premeditada, mas, precisamente, devido à dinâmica da burocratização e da oligarquização analisadas por Robert Michels, que parece acometer os partidos como uma doença.

A Nota do Partido dos Trabalhadores com compromissos para a eleição da mesa, publicada após a decisão da bancada, não é muito convincente quando se observa com atenção a posição político-ideológica do candidato Baleia Rossi. Fica difícil imaginar que uma pessoa comprometida com a agenda neoliberal do Ministro da Economia Paulo Guedes, que tem o total apreço de Rodrigo Maia, possa assegurar:

- luta pelos direitos do povo brasileiro, pautando projetos que garantam efetivamente o direito à vida e à saúde, por meio do adequado enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.
- acesso universal à vacina;
- renda emergencial e/ou a ampliação do Bolsa Família;
- geração de emprego e o fim do arrocho salarial;
- segurança alimentar, com apoio à agricultura familiar e assentamentos da Reforma Agrária, garantido comida barata ao povo.
- tributos sobre a renda dos mais ricos;
- defesa dos direitos das classes trabalhadoras, com liberdade para organização e modernização de entidades sindicais^[4].

A esperança de poder inaugurar processos de contestação por intermédio dos impedimentos em comissões ou da instauração de CPIs não parece ser muito alvissareiro. Além de ser medidas meramente constitucionais e regimentais, talvez sirvam apenas para palanques políticos, mas com pouca efetividade, como geralmente observamos no caso das CPIs, para mudar a situação. Os brasileiros já se cansaram de assistir inúmeras CPIs que não resultam absolutamente em coisa alguma. As concessões e arranjos podem até ser muito perigosos, a exemplo do recente caso do Fundeb, que,

por muito pouco, não foi totalmente distorcido em função do interesse de grupos econômicos influentes e contrapostos aos interesses do ensino público. A situação é muito clara: se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Do meu ponto de vista, o que resta como alternativa urgente, urgentíssima, é o retorno dos partidos progressistas às suas bases, principalmente o PT. É necessário combater a doença da oligarquização, do burocratismo parlamentar, da cartelização e retomar as lutas populares ^[5]. Atualmente, de acordo com minha percepção, o PSOL tem buscado essa alternativa de forma mais significativa ainda que muito restrita à cidade de São Paulo, mas o PT teria se distanciado bastante dessa linha de orientação. Tendo em vista que é a legenda de maior expressão, a sua ausência tem um impacto muito mais significativo no cenário nacional. A bandeira da retomada dos direitos do ex-Presidente Lula não pode ser a única a ser levantada pelo Partido. É necessário lembrar o recado transmitido pelo rapper Mano Brown em 2018, sob o estrondo das imerecidas e irracionais vaias no comício de Fernando Haddad, mas que ecoa até hoje: “Porque a comunicação é alma, e, se não está falando a língua do povo, vai perder mesmo, certo?”. Em outras palavras, é necessário voltar aos bairros, às favelas, aos morros, às populações ribeirinhas, aos sem tetos e a tantos outros que precisam de voz. O que vem a seguir é muito fácil de ser compreendido: se os partidos progressistas não estão lá para ouvir, os pastores das igrejas neopentecostais estarão, os partidos de direita estarão e a barbárie que assistimos tomar conta do país continuará se alastrando como erva daninha.

[1] Robert Michels. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1982 (p.224).

[2] Ações levadas a cabo por organizações com e sem ligações partidárias imediatas tais como Ação Libertadora Nacional (ALN), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

[3] Os partidos que apoiam Baleia Rossi são os seguintes: PT, DEM, PDT, PSB, MDB, Cidadania, Rede, PV, PCdoB, PSDB e PSL.

[4] Itens retirados da Nota do PT.

[5] Dois aspectos que caracterizam a cartelização partidária: desenvolvimento de relações mais fortes com o Estado do que com seus filiados e articulação entre os partidos maiores para garantir vantagens para si, buscando excluir os pequenos do mercado eleitoral. Conferir: Richard Katz & Peter Mair. El Partido Cartel: La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. Universidad de La Rioja. Logroño. Zona Abierta 108/109 – p.9-42, 2004.

A Conveniência do Extermínio

16 de janeiro de 2021

*Grande pátria
Desimportante
Em nenhum instante
Eu vou te trair
Não, não vou te trair
(Cazuza)*

A chegada do bolsonarismo ao poder e o evento da pandemia do Covid-19 trouxeram à tona a face, não tão oculta, mas agora totalmente explícita de um país deprimente. O país que já se jactou com o Carnaval, com o Futebol e com a venda oficial do corpo das brasileiras como peça de um turismo indisfarçavelmente sexual, agora faz a ode, inspirado por sua própria vilania, ao deus Thánatos, a personificação da morte de acordo com a mitologia grega. Não há como estar mais deprimido neste país como agora. Além da pobreza material e de espírito - o emburrecimento é total e irrestrito -, temos que assistir à guerra eleitoreira dos falsos políticos da terra brasilis. A política neofacista praticada pelo bolsonarismo no poder é indisfarçavelmente genocida e o que está acontecendo, na rebarba da primeira onda da Covid-19 em decorrência do hedonismo tupiniquim no final de 2020, é o campo de extermínio em que se transformou a capital do Amazonas. Por que campo de extermínio? A palavra é forte, mas traduz uma verdade: pessoas morrendo por falta de oxigênio equivale a morrer em câmaras de gases letais. Ficará na história deste triste país o registro de milhares de mortes, que poderiam ter sido evitadas se à frente do país tivéssemos dirigentes com espírito nacionalista e responsabilidade com os povos desta terra. O surgimento de uma nova cepa no Amazonas, antes mesmo da chegada de uma segunda onda no país, é o sinal sinistro de algo que vai se espalhar pelo território nacional ampliando o percentual de contaminados e de mortos. Esse quadro dantesco é constituído mediante a frustração com a inexistência de uma política séria e efetiva de contenção da doença, da evidente falta de vacinas e de insumos necessários ao processo de imunização. O que aumenta a indignação é saber que essa situação é premeditada. Por detrás das mortes encontra-se, além da disputa eleitoral, a covardia das elites brasileiras e dos poderes constituídos no legislativo e no judiciário (não merecem letras maiúsculas!). Os dirigentes desses poderes passarão para a história como cúmplices do morticínio, porque se ausentam quando têm nas mãos os recursos para o impedimento dos perversos, que hoje se encontram no poder executivo dessa pretensa república. Todas essas aleivas autoridades, fardadas ou não, têm as mãos sujas de sangue e, por mais esquecido que fique este andrajoso Brasil – perdido na história mundial como o país que não deu certo -, a história mundial reservará algum pé de página para registrar como um povo foi

reduzido à excrescência por suas opções políticas equivocadas e pela crueldade de suas lideranças. O mundo não anda bem das pernas, mas, ao contrário do que ocorre na terra de Macunaíma, as diversas lideranças mundiais, inclusive as que até ontem eram negacionistas, estão buscando uma forma de salvar a sua gente da agressividade do Covid-19. O que acontece aqui na terra do pau-brasil, do escravismo jamais superado, dos estratos medianos conservadores e das elites bocós, é uma associação criminosa dos genocidas com o vírus. A Covid-19 tem sido utilizada, de forma muito conveniente, como um obus lançado contra o próprio povo brasileiro, ou seja, é uma ocorrência favorável ao exercício da necropolítica. O capitão do exército sentado na cadeira da presidência da república, que destrata e manda em generais, desejou um dia uma guerra civil no país, além da dizimação de pelo menos 30 mil pessoas, não precisou fazer muitos esforços para ver seu desejo realizado: não houve a guerra civil, e provavelmente ela nunca acontecerá tendo em vista a índole do povo, mas, até o dia 15 de janeiro de 2021, o Brasil perdeu 208.091 cidadãos, ou seja, quase 7 vezes mais o que foi desejado pelo então deputado federal do PSL^[1]. A situação é parecida, guardada todas as diferenças históricas, com os atos de antigos tiranos, que assistiam de camarote escravos dilacerados em arenas por leões. Prova disso, parece ser o descaso reafirmado por matéria veiculada pelo SBTNews, no dia 15 de janeiro de 2021, sobre licitação no valor de R\$ 4.596.177,20 destinados a coquetéis, almoços e jantares promovidos por militares, quando faltam insumos para a imunização da população e pessoas morrem asfixiadas devido à insuficiência no abastecimento das balas de oxigênio^[2]. O descaso lembra a indiferença da aristocracia francesa, bem exemplificada na postura da rainha Maria Antonieta, que aconselhava ao povo faminto comer brioche quando sequer havia o pão. O destino da rainha cruel todos nós sabemos, mas não há certezas para o destino das elites brasileiras, que, no decorrer de décadas, permanecem imutáveis em seu atraso e na preservação de seus privilégios. O que fica evidente tão somente é o estranho comportamento de quem apanha e acaricia o seu agressor, de quem sofre e se resigna ao acauamento em uma espécie de psicopatia em que a dor é preferível frente as falsas ameaças de perda da liberdade. Na terra de Macunaíma reina o contrassenso cristão de que a liberdade está na dor, na carência, na opressão, desde que tudo isso signifique manter a lógica de um sistema capitalista selvagem e excludente como se fosse o melhor dos mundos.

[1] O militar e deputado federal externou o seu desejo no programa Câmara Aberta, transmitido pela Rede Bandeirantes, em 1999.

[2] Conferir: Governo Federal vai gastar R\$ 4,5 milhões em Jantar para militares. SBTNews. Matéria publicada em 15/01/2021. Disponível em <https://www.sbtnews.com.br/noticia/governo/159015-governo-federal-vai-gastar-r-45-milhoes-em-jantares-para-militares>.

Sociedade Circense

20 de janeiro de 2021

A literatura já discutiu significativamente o fenômeno do Estado espetáculo, destacando-se o conhecidíssimo livro homônimo de Roger Gerard Schwartzberg, que coloca em debate a ideia do Estado transformado em empresa teatral de uma forma sistemática e organizada, ou seja, a esfera política transformada em teatro da ilusão. Nesse palco, atuam os políticos profissionais, que desempenham os seus papéis como personagens (o herói, o homem do povo, o líder charmoso e até mesmo o homólogo do pai), viabilizando dessa forma a personalização do poder^[1]. Essa perspectiva do fenômeno político conversa direta ou indiretamente com a concepção de Guy Debord, autor do livro *A Sociedade do Espetáculo*, que observa a própria sociedade permeada pelos meios de comunicação de massa como espaço da espetacularização. A sociedade do espetáculo constitui uma forma de organização econômica e política em que a representação, codificada pelos *mass media*, passa a ocupar o lugar da realidade. O espetáculo é uma falsa realidade, que se torna a afirmação da vida social: a realidade surge no espetáculo e o espetáculo passa a ser o real. Esse processo de alienação facilita a adoção de um sistema de controle social e de dominação política muito bem engendrados, porque impossibilitam de forma eficaz o exercício da verdade e afasta os sujeitos da compreensão fidedigna ou autêntica da própria realidade^[2]. O livro de Debord foi publicado em 1967 e o de Schwartzberg em 1978, portanto cerca de 20 a 23 anos antes da expansão da informatização e do surgimento das mídias sociais, que desbancaram e têm exigido a ressignificação de parte considerável das mídias tradicionais (TV, rádio, jornais, revistas etc.). A releitura desses autores deve certamente considerar essas transformações, mas há aspectos das análises difíceis de ser abandonados, destacando-se o próprio conceito de espetacularização. A ideia da sociedade e da política como espaços do espetáculo ainda é muito pertinente para entendermos a atual expansão do obscurantismo, do negacionismo e do populismo político no mundo e no Brasil. A ele recorro para a compreensão do fenômeno circense em que se transformou o início do incerto processo de vacinação contra o Covid-19 em terra brasileira. A luta feroz entre os dois ex-companheiros de aventura política – o presidente da república e o governador de São Paulo – é mantida sem trégua e urdida com todos os recursos das representações que distorcem a realidade. Além das retóricas em prol e em oposição aos imunizantes, que, certamente, dá nó na cabeça dos viventes mal informados e ignorantes no que se refere aos processos científicos, o que resta é apenas o espetáculo de atores que só enxergam à frente as urnas e os votos. Embora tenhamos que estar felizes pela vitória parcial da ciência, principalmente na atuação técnica da Anvisa, é difícil não nos envergonharmos com os palcos montados pelo presidente e pelo

governador, que buscaram explorar ao máximo os holofotes da mídia e a boa-fé dos ingênuos. O desespero do mandatário do governo federal o levou a fantasiar um avião para ir a Índia em busca de uma vacina que ainda não está disponível para os brasileiros, ao passo que o governador paulista saiu em disparada, antes mesmo que a Anvisa publicasse a decisão de sua Diretoria sobre a liberação dos imunizantes, para inaugurar o processo de vacinação com exclusividade. O circo não poderia ser mais atraente: autoridades científicas, políticos e uma mulher negra, atuante na frente contra a pandemia e com comorbidades, para receber a primeira vacina (o país do racismo estrutural concede a uma negra esse privilégio!). Os detalhes providenciados a dedo e o cenário impecável para a cobertura da mídia nacional e internacional permitiu ao governador estar sob os holofotes, principalmente da Rede Globo. Todo esse espetáculo convulsionou a mídia, que passou a destacar em suas manchetes a derrota do presidente e a vitória do governador. No entanto, a alegria por ter o processo de imunização iniciado, que até certo ponto é legítima frente a tantas desgraças que assola a terra de Macunaíma, nublou a crueza dos fatos e a compreensão da realidade. Na segunda-feira, logo após o domingo da felicidade, com os ânimos acalmados e em meio as trapalhadas logísticas do Ministério da Saúde, a ficha começou a cair: as doses do imunizante da empresa chinesa Sinovac Biotech, providenciadas pelo Butantã, não são suficientes para cobrir sequer a metade da população de profissionais que atuam na área da saúde e, para colocar areia no pirão dos mais otimistas, ficou evidente que a Índia não liberará tão cedo a vacina produzida pelo consórcio Oxford/AstraZeneca. Para se ter uma ideia da primeira situação, basta calcular o quantitativo de doses disponibilizadas para os estados e o Distrito Federal em relação à população do primeiro grupo prioritário de acordo com o Plano Nacional de Imunização. No caso do DF, essa população foi calculada em torno de 202,3 mil pessoas, e a quantidade de doses destinadas à região foi de 105.960, que devem cobrir duas doses para 52.980 pessoas, ou seja, apenas 26% da população alvo do primeiro grupo. Para tornar o cenário mais tenebroso, os insumos para produzir mais doses das duas vacinas – da Sinovac e da AstraZeneca – não têm data definida para chegar na terra brasilis. As dificuldades se devem não só à disputa internacional pelos insumos e o quantitativo de pessoas pelo mundo a fora que precisam ser imunizadas, mas também à política exterior desastrosa do governo de plantão, que além do alinhamento equivocado com o governo Trump, derrotado na última eleição presidencial norte-americana, levanta a bandeira do negacionismo e do anacrônico anticomunismo do período da Guerra Fria e dos regimes ditatoriais na América Latina. A falta de uma postura nacionalista, o alinhamento servil aos EUA e a carência de visão estratégia, levaram o país a abandonar os seus parceiros do Brics, ignorando de forma cavalgar o potencial científico da China, da Índia e da Rússia na área farmacológica e mais precisamente na produção de imunizantes, além de hostilizar um parceiro comercial de fundamental importância como a China. Pesou também na balança o tradicional descaso com os vizinhos latino-americanos e,

principalmente, com um parceiro estratégico como a Argentina. A ignorância não permitiu que o país pudesse estar junto com os governos argentino e mexicano em uma empreitada célere para viabilizar a produção da vacina da AstraZeneca, que no Brasil deverá ser conduzida pela Fiocruz em prazo desconhecido. Tudo isso é motivo para chorar e não para rir como bobo alegre. Em vários aspectos o Brasil é uma comédia trágica e o país parece ter uma triste sina: a de sempre ensaiar, mas nunca conseguir superar o atraso, que, em verdade, é fruto da incultura, da bisonhice e da ganância de suas próprias elites e lideranças. O país que poderia ser um protagonista indispensável na política internacional e no processo de desenvolvimento dos países latino-americanos humilha-se, acovarda-se e se recolhe a um canto como um camundongo amedrontado. O objetivo de ter o país como um pária internacional a serviço dos interesses norte-americanos foi alcançado com todas as honras e glórias para os obscurantistas que gerenciam as relações exteriores (ainda ecoam os brados do presidente brasileiro em continência à bandeira estadunidense: USA, USA, USA!). Em meio ao espetáculo na política, brasileiros morrem asfixiados em hospitais públicos, mas o circo mantém o picadeiro montado, as suas arquibancadas lotadas e o público bestializado, que se regozija com as pantomimas dos palhaços. A mídia brasileira cumpre o seu papel nesse jogo e, de forma maniqueísta, cria heróis e anti-heróis com a rapidez das descargas elétricas. Fosse o brasileiro mais esperto, teria todo cuidado com esses coadjuvantes, que manipulam sem pudor a opinião pública. Em meio à guerra dos imunizantes, não se deve esquecer, por exemplo, que o governador de São Paulo, quando se sentava ao lado dos mandatários do atual governo federal, incluía o hoje louvado Instituto Butantã no rol das organizações sujeitas às parcerias privadas, uma maneira eufemística de anunciar os processos tenebrosos de privatização na terra de Macunaíma^[3]. É fundamental que se possa descortinar o mundo das aparências, enxergar a realidade crua e nua, caso contrário permaneceremos na arquibancada assistindo ao teatro de horrores, sem pão e sem vacina.

[1] Roger Gerard Schwartzberg. O Estado Espetáculo. Rio de Janeiro. Editora Difel, 1978.

[2] Guy Debord. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 1997.

[3] Em 2019, o governador de São Paulo esteve ao lado do presidente da república e dos ministros da economia e da justiça no Fórum de Davos, onde apresentou uma peça publicitária narrada em inglês para sensibilizar investidores. O foco era o estado de São Paulo, apresentado como algo distinto do resto do país e como região promissora para investimentos privados. Conferir: https://www.youtube.com/watch?v=Ant214DF62g&feature=emb_logo.

Novamente o Centrão

01 de fevereiro de 2021

A incompetência política do quase ex-Presidente da Câmara Rodrigo Maia é assustadora. Parece ter aprendido muito pouco sobre a dinâmica fisiológica dos partidos políticos tupiniquins, particularmente daqueles que constituem o já conhecido e surrado Centrão, a turma que não têm fidelidade programática, compromisso ideológico e que gosta de muita riqueza acumulada sem esforços por meio de tramoias e sinecuras. A sua gestão à frente da Câmara foi marcada pelo não tensionamento com o mandatário do Palácio do Planalto, não obstante a quantidade extraordinária de pedidos de impedimento encaminhados ao legislativo (com letra minúscula porque é assim que devem ser tratados os camundongos) e a lista enorme de irregularidades do executivo (idem). A estranha mistura de um engravatado agoniado com o próprio colarinho, que talvez tenha nas vestes o único símbolo da autoridade, com o comportamento muitas vezes explícito de um menino mimado e choramingão, marcou cenas constrangedoras, a exemplo daquele triste momento de aprovação da reforma previdenciária almejada pelo governo federal. A estranha cena pode certamente ser creditada à total ausência de imparcialidade e independência do parlamento em relação aos desejos dos malévolos bruxos, que atendem no executivo aos interesses das elites retrógradadas da terra de Macunaíma. Em verdade o motor é um só e as correias de transmissão são lubrificadas com a mesma gosma da ganância e do espírito espoliativo, que é excretada por inúmeros vermes. O jogo político brasileiro montado em um sistema de coalizões, sem o poder de pesos e contrapesos institucionais de uma democracia sólida, tendo em vista que o próprio judiciário (ibidem) também não tem o comportamento suficientemente distanciado para fazer cumprir a ordem da legalidade da forma mais exemplar, não segue qualquer princípio relacionado com a decência, com o respeito aos acordos ou com a correção no que se referente aos procedimentos. Daí o circo dos horrores, o cenário da *opera buffa*, que sempre marcou a política tupiniquim. A traição não é algo excepcional neste mundo cão chamado Brasil: a trajetória do país é marcada por calabares, silvérios dos reis e tantos outros que se enredam como nosferatus nas frestas da história. No mundo político tupiniquim, é prática corrente dentro das agremiações partidárias massacrar, colocar no ostracismo ou expulsar seus correligionários, quando se tornam *personas non gratas* ou, mais precisamente, quando se opõem aos acordos espúrios das famigeradas coligações. Isso não é um privilégio de coloridos políticos: ocorre entre partidos que se consideram de direita e também de esquerda (categorias nebulosas por estas terras). A situação do ex-Presidente da Câmara, agora certamente magoado e talvez um pouquinho arrependido por sua relutância em atender aos pedidos de impedimento do chefe do executivo, é

melancólica. Não se sabe, mas talvez ele esteja, neste instante, chorando em algum cantinho escuro de sua alcova ou no conforto do colo materno. A traição de seu próprio partido, que libera a bancada para votar como bem entender na indicação do futuro presidente da Câmara, é certamente o indicativo de uma derrota fragorosa. A distância ideológica e a força do ímpeto para a defesa dos interesses das elites tupiniquins, entre Baleia Rossi e Arthur Lira, não é grande e, com certeza, ambos atendem aos interesses do executivo (ibidem), mas o que mais importa neste momento é a exposição pública da inépcia do lacrimoso Maia, que passará para a história política como péssimo estrategista. O que causa surpresa é a sua falta de malícia no que se refere ao jogo político da direita tupiniquim ou o desconhecimento da forma de ação do Presidente da legenda, um herdeiro puro sangue do histórico Toninho Malvadeza, alcunha concedida ao ardiloso político baiano Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, o também conhecido ACM. O DEM é o suprasumo da direita fisiológica brasileira: foi fundado em 1985 como filho legítimo do Partido da Frente Liberal (PFL), uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS), que, por sua vez, sucedera a Aliança Renovadora Nacional (Arena), sustentáculo da ditadura militar instaurada a partir de 1964. O político baiano falecido em 2007 foi governador de seu estado por três mandatos, senador da república por duas vezes, bem como presidente do Senado, influenciando de forma muito significativa os rumos da política em suas tendências mais conservadoras na terra brasilis. Ele soube cultivar seus interesses nos governos local e nacional e criar a sua prole de acordo com as regras do sistema político oligárquico e retrógrado da terra brasilis. O franciscanismo político do é dando que se recebe nunca lhe causou qualquer tipo de embaraço ou constrangimento. Algo parecido talvez não tenha acontecido com a trajetória do herdeiro de Cesar Epitácio Maia, político com raízes no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que após a volta do exílio e passagem pelo partido do saudoso Leonel Brizola nas décadas de 80 e 90, embrenhou-se de vez nos partidos do conhecido Centrão (PMDB, PFL, PTB e atualmente o DEM). É provável que tenha faltado nas veias a frieza do puro sangue da direita brasileira, capaz de qualquer negócio em se tratando de poder, quem pode saber? De qualquer forma, o mais hilário, é o ato final de bravura, faltando dois minutos para o término da partida, quando o lacrimoso ex-Presidente da Câmara ameaça encaminhar um pedido de impedimento do chefe, com o qual se abraçou tantas vezes nestes dois últimos anos, sob a torcida ingênua dos progressistas tupiniquins. A imagem não poderia ser diferente daquela que lembra a criança traída e magoada, que nega ao pai o último beijo do dia antes de ir para a cama, ou seja, um gesto débil de birra (ou chique emocional). Agora, penso eu, parece ser muito tarde, a não ser que aconteça uma reviravolta inesperada na abertura das urnas, o que parece ser muito improvável. Não obstante a torcida dos eternos otimistas e desnorteados progressistas brasileiros, à espera de um ato de bravura de quem tem pouco aptidão para isso, só resta o travesseiro para chorar o choro morno dos traídos. Amanhã põe-se a fronha para secar e, para superar o ultraje, talvez o lacrimoso e magoado deputado

busque o Governador de São Paulo para um abraço fraternal no ninho tucano. Parece ser o mais provável. Além disso, é assistir os próximos capítulos para saber como será, a exemplo de tantas vezes no passado recente da pobre política tupiniquim, a dança dos atuais mandatários do executivo com o Centrão de Arthur Lira. Esse bailado vai definir a temperatura do inferno em que vive o povo de Macunaíma e tudo o que advirá a partir do processo eleitoral de 2022. Para os que tem fé, que os seus deuses os ajudem. Eu, que sou cético, vou roer as unhas e tomar o meu Rivotril para não ter pesadelos, enquanto espero a remota chance de poder me vacinar contra o Covid-19, prodígio da natureza abraçado pelos temerários genocidas, que assaltaram o poder com o incondicionado apoio das bestas gananciosas e obscurantistas desta terra e de alhures. O resto é mais do mesmo: muita decepção e uma melancólica e já doentia tristeza.

Ah se Fosse uma Miríade

05 de fevereiro de 2021

Sinceramente, as notas sobre a novela da Lava Jato nos sites autointitulados progressistas já encheram o saco: ou colocam procuradores corruptos e juízes parciais na cadeia e acabam com isso ou é melhor irmos nos acostumando com mais uma demonstração de impunidade na terra de Macunaíma. A coisa repetida como fala de papagaios todos os dias fica parecendo intrigas da “Candinha”: fulano disse isso, beltrano disse aquilo, mas ninguém é punido por nada. As matérias se repetem e parecem ser reduzidas a um único propósito: reunir os indignados embriagados pelo ódio, provocar muitos bate-bocas e, de forma muito sutil, proporcionar obviamente os fundos propiciados pelos **superchats** além da ampla audiência dos destituídos de uma imprensa mais honesta no círculo oficial ou hegemônico. Que houve injustiças, que houve crimes dos togados e tudo mais, todo mundo já sabe. Foi gravado, degrevado e impresso? Qual o poder dessas reiteradas notas? Mover o STF em direção a alguma atitude honesta? Empurrar o judiciário parcial a agir em respeito e em cumprimento às leis? Nenhuma. Duvido que os togados do STF leiam páginas de jornais alternativos e/ou progressistas. De resto, os documentos publicados pelo The Intercept e as mais recentes liberadas pelo próprio STF, como resultado da operação **Spoofing**, já são suficientes para que os historiadores honestos, caso se interessem, registrem mais essa palhaçada da política tupiniquim no rol dos inúmeros fatos que ornamentam a triste história desta promessa de país, praticamente falido em todo o seu quadro institucional. Cansei de ler sobre o que Paludo disse no Instagram, sobre o golpe da Rede Globo que omitiu aquilo e outro, sobre o que o Moro e Dallagnol tramaram em atos cobertos de ilegalidade e quebra do decoro. Que a quadrilha dos homens de preto saqueou e sacaneou mais uma vez a terra de Macunaíma, que Curitiba e sua ilegítima República das Bananas é uma roça iludida na pretensão de ser grande e importante hinterlândia (apodrecida pelo

preconceito, pelo atraso e pelas falsas imagens), que o país é tão estúpido que até o BBB global pauta a agenda política, nada disso é inédito e já está a caminho de se tornar banalidade (grande risco da reiteração sair pela culatra: de tanto se falar, naturaliza-se!). Compreendo que o interesse dos jornalistas engajados é manter a brasa viva em função da defesa do Lula junto ao STF, mas aos leitores recorrentes dos sites progressistas isso não é necessário, já sabemos e nada irá convencer a imprensa hegemônica para cobrir jornalisticamente os inúmeros vazamentos: a Lava Jato foi e é um projeto institucional, político e midiático, ponto final. Cobrar da Rede Globo algo diferente faz a gente acreditar que a relação com a rede do *plim-plim* é algo freudiano: odeiam a empresa dos marinhos, mas também a reverenciam, reproduzindo inclusive reportagem originais formuladas pelo G1 em sites independentes ou progressistas (o mesmo vale para a Folha de São Paulo e Estadão). Tentar colocar à luz do sol a face da Rede Globo em suas alianças abjetas com segmentos conservadores brasileiros é outra perda de tempo. Todo mundo já conhece as tendências da rede global desde o seu nascedouro, quando bailava abertamente nos ventos da ditadura com parceiros em verde oliva. Então qual o propósito de bater na mesma tecla todos os dias e para os mesmos leitores? É super cansativo. Mas para quebrar essa agonia, além das estatísticas mórbidas do Covid-19, algo poderia ter sido muito bom no aproximar do término desta semana, se não fosse o premeditado lançamento da candidatura de Fernando Haddad à Presidência da República, como indicam algumas notícias, por orientação e indicação de Lula.

Frente a essa lengalenga, poderia ter sido astuciosa e sábia a decisão de Lula nesta semana (após o recente retorno de viagem a Cuba), caso tivesse chamado para uma conversa imediata os representantes do que resta das esquerdas brasileiras, e propor de imediato uma Frente Ampla. Não esperar pela suspeição de Moro ou pela prisão de procuradores bandidos, mas agir de forma estrategicamente política e começar a traçar uma frente que possa pensar além das intrigas cotidianas do negacionismo, da atitude boçal das elites brasileiras, alternativas que possam ir além das articulações meramente voltadas para a arena eleitoral, ou seja, algo desprendido das manhas e artimanhas para ganhar mais uma vez a eleição (que sempre cobra o preço trágico das faustianas coalizações). A chamada de Lula para reunir Flávio Dino, Haddad, Boulos e outros que integram o que resta da esquerda brasileira seria um sinal super positivo, não para a construção da falaciosa Frente Ampla (em relação à qual permanecem apenas os crentes de que a direita tupiniquim possa ser democrática), já que se tem a prova suficiente de que isso é impossível. A direita brasileira prefere o cantinho escuro das práticas fisiológicas, das urdiduras do atraso, da maldade preconcebida e orquestrada contra o povo mais carente e da mais extrema mediocridade que se possa imaginar. Porém, como diz acertadamente Boulos, é mais relevante neste momento, discutir projetos antes de discutir nomes. O chamamento de Lula daria um sinal de humildade, de responsabilidade e grandeza para que se possa pensar, além do lengalenga eleitoreiro,

um projeto político, econômico e social para o enfrentamento do neoliberalismo. Esse sim o inimigo a ser combatido, que conta com os arautos do atraso brasileiro (Rede Globo, Dória, Maia, Paulo Guedes, Bolsonaro, dentre tantos outros. Pode escolher!).

Não importa neste momento que o candidato para 2022 seja o Lula, o Flávio Dino, o Haddad ou o Boulos ou a combinação de figuras políticas que, eventualmente possam surgir no campo progressista, porque o mais relevante é uma frente verdadeiramente democrática, capaz de apresentar um projeto para o país, além da mera guerra pela presidência da terra brasilis em 2022. Ademais, a construção de uma unidade popular e democrática pressupõe o retorno das esquerdas ao seu papel pedagógico e militante – que do meu ponto de vista só permaneceu ativo com o PSOL depois que o PT chegou ao poder -, isto é, abandonar de forma crítica as tendências ao burocratismo, à oligarquização e à cartelização dos partidos encastelados no parlamento carcomido e voltar aos movimentos de base. A direita soube construir seus *think tanks* nas décadas de 80 e 90 e, por intermédio deles, cooptar alguns filhos de operários e grande maioria de jovens pequeno-burgueses conservadores nascidos de pais outrora revoltados e, entre eles, alguns *hippies*, que se engravataram e foram investir na Bolsa de Valores a partir da década de 80. Os filhotes dos *think tanks* vêm de todos os cantões da sociedade, mas não carregam o cheiro das favelas de onde porventura tenham vindo, mas brilham a beleza de jovens burguesas norte-americanos e propalam o valor da economia neoliberal, do empreendedorismo e da entrega indecorosa do país ao neocolonialismo de Tio Sum. Dentro de terninhos *a la tabata* e arrevesados na falsa intelectualidade dos arrogantes *kataguiris*, juntam-se aos seus empresários benfeitores e tutores nos cantões dos poderes públicos do executivo ou do parlamento (com letra minúscula para todos esses pobres camundongos institucionais), de onde podem fazer a temerária propaganda dos vencedores. Embora exaltem o mercado, ninguém se atreve a abrir uma carrocinha de cachorro quente, depois que saem dos programas neocolonialistas de Harvard ou de outras instituições envolvidas dentro e fora do país de Macunaíma. Carrocinhas de churros e cachorro quente ficam para os bobões que acreditarem na pregação dos sacerdotes do neoliberalismo e na mentira da meritocracia, que vendem a promessa da riqueza como a Caixa Econômica vende a esperança com suas obscuras loterias. A direita não só aprendeu a formar seus quadros por intermédio dos herméticos institutos (as grutas da Gotham City como as Milleniums, Misses, Liberal e tantos outros buracos formadores dos ídólatras da falsa meritocracia, do ultra liberalismo e dos fascistas tupiniquins) em parceria com universidades norte-americanas e europeias escolhidas a dedo, como também construiu seu simulacro populista para se identificar com o povão ou os descamisados como diria Perón. O cara que veste camisas de times de futebol, calça sandálias havaianas, veste chortão puído e come leite condensado com pão francês e solta todos os tipos de impropérios que se possa imaginar, assim como age o simples cidadão quando erra o dedo e acerta o

martelo no dedão. Criaram o Homer Simpson brasileiro com a perícia dos bons publicitários! Em outras palavras, é a versão fascista para responder às figuras populares do populismo de esquerda que gostam de novelas, usam metáforas de futebol ou vão ao boteco da esquina tomar uma birita e comer um pastel de carne. A identidade com o pobre já não é mais um privilégio dos populistas *à gauche*.

A melhor medida que pode ser tomada pelos frangalhos das esquerdas neste momento, e vamos torcer para que a sabedoria e experiência de Lula ainda permita isso, sem a intromissão dos arquitetos e bruxos das coalizões grandes ou pequenas (como a que se deu nas coalizões dos anos 2000 e na mais recente para a eleição do Presidente da Câmara dos Deputados), é superar a pressa em relação ao processo eleitoral ou às práticas populistas e voltar toda a atenção para recuperar as ruas, com ou sem pandemia, a exemplo do ato de bravura do emocionante Padre Lancelloti, que superou a debilidade de sua idade e brandiu sua marreta – como um belo e atraente Thor - arremessando-a sobre o símbolo vil da soberba paulistana ao impedir o abrigo de sem tetos com a cimentação de blocos de pedras sob os viadutos. A fragilidade de Padre Lancelloti e sua marreta valeu por milhares de toques ao teclado, que pudesse executar um intelectual autointitulado humanista no conforto de seu escritório (como faço eu em minha indignação, que não é adequadamente a de um intelectual, que definitivamente não sou nem pretendo ser!). O Padre com um instrumento de operário nas mãos reivindicando o direito do abrigo para ex-operários abandonados: cena imperdível, lição de vida para todos nós, mas principalmente para a esquerda contida no burocratismo parlamentar.

Tomara, tomara, que Lula consiga com sua batuta adquirida por meio da experiência de líder de massas, trazer à razão as lideranças das esquerdas destroçadas e, por intermédio de seu ato, possa fazer brilhar novamente os olhos de quem sempre teve simpatia por suas lutas humanitárias na terra de Macunaíma. Embora não seja militante, mas um simples simpatizante do Partido Socialista e Liberdade (torço para que Boulos se torne uma grande liderança dentro do PSOL e no Brasil!), faço meus votos de que, sem as distorções e messianismo do lulismo ingênuo, que Lula renasça como o amálgama para construir uma frente de ação mais profunda, que tenha em vista não só as próximas eleições, mas o futuro deste triste país, que, quer queira quer não, é o nosso país (a nossa pátria pobrinha como diria a poética de Vinicius). Torço para que possamos ir além das intrigas cotidianas dos jornais, que alimentam as guerrinhas e blefes conjunturais, à construção de um projeto político, econômico e social que possa assegurar a todos os irmãos de Macunaíma um futuro promissor. Que a nós venha não um messias, um salvador, um vingador, a tábua da salvação, mas um senhor de sabedoria que possa, por intermédio dos seus próprios erros, acertos e calos nas mãos, ensinar aos incautos como se pode cultivar um campo de esperança profícuo, produtivo

e longo para o que ainda resta no solo seco como broto, esquelético e quase morto, da democracia brasileira. Que venha sem ódio, revanchismo e com muita, muita sabedoria para dizer às novas gerações – aos meus filhos e ao meu neto que se tece em um útero neste momento –, que ainda há horizonte além do capitalismo predatório e da boçalidade das elites tupiniquins em prol da esperança e de um futuro de grandes realizações, em que se possa fazer brilhar não só uma estrela, mas uma miríade.

Boulos tem Razão ...

07 de fevereiro de 2021

Não sei se é lastimável, mas, com certeza, é no mínimo estranha a tendência de segmentos do lulopetismo, em seus **blogs** e sites autointitulados progressistas, em enquadrar os discordantes da afoita indicação de Fernando Haddad como candidato de Lula para 2022 como defensores dos interesses da direita (que direita?). Talvez seja a prática de um fenômeno religioso, muito próximo do radicalismo guerreiro do apóstolo Paulo, ateu arrependido que fazia uso da indagação tendenciosa: se deus é por nós, quem será contra nós? Ou quem sabe o esquecimento muito ligeiro de que o pensamento único só existe em sistema autocrático. A simples e razoável observação de Guilherme Boulos de que o momento requer a construção de uma verdadeira frente democrática e não a indicação de nomes, o transformou em saco de pancadas nos comentários repletos de erros de português dos asseclas desses **blogs** e comentaristas nos pés de página dos jornais independentes (assim se realizam os pequenos momentos de fama), ao mesmo tempo em que, mais uma vez, desnuda a fragmentação das conhecidas esquerdas brasileiras perdidas frente a maior e a mais efetiva organicidade dos movimentos da direita populista tupiniquim depois da Nova República. Não sou membro de partido, mas me incomoda bastante atos como o de alguns representantes do lulopetismo, entre eles deputados eleitos pela sigla, que já esteve no poder e fez tantas coisas certas, mas também tantas coisas erradas em suas coalizões monstruosas com segmentos podres das elites brasileiras, que do alto de sua soberba recomenda, aos que ensaiam uma outra voz, a leitura do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, publicado pela Fundação Perseu Abramo. A situação se assemelha ao acólito neopentecostal que, indignado com a resistência da ovelha negra, apela para a única saída: vá ler a bíblia pecador! Adianto, nada contra o Plano, cujas ideias são inquestionavelmente defensáveis, mas tudo contra a soberba de quem pensa ***qui est la raison d'être, le début et la fin de tout: l'alpha et l'omega***. Esse é certamente o caminho mais curto para a fragorosa derrota e para a humilhação. Não há deuses na terra (também não os há nos céus!), mas apenas seres humanos erráticos, que podem construir alguma coisa, tendo em vista que a natureza lhes proveio uma mão e um polegar opositor, desde que se lembrem, antes tarde do que nunca, que não estão

sozinhos e que precisam atuar juntos para construir alguma coisa, ainda que seja uma torre de Babel. Eu que abandonei as igrejas quando tinha apenas 14 anos de idade, devido à percepção do controle, da lavagem cerebral, do sectarismo burro e do obscurantismo, jamais me filiei a um partido político por encontrar tantas vezes os mesmos valores e tendências nessas agremiações. Não é raro: é comum e muito comum, que partidos sejam facilmente transformados em igrejas. De qualquer forma, na casa dos meus 60 anos, tenho uma única certeza: o Brasil precisa de jovens pensantes nas ciências, nas artes e, sobretudo, na política. É necessário superar a tendência de imprimir na política a tradição e a hegemonia dos coronéis, ainda que ela não seja intencional, e abrir espaços para ideias inovadoras, novas visões de mundo e princípios construtivos (verdadeiros movimentos de contracultura!). Isso não significa jogar na lata de lixo as referências e o aprendizado acumulado com figuras históricas como Getúlio, JK, Brizola, Ulisses Guimarães, Lula e tantos outros. O país está precisando urgentemente de um projeto político, econômico e social que se possa contrapor, com força e de forma impetuosa ao neoliberalismo das elites tupiniquins, e isso já não é possível com Frentes Amplas, alianças com partidos de direita ou com o jeitinho dócil dos arranjos institucionais, tramados nos almoços e jantares dos salões do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília entre empresários, fazendeiros, togados, fardados e deputados. É preciso retomar a força das ruas, resgatar os movimentos sociais, fazer vibrar novamente algum tipo de esperança em projetos inclusivos e, do meu ponto de vista, isso é tarefa para uma juventude engajada e capaz de dialogar por intermédio dos novos meios de comunicação e mídias. Do meu ponto de vista, o PSOL é uma promessa que não deve ser combatida como judas ou filho rejeitado de um partido que se pretende único e legítimo. O momento não parece ser o mais alvissareiro para assumir a exclusividade da bandeira democrática no país de Macunaíma com um único bastião, por mais histórico que ele seja. O que precisa ser assegurado com urgência não é a conhecida e reconhecida tradição de um partido, que tem todos os seus méritos na luta pela emancipação e organização sindical dos trabalhadores, principalmente urbanos e industriais no Brasil das décadas de 80 e 90, mas a democracia que está descendo a ladeira rumo ao precipício e, para isso, vale muitas mãos unidas, muitos braços entrelaçados, muitas estrelas brilhando, não em função da ocupação da almejada cadeira do Palácio do Planalto, mas da construção de um plano que possa convencer os combatidos brasileiros de que ainda é possível acreditar e trabalhar para construir alguma coisa melhor e diferente disso que se encontra aí em meio ao desespero, do escárnio e do gracejo repugnante dos ogros. Portanto, compartilho do sentimento de estranheza do Boulos frente a prematura candidatura de Haddad, e acredito da mesma forma que o momento é o da construção de ideias e, sobretudo, de estratégias para vencer os genocidas que estão no poder e que farão de tudo para poder permanecer no mesmo lugar. Caso o espírito não seja o do estrelismo autoritário, do vanguardismo solitário ou do radicalismo dos idólatras cegos, mas do debate aberto para a construção,

eu mesmo tomo a iniciativa em nome dos arautos do lulopetismo de ajudar na difusão das ideias. Eis aí o [link](https://mega.nz/file/BRowXayL#YNRNUAyo7XmTjac7ukKhBTLALwbds_9DiibVh-LqNoM) para quem deseja conhecer o Plano de Reconstrução do PT: https://mega.nz/file/BRowXayL#YNRNUAyo7XmTjac7ukKhBTLALwbds_9DiibVh-LqNoM

A Geração do Ilariê

09 de fevereiro de 2021

Estou certo de que a cada dia esteja mais distante deste mundo e mais próximo da morte. Isso é natural quando a gente envelhece: o relógio passa a marcar os minutos da saída e não mais os da chegada. Com a idade vão embora as vaidades - para quem as pôde ter -, porque eu creio que nunca tive essa oportunidade devido à pobreza em que nasci. Aos sete anos de idade já era um mulatinho raquítico, os cabelos desgrehados e no rosto havia mais marcas da contaminação do pano branco que a verdadeira pele dos viventes (para quem gosta de nomes científicos: pitíriase versicolor). Mas há coisas que são biológicas e que se transfiguram na estética quando se opõem à potência. Como diz o ditado, quem é feio não tem medo de cara feia (o espelho ensina), e a gente dá murro em ponto de faca e deita em cama de prego para sobreviver de acordo com a implacável lei de Darwin do capitalismo tupiniquim. Mas não vou choramingar minhas carências, a melancolia de ter nascido brasileiro e o azar de não ter, como diz o poeta, nascido ao embalo da cuíca. Pretendo falar de outra coisa. Pois bem, ainda sou da época em que beijo de novela causava rubor, que pontinha de seios, coxas desnudas avizinhando a virilha promissora e trejeitos faciais poderiam ser motivos para incansáveis e intermináveis sessões de onanismo. Ah, e quando apareceram as ripongas peladas, exuberantes em pelos e suores, e as revistas de mulheres nuas como anjos? Aí então que a febre do desejo deixou de ser terçã como a malária para levar o sujeito aos tremores cotidianos. A Revista Playboy furtada aqui e acolá era então o delírio perpétuo. Época estranha quando não era tão fácil seduzir e atingir o ápice do coito com a namoradinha acatada (geralmente preservada para o boa praça e para o matrimônio pequeno-burguês) ou com o amor platônico (nossa quantos eram!), e a única solução para os corajosos, eternos contadores de vantagens, depois dos lânguidos olhares e dos namoros com tantos afagos frustrados, eram os prostíbulos das cristas de galo, dos cancos e da sífilis espaiada como endemia. Ainda bem que o Tetrex era vendido sem receitas e farmacêuticos faziam as vezes de doutores, caso contrário a coisa teria sido muito pior! Hoje tudo parece que se tornou muito normal e já não há tantos motivos para neuroses de origem castrativa. Parece que a liberdade sexual chegou há muito tempo e qualquer pré-adolescente pode se aventurar com a coleguinha que mora na porta ao lado, sem problemas, sem comoção e com um pouquinho da ajuda dos contraceptivos para gozar os prazeres ardentemente almejados. Mas algumas outras

coisas estranhas aconteceram com o passar dos tempos: o sexo sempre foi mercadoria, mas hoje ele é também a força mágica que reveste, por meio da sensualidade, qualquer tipo de negócio. Tudo leva a crer que a questão mais importante não é exatamente a boa e sadia liberdade sexual, a eliminação do tormento do desejo frustrado. A questão hoje é a banalidade do corpo, a falta de sentido da sexualidade como ato relacional, integrativo e criativo (e motivo para inúmeras e salutares fantasias). A sedução passou a ser um ingrediente importante no engraxamento das moendas e catracas da Economia capitalista, esse deus Midas terrível que consome absolutamente toda a criação e a beleza da natureza. O mercado fagocitou e colonizou com a sua competência instrumental, sobre a qual já alardeavam as análises de Adorno e Horkheimer, mais um segmento do mundo da vida. Por que estou escrevendo essas coisas que parecerem desconexas em meio à pandemia da Covid-19? Um pouco porque cansei da pandemia e, por um outro tanto, porque não só de desgraças vive o homem. Mas, o motivo real, foi que me deparei recentemente com um pôster de uma mulher muito bonita, em meneios atraentes e uma volumosa língua (um fenomenal apêndice viscoso!), que se agitava não só sobre os lábios, mas em direção aos observadores em rompante ato de volúpia (realmente Adão não tinha como segurar a situação!). A imagem tão real, que por momentos tive a sensação de que seria despidamente e, deliciosamente, lambido. A coisa talvez tivesse o propósito de vender batom – ou quem sabe creme dental ou a própria exuberância feminina –, mas não foi possível fugir da sugestiva maledicência do beijo de língua ou da aventura do sexo oral prazeroso, não por causa daquela boca ou da língua carnuda da Eva sedutora, mas do famigerado batom (ou será do creme dental?). O gracejo me assaltou momentaneamente e me fez lembrar da Greta Gremlin, a diva monstrinho com seus enormes lábios entumecidos, mas a lembrança foi efêmera, coisa besta de criança e eu voltei à realidade. E na realidade a exposição dos lábios carnudos não se trata de coisa estranha. Essa prática e seus similares não são novos. As contradições são muitas: a propaganda do atleta que vende cigarros e bebidas talvez seja o maior contrassenso. Também aquela do sujeito que desfila com uma mulher atraente em um carro de luxo na sugestão de que a felicidade conjugal pode advir de quatro pneus e uma marca icônica em algum lugar da lataria fria do veículo. Foi então que a ficha caiu e comecei a perceber que a beleza se tornou banal: já não é mais tão fácil identificar mulheres elegantes e homens viris. A propaganda tem o poder da varinha de condão de transformar todas as personagens em sujeitos efeminados, criaturas andróginas como a Barbie e o seu amiguinho Ken (ou será Bob?), que se misturam de tal forma que a gente não sabe mais quem atua em qual gênero. E não me venham com a crítica fácil do drama da senhora que viu o redentor no pé de goiabeira: não desejo fazer defesas cristãs nem históricas do que deve ser o homem ou a mulher, nem travar uma guerra entre cores, na exigência intransigente de que meninos vestem roupas azuis e meninas roupas rosas. Os meus filhos vestiram verde, amarelo, marrom, roxo, entre outras cores, e até onde sei isso não foi determinante para as preferências

sexuais deles. A questão não é essa. Refiro-me a uma espécie de mutação psicológica e comportamental, por assim dizer da instauração de uma plástica, de uma estética, em que as diferenças são subtraídas em função da pasteurização e da instauração de um **leitmotiv** em que o ser humano desaparece para dar espaço à mercadoria. Em seu lugar posiciona-se o próprio boneco ou a geringonça produzida pela indústria, em função do qual se investe em novos e caros adereços em prol da felicidade das crianças e loucura financeira dos pais, mas o boneco vai tomando o espaço paulatinamente, como nos filmes de terror, que deveria ser ocupado pela criança. A última coisa mais assustadora que pude ver, muito recentemente, foi a quantidade significativa de pessoas procurando os cirurgiões Paul Nassif e Terry Dubrow, condutores do programa televisivo norte-americano **Botched**, no intuito de que esses profissionais, considerados muito competentes na área da cirurgia plástica, os transformasse em Barbies, Kens e, mais recentemente, em personagens de Animes nipônicos. O bom senso dos médicos e o profissionalismo têm feito com que loucos de todas as partes do mundo (inclusive do Brasil), que buscam os seus serviços, desistam dessas ideias estapafúrdias em prol da segurança física, da saúde e da própria vida. Essa situação bizarra me conduziu ao passado, quando tive uma breve experiência ao exercer a docência em uma disciplina de Antropologia Cultural, e discutia com os alunos sobre o fenômeno da colonização do imaginário das crianças nos avanços da indústria cultural no início da década de 80. Estávamos tentando ler e entender as duras penas as análises elegantes dos frankfurtianos aplicadas às ocorrências do nosso cotidiano. Naquela época o fenômeno Xuxa explodia na TV brasileira, carregado de **merchandising** e construção de um forte mercado consumidor infantil. Assistindo a tudo aquilo, percebi que já não era mais a criança que dava vida ao ser inanimado, que nomeava, vestia e criava o mundo de fantasias de suas bonecas de pano, de sabugo de milho ou de plástico - por mais que isso fosse em sentido parsoniano uma prática socializante em afirmação ao papel feminino na sociedade -, mas era ela própria sendo agora transformada em manequim, para a qual era formulada de forma invertida uma narrativa, uma cultura musical, indumentárias, cortes de cabelo, calçados e recursos de maquiagem, entre outros penduricalhos, em um processo de produção conduzido por uma boneca de carne e osso, que, repleta de sensualidade, rodopiava pelo palco em vestes sumárias diante das câmaras com suas paquitas e paquitos, ou seja, suas Barbies e Kens. A mulher de carne e osso transformava-se em uma boneca viva para vestir a criança mimetizada como um brinquedo estático: estranha dialética de domínio do imaginário infantil. Não me lembro se as belas donzelas giravam guizos presos aos seios de forma circense, como sugeriu Matt Groening em sua mordaz crítica no episódio de Os Simpsons - *Blame It on Lisa*-, exibido em 31 de março de 2002, mas certamente os ingredientes do exagerado sensualismo em prol do mercado já estavam lá de forma plástica, pasteurizada e andrógina. Hoje fico pensando se esse tipo de coisa não ajudou bastante a formar a atual geração de desajuizados que curtem **pop country** (esses gemidos excruciantes copiados

de Nashville), veneram norte-americanos, penduram suásticas nas paredes de seus quartos, abraçam o obscurantismo, se apegam ao negacionismo, odeiam a ciência e a escola, julgam-se inteligentes e meritocráticos (embora ainda residam com os pais até os 40 anos de idade e ainda dependem do poder de mediação deles para empregos e favores) e, na primeira oportunidade, vão tentar ser os protagonistas que não são em **blogs** de péssima reputação e sites estapafúrdios da Web desenfreada, acreditando em falsos profetas, transformando genocidas em mitos e tentando transformar mentiras em verdades, ou seja, sujeitos malucos e destrutivos que fazem de Baby Jane, a personagem de Bette Davis, uma maluquinha ingênua e graciosa. A geração de malucos brasileiros, criados ao som do animado Ilariê, são mais assustadores. Eles são capazes de assistir ao circo pegando fogo com a passividade dos psicopatas, podem ter certeza meus amigos.

Ódio ao Estado e Banco Autônomo

11 de fevereiro de 2021

A burrice das elites brasileiras é tão grande, que não permite aos estúpidos considerarem algo muito óbvio: não há sociedade de mercado que seja conduzida exclusivamente pelo mercado. O que tem acontecido no Brasil há muito tempo não é apenas um processo de demonização de partidos progressistas ou de ideais alicerçados em princípios humanistas. O projeto anticivilizatório tupiniquim tem no centro o próprio ódio atribuído ao Estado. O setor público nunca apareceu na mídia ou nas rodas de conversa dos economistas tacanhos – e quase todos eles podem ser enquadrados nessa condição – como algo positivo. O mais intrigante que, andando-se pelos corredores das repartições públicas, também se encontram servidores públicos dispostos a garrotear as organizações de onde tiram o próprio sustento. Em verdade, o povão dessa terra da desilusão aprendeu a odiar o que é público, porque amá-lo exige cidadania, responsabilidade, solidariedade e um conjunto de outros valores, que não foram devidamente construídos no decorrer da história e que não interessam de forma alguma às elites tupiniquins. A má educação, o individualismo predatório e a indiferença são hoje os valores superestimados e reforçados em todas as mídias da terra brasilis. Talvez se estudassem um pouquinho mais, as toupeiras brasileiras fossem capazes de perceber que o Estado moderno é uma criação do mundo burguês ou da sociedade do capital. Os grandes investimentos necessários ao desenvolvimento do capital, principalmente no que se refere aos projetos de infraestrutura e tecnologias de ponta, sempre dependeram da ação estatal. No entanto, neste momento em que o neoliberalismo requentado parece ganhar o jogo, as bestas impotentes que conseguem apenas ter ereção e ejacular fantasmando com a bolsa de valores e com aplicações mirabolantes em ações, voltam a idealizar uma sociedade articulada por uma espécie de *laissez faire*

conduzido pelo mercado financeiro. A historinha da autonomia do Banco Central não seria motivo para grandes celeumas se o país fosse outro, mas em se tratando da terra de Macunaíma todas as suspeições podem ser intuídas. Em geral, na maior parte do mundo, um banco central deve se preocupar com a formulação da política monetária, garantir reservas internacionais, manter a inflação dentro de metas e garantir a estabilidade de compra da moeda, mas isso não deve ser feito necessariamente, pelo menos é o que se espera em países sérios, mediante a cegueira em relação às necessidades do desenvolvimento e do bem-estar da sociedade. Os princípios econômicos não devem perder de vista, pelo menos do ponto de vista ético, as demandas sociais. Entretanto, na terra brasilis, com instituições fragilizadas e capadócios do rentismo sedentos por riquezas infindas mandando e desmandando, a já quase conquistada autonomia pode ser um grande tiro no pé para o povão abandonado à própria sorte. A possibilidade de divórcio entre as necessidades de uma pauta política, nascida de demandas sociais legítimas a ser conduzida pelo executivo (com letra minúscula por merecimento), e os interesses de banqueiros e especuladores não é exatamente uma lorota, mas favas contadas. As raposas que assaltaram o galinheiro estão dispostas a acabar com todas as galinhas e só resta saber o que virá depois, quando sequer haverá ovos como matéria prima para a reposição. Talvez a ideia seja realmente a do saque: limpar a algibeira dessa pobre e burra população e cair fora com o butim. Em verdade, a cada dia, fica mais evidente que a terra de Macunaíma não conta com homens públicos, com empresários ou empreendedores (como eles gostam de se autointitular), mas com piratas que demolem a economia, que avacalham com a política e zombam dos remadores raquíticos que conduzem o navio nas galés. O país é em sua totalidade um escárnio de mau gosto. O mais terrível nisso tudo é o desprezo pela evidência, já constatada e propalada pelo mundo civilizado, de que o Estado ou o setor público é fundamental neste momento de pandemia e será ainda mais importante no período pós-pandêmico, particularmente no que se refere à retomada do crescimento econômico. Os basbaques brasileiros não conseguem perceber o óbvio porque não têm compromisso com nada além do saque, da pilhagem ou do assalto ao que eles mais odeiam: o próprio Estado. As consequências de um banco central autônomo podem ser muito graves, não exatamente pela questão da autonomia em si, mas em função da natureza ou caráter daqueles que a defendem: sujeitos repugnantes que exalam o odor dos animais de assalto e regougam como raposas. O banco na mão de rentistas será certamente voltado para a defesa dos interesses dos abutres do mercado financeiro e, inevitavelmente, isso aumentará o já enorme fosso que se abriu entre pobres e classes abastadas no Brasil. Do jeito que a coisa vai, em breve não haverá outra saída para os filhos desta terra (os verdadeiros que não têm para onde fugir), caso não queiram se resignar à morte causada pela fome, que vem se somar ao flagelo da Covid. A única saída será as ruas, com ou sem vacinas, para colocar a boca no trombone e assustar quem parece não ter motivos para sentir medo, porque já se convenceu de

que o gado é manso ou de que as ovelhas são muito doces. Neste momento de desespero há apenas duas alternativas: destrói-se o projeto neoliberal e coloca-se os seus asseclas para correr ou se resigna com a destruição. Nesse último caso, não haverá país para que se possa chamar de pátria ou algo equivalente em breve espaço de tempo. Além disso, após a consumação do saque, só sobrar a terra arrasada, que sequer servirá às saúvas.

Vermes e Zumbis

06 de março de 2021

A política envolve como fenômeno social elevado grau de complexidade, que justifica encontrá-la como objeto de estudo em diversos campos do conhecimento. Porém, com todo respeito aos vieses acadêmicos e às abordagens sofisticadas, há também as compreensões mais simplistas do senso-comum e, entre elas, a concepção de que a política pode ser observada como a arte da negociação, do debate e da busca do consenso. Em verdade, esse tipo de interpretação também é encontrado em compêndios, mas, por alguma razão, tornou-se mais popular ou mais facilmente compreensível para além dos muros das universidades, provavelmente devido ao seu teor muito romântico. Por conseguinte, tem-se como expectativa que os políticos ou homens públicos deveriam ser, até prove o contrário, homens probos com a capacidade para interagir, lidar com contraditórios e compor consensos em função de alguma causa legítima e honrosa. Entretanto, a realidade que constitui uma mestra irrepreensível, termina por nos ensinar que a política não é exatamente um jogo justo (ou um *fair play* como gostam os adeptos do anglicismo). A política parece ter se tornado algo mais perverso e desonesto, muito além das combinações maquiavélicas entre *virtu* e *fortuna*, e sinônimo de um jogo aberto ao vale tudo. Nesse jogo sujo o que mais importa é a defesa de interesses mesquinhos de pessoas, grupos corporativos e classes. Nessas circunstâncias, os jogadores ficam muito longe da figura dos homens públicos de outrora ou daqueles que os gregos idealizaram como heróis em função da defesa dos interesses da polis. Pelos salões desfilam tristes mandriões, que se movimentam como jogadores em torno das roletas e mesas de *poker* com suas audiências ávidas, entre pinguins (engravatados) e loiras oxigenadas, afoitas por um vencedor que assumirá o custo de uma boa noite.

O Brasil é um cassino sem o glamour dos hotéis de luxo de Las Vegas. No jogo é possível blefar, na política também, mas a chantagem é algo menos comum no código de jogadores profissionais, a não ser que o jogo seja apenas uma artimanha para a extorsão como ocorria nas transações da máfia e das tramoias de El Capone. Do ponto de vista jurídico, a extorsão é um crime, por mais inocente que ela possa ser em seus objetivos

finais. Portanto, políticos probos, ainda que viciados na prática dos jogos, deviam se abster de praticá-la. No entanto, na terra de Macunaíma, onde a política nunca foi algo muito decente, a vilania se transforma em gracejo ou é traduzida de forma jocosa em expressões como colocar o bode na sala ou inserir um jabuti nas transações. Nunca entendi essa capacidade do brasileiro de transformar tudo em piada ou em imagens engraçadas, quando não há motivo para risos ou para gracejos. O último exemplo desse tipo de situação é encontrado na Proposta de Emenda Constitucional nº 186/2019, cujo objetivo é a redução das despesas obrigatórias de todos os níveis governamentais em função da manutenção do teto de gastos e do equilíbrio fiscal, dois mantras de economistas conservadores e de visão muito curta sobre o que é realmente políticas desenvolvimentistas. A proposta foi encaminhada como condição *sine qua non* para viabilizar o auxílio emergencial, que se tornou indispensável frente aos níveis elevados do desemprego em meio à pandemia do Covid-19. Entre argumentos maliciosos e interesseiros inseriram, junto com outras medidas, a necessidade da eliminação da obrigatoriedade dos percentuais mínimos, definidos constitucionalmente, de investimento em saúde e educação^[1]. Eis o tal jabuti, que, em verdade, nada mais é que um ato de chantagem ou vigarismo. Ato ardiloso de neoliberais instalados no poder na corrente de transmissão com o mundo dos rentistas e do mercado financeiro, que fazem qualquer negócio para eliminar garantias sociais, comercializar o patrimônio público e refestelar-se com o butim cobiçado pelos parceiros inescrupulosos do mundo do mercado. Não se trata apenas de tramoias, mas a prova incontestável do travestimento político de vermes em arremedo de homens públicos. A terra de Macunaíma, que sempre perseguiu a utopia de uma nação, está cada vez mais distante da idealização. O tecido social tem se esgarçado com a ajuda de atores que atuam de dentro e por dentro dos quadros institucionais em todas as esferas de governos e de poderes, além do espaço específico da própria sociedade civil. Falta de amor ao país ou ações coordenadas de uma guerra híbrida dirigida internamente por segmentos da burguesia neocolonialista, tanto faz as razões ou motivos, que podem inclusive ser vários e muitos ao mesmo tempo, o que assusta de fato é o tamanho da destruição sem qualquer tipo de reação mais significativa. Qual a razão do comportamento catatônico? Por que a população age, em geral, como zumbis?

A explicação mais evidente é o impedimento à mobilização dos segmentos populares causado pela pandemia, mas as causas talvez sejam mais profundas. Do meu ponto de vista, além da decepção com a política, que não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, dever-se-ia considerar as raízes históricas do autoritarismo na sociedade brasileira, que explica em grande medida as opções políticas mais recentes da população tupiniquim, inclusive do que se convencionou denominar os pobres de direita. Essa reflexão é realizada de forma muito rica pela professora Lilia Schwarcz em seu ***Sobre o Autoritarismo Brasileiro***^[2], onde analisa aspectos relevantes da história brasileira como

o escravismo, o mandonismo, a corrupção, a violência e a desigualdade social, entre outros, que marcaram e ainda marcam profundamente a formação social, política e econômica do país. Esse processo foi construído com o auxílio da criação de mitos ou falsas imagens sobre o que somos, a exemplo da democracia racial e da harmonia social, frutos de uma cordialidade ideologicamente construída que tem servido, de acordo com meu entendimento, à manutenção de uma estrutura social extremamente desigual, além da centralização do poder nas mãos de grupos de elite autoritários e retrógrados. A desigualdade brasileira é primordialmente de natureza econômica, mas se sustenta também em fatores de ordem cultural e tem forte reflexos sobre os direitos sociais básicos, destacando-se o acesso à educação e à informação. As décadas se sucedem e o país não consegue superar o seu atraso civilizatório, por interesse e obra de suas elites, e esse atraso por sua vez facilita a alienação e a suscetibilidade à manipulação política dos apartados sociais. A situação é extremamente favorável à recorrência do populismo e do surgimento de lideranças carismáticas de caráter centralizador e autoritário. A manipulação midiática e as artimanhas pouco republicana dos pretensos homens públicos talvez não fossem tão efetivas se a maior parte da população pudesse, minimamente, ler e entender o seu próprio enredo, ou seja, compreender a sua própria realidade. Esse é, do meu ponto de vista, o verdadeiro e grande ato revolucionário, que é evitado pelos donos do poder. O negacionismo e o reinado da ignorância jamais se instalariam com facilidade na terra brasilis se os brasileiros fossem capazes do exercício de uma cidadania consciente e ativa. Não há saída para o país sem o resgate da educação pública laica e acessível a toda a população. Ela é o acesso mais garantido à retomada do valor da ciência, da construção do espírito crítico e do resgate da democracia. Em sentido contrário, permanecem os vermes travestidos em homens públicos atuando em prol de motivos pessoais, dos interesses de classes e de grupos corporativos, e o resto da população perambulando como zumbis tronchos e sem direção.

A necessidade de um projeto nacional é urgente, mas ele jamais poderá ser constituído como obra de elites descerebradas, que se julgam proprietárias do Estado e avalizadoras da ação pública como aristocratas ungidos pelo poder divino ou legitimados pela naturalização da desigualdade, que sustentam os regimes de castas. O protagonismo dos diversos segmentos da sociedade constitui o fundamento mais importante em uma democracia e, por essa razão, é urgente e inadiável os movimentos no sentido da revisão das mazelas históricas do país e o empreendimento de reformas que sejam realmente transformadoras, a exemplo do combate à concentração da renda e da real democratização dos quadros institucionais. O Estado brasileiro precisa ser realmente reformado, mas não em função dos projetos neoliberais de uma burguesia provinciana e tacaña, que explora seus compatriotas e os recursos de seu país de origem em função de interesses de outras nações. O mundo globalizado sujeita-se, cada vez mais, aos impactos de fenômenos de ampla escala como as crises econômicas e sanitárias, e isso

exige que os países tenham em seu comando homens com compromisso público, com o perfil de estrategistas e com visão de futuro. A visão estreita e gananciosa das elites tupiniquins, geralmente de curtíssimo prazo, têm levado a terra brasilis a perder espaço em todos os setores – social, político, cultural, ambiental etc. -, tornando-se pária entre as nações. A sustentação de valores ideológicos regidos por um individualismo primitivo vai na contramão do momento em que é relevada a importância das ações coletivas e das parcerias. Enganaram-se os que achavam que a globalização seria o *coup mortel* dos Estados e das Nações. As sucessivas crises do sistema capitalista e a mais recente crise sanitária têm mostrado o contrário. O momento requer a valorização das políticas públicas conduzidas pelos Estados, bem como a capacidade diplomática para a concertação em torno de ações requeridas para problemas de natureza transnacionais. A capacidade de governo do ponto de vista político, gerencial e técnico é demandada com urgência, mas a terra brasilis infelizmente, mais uma vez, parece destinada a ser vítima de seu próprio atraso com suas opções políticas equivocadas, com sua carência de uma cidadania consolidada e com a sua visível falta de solidariedade. A pandemia tem realçado o que somos como arremedo de país e de nação e, sobretudo, evidenciado a comicidade dos homens públicos brasileiros, que preferem ser vermes travestidos na defesa de suas negociatas conduzidas por debaixo de panos rotos. Nesta terra distante dos olhos dos deuses, vermes não se antagonizam com os vírus e, enquanto a pandemia da Covid-19 for útil aos jogos políticos, além dos mortos em quantidade extraordinária, ampliar-se-ão as multidões de zumbis infectados, talvez postos atrás de cercas de arame farpado por medo e pressão dos países civilizados, aterrorizados com a possibilidade de mutações e com o surgimento de variantes imbatíveis. Entre vermes e zumbis, seguiremos o nosso triste destino, e como em um filme de terror nos devoraremos uns aos outros, até não existir mais vestígio de um ser humano na terra brasilis além dos monstros em que nos tornamos.

[1] A armadilha foi desativada mediante a ação de parlamentares mais conscienciosos, que observaram a trama e retiraram essa condicionalidade da PEC.

[2] Lília Moritz Schwarcz. Sobre o Autoritarismo Brasileiro. 1ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

Professores ou Babás na Pandemia

09 de março de 2021

Não é de hoje que se estabeleceu no contexto do ensino infanto-juvenil uma relação equivocada entre mestres e estudantes. Refiro-me ao terrível vocativo, de natureza parental, atribuído aos educadores: titio e titia. Embora já antigo, esse hábito nem sempre existiu. Ingressei no primeiro ano do primário em 1967, em estabelecimento de ensino público, e naquela época educadores eram mestres a ser respeitados como tal. Na escola classe em que fui matriculado, professores eram uma espécie de autoridade

do conhecimento e da disciplina, por essa razão eram recebidos em sala de aula com os alunos em pé e com um sonoro: bom dia professor (a)! De lá para cá, obviamente, o mundo mudou. Pais perderam a identidade e com ela o devido respeito de suas proles e, convenientemente, os professores foram transformados em tios e tias, quando passam a desempenhar o papel de babás e substitutos dos pais ausentes ou ocupados em providenciar a subsistência no mercado de trabalho. Não tenho a pretensão de problematizar este tema aqui, porque não tenho competência para tanto e, venhamos e convenhamos, o maior educador brasileiro já fez a análise crítica desse fenômeno em seu livro ***Professora Sim, Tia Não: Cartas a Quem Ousa Ensinar***. A quem me refiro dispensa apresentação, por tratar-se de Paulo Freyre, que ao abordar o tema tem o cuidado de alertar para o fato de que o ato de ensinar não é meramente um ato cognitivo e mecânico. Ele envolve necessariamente a amorosidade, mas isso não é motivo para relações confusas entre a esfera do ensino e a esfera da família. Em outras palavras, a prática do ensino é bastante desafiadora, porque requer preparo científico, racional, mas também muita afetividade, além do reconhecimento do processo dialético em que a construção do conhecimento é uma via de mão dupla entre educadores e alunos. Vale a pena tomar de empréstimo algumas palavras de Freyre para nos ajudar a compreender essa questão:

“O que me parece necessário na tentativa de compreensão crítica do enunciado professora, sim; tia, não, se não é opor a professora à tia não é também identificá-las ou reduzir a professora à condição de tia. A professora pode ter sobrinhos e por isso é tia da mesma forma que qualquer tia pode ensinar, pode ser professora, por isso, trabalhar com alunos. Isto não significa, porém, que a tarefa de ensinar transforme a professora em tia de seus alunos da mesma forma como uma tia qualquer não se converte em professora de seus sobrinhos só por ser tia deles. Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. Se pode ser tio ou tia geograficamente ou afetivamente distante dos sobrinhos, mas não se pode ser autenticamente professora, mesmo num trabalho a longa distância, longe dos alunos”.^[1]

Vamos ficar por aqui, tendo em vista que meu interesse não é aprofundar este debate. Para quem quiser ir além, por favor leia o livro de Paulo Freyre. Entretanto, por que puxo o assunto? Para mais uma vez problematizar a questão da pandemia e das péssimas decisões do poder público no Brasil. O discurso oficial tragado pelo sentimento da necrofilia e pelas idiosincrasias dos sociopatas instalados no poder tem colocado a morte dos brasileiros como condição necessária à sobrevivência da economia, mas o

que justifica abrir escolas e colocar crianças e professores na linha do perigo de uma doença altamente transmissível e letal no auge da crise pandêmica? A coisa não faz muito sentido, principalmente em São Paulo e no Distrito Federal com sistemas de saúde colapsados, a não ser que possamos admiti-la em função dos interesses econômicos de estabelecimentos de ensino privado ou da indolência dos pais de estratos medianos para cuidar de seus pimpolhos. Em verdade, os dois motivos podem ser plenamente legítimos. Os empresários do ensino privado nunca tiveram muito respeito pela educação e, neste momento em que as curvas dos lucros oscilam para baixo, demonstram ainda menos apreço pela vida de seus alunos e educadores, que prestam exclusivamente à manutenção dos ganhos. Os pais pequeno-burgueses, por sua vez, querem se ver longe da responsabilidade de ter, talvez pela primeira vez, de lidar de fato com suas crias. Aliás, nunca se sabe realmente as razões da opção pela gestação nas famílias medianas: acidente, inspiração religiosa, legitimação da masculinidade e da feminilidade, seguro velhice, desejo legítimo de ser pai e mãe, quem vai saber? O fato é que a escola e o professor se tornaram instrumentos úteis, principalmente para esses segmentos sociais, para manter os filhos ocupados e fora das ruas na ausência dos pais. Para os mais afortunados, além do ensino convencional, a criança é levada à exaustão em aulas de lutas marciais, cursos de idiomas, esportes, dança e outras ocupações lúdicas ou não. Além do vocativo amoroso da tia ou do tio, legitimou-se o educador à revelia no papel de babá ou cuidador de crianças. O isolamento imposto pela pandemia impôs a exigência da convivência diária com os filhos e isso suscitou conflitos, além da triste constatação de que cuidar de crianças é algo trabalhoso. Por essa razão e por outras, testemunhei papais e mamães pequeno-burgueses, gozando com todo o direito a sua quarentena, amaldiçoando os professores por querer ter acesso ao mesmo direito, ainda que estejam se reinventando para viabilizar o ensino remoto em um país cuja educação digital não transcende o uso do WhatsApp ou do Instagram para a propagação de fofocas e *fake news*.

No entanto, o retorno afoito às aulas presenciais ou híbridas, em plena ascensão da epidemia, tem uma outra face vergonhosa: a falta de respeito e valorização do professor na terra brasilis. Em um país em que a educação não tem muito apreço, os educadores pouco valem, assim como aquilo que tentam construir em termos do conhecimento e formação dos sujeitos. Fosse o país mais sério, haveria de fato um plano de vacinação, o qual deveria contemplar como categorias prioritárias, além dos profissionais das áreas da saúde, os professores de todos os níveis educacionais. A mesma lógica caberia aos trabalhadores das áreas essenciais, a exemplo de mercados, farmácias, panificadoras e transportes públicos, tendo em vista a necessidade de se manter o que é o *minimum minimorum* para atender as necessidades básicas das pessoas. Porém os professores parecem ser dispensáveis como são os demais trabalhadores de serviços ditos essenciais. Em todos os estados que optaram pela liberação de aulas presenciais ou

híbridas registram-se números crescentes de contaminação e mortes de educadores e, talvez, o caso mais significativo é o de São Paulo com pelo menos 1861 professores infectados e 20 óbitos de acordo com dados recentes do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo^[2]. A tragédia é previsível: se o sistema de ensino mal consegue responder às necessidades básicas em termos de estrutura física e recursos educacionais convencionais, o que poderá fazer de forma efetiva para garantir todas as exigências protocolares de uma situação pandêmica? A resposta é óbvia: muito pouco. Isso vale tanto para a rede de ensino pública e também para a rede privada, que a exemplo de qualquer empresa na terra de Macunaíma almeja lucros elevados mediante baixos níveis de investimentos ou custos.

O tratamento dado ao professor-babá é o mesmo dado às babás de fato, geralmente provenientes de segmentos carentes da sociedade e submetidas a péssimos salários. No imaginário de uma sociedade atrasada, extremamente hierarquizada, com elites burras e estratos medianos ignorantes, profissionais domésticos são tratados como escravos ou propriedades do patrão. O profissional da educação posto como extensão dos serviços domésticos é tratado da mesma forma e, como tal, ele é visto como apenas mais um serviço que pode ser consumido pelo Covid-19 e facilmente substituído. O importante é que garanta o conforto daqueles que já não conseguem lidar com os próprios filhos dentro de casa. Parece que essa situação só vai mudar na terra de Macunaíma, descartada a distante e inexequível utopia de um profissional da educação valorizado, bem remunerado e respeitado em seu status de educador, quando o negacionismo e o hedonismo tupiniquim levar à criação de uma variante do vírus tão cruel, tão infalível e imbatível disposta a ceifar não só a vida de idosos ou jovens com comorbidades, mas de crianças e adolescentes rechonchudos e bem alimentados. Aí o cenário pode mudar e a sociedade de Macunaíma pode acordar para o fato de que as escolas não são creches, os educadores não são babás, o vírus não é uma gripezinha e ser genitor é mais que colocar comida na mesa, pagar a conta do McDonald, pagar boas escolas ou levar os pimpolhos para conhecer a Disneyland. Enterrar os filhos ainda crianças talvez seja uma dor fora do comum, que então convença os alienados de que algo está errado neste país, de que algo precisa ser mudado com a máxima urgência. Esse seria um remédio muito amargo para a estupidez deste povo sem cérebro e sem coração, mas talvez seja a resposta mais veemente para a indiferença e total falta de respeito a tudo e a todos.

[1] Paulo Freyre. Professora Sim, Tia Não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo. Editora Olho d'Água, 1997 (p.10).

[2] Conferir:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/03/sindicato-denuncia-morte-professores-covid-19-volta-as-aulas/>

O que será que será

17 de julho de 2021

A palavra antítese é um desses vocábulos em língua portuguesa que soam bem aos ouvidos. Pode-se dizer que é uma palavra impactante e intrigante como em geral são as figuras de linguagem. Do ponto de vista retórico ou estilístico, é por intermédio da antítese que podemos inserir, em uma mesma frase, expressões de sentidos contrários. Por exemplo: a tristeza e a felicidade são faces de uma mesma moeda, a vida e a morte constituem a essência da existência ou a vida é ao mesmo tempo paraíso e inferno. Do ponto de vista filosófico, principalmente na tradição do pensamento hegeliano e marxista, significa o segundo momento ou etapa de um processo de negação, ou seja, a contraposição de uma tese na superação sintética do status quo. Dentro de uma perspectiva histórica, seria um dos elementos de expressão dos processos de transformação ou revolução. Por esse viés, o modo de produção capitalista foi, em todos os sentidos, a antítese do modo de produção feudal, que resultou na sociedade burguesa, a síntese de um processo revolucionário. Mas essa palavra, que tem origem no grego *antíthesis*, pode ser simplesmente entendida como oposição de contrários. Para a perspectiva simplista de quem pensa com a lógica mais rasteira, ela devia ser então a manifestação daquilo que não pode ser o que não é. Eis aí uma questão que parece ser muito óbvia, mas que possui raízes filosóficas consideráveis: como a escuridão pode ser a possibilidade da luz, como o sólido pode ser ao mesmo tempo a possibilidade do líquido e vice-versa, como algo pode ser o seu contrário sem perder a sua essência?

Talvez essa intrigante questão se resolva na aceitação de que não existe o *ser* em essência plena como uma entidade íntegra e indissolúvel, o que parece ser um argumento válido até para o conceito de uma divindade tripartite como a de natureza cristã: pai, filho e espírito santo. Depois da psicanálise, ficou também mais difícil admitir, ainda em se tratando da correção e retidão moral, que o sujeito seja uma unidade completa e monolítica. Na tragédia existencial do indivíduo registram-se as diversas e intrigantes arteirices de ego, id e superego. O aparato anímico parece ser algo mais borbulhante como um caldeirão de melado superaquecido e menos a placidez de um riacho sem marolas. Para o bem da verdade, muito antes de qualquer ciência, a religião já havia estabelecido o homem com a dualidade do corpo e da alma, partes conflituosas e motivos de um verdadeiro martírio envolvendo tensões entre desejos, lascívia e castidade. O embate entre essas forças, de certa forma, fundamenta os dilemas de quase todas as personagens, no contexto do universo religioso, que se tornam candidatas à santificação, mas também da maioria das pessoas que se encontra fora das categorias dos psicopatas e sociopatas. Em outras palavras, na trajetória dos supostos

santos e do mais ordinário dos seres humanos, só se pode conhecer o bem quem tem consciência da existência do mal e esteja disposto a digladiar com ele no que se configura o palco dos dilemas éticos. Para isso é necessário estrutura de caráter e consciência moral. Entretanto, o que se ressalta em todos os casos é a necessidade de algum elemento catalizador ou de um arbitro, seja a razão ou a fé, que permita lidar com as tensões.

Mas, voltando a crua realidade, e especificamente à questão da antítese como expressão de um processo que envolve essencialmente a contradição, é possível admiti-la como ocorrência imprescindível para a transformação. Vale dizer: só se muda aquilo que não se aceita mais como o mais adequado ou admissível. Aceita essa tese, tem-se como pressuposto uma lógica diferente daquela que se estabelece na relação imediata e linear entre causas e efeitos, e abre-se espaço para o conceito de dialética. A dialética permite observar com mais acuidade a natureza contraditória dos processos complexos a exemplo dos que se registram na dinâmica social. As contradições não são necessariamente negativas e, em vários aspectos, constituem o motor ou força de explosão para o movimento histórico ou para a exigência da transformação. O debate sobre esse conceito não é simples e requer discussões mais aprofundadas, mas vamos tomar a liberdade de ficarmos apenas com a imagem das relações antitéticas e das possibilidades de sínteses resultantes. O que nos intriga é o seguinte: se a história pode ser concebida em termos desses processos antitéticos, como entender as situações onde se observa o impasse, ou seja, aquelas em que todos os elementos da contradição estão presentes, mas eles não redundam em nenhuma síntese porque parecem patinar, rodopiar e voltar ao mesmo ponto de partida?

A pergunta não é feita com o propósito de desqualificar ou colocar em dúvida a correção do conceito de dialética, nem com a pretensão de reiterar a observação marxista sobre a possibilidade das recorrências históricas como farsas. A indagação é apenas uma expressão enfática do encabulamento que causam aquelas situações em que as contradições são evidentes, são impactantes, mas não desencadeiam mudanças, ou seja, tornam-se um imbróglio sem fim. Em se tratando de uma pessoa, dentro de um quadro clínico extremo, a situação se assemelha aos distúrbios recorrentes de diversos tipos de neuroses. Talvez tivéssemos algo semelhante ao estado esquizofrênico de um sujeito fragmentado – a exemplo da personagem em *Split* desenhada por Shyamalan -, ainda que, de uma certa forma, Kevin Crumb, o sujeito atormentado, termine dominado por sua 24ª personalidade, isto é, consegue chegar à síntese de uma fera extraordinária adormecida por debaixo de todas as suas personas distorcidas e mal formatadas^[1]. No entanto, há situações em que monomanias ou paranoias constituem fenômenos, por assim dizer, reiterativos.

Transposta a situação para uma sociedade, solicitada de antemão a *data venia* para o uso figurado, o Brasil é algo próximo de uma sociedade neurótica, fragmentada e ciclotímica. É sempre ousado comparar fenômenos de escalas distintas – a exemplo de indivíduos e sociedades –, mas alargando a liberdade no uso das ideias não é exagero admitir que a sociedade brasileira suscita, por sua dinâmica histórica e dilemas maus resolvidos, a imagem de uma personalidade com transtornos dissociativos. O Brasil personificado na combinação de Kevin Crumb e Zelig^[2] não é a tradução exata de uma mera distorção de identidade ou da síntese de uma fera anticivilizatória, mas a amorfia de uma ameba deslizando e, ao mesmo tempo, adaptativa e avessa a qualquer forma de transformação radical que lhe permita adquirir algum arremedo de forma. Essa é uma impressão talvez muito reveladora do que possa ser o brasileiro à luz de suas raízes históricas. A amorfia deve ser entendida na consideração de um passado muito triste, soerguido nas bases da escravidão, na deliberada falta de um projeto civilizatório e na adoção intransigente da alternativa de uma terra destinada a ser colônia de exploração, em sua relação com metrópoles e em seus arranjos internos, combinada com a extrema crueldade de suas elites em relação ao próprio povo que a habita.

Nessa terra de triste sina, o crime mafioso é instrumento de domínio e, como tal, se institucionaliza em vários setores da sociedade e dá sustentação à adoção de regimes ditatoriais e necrófilos. O país de inúmeras contradições garante, graças aos conchavos e quando necessário por intermédio do medo e da força bruta, a incolumidade de sua estrutura hierarquizada, excludente e autoritária. A política no contexto dessa estranha e complicada sociedade não é algo que se possa determinar como eudemonista e a economia nunca ultrapassou o estágio do primitivo butim praticado pelos setores das elites instáveis, covardes e retrógrados. Os homens públicos de todas as cepas estão sempre dispostos a abrir a Caixa de Pandora, desde que eles próprios estejam protegidos por detrás de algum escudo, assim como os pretensos burgueses tupiniquins são capazes de entoar hinos a *Thánatos* em prol da manutenção de seus negócios e inúmeros privilégios. O Brasil é o reino do Tio Patinhas sem qualquer compensação moral, ainda que apenas em termos de um ideário, para justificar a mecânica da exploração e acumulação, seja ela a ética protestante ou qualquer outra que a substitua. O país é o suprasumo da falsidade e do mimetismo psicológico. A ameba tupiniquim é capaz de contorcer-se em empático sofrimento quando se confronta com a violência dispensada a um George Floyd, cidadão negro norte-americano vitimado pela violência policial, mas é incapaz de se sensibilizar com os seus próprios negros e pardos que são massacrados nas ruas de suas cidades ou nas favelas de seu entorno^[3]. Faz parte da esquizofrenia não se enxergar no espelho onde só consegue visualizar o reflexo de algo translucido ou a fluidez de um fenômeno que se recusa a ser para ser o que se é. Não é apenas um jogo idiota de palavras: a não percepção das contradições, que poderiam levar a algum tipo de síntese, é a renitência de um estado carnavalesco onde a

desigualdade, a mesquinharia e a falta de solidariedade podem reinar sem oposição. O país possui, além de sua estrutura hierarquizada, uma profunda e abrangente vocação para a prática do autoritarismo. Esse talvez seja o real e maior empecilho a qualquer intenção ou desejo de estado democrático genuíno. A terra que se acredita abençoada por deus, atualmente invadida pela oligofrenia neopentecostal em detrimento da antiga hegemonia católica, é a terra das tocaias, de muita violência e discriminação. O brasileiro não é, definitivamente, um sujeito bonzinho, mas uma coisa estranha a ser desvendada a partir do estudo de sua própria natureza. Resgatar a sua história é essencial para entendê-lo em toda a sua amorfia e idiosincrasias.

Os filhos de Macunaíma demonstram forte rejeição ao conflito, embora aceitem e pratiquem inúmeras violências no cotidiano. Ainda que as ruas estejam invadidas por cenas grotescas, a exemplo de contraventores negros amarrados em postes em cumprimento à lei do talião^[4], o que se defende ideologicamente são as posições de centro, as tratativas obscuras e as alianças espúrias com a força da moralidade cristã e com o espírito do politicamente correto. Não é por menos que cabe a um dos agrupamentos políticos dos mais fisiológicos, dos mais amorfos e afeitos a atos de corrupção no país, a alcunha de Centrão. A radicalidade percebida como correção de caráter e convicção de princípios é algo combatido e com ela a real possibilidade da mudança. No contexto do famoso jeitinho brasileiro se inviabiliza qualquer ideia em torno de um projeto nacional ou de uma sociedade orientada por princípios básicos da civilidade. O projeto de um estado de direito, nessas circunstâncias, se reduz à retórica dos que pretendem agir de forma progressista, o que não significa necessariamente que o discurso corresponda à prática. De resto, reina o princípio da vantagem dos mais influentes, dos poderosos, dos mafiosos, dos milicianos e dos que se agrupam em torno de interesses particulares e obscuros, ou seja, o que se faz é quase sempre por debaixo dos panos e de forma transgressora. As elites e os segmentos médios da sociedade brasileira não se sensibilizam com as atrocidades frente à defesa intransigente do capital, estejam os atores à direita ou à esquerda do espectro político (o que seria direita e esquerda na terra de Macunaíma? Eis um outro enigma.). No final das contas, é difícil dizer como se organizam as tendências ideológicas e como se comportam efetivamente os atores sociais. Tudo é permitido para assegurar a propriedade e os inúmeros privilégios, pouco importando se são mantidos na condição de um capitalismo selvagem ou de um sistema político de barganhas indecorosas, criminosos e excludentes e se, para tanto, for necessário defender teses negacionistas e todas as bizarrices do mundo. Isso talvez explique o susto com as ocorrências mais recentes da adesão de intelectuais, pressupostamente esclarecidos, às teses mais absurdas no plano político e acadêmico, bem como as loucuras de se posicionar ora progressista ora conservador a depender da narrativa e do que se pode conseguir com as oscilações pouco ortodoxas.

A quem possa perguntar como o país chegou ao estágio de ser dominado por gente ignorante, por mentecaptos e oligofrênicos, a resposta é muito simples: é isso que o país tem gerado desde o seu nascedouro e perpetuado de forma ciclotímica. Por décadas, os brasileiros têm se iludido com os refrões futebolísticos e carnavalescos de um país grande, vencedor e glorioso, mas a verdadeira imagem não é tão fulgurante. A sociedade fragmentada e desigual evita enxergar a própria face, reluta em admitir suas contradições e, dessa forma, se perde na sua amorfia e na escuridão sem futuro de seu insuperável obscurantismo. A questão envolve certamente interesses econômicos, e talvez e infelizmente só econômicos, mas também aspectos morais que preocupam. O país do falso ufanismo é capaz de rifar a própria mãe, como se diz no jargão popular, para que se possa assegurar privilégios. Essa postura explica, em termos, a opção de 57,8 milhões de brasileiros por uma agenda autoritária, negacionista e eivada de preconceitos no último pleito presidencial, bem como a votação preferencial em torno de 69,99% em Brasília, uma cidade de servidores públicos, para um candidato que defendia e ainda defende abertamente a defenestração do Estado e a entrega da administração pública às raposas dos mercados privados. Pode-se admitir obviamente que houve manipulações da mídia hegemônica, o uso indecoroso das mídias sociais e a intromissão de interesses norte-americanos com suas guerras híbridas, mas isso não é suficiente sem o esteio de uma sociedade acomodada, avessa à reflexão e submetida a selvageria de um sistema econômico que se opõe a qualquer tipo de regra, de bom-senso ou de princípio regulador. O medo anacrônico de um fantasma comunista não ronda apenas as cabeças transloucadas de neoliberais agressivos, de falsos empreendedores, de militares de pijama com o peso de suas medalhas sem sentido ou de neopentecostais ignorantes, mas espraia-se por vários outros segmentos da sociedade como resistência em abrir mão de um mercado excludente, mas que é tido em qualquer circunstância como algo superior a uma sociedade mais justa e mais igualitária. A vida na terra de Macunaíma é reduzida de forma instrumental ao mundo dos negócios e dos péssimos negócios, que se contrapõem a qualquer princípio de justiça social e confunde comunismo como algo que se opõe ou compromete a possibilidade da obtenção de muito dinheiro com pouco esforço ou de preferência mediante as facilidades das maracutaias. A exemplo do que ocorre na comédia cinematográfica *Clue*, de Jonathan Lynn, a palavra comunismo é apenas um disfarce ou o bode-expiatório, que encobre as futricas de lascivos e desregrados – todos com culpa no cartório –, cujas ações são motivadas por outras razões muito distantes da defesa de bandeiras ou ideologias político-partidárias^[5].

No país de imensas desigualdades, todos sonham em ser bilionários sem suar a camisa (daí a obsessão com as loterias, com os jogos de azar e com o assalto imoral aos bens públicos já constituídos e produtivos) e facilmente limitam o conceito de liberdade ao acesso à propriedade. O capitalismo selvagem é a opção tupiniquim e as forças sociais

se interconectam para mantê-lo. A ciclotimia talvez não seja um acidente, mas uma tendência, nem sempre arquitetada racionalmente, de manter o que é como é de acordo com o diapasão siciliano consagrado no texto de Lampedusa. Os arranjos políticos no Brasil não traduzem necessariamente as regras do jogo democrático, mas os tramoias possíveis de uma governabilidade que sempre favorece os já favorecidos e a detenção do poder por grupos plutocráticos e por pequenos chefetes, que abrem frentes com suas representações corporativas nos mais diferentes setores da sociedade: eles se encontram nos movimentos sociais, nos movimentos sindicais, nas empresas, nas ordens religiosas, nas organizações militares e policiais, nas organizações públicas e dentro dos partidos políticos. Nesse caso, não se livra ninguém e a rede de intrigas é retroalimentada pelas muitas fogueiras de vaidades. No cotidiano, grandes e pequenas bizarrices traduzem a índole de um povo que geralmente aparenta o que não é, e utiliza essa artimanha como forma de manter o *pedigree familiar* ou o capital social engendrado. Nesse sentido, a fábrica do *marketing* pessoal ampliou-se significativamente com a massiva utilização das mídias sociais nas últimas décadas, o que em muitos aspectos tem significado a perda de densidade dos conteúdos e o aumento da exposição midiática. Para esse universo de youtubers e fabricantes de notícias falsas, migram acadêmicos da ativa e aposentados, artistas decadentes, adolescentes desocupados, jornalistas, políticos das mais variadas cepas, militares, policiais, economistas, investidores oportunistas, empreendedores milagrosos e charlatães. A fronteira entre as ideias plausíveis e o mundo da fantasia se torna tênue: o que importa é vender imagens e narrativas. No frigar dos ovos, não se salva ninguém e fica mais difícil estabelecer, com razoabilidade, algum critério de verdade, seja ela científica ou não. A leitura densa da realidade tem desaparecido para dar espaço para o consumo rápido de ideias soltas e desalinhas. Anuncia-se o velho como novo, maquia-se o passado e requeenta-se os vícios que, por sua vez, engraxam as engrenagens da ciclotimia tupiniquim. Tudo permanece do mesmo jeito, desde que os interesses e o padrão de vida sejam preservados. A corrupção existe como normalidade em grande escala, mas também em pequenos atos: é por essa razão que o cidadão de bem, ainda que travestido na figura de alguém esclarecido – a exemplo de muitos professores e profissionais liberais –, torna-se um *sommelier* de vacinas para garantir a próxima viagem para a Europa, onde se estabelece a exigência de marcas dos imunizantes para o passaporte sanitário. Impressiona também observar a disposição de autointitulados intelectuais de esquerda arranjando um jeitinho de levar os filhos adolescentes para ser imunizados nos EUA. Os típicos representantes de estratos mediados egoístas e alienados fraudam o processo de vacinação e pisam no direito do vizinho sem corar as faces. No cotidiano, os pequenos hábitos e o autoritarismo aproximam as diferentes cores ideológicas e, em muitos aspectos, permite a existência de pobres de direita e pequenos burgueses com sonhos de magnatas. Para esses sonhadores, principalmente quando fantasiados de progressistas, a ética e a corrupção deixam de ser temas

relevantes e passam a ser pautas de reacionários, ou seja, é preciso criticar e demolir o *status quo*, mas nem tanto: é indispensável manter alguma margem de manobra para o exercício do velho jeitinho nacional e a chance de ser um membro abençoado dos estratos medianos tupiniquins, que fazem o tour anual pela Disneylândia. Não apertem tanto os nós da legalidade de tal forma que se possa impedir de pisar na bola amanhã, usufruir alguns privilégios, cometer algumas transgressões e não ser punido. Daí a hilaridade dos revolucionários de gabinete, que debulham o ideário marxista-leninista em transmissões midiáticas regadas a vinho e cerveja, que não abrem mão das férias no exterior e que, em algumas circunstâncias, podem defender os direitos do corrupto que se vitimiza no palco da CPI (tudo em prol dos direitos humanos, da legalidade e do republicanismo). Daí o servidor público em trabalho online, protegendo-se do vírus mortal, exigir que sua empregada que reside na periferia esteja a posto para as faxinas cotidianas. Daí o ódio dos pequenos burgueses por ter as escolas fechadas e os filhos em casa a exigir a atenção dos pais, que parecem ser genitores apenas nos finais de semana. Os estratos medianos são hedonistas por natureza e não negam a verve, nem quando propõem a guerra. Em suma, reina a hipocrisia entre fariseus e segregados, todos embarcados na mesma nave. Aliás, o trânsito entre as esquerdas e as direitas sempre esteve presente nas práticas político-partidárias tupiniquins, que é capaz de gerar os mais aguerridos direitistas no seio das autodefinidas esquerdas (Lacerda e tantos outros!), os capitães de mato da colônia e o mais pérfido traidor da inconfidência. O Brasil não é realmente um país a ser entendido por principiantes, mas também não há certeza de que possa ser entendido por experts. Talvez a resposta seja bem simples: é um país que nunca foi, e que provavelmente nunca será, além de uma ameoba deslizante e amorfa sem eira nem beira e, por tudo isso, sem futuro. Não há um país, não há um projeto civilizatório de um povo que almeje a liberdade, a autonomia e o respeito incontestes, mas um balcão de negócios, o velho eldorado dos exploradores de outrora, que odiavam a terra, mas amavam o ouro.

O país que não deu certo é um samba de uma nota só. As suas elites e instituições se reorganizam e se articulam para manter o cenário inalterado, ainda que se possa admitir dinâmicas paralelas advindas da própria evolução do restante do mundo. A história republicana tupiniquim começa de forma trágica com um golpe militar em 1889, realizado de acordo com os recursos midiáticos da época (como cortejo de bandinhas do interior), que é sucedido por inúmeros outros: golpe de 1891, golpe de 1937, tentativa de golpe em 1945, golpe de 1964 e o mais recente golpe parlamentar midiático de 2016. Os tropeços dos partidos de esquerda, como aqueles que envolveram a história do PCB em seus áureos tempos e principalmente nos anos que antecederam o golpe de 1964, a insubordinação de militares entreguistas e de extrema direita sempre presentes na política, as fuzarcas entre lideranças regionais e a total falta de participação cidadã da maior parte da população é uma constante. O desânimo abate qualquer espírito que

se sujeite a analisar as ocorrências e descobre, sem surpresas, que os atores de hoje tem raízes no passado quando seus progenitores e genitores já dançavam no baile fantasmagóricos dos vampiros. A terra de Macunaíma permanece como feudo de famílias improdutivas, repetindo a matriz das capitânicas hereditárias e das fazendas usurpadas em heranças espúrias e tocaias grandes. As artimanhas dentro e fora dos partidos, sejam de direita ou de esquerda (conceitos de difícil definição no universo tupiniquim!), são as mesmas, as fragilidades e os assaltos os mesmos, ou seja, por mais que se ande, o pavimento da via não se altera. A semelhança de interesses e a vinculação de muitas personagens do presente com o passado é gritante. Netos e bisnetos de golpistas de outrora, alimentam as falcatruas do presente. O sistema é anacrônico por serventia e nada mais. Nesse barco furado, quem pode fugir foge – de preferência para Miami, terra de latino-americanos mafiosos e cafonas - quem não pode cair fora apaga a luz, faz das tripas coração para pagar a conta de energia inflacionada e muitas vezes morre de sede pela falta da água. De resto, permanece-se quietinho no escuro, e se faz de conta que tudo anda muito bem. Afinal: temos ginga, mulatas, suor e cerveja, que esquentam os bailes pandêmicos. As instituições são de mentirinha como uma casinha de brinquedos e o poder jurídico, policial e midiático só existe como vara de punição, com ou sem justiça, para negros, pardos e favelados. O resto é resto. O país é uma ameoba, mas vai levando, levando, enquanto houver muita sacanagem para embalar o riso escroto na face indigesta de muitos feitores americanizados e de tantos outros imorais, que efetivamente não se sentem e nem pretendem se enquadrar, algum dia que seja, como brasileiros de fato, dispostos a sangrar pela defesa da soberania desta terra e de seu andrajoso e vilipendiado povo, que além de pobre, é irrefutavelmente mestiço e, quer queiram quer não, filhos de Macunaíma, um herói degradado que pode certamente ser reabilitado com a força dos tacapes dos tambois e com a ginga bélica dos nagôs, jejes e haussás. É esse Brasil mestiço que precisa se olhar no espelho, identificar suas contradições, enxergar suas potencialidades e dar outro curso a história. Talvez uma resposta atrasada para o mundo horroroso, que nasceu desde o primeiro momento da acumulação mercantilista europeia, nos primórdios deste capitalismo selvagem de cor branca e chicote nas mãos, que ainda mantém seus herdeiros na direção das empresas, no comando das instituições públicas constituídas e nos postos privilegiados das elites dominantes, mas talvez não muito atrasado como promessa de uma outra alternativa, mais democrática, mais tolerante, mais justa e mais heterogênea, na cor da pele e na diversidade das ideias. Talvez não seja tão utópica a possibilidade de que os quilombos, as aldeias, os morros e as favelas possam um dia ocupar a avenida, além das pantomimas carnavalescas, e em ato político legítimo dizer em alto e bom tom: basta! Nós somos os verdadeiros filhos desta terra e temos um projeto civilizatório, que pode dar aos nossos filhos e netos um outro futuro, a esperança do reconhecimento justo mundo afora, ou seja, a certeza de que somos uma sociedade e um país respeitável a ser registrados nos anais da história da humanidade. Mas se tudo isso for apenas uma

quimera, tenha certeza, as portas do inferno estarão abertas para todos nós que não temos o direito e a possibilidade de enrolar a língua para se passar por gringos e correr para o aeroporto mais próximo.

[1] A personagem é trabalhada no filme *Split* (intitulado em português como *Fragmentado*), produção norte-americana de 2016, enquadrado no gênero suspense psicológico, escrito e dirigido pelo cineasta de origem indiana Night Shyamalan.

[2] *Zelig* é uma personagem do filme homônimo escrito e dirigido pelo cineasta norte-americano Woody Allen em 1983. Trata-se, como personagem principal, de um homem-camaleão, cujo maior dom é modificar ou adequar a própria aparência para agradar as pessoas em seu entorno, ou seja, o sujeito sem caráter em busca da aceitação por intermédio de artifícios físicos e psicológicos adaptativos.

[3] De acordo com o jornal *El País*, com base em dados do Atlas da Violência, no ano de 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram de origem negra (*El País*, 27 de agosto de 2020).

[4] Matéria veiculada pelo site *Pragmatismo Político*, em 03/02/2014, cobriu o fato ocorrido na Avenida Rui Barbosa, na Zona Sul do Rio de Janeiro, quando um adolescente negro, acusado de pequenos roubos, foi espancado e amarrado sem roupas a um poste, preso com uma trava de bicicleta, por um grupo de pessoas que se intitularam “Os Justiceiros”. Essa ocorrência é ilustrativa, mas não é a única a traduzir a vocação do país para o exercício do poder de esquadrões da morte e milícias que atuam em total desprezo aos princípios dos poderes institucionalizados.

[5] O filme *Clue* foi lançado no Brasil com o título de *Os Sete Suspeitos*, uma produção norte-americana de comédia e suspense policial produzida em 1985, sob a direção de Jonathan Lynn, cuja história envolve a participação de personagens ligadas ao governo norte-americano em um jantar promovido por um chantageador em comum. A trama envolve diversas mortes e a evidência de que todos os convidados escondiam um passado desonroso, que pretendiam preservar oculto de qualquer forma, ainda que necessário cometer assassinatos para assegurar os seus segredos. Em outros termos, pessoas distintas e bem-vestidas, em um jantar de gala, mas sem decência ou dignidade. Todas passíveis de chantagens e crimes. Uma festa abjeta para convidados sórdidos, que em meio às suas altercações, utilizam o chavão do comunismo como uma forma de justificar práticas imorais ou denegrir o altercante.

A Normalização do Anormal

19 de julho de 2021

Não causa surpresa, mas, certamente, muito desânimo, quando liderança autointitulada de esquerda como Wellington Dias (PT-PI), afirma nas páginas amarelas da conservadora *Revista Veja* que não há provas para o impeachment de Bolsonaro^[1] e, logo em seguida, é acompanhado por opinião muito próxima do Presidente do PSDB Bruno Araújo (PSDB-PE), um político talvez mais próximo da centro-direita, em entrevista ao jornal *Globo*^[2], que sugere não haver os ingredientes necessários para o impedimento como a falta de apoio no Congresso e os movimentos populares nas ruas. Para quem tem acompanhado os esforços da CPI da Pandemia no Senado, bem como as últimas manifestações populares em prol da vacinação e contra os desmandos do governo brasileiro, isso tem a temperatura de uma ducha muito gelada e a cabeça fica confusa em busca de algum tipo de compreensão: será que esses políticos acreditam realmente na perigosíssima tese do sangramento paulatino de Bolsonaro até o pleito de 2022? Ou será a crença ingênua em um republicanismo milagroso, que consagraria sem tensão a passagem do bastão do poder (ou da faixa, como queiram)? Talvez a coisa seja em verdade mais prosaica: deixar o país ser o que sempre foi com as portas abertas para o jeitinho, para

os acordos espúrios e para os conchavos das coalizões em nome de uma governabilidade que nunca beneficiou de fato o cidadão. Em outras palavras, vamos ver o que se pode compor, após o suposto desgaste de Bolsonaro, com as oligarquias urbanas e rurais e seus tradicionais políticos de centro. Talvez queiram manter o prato requentado das eleições anteriores, que resultou no injusto golpe institucional lançado sobre Dilma Rousseff e na afirmação fabulosa de que é realmente da natureza do escorpião ferrear o pobre sapo. Em meio a essas atrofias, atormenta a evidência de que tudo pode ser válido, menos a crença no poder das instituições que poderiam fazer valer a justiça e as boas regras de um regime democrático. Normalizar o anormal parece ser a pá de cal sobre a sepultura do quadro institucional brasileiro. Por quê? Porque já há provas incontestes no que se refere a intencionalidade e estratégias para feitos de corrupção, para crimes de lesa-pátria e para crimes contra a humanidade que beiram a mortandade premeditada. No entanto, além do jogo político com o cafezinho irmanado às escondidas nas entranhas do parlamento, nada disso parece importar. De repente, não mais que de repente, é como se tudo estivesse entrando nos eixos, não obstante as constantes ameaças de golpe do mandatário no poder e de seus amigos militares, do crescente número de mortos contaminados pelo vírus e pela disseminação de uma nova variante do Covid 19, cujo impacto sobre a população ninguém consegue, ainda, indicar com grande precisão. Aqueles que se escandalizaram com 500 mil mortos (de acordo com a cobertura melodramática da TV Globo), já não se escandalizam com a proximidade dos 600 mil sepultamentos, assim como não se escandalizam mais com os destemperos escatológicos de quem senta na cadeira presidencial. Tem-se a sensação, quase como um insulto, que, para os meios de comunicação hegemônicos, a pandemia está se arrefecendo, a economia está explodindo com os bons indicadores do neoliberalismo xiita de Paulo Guedes, sob a garantia de Arthur Lira herdada do obediente e choroso Rodrigo Maia. É difícil de acreditar e é difícil de engolir toda essa droga, que, como dizia Cazuza, já vem malhada antes da gente nascer. O Brasil é realmente uma grande piada, que constrange o peito dos mais sensatos e faz a gente ter vontade de chorar, não de desespero, mas de uma profunda tristeza: por que somos assim? Por que o destino não nos fez mais fortes e destemidos para enfrentar os oportunistas e os tiranos? Por que não podemos ter de verdade um país bonito, verdadeiro, solidário, próspero para todos, do qual possamos nos orgulhar e defender de forma obstinada e com a merecida altivez?

Além das explicações lógicas da História, da Sociologia, da Antropologia, da Psicanálise e de tantas outras ciências, não tenho como deixar os neurônios agirem sozinhos: o coração fica aflito e é difícil conter as lágrimas, sejam elas de raiva, autopiedade, impotência ou simplesmente dor. Coitadinho do meu país, coitadinho do Brasil ...

[1] <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/wellington-dias-e-preciso-dialogar/> - publicado em 15/07/2021.

[2] <https://oglobo.globo.com/brasil/psdb-pode-abrir-mao-de-candidatura-presidencia-em-nome-de-unidade-do-centro-diz-bruno-araujo-25116760> - publicado em 19/07/2021.

Rompante de Ateísmo (Digressão para encerrar ...)

19 de julho de 2021

Como pode ser à criação ou à criatura imputados erros ou a imperícia de seu criador? Como pode o diabo ser responsabilizado pelas distorções que advieram de seu construtor? Retirai do palco o *livre-arbítrio*. Ele é apenas um estratagema para afirmar a soberania do genitor. A ideia de uma divindade, ainda que apaziguadora e confortante, é profundamente insólita dadas as suas contradições. O próprio Cristo diria: como pode o pai dar ao filho pedra no lugar do pão? Diríamos: como pode dar o criador à criatura a dor, a veleidade, a grandiosidade do gênio e, ao mesmo tempo, o desejo em suas formas mais contraditórias se não fosse ele mesmo a contradição? Como diria o sarcástico demônio do *Advogado do Diabo*: mastigue, mas não engula, engula, mas não sinta o gosto. Por que depois do lauto manjar e do doce vinho vêm a náusea e a cólica excruciante? É preciso o filho ser tentado para firmar a integridade do seu amor ao pai? O gesto parece ser de grande mesquinhez para a grandiloquência de uma entidade que pode fazer das trevas a luz e do dia a noite. Aquele que pode mover os astros, deslocar montanhas e embalar ao seu bel prazer as águas dos mares. Como dizem os crentes: deus tem um plano para todas as criaturas como aos astros inundar os céus e a cada rio um leito. A necessidade da fantasia, das fortes pinceladas de esperança no quadro da existência, torna o homem um animal sonhador e ao mesmo tempo fantasioso, mas não o faz mais sábio na sua ambição filosófica. Por que sofre se o pai poderia ter apaziguado as chagas? Talvez a incompreensão de Jó seja a verdadeira marca da criatura que ainda insiste em crer. A dor é tão insuportável que a fé ainda pode ser mais lenitiva do que entender a crueldade do pai que joga em tabuleiro ou em uma competição mesquinha o próprio destino de sua criatura. O que é deus em verdade? Com propriedade é certamente a trava moral, geradora do medo, que faz par com o Leviatã mundano do Estado. Deus é o Estado em construto onírico e a presença inefável da proibição arraigada na profundidade dos superegos, mas também, quando necessário, o peso dos coturnos e o gume bem amolado das baionetas. Os mortos assustam mais que a morte devido a imobilidade dos corpos, a perda do calor e do movimento, eflúvios da existência material e tátil, assim como fantasmas, lobisomens, odores de necrotérios e cemitérios, além de vorazes vampiros, tangenciam as reminiscências de um predador que reluta admitir sua herança bestial e sanguinária. Não obstante, pelo menos em se tratando do *homo brasiliis*, a fome destes tempos infames tem levado de volta ao

encontro com os ossos e com as carcaças nas portas dos abatedouros e dos açougues. Os temores humanos são próprios da cria abandonada, do pai que se ausentou e não disse para onde iria e quando voltaria. O homem é somente o que é e sua insignificância frente ao universo é a medida de sua pequenez e temporalidade. A dor é a sua única materialidade assim como a tesão, a pressão, o gozo, o choro, o arrepio, a raiva e a melancolia que nunca passa, ou seja, um organismo como qualquer outro que reage a reflexos e reflete, mas sem saber muito bem por que reflete e com que propósito além do manter-se em movimento, que a depender dos sábios mais céticos pode ser uma grande ilusão. Trágica existência é nascer e persistir na dor: a dor do ar que rasga os pulmões e a dor do ar que falta aos pulmões. Por que viemos parar aqui? Talvez mais que a certeza ou esperança de um deus pai, mais confortante seria a hipotética imagem da ficção de um alienígena brincando com os seus bonequinhos de carne sintetizados em uma super impressora ou simulando um jogo de aventuras: todos os humanos como avatares de monstruosos gigantes com direito a tentáculos e antenas. Dói viver. A vida é dor e não há quem prove o contrário, nem mesmo os abastados que passam a existência em *resorts* e viagens espaciais turísticas, agora o que há de mais imbecil na manifestação da vulgaridade burguesa. No final: faltará ar aos pulmões. A benevolência divina parece ser, inclusive, maior para os desprendidos, que, muito a propósito, fazem pouco caso do criador. O bando de fieis que se arrastam na crença pela eternidade sofrem como Jó: devem demonstrar milhares de vezes que são crias e crias defeituosas, mas resignadas e leais, para exaltar a perfeição do pai. O vitorioso, onipotente e onipresente genitor. Esse é um verdadeiro enredo de horror e de terror. Ter que perseguir a própria salvação com a morte cotidiana e paulatina. Mais fácil seria um suicídio assistido ou um tiro na têmpora. Na impossibilidade de comprar a arma, vale pular nos trilhos do trem ou passear como um bestalhão pelas vielas de uma favela brasileira em dias de confronto entre meganhas e traficantes. O estrago é maior, mas dá no mesmo. Deus é perdição porque causa confusão. A opção por encontrá-lo leva à loucura. Portanto, é mais indicado ficar quieto e, também, não ir em busca do capiroto, que em verdade se esconde em nós mesmos com as patas cindidas do animal que sempre fomos e seremos, como a prova negativa do outro lado: nenhum dos dois resolve a questão e apenas causa mais e mais sofrimento. O homem encontra-se sozinho em meio à natureza, que sua loucura de semideus parece transformar, mas não destruir. A natureza jamais é destruída. Impassível, ela se transforma, se adapta e, amanhã, talvez sequer guarde algum vestígio de que aturou a existência humana. Resta a ciência, que se recusa a ser deusa, que resiste à tentação da palavra final ou do dogma infalível, que constrói com humildade verdades precárias e, paradoxalmente, ao fazê-lo concede ao homem o direito de, pelo menos em sua arrogância catedrática, sentir-se semideus. Que bagunça! A dor persiste e os analgésicos não resolvem as múltiplas comorbidades que avançam com o envelhecimento, as horas passam, os dias passam e contam-se os minutos para que tudo tenha um fim: será que a dor sumirá quando faltar ar aos

pulmões? Causa terror pensar que a dor possa se comportar como um raio que se prolonga no espaço e, como fenômeno *sui generis*, possa ecoar na eternidade como o brilho das estrelas mortas. Ainda bem que não existe o eterno, caso contrário ter-se-ia que viver a triste sina de Tício aprisionado no Tártaro. Agora o que importa é a morte como esperança e resposta para o desespero da vida. Talvez a razão seja essa mesma: nascer para pagar um tributo à morte. Ela não é deusa. É apenas uma aparição ocular de como se comporta a natureza em seu pressuposto movimento, que foge à consciência e em sentido algum se confunde com os movimentos da nossa vaidade liliputiana, que alimentam o vil desejo de sermos o filho do homem ou os herdeiros do paraíso. Acenda as suas velas para quem desejares, mas, saiba amigo, só estarás queimando, entre outras coisas, um pouquinho mais de oxigênio, aquele que faltará aos seus pulmões quando a sala ficar escura e a comédia terminar sem apupos ou aplausos.

Reflexão sobre Cuba

24 de julho de 2021

No final da década de 80, o historiador norte-americano Francis Fukuyama causou uma balbúrdia nos meios acadêmicos ao lançar o seu polêmico **O Fim da História e o Último Homem**, particularmente por defender o triunfo do liberalismo econômico, destacando-se a vitória do capitalismo sobre formas antagônicas de organização da vida social, política e econômica dos povos, a exemplo do socialismo e do comunismo. Em verdade, ao contrário do que se dizia na época, Fukuyama não propunha o fim da história com a *debacle* da União Soviética, nem eliminava a heterogeneidade dos contextos sociais específicos (incluindo aqueles com tendências revolucionárias e de resistência), mas propunha de forma assertiva a superioridade do mercado e a possibilidade de reivindicações e ajustes advindos exclusivamente do desejo e da luta por mais liberdade e direitos sugeridos pela pauta liberal. Não cabe, certamente, resgatar as teses de Fukuyama atualmente, sobretudo porque estamos vivendo um contexto mais complexo, que se traduz na expansão do neoliberalismo casado com diferentes manifestações de autoritarismo, as quais se revelam em práticas que se localizam, na escala da régua ideológica, do neofascismo ao neonazismo. De forma muito resumida, o liberalismo de Fukuyama não foi além da ferocidade dos mercados e perdeu, em todos os sentidos, a pretensa força de uma ideologia avessa às posturas antidemocráticas. Em outras palavras, o capitalismo convive muito bem com todo tipo de violência política, inclusive com o terror e as práticas da dominação imperialista explícita ou na forma de guerras híbridas. O que talvez Fukuyama pudesse dizer, e talvez tenha dito e eu não tenha percebido em minha leitura, é que a lógica do capital é hegemônica e talvez seja muito difícil de ser superada pelas utopias libertárias dos humanistas na contemporaneidade. Caso eu não esteja cometendo uma heresia, diria que Marx falaria

a mesma coisa, embora a sua solução para o problema certamente fosse diametralmente oposta ao fanatismo do mercado de Fukuyama. Porém, protegendo esses autores de qualquer responsabilidade pela minha ignorância e ilações, eu sou levado a pensar desta forma: o problema é a abrangência do capital ou do modo de produção capitalista, que desde a década de 80 tomou os quatro cantos do mundo, incluindo a China com o seu estranho capitalismo dirigido ou de Estado. Em verdade, o sistema global financeiro, industrial e comercial tem aberto algumas portas, aqui e acolá, para discutir os direitos humanos, a pauta de costumes e as questões do desenvolvimento sustentável, mas, no frígir dos ovos, a produção de mais valia ainda é o marco de orientação do sistema econômico. Desde o pós-guerra, ou a partir da década de 50, o interesse foi concentrado nas inúmeras tentativas de humanizar o capitalismo, isto é, torná-lo mais palatável e resistente às tentações das ideologias socialista e comunista (correntes de pensamento ainda essencialmente utópicas). Resta saber se depois da globalização e dos avanços tecnológicos, principalmente com a expansão das mídias sociais, esse esforço ainda é necessário. Do meu ponto de vista, em direção oposta a essas ocorrências, ainda que a informação se avolume e circule com maior velocidade – e talvez por isso mesmo –, os cidadãos do mundo tornaram-se mais individualistas, mais céticos e cínicos. O que quero dizer: perdemos massa cinzenta, capacidade de reflexão e poder de crítica. Caímos de corpo e alma na bagaceira ou na mesmice, como diria a teoria crítica de Adorno e Horkheimer, da massa de consumo de uma indústria que molda não só objetos, mas, sobretudo, cérebros. O mundo globalizou-se não só em termos da produção de mercadorias e venda de *commodities*, mas principalmente na produção de idiotas. De uma certa forma, a hegemonia do capital utiliza esse procedimento como alternativa funcional: quanto maior o investimento na produção de idiotas, mais capital e maior a prosperidade das relações de produção espoliativas. É por isso que o processo de produção, embora oposto de forma negativa às perspectivas mais positivas de manutenção da existência do planeta e do seu mais honorável habitante, não cause maiores furores, além da indignação já transformada em produto comercial da irritada Greta Thunberg e das espetaculares ações do já envelhecido Green Peace. De qualquer forma, os fagócitos do mercado permanecem ativos e, na maior parte das vezes bem-sucedidos, particularmente neste momento da história mundial, quando se anuncia uma espécie estranha de guerra fria comercial entre a China e o império decadente dos EUA. A pátria do Tio Patinhas tem buscado demarcar o seu quintal, urinando como um tigre nos quatro cantos da América Latina e do Caribe, na tentativa desesperada de afastar o avanço dos investimentos chineses, que já se encontram ironicamente dentro dos próprios EUA. Desde a metade dos anos 2000, a fera norte-americana tem utilizado recursos mais baratos para os seus estratagemas de domínio, com predominância para mecanismos como as guerras coloridas e o *lawfare*, mas, quando necessário, não prescinde dos ataques bélicos e das artimanhas da CIA em terras estranhas. A bola da vez neste momento é a histórica

inimiga Cuba, objeto da dor de cotovelo e do desejo de vingança incontida dos norte-americanos e de seus descendentes cubanos (aglomerados na Flórida como a Quadrilha da Morte em seu calhambeque), cúmplices de um embargo econômico que deve completar 60 anos. Não obstante o direito dos cubanos de lutarem por seus direitos e ser o que quiserem, inclusive o de transformar a ilha em um resort de luxo para os gringos, o que chama a atenção nos movimentos mais recentes dos moradores de San Isidro, encabeçados e motivados pelo *rapper* cubano Maykel Obsorbo^[1] é a pauta dualista. O que quero dizer? É a pauta orientada pelos valores norte-americanos em contraposição às carências cubanas, a exemplo da possibilidade de as crianças comerem doces, como diz o referido *rapper* em matéria da BBC News^[2]. Porém, o mais emblemático, são as imagens do vídeo Patria y Vida do *rapper* Yotuel Romero^[3], peça de protesto da juventude cubana, em que se sugere a queima de símbolos históricos do processo revolucionário de Cuba e se declara que o povo pede liberdade e não mais doutrinas, além do desejo da construção autônoma de uma outra sociedade. Em primeiro lugar, é interessante a veiculação desses protestos por *rappers*, figuras bizarras e contraditórias no contexto da produção artística negra norte-americana. Por quê? O rap surgiu no final do século XX, com seus famosos mestres de cerimônia, misturando rimas e poesias (nem sempre dignas do epíteto) em discursos de protestos nas esquinas e bairros pobres da proclamada pátria da liberdade, mas que se agraciaram rapidamente com o *streaming* do mercado e passaram a contar com muito dinheiro, carrões, mansões e joias (além de muitos escândalos). Tornou-se, assim como o futebol na *terra brasilis*, uma alavanca de ascensão social para muitos negros pobres norte-americanos. Isso também acabou funcionando em outros países, ainda que os motivos originais dos protestos inexistissem, razão pela qual logo se viu o aparecimento de muitos *rappers* de origens étnicas distintas curtindo apenas o ritmo e a sonoridade. Em segundo lugar, destaca-se a pauta dos direitos humanos, do identitarismo e da liberdade de expressão, que a propósito só serve para os norte-americanos quando se trata de norte-americanos. Os bombados *rappers* cubanos, que acompanham Romero, parecem sugerir que não só desejam construir os seus sonhos com as próprias mãos, mas que podem realizá-los com a liberdade necessária. A questão é saber o que realmente desejam, se são realmente livres para alcançar esse propósito e se podem fazê-lo para além da escala do sucesso e da fama puxada pela indústria cultural norte-americana. O interessante em tudo isso, do meu ponto de vista, é a atualidade dos elementos teórico-conceituais da Escola de Frankfurt: não é necessária uma guerra bélica para se ter o domínio de um território, porque basta um eficiente processo de acultramento e de atração por valores artificiais, principalmente se eles vêm associados com o conceito de juventude e liberdade (lembram-se: liberdade já foi uma calça velha e desbotada ou algo assim e, talvez, hoje seja além da internet e tecnologias associadas, o direito de dizer qualquer coisa em redes sociais). De qualquer forma, ninguém tem o direito de indicar ou impor o que é mais adequado para o povo cubano. Aguentar quase 60 anos de

embargo econômico, ainda mais com o apoio da hipócrita OEA, não deve ser fácil e se desejam ter um sistema de previdência privada, sistema de saúde estratificado e pago, carros luxuosos, viagens periódicas para a Disneylândia ou ser mais uma Porto Rico, é um problema exclusivo deles, assim como serão os problemas sociais decorrentes da opção pelo mundo encantado do Tio Patinhas: como a concentração de renda, a fome, as favelas, as doenças, os desabrigados, a falta de saúde e de educação, os pedintes pelas ruas e praças e tudo o mais que o resto dos países satélites dos EUA enfrentam a cada dia. Portanto, aos povos a soberania, a autonomia e o respeito à liberdade, inclusive a que incide sobre as consequências de seus desejos e decisões. Eu particularmente não me simpatizei com os companheiros bombados do Yotuel Romero e não gostei do *rap*, o que não se deve a uma questão meramente ideológica, mas estética, porque me apetece mais o *reggae* do inesquecível Bob Marley. De qualquer forma, eu não sou cubano e o único embargo que enfrento é o de minha parca aposentadoria na terra de Macunaíma, que me permite consumir algumas coisas e desejar muitas outras, que jamais serão adquiridas por mim, porque afinal dinheiro não brota em pé de árvore e ninguém mais parcela dívidas a perder de vista (principalmente para idosos). Esse é o mercado como nós o conhecemos, bem mais que os cubanos depois de Fulgêncio Batista, certamente. Ademais, eles têm o direito de achar que os EUA é o paraíso e o dólar a chave da liberdade. Tomara que tenham mais sorte que os demais vassalos do Tio Sam.

[1] Um sujeito estranho que já costurou a própria boca em ação de protesto.

[2] <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57802941> - Publicado em 12 de julho de 2021.

[3] <https://www.youtube.com/watch?v=nJK3RskbBwE>